



BIANCA MICHALSKY MARTINS

**O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA
FORMAÇÃO DA AGENDA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA
ENTRE MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR FRENTE
A MINERAÇÃO E MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS**

**LAVRAS – MG
2020**

BIANCA MICHALSKY MARTINS

**O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA AGENDA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MOVIMENTO PELA SOBERANIA
POPULAR FRENTE A MINERAÇÃO E MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

Profª. Patrícia Aparecida Ferreira
Orientadora

Profª. Júlia Moretto Amâncio
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Martins, Bianca Michalsky.

O papel dos movimentos sociais na formação da agenda : uma
análise comparativa entre Movimento Pela Soberania Popular
Frente a Mineração e Movimento dos Atingidos por Barragens /
Bianca Michalsky Martins. - 2020.

206 p. : il.

Orientador(a): Patrícia Aparecida Ferreira.

Coorientador(a): Júlia Moretto Amâncio.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2020.

Bibliografia.

1. Movimentos Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Atingidos por
Barragens. I. Ferreira, Patrícia Aparecida. II. Amâncio, Júlia
Moretto. III. Título.

BIANCA MICHALSKY MARTINS

**O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA AGENDA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MOVIMENTO PELA SOBERANIA
POPULAR FRENTE A MINERAÇÃO E MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS**

**THE ROLE OF THE SOCIAL MOVEMENTS IN SHAPING OF THE AGENDA: A
COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN NATIONAL MOVEMENT FOR POPULAR
SOVEREIGNTY IN MINING AND MOVEMENT OF PEOPLE AFFECTED BY DAMS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 9 de março de 2020.

Profª. Dra. Renata Pedretti Morais Furtado UFLA
Profª. Dra. Maria Gracinda Carvalho Teixeira UFRRJ

Profª. Patrícia Aparecida Ferreira
Orientadora

Profª. Júlia Moretto Amâncio
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2020**

Essa dissertação de mestrado é dedicada para toda população atingida por barragem e pela mineração que passou e passa por diversas dificuldades e merecem o melhor que nossa sociedade pode oferecer. Além de todos os militantes que vêm lutando pelos direitos dessas pessoas. Lembrando que toda a população deve conscientizar-se sobre essa temática, principalmente os gestores públicos.

AGRADECIMENTOS

A caminho desta conquista vivi muitas experiências, ampliei minha visão e meus conhecimentos. Aprendi a conviver, a não desistir de lutar, a tentar novamente, a superar e a surpreender. É um momento no qual transbordo satisfação e alegria, gostaria de dividir com todos que estiveram ao meu lado e agradecer a todos que contribuíram para que, hoje, pudesse chegar onde cheguei.

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, não somente nestes sete anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a vida por me permitir conhecer o campo de públicas, pelo qual me apaixonei incondicionalmente.

À minha família, por sua capacidade de acreditar no meu potencial e sempre me apoiar. Mãe, seu cuidado e dedicação me deram a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus irmãos Straus e Raíssa que nunca mediram esforços para me ajudar, sempre estiveram presentes em toda minha trajetória.

Às administradoras públicas mais linda e especial do mundo, Jéssica pelas alegrias, tristezas, dores, danças, festas, trabalhos, enfim, todos os momentos compartilhados, desde a graduação até o mestrado.

Aos “acampeiros” mais parceiros que poderia ter conhecido Marciel, Thayná, Bg, Chris, Dudu, Ev’s, Toco, Riva, Mari, Laura, Físico, Marina e Marinova, pelo carinho, apoio e aventuras vividas, que vou levar sempre em meu coração.

Às meninas mais companheiras e cativantes do mundo Jessie, Jéssica, Maitê, Lari, Larissa e Mayara que me suportaram durante muitos anos.

Aos meus amigos que me acolheram nos estágios Pró Reitoria de Pesquisa e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, que sempre acreditaram no meu potencial, e trouxeram grandes ensinamentos que vou levar para toda minha vida.

Aos meus amigos espalhados por esse Brasil, a começar por Muzambinho, Monte Santo de Minas, Foz do Iguaçu, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, São Paulo, Poços de Caldas e Lavras, sendo que cada um teve sua importância na minha caminhada até aqui.

Um agradecimento especial vai para minha amiga Larissa por me ajudar com questões referentes ao português e minha irmã Raíssa com as formatações e normas ABNT, vocês deixaram no meu trabalho um pedacinho de vocês e me ajudaram muito.

Ao mestrado de Administração Pública e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses dois anos. As experiências de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Agradeço também à Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de fazer esse mestrado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento dessa pesquisa.

Aos bolsistas de iniciação científica, Mayara, Mariane e Rafael, que ajudaram em todas as etapas da pesquisa desde a coleta dos dados, transcrição, categorização, produção de artigos e resumos. Vocês foram essenciais para essa dissertação!

A todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Em especial a Professora Patrícia, responsável pela orientação desta dissertação, a Professora Júlia como coorientadora, pelo convívio, apoio, compreensão e pela amizade.

A todas que se disponibilizaram para realização das entrevistas, e que mostraram um pouco de seu amor pela população atingida.

O meu muito obrigado a todos! Vocês fazem parte da minha conquista e esta tem o sabor das dificuldades superadas, do dever cumprido, das sólidas amizades e dos momentos inesquecíveis compartilhados.

RESUMO

Dentre as inúmeras questões no contexto brasileiro que demandam a elaboração e formulação de políticas públicas, destaca-se a problemática enfrentada pelos atingidos por mineração e barragens, devido aos impactos causados por grandes empreendimentos econômicos sejam esses minerários ou hidrelétricos. Esses atingidos organizam-se em movimentos sociais, tendo como foco dessa pesquisa o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), que buscam diminuir esses impactos e lutar pelos seus direitos. Dessa maneira, essa pesquisa tem como objetivo analisar as ações que o MAB e o MAM têm adotado para influenciar na formação da agenda pública em prol da população atingida por grandes empreendimentos econômicos. A fundamentação teórica deste projeto se respalda em conceitos sobre processo de políticas públicas como foco na teoria de agenda pública, movimentos sociais e seus repertórios de ação coletiva. É apresentada também uma discussão sobre os grandes empreendimentos econômicos, atingidos por mineração e barragens e os movimentos que serão estudados. Os procedimentos metodológicos se baseiam em uma pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas com lideranças desses movimentos, que foram transcritas, categorizadas e analisadas por meio do método análise de conteúdo. Por meio das entrevistas, foi evidenciado que ambos movimentos reconheceram a importância da criação de um movimento a nível nacional, tendo como precursores os atingidos, assim como outras parcerias, pois como argumentado teoricamente os movimentos precisam de trabalhar em coletividade e buscar caminhos participativos para alcançar seus objetivos. Além disso, a criação desses movimentos são advindas das inúmeras externalidades geradas pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos como: invasão da fauna e flora, saúde do trabalhador, deterioração dos termos de troca, inchaço urbano, favelização, rastro de pobreza, impactos imateriais, relações de trabalhos cessadas, aumento da violência contra as mulheres, entre outros pontos exposto no referencial e nos resultados. Em prol da mitigação desses impactos e da inserção de suas pautas na agenda, os movimentos têm demandado questões como diminuição dos conflitos sociais, expansão da terminologia atingidos e do movimento, nova legislação, novo modelo energético e minerário, atenuação dos impactos elevados as mulheres, soberania popular e participação, diálogo e conscientização, a criação de políticas públicas que abordem esses temas. Os repertórios de ação coletiva são meios que os movimentos têm buscado para inserção de suas pautas na agenda pública, assim como validar suas pautas socialmente, os principais repertórios dessa pesquisa são: formação, mobilização, participação, projetos, interação social entre outros. Foi observado na pesquisa que a complexidade social e estrutural faz com que os caminhos percorridos pelos movimentos sejam oscilantes, voláteis o que dificulta a inserção pautas na agenda pública. Dentre os resultados alcançados pelos movimentos para influenciar na agenda pública, pode-se identificar elementos de visibilidade, credibilidade e relevância nos problemas públicos debatidos pelos movimentos. No entanto, suas trajetórias ainda demandam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de muitos repertórios de ação, visto que a formulação de políticas públicas para atingidos por empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil, é marcada por relações desiguais entre Estado, o mercado e a sociedade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Atingidos por Barragens, Atingidos por Mineração.

ABSTRACT

Among many issues in Brazilian context that demand the elaboration and formulation of public policies, the problem faced by those affected by mining and dams, due to the impacts caused by large economic enterprises, whether mining or hydroelectric, stands out. Those affected are organized into social movements, the focus of this research is the Movement of People Affected by Dams (MAB) and the National Movement for Popular Sovereignty in Mining (MAM), which seek to reduce these impacts and fight for their rights. Thus, this research aims to analyze the actions that MAB and MAM have taken to influence in shaping the public agenda in favor of the affected population by large economic enterprises. This project theoretical basis is supported by concepts about public policy process focused on the theory of public agenda, social movements and their repertoires of collective action. It also presented a discussion about the major economic developments, affected by mining and dams and the movements that will be studied. The methodological procedures are based on qualitative research, using interviews with these movements leaders, which were transcribed, categorized and analyzed using the content analysis method. Through the interviews, it was evidenced that both movements recognized the importance of creating a national level movement, having those affected as precursors, as well as other partnerships, because as theoretically argued the movements need to work collectively and seek participatory ways to achieve their goals. In addition, the creation of these movements are due to the numerous externalities generated by mining and hydroelectric projects such as: invasion of fauna and flora, worker health, deterioration of terms of trade, urban swelling, slums, poverty trail, immaterial impacts, relations of ceased work, increased violence against women, among other points exposed in the referential and in the results. In order to mitigate these impacts and to insert their agendas on the agenda, the movements have demanded issues such as the reduction of social conflicts, expansion of the terminology affected and the movement, new legislation, new energy and mining model, mitigation of the high impacts on women, popular sovereignty and participation, dialogue and awareness, the creation of public policies that address these issues. The collective action repertoires are means that the movements have sought to insert their agendas in the public agenda, as well as to validate their agendas socially, the main repertoires of this research are: formation, mobilization, participation, projects, social interaction among others. It was observed in the research that the social and structural complexity makes the paths taken by the movements oscillating, volatile, which makes it difficult to insert agendas in the public agenda. Among the results achieved by the movements to influence the public agenda, elements of visibility, credibility and relevance in the public problems discussed by the movements can be identified. However, their trajectories still demand the development and improvement of many repertoires of action, since the formulation of public policies for those affected by mining and hydroelectric projects in Brazil, are marked by unequal relations between the State, the market and society.

Keywords: Social movements. Public policy. Affected by Dams. Affected by Mining

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GPI's	Grande Projetos de Investimento
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IPAT	Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAR	Movimento de Atingidos por Barragens na América Latina
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTA	Movimento dos Trabalhadores em Arquitectura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGS	Organizações não Governamentais
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PL	Projeto Lei
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos	15
1.2	Justificativa da pesquisa	15
1.3	Organização do trabalho	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Movimentos Sociais	19
2.2	A formação da agenda pública e sua relação com movimentos sociais	30
2.3	Grandes empreendimentos e atingidos	44
2.3.1	Atingidos por barragens e MAB.....	50
2.3.2	Atingidos por mineração e MAM.....	62
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
3.1	Coleta e organização dos dados	73
3.2	Análise dos dados coletados	74
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	76
4.1	Impactos dos empreendimentos minerários e hidrelétricos.....	78
4.1.1	Impactos dos empreendimentos minerários.....	78
4.1.2	Impactos dos empreendimentos hidrelétricos	84
4.2	Formação Histórica e Organização do MAM e MAB	93
4.2.1	MAM.....	93
4.2.2	MAB.....	103
4.3	Pautas reivindicativas dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública	111
4.3.1	MAM.....	112
4.3.2	MAB.....	130
4.4	Repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública	144
4.4.1	MAM.....	145
4.4.2	MAB	165
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS	190
	APÊNDICES A - ROTEIRO MAB	201

APÊNDICE B - ROTEIRO MAM	204
---------------------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são entendidos como atores organizados que buscam permanência temporal e aspiram se estruturar sob forma de redes de militância, trabalhando em prol da organização de objetivos políticos e culturais em comum, tendo como foco mobilizar e conquistar os cidadãos na luta de transformações sociais (SCHERER-WARREN, 2014).

Segundo Scherer-Warren (2014), os movimentos sociais não devem ser vistos como sinônimo de manifestações de rua, já que essas podem ser instrumentos de mobilização dos movimentos sociais, mas nem sempre são organizadas por eles.

Esses movimentos não são simplesmente grupos de identidades e interesses, são atores sociais e políticos que procuram também combinar e lutar por reivindicações coletivas, buscando mostrar que a população é numerosa e merecedora de diversos direitos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Ao lutarem por suas demandas, muitas vezes pautadas em direitos sociais, políticos, civis, entre outros, os movimentos sociais se relacionam com o Estado e participam das fases que compõem o ciclo de políticas públicas. Conforme descrevem Abers, Serafim e Tatagiba (2014), os movimentos sociais expressam as demandas da sociedade e desempenham um papel relevante em processos de formulação e implementação de políticas públicas. As políticas públicas, ou a falta delas, podem influenciar no surgimento, desenvolvimento e/ou atuação dos movimentos sociais, incidindo, assim, em sua configuração.

Dentre as inúmeras questões no contexto brasileiro que demandam a elaboração e formulação de políticas públicas, destaca-se a problemática enfrentada pela população atingida negativamente por grandes empreendimentos econômicos, tais como as hidrelétricas e as mineradoras. Esses grupos atingidos organizam-se em movimentos sociais, que se mobilizam não somente em relação às ações que podem mitigar os impactos nos territórios locais, mas também, apresentam pautas que têm a soberania popular como um dos valores centrais (MILANEZ, 2013; VAINER, 1992).

De acordo com Porto e Milanez (2009), a apropriação dos recursos naturais e dos espaços públicos, para os fins específicos dos grandes empreendimentos, causam exclusão e expropriação, gerando então, reações de movimentos sociais, grupos e demais populações que se sentem lesadas no que se refere aos direitos fundamentais, que envolvem questões de saúde, trabalho, preservação ambiental, cultura, entre outros.

Os impactos causados pela instalação de hidrelétricas são complexos e difíceis de serem tratados durante a implantação de um empreendimento desta natureza. Um dos aspectos das instalações com grandes impactos sociais é a mudança na demografia das regiões de locação, que causa desapropriações e rupturas dos processos sociais. Já os impactos ambientais são diversos, a começar com as perdas irreversíveis na fauna e flora locais. Vale ressaltar também, as alterações no modo de vida, que ocorrem devido à inundação de áreas povoadas, como a mudança no bioma com interferência na cadeia alimentar, além dos denominados impactos cumulativos, que se referem às consequências, como o abuso de álcool e droga, depressão, suicídio, violência, aculturação, entre outros. Tudo isso, obriga os atingidos a lidarem com amplos ajustes no seu modo de vida, mostra que um dos principais fatores de estresse é a falta de acesso aos recursos necessários para se adaptar a essa nova dinâmica econômica (BORTOLETO, 2001, QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

No que tange aos impactos causados pela mineração, De Pontes et al. (2013) ressaltam que são gerados conflitos socioambientais que são motivados pela ausência de políticas públicas que tenham como base a pluralidade dos interesses envolvidos. Dentre os impactos socioeconômicos provocados pela atividade mineradora destacam-se: proliferação de doenças, problemas trabalhistas, crescimento desordenado do município, inchaço populacional, aumento da violência, aumento da prostituição, empobrecimento da população, trabalho infantil, entre outros. No que diz respeito aos impactos ambientais, vale ressaltar: poluição da água, prejuízos ao ecossistema local, assoreamento de rios, poluição do ar, disposição inadequada de rejeitos, desmatamento, poluição do solo, poluição do lençol freático, extinção de espécies (vegetais /animais), além de problemas como extração ilegal de madeira nativa, rompimento de barragens, entre outros (ARAÚJO; OLIVIERI; FERNANDES, 2014).

Nota-se, portanto, que são inúmeros os impactos, que se comparados entre si, tem muitos pontos em comum. Com intuito de diminuir esses impactos e lutar pelos seus direitos, foram criados, em 1991, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, em 2012, o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é considerado uma organização representativa, organizada e presente em todas as regiões do Brasil. Ele engloba populações como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, trabalhadores rurais, camponeses e também as populações urbanas que são afetadas de alguma forma por questões relacionadas à construção e à operação de barragens para a produção de energia elétrica por meio das

hidrelétricas (MAB, 2018). Por se tratar de um movimento autônomo, articulador, com grande peso político e pautado por fortes atributos populares (ZEN, 2007), o MAB, segundo Vainer e Araújo (1992), representa um dos principais movimentos populares, no que se refere às questões ambientais no Brasil.

Esse movimento teve seu início no final da década de 70, durante a ditadura militar, período em que os direitos civis e políticos foram retirados dos cidadãos de forma autoritária. Mas ao mesmo tempo em que a ditadura subtraía os direitos populares, a revolta da população fazia com que surgissem várias formas de organização e luta. Diante dessas circunstâncias, também emergiram várias forças importantes, como o Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse período também foi marcado por uma grave crise energética mundial. Por conta disso, no Brasil, a Eletrobrás ficou responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico do país, a partir de análises dos rios e das bacias hidrográficas. Dessa forma, iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país, mas sem a criação de uma proposta de indenização adequada para as famílias que viviam na beira dos rios. Essa situação resultou na expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, gerou um clima de insatisfação na população e, por conta disso, surgiram focos de resistência onde as obras estavam sendo construídas. A ocorrência de lutas locais foi de extrema relevância e desencadeou um processo de articulação desses grupos. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, cujas decisões levaram a constituição de uma organização mais forte a nível nacional, com a finalidade de fazer frente aos planos de construção de grandes barragens (MAB, 2018).

Já o Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM) é um movimento mais recente e que se organiza a partir de uma plataforma política de soberania popular sobre os bens naturais do povo brasileiro. Ele tem o objetivo de fazer com que o povo lute contra a exploração dos recursos naturais, que depreda, se apossa e mercantiliza a natureza. O movimento busca formar uma rede ou aliança entre os explorados pelas empresas de mineração, que são, de forma geral, os trabalhadores e os atingidos em diversos territórios da sociedade (MAM, 2018).

Esse movimento iniciou-se em 2012, no estado do Pará, com o enfrentamento do Projeto Grande Carajás, implementado pela mineradora Vale. As ações, levam em consideração o fato de que o crescimento acentuado das atividades mineradoras na última década no Brasil, acarretou inúmeros impactos, devido, principalmente, à violação dos direitos humanos e aos conflitos nos territórios onde a mineração se instaurou. Diante do

exposto, um grupo de militantes ligados à articulação da Via Campesina Brasil, começou a se dedicar à criação de um movimento consolidado, que pautasse unicamente essa complexa estrutura da mineração no Brasil. Vale ressaltar que são mais de 400 anos de mineração no Brasil, porém, a população brasileira nunca logrou um maior controle sobre a extração desses bens naturais do país, que são os minerais. A exploração sempre aconteceu de modo subordinado, ou seja, os empreendimentos sempre inferiorizavam os empregados e a sociedade, devido à lógica do capitalismo totalmente dependente do capital/lucro, colocando o Brasil como exportador dessas matérias-primas, o que compromete a soberania do movimento de diferentes formas (MAM, 2018).

A partir desse breve contexto, esta pesquisa tem como intuito responder à problemática: quais ações o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) têm adotado para influenciar na agenda pública, em prol da população atingida por grandes empreendimentos econômicos?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

- O objetivo desta pesquisa consiste em compreender as ações adotadas pelo MAB e o MAM para influenciar a agenda pública em prol da população atingida por grandes empreendimentos econômicos, a partir da visão de participantes de ambos os movimentos.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar os principais impactos que a construção e operação de hidrelétricas e mineradoras acarretam nos territórios atingidos.
- Compreender a formação histórica e a organização do MAB e do MAM.
- Identificar como ambos os movimentos influenciam o processo de construção da agenda pública com relação aos atingidos por barragens e mineração, a partir de uma análise comparativa de suas pautas reivindicativas e repertórios de ação coletiva.

1.2 Justificativa da pesquisa

Ao propor o tema “o papel dos movimentos sociais na agenda pública”, a pesquisa parte do pressuposto de que a concretização de uma política pública permeia as diferentes relações e decisões entre o Estado e a sociedade, que se materializam ao decorrer de fases. Acredita-se que a pesquisa contribuirá com a área de políticas públicas ao demonstrar a capacidade de influência dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas. O estudo rompe com a perspectiva estadocêntrica e reconhece a importância da gestão social de políticas públicas.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir também com os estudos sobre os movimentos sociais, visto que ela se orienta pela perspectiva de que esses dispõem de diferentes formas de representação de interesses, que podem ser entendidas por meio do estudo das condições histórico-estruturais de formação dos movimentos e dos diferentes graus de poder que eles exercem no processo político, por meio de seus repertórios de ações.

Por se tratar de um estudo que tem a política pública como objeto de pesquisa, acredita-se, com base em Pase et al. (2018), que este poderá ampliar o acervo de conhecimentos necessários para as intervenções em dadas realidades sociais. Além disso, o tema tem como foco os atingidos por empreendimentos econômicos. É importante desenvolver um estudo que tenha como referência esses grupos sociais, visto que na maioria das vezes, eles são marginalizados com relação aos seus direitos. Isso costuma ocorrer por conta dos diversos interesses que estão presentes na construção das hidrelétricas e das mineradoras. As corporações que empreendem esses projetos econômicos orientam-se pela lógica de mercado, enquanto o Estado, preocupado com o crescimento econômico e suas propensões, nem sempre dispõe de meios de controle dessas atividades, ou até mesmo não tem interesse em avaliar e fiscalizar os impactos, pois acredita-se que manter uma relação saudável com esses empreendimentos pode gerar inúmeros benefícios econômicos.

Os atingidos de um dado território geralmente não são consultados sobre a construção desses grandes empreendimentos, apesar de ser o grupo que mais sofre as consequências dessas instalações. Por isso, é necessária a criação de políticas que assegurem os seus direitos. Com relação a isso, esta pesquisa contribuirá com o entendimento dos diversos interesses que permeiam a agenda de formulação das políticas relacionadas ao tema, demarcando o papel do MAB e do MAM enquanto atores responsáveis por reivindicar as demandas dos atingidos e capazes de influenciar na agenda do Estado.

Existe uma lacuna científica sobre o tema nos atuais anais de pesquisa, sendo assim, os resultados desse projeto poderão fundamentar a construção de novos conhecimentos para o campo de estudo sobre movimentos sociais e políticas públicas, bem como irá levantar as

principais necessidades e demandas dos movimentos estudados. Como resultado, esse trabalho terá grande relevância para o preenchimento dessa lacuna, e dessa forma, contribuirá para que novas pesquisas continuem prolongando o conhecimento dentro deste tema.

Os achados desta pesquisa poderão colaborar com as discussões sobre a necessidade de formular políticas que garantam os direitos dos atingidos pelos empreendimentos. Acredita-se que este estudo, ao dar voz aos militantes dos movimentos, possa reforçar a necessidade de respostas provenientes do Estado e dos grandes empreendimentos, com relação à tomada de providências e ao atendimento das demandas dos atingidos de forma digna e justa. Espera-se que, dessa forma, futuramente, outras pessoas não sejam prejudicadas pelos mesmos motivos, que a sociedade ganhe maior consciência da gravidade e da importância de zelar pela vida dos atingidos e pelo meio ambiente, visto que a maioria dos impactos sofridos são irreversíveis e podem gerar grandes externalidades. Portanto, a conscientização social é um caminho muito importante a ser percorrido pela pesquisa e pelos movimentos sociais.

Além do mais, essa dissertação trará contribuições científicas para ressignificação de novos termos, principalmente no que tange a expansão da terminologia de atingidos por mineração e barragem, assim como concepções que envolvam os direitos dessa população, além de novas perspectivas sobre movimentos sociais, empreendimentos econômicos, políticas públicas, principalmente a inserção de pautas na agenda pública e sua complexidade, contribuindo para novas concepções teóricas e empíricas para esses temas.

A administração pública possui uma capacidade de correlacionar diversos temas em um único objeto, posto que é caracterizada como uma área multidisciplinar, e por isso pode abarcar em estudos e pesquisas de diversas áreas do conhecimento, resultando em contribuições, como por exemplo, para administração, economia, sociologia, meio ambiente, assistência social, dentre inúmeras outras.

Por fim, a relevância do estudo também se dá por meio da atualidade do tema, ao levar-se em consideração os atuais debates sobre os crimes corporativos advindos dos rompimentos das barragens de rejeitos em Mariana-MG, em 2015, e em Brumadinho-MG, em 2019.

1.3 Organização do trabalho

Este trabalho está dividido em cinco partes, sendo que esse, o *Capítulo 1 - Introdução*, representa a primeira delas. Em seguida, no *Capítulo 2 - Referencial Teórico*, será apresentada a fundamentação teórica deste estudo, que consiste na teoria de políticas públicas, com foco na agenda pública e nos movimentos sociais. Também será apresentada uma discussão sobre os grandes empreendimentos e os atingidos de forma geral e, posteriormente, os atingidos por barragens e o MAB e, por fim, os atingidos por mineração e o MAM. O *Capítulo 3 - Procedimentos Metodológicos* apresenta a metodologia de pesquisa utilizada para realizar esse trabalho. E o *Capítulo 4 - Resultados e Discussões*, apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados. Por fim, o *Capítulo 5 - Conclusão*, que apresenta de forma sucinta as conclusões da dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em cinco tópicos relacionados à temática que embasou a pesquisa: (1) movimentos sociais; (2) movimentos sociais e sua relação com políticas públicas e formação da agenda; (3) grandes empreendimentos e atingidos; (4) atingidos por barragens e MAB; (5) atingidos por mineração e MAM.

2.1 Movimentos Sociais

Os movimentos sociais surgem por meio de ações coletivas, que buscam mudanças societárias, culturais ou sistêmicas. Eles emergem a partir dos conflitos, sejam esses sociais, econômicos, ambientais, entre outros, os quais vão contra os princípios da modernidade, especialmente em relação à questão da ordem social (WARREN, 2010). Para reforçar esse pensamento Wanderley (2011, p. 8) mostra que:

Os movimentos sociais populares insurgentes na Amazônia e no Brasil são organizações civis em defesa da cidadania e dos direitos sociais e ambientais, como os grupos de desterritorializados, expropriados e sem terra: os movimentos de trabalhadores rurais sem terra, os atingidos por barragens, estradas, bases militares, mineração ou outro grande projeto; os grupos étnico culturais (populações tradicionais ou povos da floresta): movimento quilombola, indígena, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, mulheres agricultoras etc.; e ainda os movimentos associados à problemática ambiental: ambientalista, justiça ambiental, deserto verde, atingidos por barragem, etc. Cabe ressaltar que um único movimento pode assumir mais de uma identidade, objetivos de luta ou discursos.

Segundo Melucci (1989), para entender melhor esse ator social, denominado de movimento, é necessário que a sociedade consiga definir três elementos, que são: os conflitos, a solidariedade e o rompimento do sistema. Esses três elementos colaboram na explicação do papel dos movimentos sociais como promotor de mudanças societárias, culturais ou sistêmicas, e como uma unidade de consciência. O primeiro elemento, o conflito, é comum na relação entre os diversos atores, por isso, a mediação é necessária para alcançar um equilíbrio, que pode ser obtido por meio da solidariedade, que está diretamente ligada a capacidade dos diversos atores de partilharem uma identidade coletiva, ou seja, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social. Para alcançar um sistema menos conflituoso e mais equilibrado é necessário romper com o sistema vigente, em prol dos dois pontos explicados anteriormente. Uma das alternativas para alcançar esses

objetivos é incentivar que os diversos atores, sejam esses sociais ou políticos, realizem práticas mais participativas (MELUCCI, 1989; MILANI, 2008).

A participação é uma pauta de reivindicação histórica de inúmeros movimentos sociais, principalmente, os relacionados aos trabalhadores rurais sem-terra, à gestão de políticas urbanas, à educação popular, entre outros. As formas de aplicação desse discurso em prol da participação social são variadas, advindas de argumentos como: necessidade de ferramentas participativas, cooperação para o desenvolvimento de reformas de Estado e de políticas de descentralização, ou também governos locais que buscam a promoção da participação do cidadão por meio da inovação, entre outros (MILANI, 2008).

No Brasil, os movimentos sociais têm seu destaque na luta por caminhos participativos e na construção de sistemas descentralizados de políticas sociais, contam com a participação da sociedade para obtenção do controle público. Dessa forma, os movimentos sociais vêm pautando debates e reivindicando ambientes mais participativos por meio de propostas mais concretas e planejadas, lutando para não serem “engolidos” por aqueles que estão no poder (Estado, partidos políticos e etc.) (ALBUQUERQUE, 2012).

Além disso, Fonseca (2013) acrescenta que os movimentos sociais lutaram e ainda lutam pela democratização da sociedade brasileira e pelo pensamento democrático como um todo, em busca, principalmente, de tornar as universidades, centros de pesquisas entre outras organizações públicas, mais comprometidas com a democracia política e social.

Por meio de comunidades religiosas, políticas ou até mesmo de estilo de vida, alguns movimentos sociais surgiram e se tornaram uma rede de cooperação para outras esferas políticas, tais como sindicatos, campanhas políticas e grupos de interesse. Por meio dos movimentos sociais são criados, então, espaços mais participativos e uma legislação voltada para sociedade (TILLY, 2010).

Além disso, Tilly (2010) apresenta outras contribuições importantes sobre o que seriam os movimentos sociais, lembra que esses não se referem a qualquer ação popular, ações coletivas e práticas em favor de uma causa, nem organizações, grupos de pessoas e atores heroicos que apoiam a mesma causa, o movimento social é algo muito mais complexo, que deve ser entendido como “conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas” (TILLY, 2010, p.140).

Os movimentos sociais são sistemas de ação que atuam em uma sociedade ordenada por possibilidades e barreiras, de forma que o modo como os atores se formam e se relacionam, por meio de suas orientações, oportunidades e coerções sistêmicas devem ser

observadas como pontos críticos, pois é a partir desses que os movimentos constroem seus legados e se consolidam socialmente (MELUCCI, 1989).

Seu legado também é construído por meio de seus repertórios, que na concepção de Tilly (2010), podem ser definidos como um conjunto de formas de ação, que podem apresentar uma longevidade ou serem renovados pouco a pouco. Essas renovações sociais podem ser oriundas de fenômenos como a industrialização, a urbanização, a formação do Estado, entre outros (ALONSO, 2012).

O repertório de ação também é tido como a soma limitada de rotinas que são assimiladas, partilhadas e aplicadas por meio de processos parcialmente deliberados. Os repertórios podem ser também projetos culturais aprendidos, no entanto, não são advindos da propaganda política ou filosofia abstrata, uma vez que emergem da luta. Os movimentos sociais aprendem apenas algumas maneiras de agir de forma coletiva, mas buscam evolução e melhora nessas rotas coletivas (ALONSO, 2012).

Vale lembrar, também, que o repertório não é uma fórmula padronizada que pode ser útil em qualquer situação, na verdade, esse conceito envolve todo um conjunto de fatores, como o contexto histórico, que são particulares de cada região e situação, visto que a sociedade não é nada regular, devido aos inúmeros confrontos históricos. Essas mudanças de atores, situações e formas de interação denotam que os movimentos sociais são parte de um contexto histórico (ALONSO, 2012; SMITH, 2001).

Percebe-se, assim, que o conceito de repertórios de ação é um importante termo explicativo para compreender os movimentos sociais, que pode incluir “tanto as ações de confronto como as de interações mais propositivas e colaborativas” (ALBUQUERQUE, 2012). Lembrando que dentro dessa definição de repertório, é necessário diferenciar dois conceitos importantes: lugares e momentos da ação. “A ação do movimento pode ocorrer em lugares sociais e institucionais – aqueles formalizados dentro da institucionalidade estatal. Podem, ainda, ocorrer em momentos mais conflitivos e menos conflitivos, mais ‘pacíficos’, propositivos ou colaborativos” (ALBUQUERQUE, 2012, p 175).

Além do mais, muitos dos repertórios dos movimentos sociais possuem associações com repertórios de outros fenômenos políticos, como por exemplo: sindicatos, partidos políticos, entre outros. Essa relação é benéfica, porém, deve ocorrer de forma cautelosa em busca de ações assertivas, duradouras e estáveis (TILLY, 2010; MELUCCI, 1989).

Os repertórios podem ser originados dos conflitos sociais que saem do padrão do sistema econômico industrial para extensões culturais, as quais podem modificar a identidade pessoal, o espaço no dia a dia da população, de modo que sejam repensados os padrões sociais

de ações individuais e coletivas. Os conflitos existentes fazem com que novas contradições surjam, o que afeta a lógica fundamental. Lembrando que esses sistemas complexos, como os movimentos sociais, são sistemas muitas vezes informais e não conseguem sobreviver sem provar uma capacidade de autonomia, por isso, eles buscam cada dia mais aperfeiçoá-la para conseguir lidar com a complexidade do sistema. Porém, esses sistemas precisam também de apoio de outros atores, ou seja, integração, mas também devem manter o controle dessas parcerias, precisam reger suas atividades fundamentais de forma autônoma (MELUCCI, 1989).

Os movimentos sociais, em prol de seus repertórios, devem reconstruir uma parte do Estado e a sua relação com o mesmo, em busca de caminhos para atuação de forma mais dinâmica e facilitada, principalmente, no que refere ao processo participativo de políticas públicas, que mitiguem os problemas das pautas reivindicativas dos movimentos. Uma relação saudável entre o Estado e o movimento social propicia vários benefícios, a começar com a priorização dos repertórios e a abertura do canal de participação e tomada de decisão, que refletem positivamente no processo de políticas públicas e sobretudo na priorização da agenda pública (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017).

Além disso, os repertórios dos movimentos sociais devem ser inovadores e evolutivos, de modo que levem em consideração os recursos e tempo disponíveis para realização do mesmo, em busca de pautas e ideias mais realistas, além de abranger os diferentes contextos para difusão desses repertórios. Todos esses pontos devem ser considerados também no processo de formulação de políticas públicas, que podem resultar em formas de materialização dos repertórios dos movimentos ou até mesmo num suporte para os mesmos (MCCURDY; FEIGENBAUM; FRENZEL, 2016).

Para a construção de repertórios efetivos, os movimentos sociais precisam reconhecer os limites geográficos e históricos, além de criar estratégias para serem sejam legitimados, principalmente, perante o Estado e a sociedade. A legitimação é um dos caminhos para que a agenda pública considere esses repertórios como pautas importantes, sendo uma forma de fortalecimento das reivindicações dos movimentos sociais (TALOR, 1996).

Dessa maneira, em busca de uma melhor compreensão, Tilly (2010) categoriza os movimentos em três tipos de reivindicações: de programa, de identidade e de posição.

As reivindicações de programa envolvem o apoio expresso ou a oposição a ações presentes ou propostas pelos objetos das reivindicações do movimento. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada. Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de

cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime (TILLY, 2010, p.149).

Essas reivindicações estão presentes também na ação coletiva dos movimentos sociais. Do mesmo modo, Melucci (1989) destaca outros pontos que devem ser considerados na ação coletiva dos movimentos sociais, destaca como os recursos internos e externos são fomentados, como toda conjuntura institucional é formada e mantida e, por fim, relata como as funções de liderança são asseguradas. Os movimentos sociais são, na verdade, sistemas de ação, uma ação coletiva “contêm tipos diferentes de comportamento e as análises têm de romper sua aparente unidade e descobrir os vários elementos nela convergentes e possivelmente tendo diferentes consequências” (MELUCCI, 1989, p.56).

Além de compreender o conceito de repertórios de ação, um estudo sobre movimentos sociais precisa também discorrer sobre como ocorre a formação dos atores sociais. Conforme expõem Mcadam, Tarrow e Tilly (2009).

Não há atores ou grupos inerentemente orientados para movimentos sociais, mas apenas situações, capacidades e restrições que fazem surgir atividades de movimento social. Segundo, à medida que essas situações, capacidades e restrições se desenvolvem, os mesmos grupos que agem nas ruas e montam barricadas podem ser encontrados em grupos de pressão, escritórios de jornais e em partidos políticos. Terceiro, esses vários tipos de atividades podem ser combinados no repertório dos mesmos grupos e podem até ser empregados simultaneamente. Quarto, os movimentos podem cooperar com os partidos e grupos de interesse, competir com eles por apoio ou tentar ocupar o mesmo espaço político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.33).

Esses quatro elementos só reforçam o argumento que aponta que as externalidades sofridas pelos atores são inúmeras, visto que existem assimetrias nas relações sociais advindas do acesso desigual à informação e até aos recursos estatais, pois diversos atores como movimentos sociais, atores políticos, instituições, entre outros, possuem relações de poder diferentes que influenciam em seus recursos e em como eles serão usados. Mas mesmo que exista interação dos movimentos sociais com outros atores, ela não acontece de forma e condições igualitárias, já que existem inúmeros fatores que podem influenciar nessa relação, o que mostra a complexidade das relações sociais. Esse enredamento também se dá entre os movimentos e as políticas públicas, cujas relações devem ser regidas em prol do bem público (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018; LOBATO, 1997).

A formação dos movimentos sociais pode gerar inúmeras consequências políticas no Estado, como por exemplo, mudanças nas políticas públicas, a começar na formação da agenda pública, na legislação e na implementação das políticas públicas, nas instituições

políticas, na política partidária e nos regimes políticos, surgimento de outros atores, que podem compor ou realizar parcerias com os movimentos sociais. Dessa forma, é fortalecido o pensamento de que a interconectividade ou interdependência entre opinião pública, atividades do movimento e ação dos legisladores explicam as inúmeras mudanças na política e nas políticas públicas (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016). Mas essas consequências e relações não são sempre positivas e fáceis de serem regidas, devido, principalmente, à disputa de poder entre esses atores (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Como observam Mcadam, Tarrow e Tilly (2009) os movimentos podem competir por poder/apoio, mas em sua maioria são concebidos a partir das relações de poder entre grupos dominados e dominadores. Dessa forma, como meio de reforçar essa relação de poder, os autores argumentam que “um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso” (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.21).

Esse poder pode ser usado em prol dos movimentos, principalmente, para desencadear mudanças sociais e inovação no processo de política pública. Além disso, esses atores possuem muitos saberes inerentes das suas experiências práticas cotidianas, que podem ser utilizadas também como força produtiva. Os movimentos sociais são, portanto, forças essenciais na sociedade moderna. Além de serem provedores de uma nova ordem social, podem desconstruir as visões antigas e conservadoras que acreditam que esses atores seriam agentes perturbadores da ordem, que em alguns casos ainda são tratados dessa forma por políticos tradicionais e conservadores. Mas essa realidade vem sendo desconstruída (GOHN, 2013; MCADAM, TARROW E TILLY, 2009).

Scherer-Warren (2014) explica ainda, que os movimentos sociais organizados possuem um arranjo institucional e buscam a constância temporal. Eles têm como intuito principal a construção, pelos militantes, de projetos em busca de mudança social, política e cultural, para isso, utilizam-se de meios como manifestações públicas para fazer suas reivindicações ou protestos para obtenção de visibilidade política na esfera pública. Alguns movimentos que podem ser citados como exemplo, são: Movimento Passe Livre, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, Movimentos do Sem Teto, entre outros. Já as manifestações podem ser uma forma de obter visibilidade para os movimentos sociais nos espaços públicos, podem ser realizadas ocasionalmente ou de forma regular. Muitas vezes essas manifestações podem estar relacionadas não somente com os movimentos sociais, mas

também podem ser organizadas por integrantes da sociedade civil, tais como: a Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres, Caras Pintadas, entre outras. Portanto, a mesma autora esclarece que movimentos sociais e as manifestações de rua não são sinônimos, visto que as últimas são reações conjunturais coletivas e públicas, com foco mais limitado e que buscam por meio do protesto alcançar visibilidade política, além do reconhecimento dos cidadãos, seja por intermédio dos movimentos ou do público geral mobilizado pela situação social em si.

Por meio dessas ações, os movimentos sociais geram inúmeros resultados, como a modernização e fomentação de reformas. Porém, esses são alguns resultados dentro de vários outros que podem ser de maior ou menor relevância, posto que nem todos resultados são relevantes para o momento ou situação, o que reforça o argumento da importância da análise do contexto, para que assim consiga ter pautas e ações realistas e compatíveis a atual conjuntura (MELUCCI, 1989).

Os movimentos sociais também são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes, dado o seu processo de caráter político-social. E para ponderar esses saberes, é necessário articular as redes que os movimentos estabelecem no dia a dia e questionar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país. Essas redes são essenciais para entender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política construída durante o processo interativo (GOHN, 2011). Essa relação de redes entre os movimentos sociais, cidadãos e a atuação nas manifestações públicas tem se mostrado eficaz para apresentar melhorias das políticas institucionais e governamentais. Por meio dessas redes, formam-se articulações políticas mais abrangentes, é possível atender a várias demandas, sejam essas regionais, nacionais e até internacionais, tornando as políticas e suas pautas mais diversificadas devido a cooperação entre os atores ou movimentos (SCHERER-WARREN, 2014).

Dessa maneira, percebe-se que a junção desses dois importantes componentes sociais, que são as políticas públicas e os movimentos sociais, é de ampla relevância e têm grande potencial para realizar mudanças do quadro social vivenciado, já que essa ação conjunta acarreta um aumento desta potencialidade (MALFITANO, 2004).

Buscando fortalecer esse argumento e melhor explicitá-lo, Amenta et al. (2010) mostram a importância dos movimentos sociais e de suas mobilizações, o quanto isso pode interferir nas políticas públicas. Os autores também chamam atenção para as mudanças provocadas pelos movimentos, alegando que, sejam elas quais forem, devem ser graduais, argumentadas e democráticas, ou seja, devem ser permeadas por um processo mais lento,

com aceitação da sociedade e, principalmente, apoio da mesma, nem que seja uma parcela dessa. Um dos caminhos mais fáceis utilizado nessa situação é incrementar algumas políticas públicas já vigentes para que consigam atender a demanda da sociedade e do movimento.

Conforme foi exposto, as interferências que os movimentos sociais e as mobilizações podem gerar nas políticas são inúmeras, um exemplo é quando a sociedade, ao ser mobilizada pelo movimento, realiza pressão social para que suas demandas e pautas sejam priorizadas, a fim de serem adicionadas ou mantidas na agenda governamental, até mesmo para que sejam transformadas em políticas públicas. Caso a política pública já esteja vigente, os movimentos sociais, por meio de redes de cooperação entre partidos políticos, igrejas, mobilizações sociais, entre outros, podem fazer com que sejam enviados mais recursos financeiros para essas políticas, ou realizar mudanças na estrutura das políticas públicas, com o objetivo de alcançar uma maior abrangência e conseguir atender as demandas sociais e do movimento de forma macro (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017; OLIVEIRA, 2018).

Com esse intuito, o movimento procura ser ouvido pela sociedade e, principalmente, pelo poder público, em busca de melhorias de acordo com as necessidades e demandas de cada grupo. Essa voz é perseguida por meio de pressão ao Estado, para que sejam incorporadas as pautas que os movimentos vivenciam e veem como prioridade de encaminhamento e efetivação (MALFITANO, 2004).

Além do mais, para que o movimento consiga ganhar influência e visibilidade política, é necessário e importante que ele use de meios de mobilização social, uma vez que essas mobilizações e condições políticas acabam por impulsionar os esforços produzidos pelos movimentos. Porém, essas mobilizações também podem gerar conflitos com os ditos “adversários” (AMENTA et al, 2010).

Para gozar de poder e voz em um determinado cenário político, os movimentos sociais devem desenvolver processos de comunicação, acordo e planejamento. As pautas e os focos podem oscilar, mas deve-se buscar sempre manter o apoio de líderes locais, figuras religiosas, latifundiários, empresários e até mesmos colaboradores que ultrapassem fronteiras (TILLY, 2010).

Na busca por entender melhor esse complexo campo dos movimentos sociais, Gohn (2000) destaca que esses praticam atos coletivos de natureza sociopolítica, formados por agentes sociais relacionados a diferentes classes e camadas sociais, os quais categorizam suas demandas e ideais e instituem um campo político de ímpeto social na comunidade. Eles agem

norteados para a estruturação de suas pautas, que são formuladas a partir de demandas advindas de problemas e conflitos.

Essas práticas dos movimentos sociais, apresentadas por Gohn (2000), fazem com que sejam desenvolvidos os processos social, político e cultural, que produzem uma identidade coletiva ao movimento por meio dos interesses em comum. “Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo” (GOHN, 2000, p.13). Lembrando que “os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política” (GOHN, 2000, p.13).

Porém, cada governo tem a sua forma de lidar com os movimentos sociais, dando-lhes, assim, maior ou menor abertura nas decisões acerca das políticas públicas. Mesmo num governo dito progressista, encontram-se dificuldades na ação conjunta entre movimento popular e poder público para se operacionalizar as políticas públicas (MALFITANO, 2004).

Essa influência é advinda das interações entre movimento, sociedade, mercado e Estado. Dessa forma, os movimentos sociais precisam criar suas estratégias de acordo com a conjuntura política, que está em constante transformação e pode ser uma variável de grande importância em busca dos objetivos (AMENTA et al, 2010).

Vale frisar, que as cobranças políticas são de todos os atores sociais, de todos os sujeitos que podem influenciar na elaboração de políticas públicas. Além dessas cobranças, existe um impasse no que se refere ao encaminhamento dessas propostas e ações, que é o bloqueio advindo dos limites do poder público e dos movimentos sociais, que vão além da efetivação concreta das políticas públicas, a partir da demanda do movimento e intervenção do Estado. Dessa forma, para enfrentar esse problema, é necessário partir da vontade política para a ação, assim como organizar as participações no movimento, potencializando a construção de políticas públicas que tenham como base o Estado e a sociedade (MALFITANO, 2004).

Devido a esses impasses e outros, como a abundância de atores sociais envolvidos nas redes políticas, torna-se necessário criar mecanismos de coordenação de forma integrada e interinstitucional, de modo que seja viabilizada a implementação de políticas públicas em ambientes diversos. Dessa forma, o desenvolvimento das análises das políticas públicas deve levar em conta os processos de demanda, luta, negociação e outorgamento presentes nos processos de elaboração, definição e implementação das políticas públicas (LEMOS; FACEIRA, 2015).

Na visão de Giugni e Yamasaki (2009), os impactos políticos dos movimentos sociais podem ser categorizados em três tipos: efeito direto, efeito indireto e efeito conjunto. Eles explicam que o efeito direto é sustentado pelo argumento que destaca que os movimentos trazem impactos politicamente positivos com forças advindas de seu trabalho e sem contar com apoio externo. Já o segundo tipo, o efeito indireto, vê os movimentos como tendo um impacto após aquelas situações que conseguem influenciar em fatores do ambiente externo, que podem abrir portas para alianças políticas, opinião, apoio, e essa abertura consegue influenciar politicamente. E por último, o efeito conjunto, é advindo de mobilização e ações conjuntas realizadas com aliados e opinião pública favorável. Lembrando que o mesmo movimento pode gerar impactos diferentes de acordo com a sua pauta, mas a maioria dos objetivos alcançados são por meio do efeito conjunto. Ou seja, o impacto político é maior quando as alianças políticas e opinião pública formam um ambiente favorável para que ocorram mudanças políticas.

Os efeitos dos movimentos sociais são construídos junto às trajetórias dos mesmos, lembrando que cada movimento está inserido em um contexto histórico e estrutural, geralmente marcado por lutas, reivindicações e formas diferentes de manifestação. Como já argumentado, o repertório significa “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22). Mas a sociedade é muito atemporal, oscilante e volátil, o que acaba por reforçar a necessidade de existir repertórios diferentes de acordo com cada contexto e necessidade (ALONSO, 2012). Dessa maneira os movimentos sociais podem desenvolver uma trajetória marcada por inúmeros fatores e contextos.

Os movimentos podem encontrar vários empecilhos, como restrição do acesso de suas ações e dificuldade em ingressar na sociedade civil, principalmente, devido aos valores tradicionais da política brasileira. Por exemplo, os regimes ditatoriais esmagaram a democracia e fizeram com que os movimentos sociais se tornassem atores fundamentais, que tinham como integrantes membros de uma classe ou conjunto de classes populares e subalternas.

Os movimentos procuram reconstruir a sociedade desde baixo, para criar uma nova cultura participativa e democrática que extinga as velhas estruturas institucionais, por meio de novos horizontes, com responsabilidade compartilhada na gestão social do destino coletivo e na redistribuição dos benefícios do trabalho comum (RESTREPO, 1991; LEMOS; FACEIRA, 2015; PARAMIO, 2009).

Nos anos 2000, houve um avanço de forças políticas de esquerda e centro-esquerda em vários países da América Latina, que acarretou certa retração da agenda

neoliberal e maior presença do Estado na economia, com políticas de distribuição de renda, além de políticas sociais em diferentes setores. Nesse contexto, os movimentos sociais tinham mais oportunidades de pautar suas demandas, por meio da própria estrutura do Estado, ou seja, tornaram-se potenciais parceiros do Estado na formulação e implementação de políticas públicas. Posteriormente, esse cenário gerou discussões sobre os reais avanços, no que se refere aos direitos sociais e na própria configuração dos movimentos, propiciadas pela maior proximidade do campo legislativo e executivo do governo (NEUHOLD, 2016).

Entretanto, estudos recentes sobre as lutas sociais no Brasil nessa primeira década do século XXI indicam que, embora com diferenciações, ocorreram diversas ações dos movimentos sociais no campo sindical urbano, rural e popular e essas ações aumentaram e se diversificaram, principalmente, a partir da crise econômica mundial de 2008. Cresceram, inclusive, as lutas sociais protagonizadas (SILVA, 2014, p.192).

A partir disso, é necessário frisar que os novos movimentos sociais diferem dos anteriores pela sua autonomia e pela sua orientação para a própria emancipação em um contexto de libertação global. Sua novidade não é necessariamente cronológica, mas, sobretudo, qualitativa e política. Esses atores geralmente não estão a serviço de uma organização partidária, concentram-se na identificação, promoção e defesa dos interesses da população (RESTREPO, 1991; SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2011).

Ademais, por não estarem sob o comando das elites políticas, os movimentos sociais muitas vezes têm formas de organização menos autoritária e mais democráticas. Dessa forma, há ainda uma ruptura consciente no que se refere a como as organizações sociais e políticas tradicionais exercem autoridade. Através dos movimentos sociais, o progresso está sendo realizado, ainda que lentamente, fazendo com que as classes e os setores subalternos se tornem atores sociais independentes. (RESTREPO, 1991; SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2011).

Os movimentos sociais também sofrem com tensões constantemente, devido às inúmeras tentativas de criminalização dos mesmos, além das grandes dificuldades que as elites hegemônicas têm em aceitar, como legítimos, esses atores que geralmente representam as “minorias”, ou seja, os subalternos em países como o Brasil, onde os valores estão invertidos (SCHERER-WARREN, 2010).

Os movimentos sociais também estão propensos a receber suporte ou repressão provenientes das organizações do Estado, do mercado ou dos setores da sociedade. O suporte ocorre quando esses grupos identificam os seus objetivos nas preferências de um movimento social. Já a repressão ocorre quando os seus objetivos vão contra os do movimento. Vale

considerar que o contra movimento é tido como um conjunto de opiniões e crenças decorrentes de uma população oposta a um movimento social, o qual é representado por um complexo emaranhado de pontos de vistas e crenças, que se agrupam em busca de mudanças, principalmente, da estrutura social e distribuição social de uma sociedade, que na maioria das vezes é desigual, ou seja, são sistemas orientados para mudanças sociais (MCCARTHY; ZALD, 1973). Essa repressão, na maior parte das vezes, é originada a partir dos conflitos, sejam esses sociais, econômicos, ambientais, entre outros, que vão contra princípios da modernidade, especialmente, em relação à questão da ordem social (WARREN, 2010).

Nota-se, portanto, que esses conflitos devem ser mediados, posto que essa mediação trará inúmeros benefícios. A mediação pode se dar de diversas formas, a começar por meio de movimentos sociais e políticas públicas. Dessa forma, percebemos o quanto a junção desses fatores é importante para a sociedade. Para melhor explicar a temática das políticas públicas, segue o próximo tópico do referencial teórico, que busca descrever melhor essa relação, com foco na fase de formação de agenda pública.

2.2 A formação da agenda pública e sua relação com movimentos sociais

Para um melhor entendimento da temática, políticas públicas e movimentos sociais, esse tópico do referencial mostrará um pouco da influência e relação dos atores, sobretudo os movimentos sociais, nas políticas públicas, com o foco, principalmente, na etapa de formação da agenda pública.

Saravia (2006) vê o processo de produção da política pública através dos diferentes estágios que uma política pública passa, de forma que cada um apresenta atores, coalizões, processos e enfoques distintos. Os processos políticos e as relações vividas por inúmeros atores, resultam em políticas públicas que devem lidar com diversos interesses, graus de poder, canais de participação, manifestações por demandas, pautas sociais, entre outros. O que mostra a complexidade para lidar com todos esses fatores, que existem e devem ser considerados em todo o processo das políticas públicas (LOBATO, 1997).

Os autores Pase et al (2018, p. 24-25) aduzem que “o conceito de política pública não é inequívoco, pois oscila de acordo com o enfoque teórico adotado e o contexto político e social ao qual ele se aplica, usualmente é identificado com programas ou projetos que determinam ações específicas do Estado”.

O processo de produção de políticas públicas é influenciado por inúmeros atores, sejam esses governamentais ou não governamentais, o que remete aos vários conflitos, que

devem ser mediados. A mediação existe para seja mantida uma relação saudável entre os atores e o Estado, visto que em regimes democráticos, como o Brasil, a conjuntura tende a ser plural, de modo que espaços sejam abertos para que os atores busquem alternativas e soluções aos entraves e problemas públicos (JEAN, 2010; GOHN, 2011).

O primeiro relacionamento de atores a ser mostrado é o do Estado com a sociedade, visto que esse reflete na produção de políticas públicas, principalmente, nas emergenciais (LOBATO, 1997). No entanto, as políticas públicas tendem a favorecer as interações Estado e sociedade, marcadas por relações de reciprocidade e antagonismo. Dessa forma, planejar e analisar os processos das políticas públicas significa romper com a linearidade do sistema político, que enxerga isso como um simples resultado. Mas ao desenvolver sua formação é necessário incluir vários sujeitos sociais e políticos como: grupos de pressão, sindicatos, movimentos sociais, entre outros. Nessa concepção, as políticas públicas têm como objetivo concretizar os direitos alcançados pela sociedade, que foram incluídos nas leis, tendo como foco principal pontos universais que visam o bem público (LEMOS; FACEIRA, 2015).

Ao pensar na relação entre Estado e Sociedade Civil, no que se refere ao processo das políticas públicas, nota-se que essa interação vem acontecendo em um complexo processo histórico, visto que cada ator tem interesses e particularidades próprias, mesmo que sejam interdependentes. Dentro dessa relação vale destacar os movimentos sociais como um dentre os vários sujeitos sociais, pertencentes à sociedade civil, que em sua interação com o Estado pode interferir no desenho das políticas públicas (LEMOS; FACEIRA, 2015).

Para entender de maneira clara a influência dos movimentos sociais perante as políticas públicas, é preciso considerar o papel da burocracia de nível de rua e a relação que essa mantém com os movimentos (LIPSKY, 1980).

A burocracia de nível de rua tem características que a difere de outros setores do Estado, principalmente, pela discricionariedade, que é entendida como a liberdade dada a administração pública para agir e tomar decisões dentro dos limites da lei. Essa liberdade é cedida devido à rotina de incertezas e imprevistos de seu trabalho, já que existe a necessidade de lidar com as demandas cambiantes dos clientes (cidadãos). Porém, esses cidadãos têm pouco poder de barganha perante os burocratas, visto que na maioria das vezes não podem deixar de receber os benefícios do Estado, pois mesmo que esses não se enquadrem totalmente ou não sejam suficientes para sua situação, são extremamente necessários (PENNA; ROSA, 2015; LIPSKY, 1980).

Tendo isso em vista, os movimentos sociais precisam manter uma relação saudável e profissional com os burocratas de nível de rua, de forma a conscientizá-los e convencê-los

da importância das pautas do movimento, para que essas sejam transpostas em políticas públicas coesas que sejam priorizadas, além de fazer com que consigam ver a realidade vivida pela sociedade. É importante frisar que essa relação com os burocratas deve ser adotada como caminho para alcançar seus resultados e que essa cooperação se transforma em políticas públicas efetivas (PENNA; ROSA, 2015; LIPSKY, 1980).

A inserção dos movimentos sociais no ciclo de uma política pública é de grande importância, pois muitas demandas sociais podem ser negadas pelo Estado. E, como exposto por Lobato (1997), os movimentos sociais podem criar forças para a representação política dessas demandas.

No entanto, a representação de interesses não pode restringir o acesso de outros grupos diferentes ao Estado. Contudo, isso é um pouco complexo em uma sociedade onde o Estado, muitas vezes, é dominado e liderado pelos interesses privados, ou seja, econômicos e lucrativos, e o social é deixado de lado. Por conta disso, as políticas públicas deveriam procurar romper essa barreira e criar políticas públicas no sentido lato (LOBATO, 1997).

A produção de políticas públicas no sentido lato é muito incerta, visto que mesmo que a Constituição de 1988 busque assegurar inúmeros direitos fundamentais, cabe ao setor público definir quais são suas prioridades para produção de políticas públicas. É necessário levar em consideração, também, que para que essas políticas públicas sejam efetivadas são necessários recursos financeiros estatais, que são limitados. Dessa maneira, para que uma demanda seja priorizada em detrimento de outra é necessário que haja pressão, seja essa econômica, estatal, social e até mesmo político-sociais, como as praticadas pelos movimentos sociais (GONÇALVES, 2016).

Os movimentos sociais são capazes de modificar a dinâmica de participação e representação política, instaurando um novo modo de fazer políticas públicas, em busca de caminhos em que as soluções aos problemas sociais sejam encontradas coletivamente, e para que os movimentos sociais e a sociedade civil possam ajudar e participar em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, em prol de políticas públicas mais factuais (QUIROGA, PAGLIARONE, 2014).

Para que isso ocorra, os movimentos sociais não devem ser conhecidos e considerados apenas como portadores de ideias, mas sim como atores políticos, que buscam melhorias em todo processo de produção e composição das políticas públicas (PERISSINOTTO, SZWAKO, 2017; GONÇALVES, 2016). Tatagiba, Abers e Silva (2018) reforçam esse argumento, visto que acreditam que os movimentos não são apenas membros de um subsistema de política pública ou até mesmo de um regime político, eles são, na verdade,

atores coletivos que demandam e configuram os subsistemas e os regimes existentes. Ou seja, os movimentos buscam aproveitar todos os caminhos criados pela conjuntura atual, tentam utilizar da presença e do poder de seus aliados, também dos canais de participação para o processo decisório, além de buscar mudanças no ambiente institucional que operam.

Esses caminhos são seguidos para alcançar modelos alternativos de políticas públicas que atendam as demandas dos movimentos sociais. Mas, para que isso ocorra, é necessário reformar o Estado, por meio de lutas e alternativas que procurem redefinir a estrutura organizacional das políticas públicas e objetivem uma abertura institucional para os movimentos e suas pautas (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Portanto, entender a capacidade de movimentos influenciarem as políticas públicas requer não somente identificar os pontos de acesso, mas entender os processos de interação entre movimentos sociais e outros atores (estatais e não estatais) que resultam na construção e reconstrução de políticas e instituições (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p.112).

Nota-se a partir das discussões apresentados até aqui, que as escolhas e rotas percorridas pelos atores sociais provocam mudanças em todo ciclo de políticas públicas e são importantes para que o Estado reconheça as diferentes demandas da sociedade (JEAN, 2010; GOHN, 2011).

Desta maneira, para melhor entendimento da temática será explicitado, a seguir, todo o processo de produção de políticas públicas, além de “apresentar e discutir, ainda que de forma introdutória, a política do acesso à agenda governamental, tema que, apesar de sua importância, não tem sido suficientemente considerado pela literatura especializada (CAPELLA, 2012, p.23)”.

Secchi (2013) divide o processo de elaboração de políticas públicas em um ciclo, conhecido como ciclo de política pública (policy cycle), que se trata de um esquema de visualização e interpretação que organiza a trajetória das políticas públicas em fases interdependentes. Existem inúmeras versões desse ciclo, mas Secchi (2013) restringe em sete fases principais, o que não quer dizer que não existam outras fases ou até mesmo subfases. A divisão dada pelo autor é a seguinte: 1) identificação do problema, 2) formação de agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, e por fim, 7) extinção. Mas vale lembrar que “apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública” (SECCHI, 2013, p.43).

Logo, para facilitar o entendimento e análise dos resultados da pesquisa, optou-se pelo reconhecimento de cinco fases: 1) identificação do problema, 2) formação de agenda,

3) formulação de alternativas, 4) implementação, e por fim 5) avaliação. À vista disso, segue abaixo as explicações dessas etapas, tendo como foco as fases de formação de agenda e formulação de alternativas, devido a importância do mesmo para o estudo do objeto empírico.

A primeira fase apresentada é a delimitação e reconhecimento dos problemas públicos, uma vez que as políticas públicas buscam saídas para os problemas. Vale destacar, também, a importância de analisar e levar em consideração os atores envolvidos. Os autores Dias e Matos (2012) argumentam que delimitar um problema público é politicamente indispensável na elaboração de uma política pública, de modo que devem ser definidos quais são os seus elementos e sua essência deve ser sintetizada em uma fase. Mas qualquer definição oficial do problema é temporária, ou seja, nas fases posteriores de formulação das alternativas e de implementação, os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados pelos atores envolvidos.

Um problema público é configurado a partir da coleta de fundamentações e até de manifestações que são argumentadas e devem ser analisadas e separadas como situações que demandam ou não atuação governamental. Mas a atenção e o reconhecimento dos problemas se dão apenas por meio dos desastres, crises e eventos de grande seriedade e relevância, pois apenas por meio de situações similares a essas é que o governo dá atenção a determinado assunto (CAPELLA, 2015).

Dessa forma, é necessário que a opinião pública consiga lidar com as diferenças para mostrar a importância de considerar as diversas demandas e mediar os conflitos por meio de um diálogo em busca de um consenso. Mas esses debates só podem ocorrer “na medida em que elas não transgridam um consenso moral. Quando isso acontece, o público dissolve, o debate cessa, tem início a intolerância e a coerção fica a um passo de distância” (LASSWELL, 1931, p.316).

Após a identificação dos problemas, a segunda fase do processo de formulação das políticas públicas é permeada pela formação da agenda, que “está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros” (CAPELLA, 2018, p.13).

Rogers e Dearing (1988), ao realizarem um extenso trabalho (...) identificaram a existência de três linhas de estudo fortemente desenvolvidas na área: (1) media agenda-setting (agenda midiática); (2) public agenda-setting (agenda pública); (3) policy agenda-setting (agenda das políticas públicas). De acordo com os autores, ainda que desenvolvidos de forma autônoma e em diferentes áreas do conhecimento, os três tipos de estudos apresentam forte relação teórica e metodológica na análise do processo de

priorização de temas e formação da agenda, (...) A primeira, da agenda midiática, apresenta como principal objeto de estudo o processo de seleção dos assuntos que serão noticiados e enfatizados pelos veículos de comunicação de massa (mass media). A segunda tradição, da agenda pública, tem como principal variável a importância percebida pela opinião pública geral sobre um conjunto de temas, ou seja, está relacionada com a identificação dos temas que o público considera importante. A terceira tradição, a agenda de políticas públicas, preocupa-se em estudar o processo de percepção e hierarquização de problemas que chamam a atenção dos formuladores de políticas e grupos próximos a eles (apud CAPELLA, BRASIL, ALVES, 2016).

De acordo com Saravia (2006), a agenda é o primeiro momento da inclusão de assuntos ou necessidades sociais na agenda pública, ou seja, na lista de prioridades do poder público. Ela também é definida como:

conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais. As questões se manifestam na agenda sistêmica quando despertam a atenção da opinião pública ou quando parte considerável do público demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a uma preocupação. Nem todas as questões que fazem parte das preocupações presentes na sociedade atrairão também a atenção de membros do governo. Ou seja, nem todas as questões presentes na agenda sistêmica concentrarão a atenção governamental e terão espaço no segundo tipo de agenda identificado pelos autores: a agenda governamental (também chamada de agenda institucional ou formal). A agenda governamental é composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão, seja no plano local, estadual ou federal (Cobb; Elder, 1972 apud CAPELLA, 2018).

O processo da agenda é altamente competitivo, a forma como o problema é estabelecido e planejado, por articular a atenção dos formuladores, pode interferir e motivar o sucesso ou insucesso da questão, visto que diversas questões são inseridas e aguardam atenção e resposta dos formuladores, o que acarreta conflitos políticos, ideológicos, de poder, entre outros (CAPELLA, 2015).

Explicar *policy agenda-process* vai muito além de entender a relação da mídia com a opinião pública, a solução está em compreender como um tema/problema público consegue chamar a atenção dos cientista políticos, ou seja, dos formuladores de políticas públicas e se transformar em uma política pública efetivamente (CAPELLA; BRASIL; SUDANO, 2015).

Desse modo, se as ideias a respeito dos problemas públicos forem bem formuladas, planejadas e defendidas, poderão ser inseridas na agenda em contextos políticos favoráveis. Alguns momentos tidos como estratégicos para essas inserções, são as situações de alterações da estrutura organizacional governamental, visto que esses contextos diversos são capazes de intensificar a emergência de certas ideias, mas também pode limitar outras (CAPELLA, 2015, KINGDON, 2011).

Além disso, a importância do problema público é determinada no tempo, porém o processo de definição e priorização das questões não são estáticas, ou seja, é um processo influente onde os temas transitam por um instrumento de constante hierarquização. Por esse motivo, o momento de averiguação da agenda propicia um entendimento minucioso de uma determinada situação referente a uma questão específica, tal como sinaliza mudanças na atenção dos formuladores e nas prioridades governamentais (CAPELLA, 2018).

Os temas que buscam ser inseridos são diversos e podem ser demandados por grupos de interesse, pela sociedade de forma geral e até mesmo pelo governo, eles podem ser notados em certos espaços de tempo e são denominados agenda universal. Ao serem reconhecidos pela sociedade ou por grupos como questão pública que demanda mudanças, pode ser caracterizado com uma arena da agenda sistêmica. O ponto principal das pesquisas atuais em ciências políticas é justamente entender como um problema ou tema que está na agenda sistêmica chega até a agenda governamental, fase onde existem possibilidades reais de transfigurar uma política, pois o problema estará nas mãos dos tomadores de decisão (CAPELLA; BRASIL; SUDANO, 2015).

A agenda engloba tanto questões mais abstratas acerca das suas concepções sobre os problemas e seus entendimentos, quanto características mais fundamentadas, que estão corporificadas em projetos de lei, em forma de documentos e outros instrumentos. Ela também está presente em todos os níveis de governo, seja ele federal, estadual ou municipal, já que cada um possui seus problemas e questionamentos, por conseguinte, suas prioridades de acordo com a hierarquia de ação (CAPELLA, 2018).

A força da agenda é uma importante característica, pois ela interfere no desempenho dos governos no momento de converter suas inclinações em soluções, ou seja, em políticas públicas factuais. Mas sabe-se que existe um desequilíbrio constante entre os inúmeros problemas que necessitam de atenção e o tamanho limitado da agenda, o que faz com que, na maioria das vezes, as questões recebam pouca ou nenhuma atenção (BRASIL; CAPELLA, 2019).

Ao passo que a capacidade e a diversidade da agenda estão restritas principalmente quanto ao espaço, percebe-se que mesmo que o tema seja considerado como prioridade para produção de políticas pelos governos, esses não estão conseguindo sequer implementar suas prioridades fundamentais, visto que estão lidando com ambientes caóticos sobretudo na política, o que dificulta a interpretação dos problemas e soluções, e até mesmo a tomada de decisão (BRASIL; CAPELLA, 2019).

Nota-se, assim, que em períodos considerados atípicos, como os de fortes crises, são trazidos à tona outros temas, a agenda acaba por perder seu espaço de coesão política e, por consequência, sua capacidade e diversidade. Mas quando esses fatores aumentam as bases de governabilidade, tornam-se mais fortes, criando um ambiente pacífico e apto a mudanças de atores e demandas, portanto, esse é o momento mais propício para outros atores entrarem em cena, em busca de caminhos plurais e diversos na atuação dos governos (BRASIL; CAPELLA, 2019).

Mas a agenda não é meramente uma lista de questões que podem ser vistas como necessárias pelos sujeitos envolvidos na formulação. É preciso salientar que existe um meio de seleção entre os temas, fundamentado em questões como valores e capacidade de ação governamental sobre o tema em questão. Caso os tomadores de decisão sejam considerados potenciais influenciadores, ou seja, passíveis a interferir em problemas, eles devem ser fortemente considerados, sendo sobrepostos a outros atores dentro da lista de prioridades (CAPELLA, 2018).

Barcelos (2013) reforça o argumento que se deve levar em consideração fatores relacionais, principalmente, quando se refere ao processo de formação de agenda e tomada de decisão, visto que existem inúmeros conflitos de ideias, crenças, valores e visões de mundo. É importante lembrar que essa perspectiva tem ganhado espaço na análise de políticas públicas nas últimas duas décadas, pois tem buscado avançar nas análises tradicionais dos campos de Sociologia e Ciência Política. Além desses fatores já ditos anteriormente, essa nova perspectiva tem se preocupado com fatores relacionados a variáveis como pressão, estratégia, influência, poder, entre outros, e alega que a subjetividade importa e deve ser considerada, principalmente, em relação a construção social presente nas políticas públicas (BARCELOS, 2013).

Percebe-se assim que “a forma como os diferentes atores (individuais ou coletivos) se envolvem, participam e buscam influenciar nos processos de decisão política é um aspecto central para entender a construção de políticas públicas” (PASE et al, p.27, 2018).

Lahera (2014) argumenta que nem toda ideia entra na agenda e nem todos os temas da agenda se transformam em programas ou políticas, pois a agenda pública se baseia em um jogo de poder onde se constrói a legitimidade ou a ilegitimidade do ordenamento de valores de maneira implícita. A estabilidade da agenda está relacionada com sua estrutura, portanto, quando existe menor estrutura a agenda pode mudar de maneira mais rápida, sua fragmentação também pode afetar a estabilidade.

A opinião pública, ou seja, a sociedade em geral, pode afetar mais a agenda do que as políticas em si, mas essa participação é limitada quanto aos efeitos do desenho das políticas, visto que muitas esferas importantes são quase invisíveis, o que dificulta um melhor resultado em todas as fases das políticas públicas, principalmente, no que se refere à agenda e a formulação (LAHERA, 2014).

Um dos fatores mais importantes para garantir políticas plurais é a participação da sociedade civil na definição da agenda, o reconhecimento dessa como ator essencial, já que a influência social é crucial para que os governos saibam os reais interesses vigentes e para que futuras políticas públicas sejam embasadas em demandas sociais factuais. A sociedade civil, pode ser representada por diferentes tipos de organizações, como ONGS, organizações de base e movimentos sociais. Essas organizações buscam caminhos para que seus interesses sejam postos na agenda, caso já estejam, que se mantenham e sejam tratados como prioridades (VALENCIA AGUDELO, 2008).

O cenário sociopolítico também interfere nessa inserção, pois foi constatado que durante o governo do PT ocorreram mudanças incrementais e progressistas, ou seja, marcadas pelo aumento da capacidade da agenda, portanto, aumento do espaço para inserção na agenda governamental, de temas plurais, novos atores, novas questões e novos problemas (CAPELLA, 2019).

Nessa conjuntura, “diante de um cenário sociopolítico em constante transformação a atuação dos movimentos sociais ganham novos contornos e a participação de forma articulada com outras forças políticas organizadas têm potencial de alterar a agenda governamental” (OLIVEIRA, 2018, p.151).

Os movimentos sociais podem atuar e interferir em três fluxos: problemas, soluções e político, sendo que o fluxo de problemas está ligado às diversas formas que os atores apresentam suas pautas, para que essas sejam priorizadas e ganhem atenção governamental. Já o fluxo de soluções é justamente como esses atores ajudam na produção de saídas para seus problemas. Por fim, o fluxo político refere-se à força política e/ou capacidade em interferir e influenciar a opinião pública em prol de suas pautas. A partir desses três fluxos, os movimentos sociais podem propiciar caminhos para abrir janelas de oportunidades, para fazer com que as pautas que defendem ganhem notoriedade e sejam alvo de atenção governamental por intermédio de políticas públicas, de modo que promovam mudanças pautadas por eles (KINGDON, 2011).

Um exemplo que ilustra esse argumento é o dos movimentos sindicais combinados às jornadas de junho, que por meio desses três fluxos explicados anteriormente, conseguiram

mobilização social fazendo com que suas demandas entrassem na agenda governamental. Essas conquistas foram transpostas, por meio de políticas públicas, em “legislação trabalhista, os programas de financiamento da saúde e educação, melhorias no sistema de transporte público, entre outras” (OLIVEIRA, 2018, p.54).

No entanto, as pautas e demandas dos movimentos são mutáveis, podem sair e entrar na agenda governamental, a depender da sua influência e das alterações no fluxo político. Se um problema público se encontra na agenda governamental, isso não significa que se tornará uma política, já que eles sofrem influências de diversos outros fatores e atores, que podem interferir na materialização ou não da política pública. Além disso, essas podem ser efetivadas ou não, reforçando assim a importância de os movimentos sociais acompanharem todo o processo de políticas públicas (OLIVEIRA, 2018).

Outro ator que tem grande poder no que refere à formação de opinião é a mídia, que pode ser um importante meio na priorização e divulgação das políticas públicas, além de ser uma forma de publicação do processo de formação da agenda para que a sociedade civil possa participar e intervir na formulação de políticas públicas de seu interesse. Relembrando que não são todas as demandas que entram para a agenda, dessa forma, a visibilidade, dada pela mídia ao problema, ajudará na inclusão da pauta, além de chamar a atenção dos detentores do poder (AMARAL; AMARAL, 2015).

As demandas sociais buscam ser adicionadas na agenda pública, de forma a disputar recursos, mas esse caminho a ser percorrido é cheio de obstáculos (MALFITANO, 2004; OLIVEIRA, 2018). Pois “não é novidade que conhecimento é poder, especialmente um conhecimento que está prontamente acessível e inclui informações sobre indivíduos e grupos que os torna vulneráveis à chantagem ou outros métodos de indução” (LASSWELL, 1972, p. 307).

Outros obstáculos que são vivenciados no âmbito social, remetem aos encaminhamentos que acabam por priorizar a individualização e não coletivização das demandas, o que traz reflexos sobre a entrada na agenda pública. É impossível que o Estado atenda a todos os interesses e demandas, o que reforça o importante papel dos movimentos sociais e sua pressão, pois eles influenciam as decisões governamentais em busca de um equilíbrio entre Estado, economia e sociedade, sempre buscando a priorização de suas pautas sociais (MALFITANO, 2004; OLIVEIRA, 2018).

Os movimentos sociais são capazes de contribuir com a “criação de políticas que reconheçam a demanda popular enquanto prioridade, agindo de forma mais eficaz na sua

proposta de intervenção, objetivando a participação social enquanto preceito para operacionalização das políticas públicas” (MALFITANO, p.151, 2004).

Dando continuidade às definições e argumentações sobre o processo de política pública, a terceira etapa é caracterizada como formulação, na qual são englobadas a seleção e a especificação da alternativa considerada mais propícia ao problema, de modo que devem ser delineados os seus objetivos e marcos jurídico, administrativo e financeiro (SARAVIA, 2006).

Para Secchi (2013), a formulação consiste na elaboração de alternativas, onde os esforços realizados são em prol da construção de soluções para os problemas encontrados, de forma a estabelecer objetivos, que quanto mais específicos, mais fáceis tornarão as análises das políticas públicas posteriormente, no que se refere ao critério de eficácia.

Outro ponto que deve ser observado na formulação de políticas públicas é a demanda por análise das condições, cada qual com suas singularidades, de acordo com a disposição sociopolítica de onde se formula a política pública. Por isso, é primordial levar em consideração fatores da organização social e das políticas vigentes, além do regime político e dos padrões de organização da sociedade e inúmeros outros pontos como cultura, condições tecnológicas, econômicas, entre outros (LOBATO, 1997).

Além disso, Souza (2006) reconhece as influências de diversos atores não governamentais nessa etapa, como grupos de interesse e movimentos sociais, que podem atuar diretamente ou indiretamente, a depender do tipo de política formulada e do poder que esses exercem. Pois mesmo com as pressões contrárias e desmobilização sofridas pelos movimentos sociais ao decorrer de suas trajetórias, eles têm conseguido influenciar no processo de formulação de políticas públicas a partir do rompimento de inúmeras barreiras de várias formas existentes (OLIVEIRA, 2018).

No entanto, vale pontuar que a capacidade de aceitar ou rejeitar as demandas não são exclusivas do Estado. Existem inúmeros fatores que interferem nessas decisões, a começar com a capacidade dos movimentos sociais em ganhar espaço, até mesmo conquistar outros atores, sejam esses representantes do aparelho estatal ou não. Também é importante levar em conta que quanto mais as demandas forem opostas as propensões do Estado, mais necessário será coligar com outros atores, sendo importante também saber canalizar seus objetivos e ideologias para alcançá-los (LOBATO, 1997).

Essas questões, ditas anteriormente, reforçam o pensamento de Pinto (2007) sobre a formulação, visto que traz consigo um espaço para atuação de muitos atores e também a junção de diferentes fatores, como seleção de propostas viáveis, construção de apoio político,

priorização de demandas sociais, entre outros aspectos que direcionarão um programa para a agenda de decisão.

Para obter melhores resultados, os movimentos sociais podem contribuir de diferentes formas com o processo de formulação, que estará permeado, de acordo com Pinto (2007) e Oliveira (2018), por elementos como:

- a) a popularidade e capacidade política está diretamente ligada ao quão influente politicamente esse ator é ou pode ser, na busca de priorização das suas demandas no processo de formulação. A priorização pode ser alcançada pelos movimentos sociais por meio de apoio político, marketing social, entre outros;
- b) conhecimentos e estudos específicos, referentes às informações, pesquisas e até mesmo dados, que comprovem cientificamente a problemática encontrada, que sejam benéficos, principalmente, quando essa pesquisa já encontrou soluções viáveis e rotas a serem seguidas pelo Estado na formulação de políticas públicas. Em busca disso, os movimentos sociais fazem cartilhas educativas, formações, produções científicas entre outros;
- c) senso pragmático de possibilidades, que vai de encontro com tópico anterior, visto que é necessário ter saídas viáveis para os problemas públicos e essas devem ser planejadas para que consigam atender as demandas dinâmicas do processo de formulação de políticas públicas, sendo essa uma pauta dos movimentos sociais, pois esses reconhecem a dinamicidade existente na sociedade devido às especificidades de cada situação, território e contexto;
- d) o dom de chamar atenção, justamente fazer com que suas pautas e demandas sejam priorizadas no processo político, que é o que os movimentos sociais procuram por meio de suas manifestações;
- e) a autoridade, que é o poder que detêm perante o Estado e a sociedade, que também é buscada pelos movimentos sociais, visto que essa força influencia diretamente na credibilidade do movimento e afeta a formulação de políticas públicas.

Além disso, na formulação de políticas públicas existe uma interação de diversos interesses, cada qual com seus representantes, como o Estado. Mas esse, deve sempre tomar cuidado com a hegemonia dominante, para não favorecer o privado em detrimento do público, devido, principalmente, ao mundo capitalista em que se vive (LOBATO, 1997).

A quarta fase do processo de políticas públicas consiste na implementação, que “contém a aplicação da política através do Governo. É a etapa em que se busca combinar e

conciliar o tempo para a implantação da política com os recursos financeiros e humanos disponíveis para seu cumprimento” (SILVA, et al, p.37).

Essa fase é definida por Rua e Romanini (2014, p. 4) como “o conjunto de eventos e atividades que acontecem, posteriormente, a definição das diretrizes de uma política pública, que englobam tanto o esforço para administrá-la como os seus efeitos substantivos sobre pessoas e eventos”.

Além disso, Rua e Romanini (2014) destacam também a complexidade dessa fase, pois acreditam que esta é a etapa mais problemática das políticas públicas, devido a necessidades como: a) não admitir ambiguidades; b) fazer com que os elos sejam mínimos na estrutura de implementação; c) prevenir interferências externas; e d) controle administrativo sobre os atores abrangidos; entre outros. Fora que “sua implantação deve estar constantemente atendendo aos objetivos previamente estabelecidos. Ao final do processo, os resultados alcançados caracterizam o impacto da política implementada” (SILVA, et al, p.37).

Dentro do processo de implementação de uma determinada política pública, existem dois modelos que podem ser abordados, sendo eles, o bottom-up e o top-down. O modelo bottom-up é uma forma de produção que se orienta de baixo para cima e pode ser denominado como desenho retrospectivo. Os autores defendem a necessidade e a importância da discricionariedade dada aos implementadores desse modelo, posto que o conhecimento sobre a realidade local fundamenta, de forma mais específica, o enquadramento para cada contexto social. Os sujeitos e outras variáveis influenciadoras são considerados, ou seja, esse modelo valoriza as realidades vivenciadas em cada local e busca aplicar na prática as peculiaridades de cada uma (LIMA, D’ASCENZI, 2013; SECHI, 2013).

Já o modelo top-down, orienta-se de cima para baixo, e pode ser intitulado, também, como desenho prospectivo. Nesse padrão, é dividido claramente a decisão e a operacionalização das políticas, sendo elas, criadas pelos legisladores e implementadas como um processo técnico de maneira mais impositiva, excluindo muitos outros processos. Sendo assim, o modelo top-down, é notado como o atual modelo vigente no Brasil (LIMA, D’ASCENZI, 2013; SECHI, 2013).

Portanto, a implementação é um processo complexo que engloba vários atores, disputas, interesses, recursos, poderes, entre inúmeras outras variáveis. Além disso, nessa etapa existe uma interação entre os implementadores, também conhecidos como burocratas de nível de rua, com atores diversos, como movimentos sociais, usuários, políticos, entre

outros. Deve-se lembrar que essa fase do processo de políticas públicas é considerada interativa, o que mostra que suas relações podem afetar seus resultados (LOTTA, 2018).

E por fim, a quinta fase do ciclo, denominada avaliação, “tem sido, em termos preponderantes, o campo daqueles que veem essa verificação ou apuração como exercício neutro, técnico, para determinar o sucesso (ou insucesso) dos esforços enviados pelos governos para resolver problemas políticos” (HOWLETT; RAMESH; 2013, p.200). Mas vale frisar que “nem todas as avaliações são iguais. Podem-se estabelecer diferenças entre elas segundo vários critérios, tais como o tempo de sua realização e os objetivos procurados, quem as realiza, a natureza que possuem, a escala que assumem e que alçada decisória são dirigidas” (COHEN; FRANCO; p.108, 2004).

Os movimentos sociais reconhecem a avaliação como uma forma de controle social, que tem sido cada dia mais incentivada, principalmente, no que se refere ao diálogo entre sociedade civil e governo. O controle social é utilizado como mecanismo de pressão aos oficiais públicos para que esses prestem conta de suas decisões, principalmente, no que tange às políticas públicas. Existem inúmeros atores, que compartilham a decisão, a execução e a fiscalização dos caminhos percorridos pelo setor público, um ator relevante nesse processo de controle é os movimentos sociais (FIABANE, 2011).

Dessa maneira, “o movimento, na condição de articulação de controle social, questiona, propõe caminhos diferentes e dá visibilidade às ações dos oficiais públicos e isso gera uma tensão inerente de disputa de poder político” (FIABANE, 2011). Mas é claro, isso é realizado sempre buscando alcançar as pautas dos movimentos em prol da coletividade (FIABANE, 2011, p.107).

O controle social tem como foco principal a avaliação e a fiscalização dos programas, mas acabam por influenciar em todas as fases, como planejamento, implementação e avaliação da política pública. Esse aumento da participação dos movimentos sociais no controle social, faz com que seja acentuada a relação dos movimentos com Estado, essa relação deve ser regida por pautas que visam o bem público (ALBUQUERQUE, 2015).

Além disso, os “movimentos sociais lutaram cotidianamente por novas políticas de direitos. É essa incidência de atores sociais na política pública, tanto na sua criação e elaboração como na sua implementação, monitoramento e avaliação, que se entende aqui como o ‘controle social’ sobre a política pública” (ALBUQUERQUE, 2015, 253).

Logo, levando em consideração a força e poder de mobilização dos movimentos sociais, no que se refere à “divulgação em massa das campanhas ou de investigações de transgressões pela mídia, e a possibilidade de ativação judicial realizada direta ou

indiretamente por indivíduos ou organizações, governantes e burocratas devem estar atentos ao controle social” (FIABANE, 2011, p. 54).

Mas todo esse processo de políticas públicas no Brasil, explicitado anteriormente, está em constante mudança, visto que o modelo autoritário e burocrático foi, a passos lentos, transformado em processos mais democráticos e participativos, o que reforça que dentre os atores que contribuem para essa transformação, vale destacar os movimentos sociais, principalmente, por sua relevância e impacto social.

Os movimentos sociais, ao longo de sua trajetória de lutas, alcançaram inúmeras conquistas, que foram transpostas em políticas públicas de extrema relevância, que propiciam melhores condições de vida, saúde, trabalho, direitos, educação, entre outros. Vale destacar que se não houvesse a interferência dos movimentos junto aos governos, vários desses avanços não seriam concretizados (OLIVEIRA, 2018).

Essa reflexão é reforçada por Gonçalves (2016, p.386), pois ele aduz que “os movimentos sociais representam interesses sociais legítimos e são importantes atores político-sociais. A pressão por eles exercida assegura não apenas a concretização de direitos fundamentais, mas, sobretudo, o desenvolvimento da democracia, tão cara às sociedades modernas”.

Dessa forma, notou-se que para compreender as políticas públicas é necessário perpassar pela perspectiva relacional, ou seja, entender a influência que um ator pode desenvolver no ciclo das políticas públicas. No caso desse estudo, está em foco o papel de dois movimentos sociais na formação da agenda, portanto, acredita-se que essa discussão traz importantes referências para avaliar a influência desse tipo de ator social em uma política. Porém, sabe-se que não são somente atores da sociedade civil, como os movimentos sociais, expressam suas demandas, atores do mercado também podem demandar seus interesses. Nesse sentido, serão apresentadas algumas questões que permeiam os grandes empreendimentos econômicos e a noção de atingidos.

2.3 Grandes empreendimentos e atingidos

As ideias de progresso e desenvolvimento são tidas como dominantes do coletivo moderno e estão ligadas de forma diretamente proporcional ao número de construções de grandes empreendimentos, infraestruturas e à utilização de novas tecnologias (PASE et al, 2016; ACUÑA, 2015).

Torna-se necessário refletir que o desenvolvimento econômico¹ pode promover a melhoria no que se refere aos padrões de vida, porém não resolve todos os problemas de uma sociedade. O desenvolvimento econômico é somente um de cinco grandes objetivos políticos que fazem parte da sociedade moderna, que incluem: a segurança, a liberdade, a justiça e a proteção ambiental. Esses elementos devem trabalhar de forma conjunta para evitar a oposição de um sobre o outro. Entretanto, podem surgir conflitos, que devem ser mediados, já que esses são pontos cruciais para se viver em uma sociedade global, desenvolvida e justa (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Todo empreendimento de infraestrutura gera externalidades, que muitas vezes são indesejadas, por isso torna-se necessário traçar saídas e caminhos que mitiguem ou eliminem essas externalidades negativas. Frequentemente, em estados democráticos, isso ocorre por meio de grupos de pressão, que podem ser entendidos como grupos de pessoas (movimentos sociais e etc), que por intermédio da pressão, buscam obter seus objetivos. Muitas vezes, eles estão ligados a essas externalidades negativas advindas dos grandes empreendimentos ou às políticas compensatórias, que são ações realizadas pelo governo empreendimentos (PASE et al, 2016; LANA, 2015; RISSATO, 2011).

As regiões nas quais são implementados os grandes empreendimentos econômicos, geralmente, são territorializadas por grupos sociais vulneráveis que dependem dos recursos naturais locais para sua subsistência e para a reprodução de seus modos de vida, por isso, os impactos causados, muitas vezes, são irreversíveis. Dessa forma, torna-se necessário lutar para que os interesses econômicos não se sobressaiam aos interesses da sociedade civil e, principalmente, aos interesses dos grupos atingidos pelos empreendimentos, ou seja, que nenhum objetivo político se sobreponha a outro, buscando assim um equilíbrio (SANTOSO, 2014; BRESSER-PEREIRA, 2006).

¹ Os termos, desenvolvimento econômico e crescimento econômico, são usualmente utilizados como sinônimos pelos economistas, porém, alguns estudiosos defendem uma diferença entre ambos, enquanto, o desenvolvimento econômico abrange mudanças estruturais, o crescimento econômico não abrange (BRESSER-PEREIRA, 2014).

O desenvolvimento econômico é um processo que eleva o capital humano, ou seja, promove o crescimento dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para os setores com maior conteúdo tecnológico, implicando assim em um aumento salarial (BRESSER-PEREIRA, P. 6, 2006).

Contudo, o crescimento econômico pode estar atrelado a questões desiguais e prejudiciais a natureza humana, enquanto o desenvolvimento econômico não se encontra dentro desses aspectos, pois o foco deste é visto não apenas na melhora dos padrões de vida, mas também de outras questões pertencentes a sociedade moderna, estas que sobrepõem ao fator quantitativo, indo de encontro com uma melhor qualidade de vida (BRESSER-PEREIRA, 2014).

As regiões nas quais são implementados os grandes empreendimentos econômicos, geralmente, são territorializadas por grupos sociais vulneráveis que dependem dos recursos naturais locais para sua subsistência e para a reprodução de seus modos de vida, por isso, os impactos causados, muitas vezes, são irreversíveis. Dessa forma, torna-se necessário lutar para que os interesses econômicos não se sobressaiam aos interesses da sociedade civil e, principalmente, aos interesses dos grupos atingidos pelos empreendimentos, ou seja, que nenhum objetivo político se sobreponha a outro, buscando assim um equilíbrio (SANTOSO, 2014; BRESSER-PEREIRA, 2006).

Em busca desse equilíbrio, deve-se pensar nos *stakeholders* e na gestão estratégica de um grande empreendimento, a fim de fazer com que os gestores formulem e implementem processos que consigam satisfazer todos os *stakeholders*, não somente os grupos que detêm poder ou participação financeira no empreendimento (PAGNUSSATT et al., 2017).

Mas na prática, o modo de participação dos *stakeholders* acaba por restringi-los às etapas anteriores à aprovação do projeto, que são o licenciamento ambiental e a outorga de autorização. A ausência de cooperação e diálogo entre os diferentes atores na tomada de decisão, no que se refere à gestão de recurso, à construção do empreendimento e à irregularidade das informações sobre as conformidades estabelecidas antes da aprovação do projeto, fazem com que no decorrer da operação, os *stakeholders*, principalmente os locais, percam sua credibilidade no empreendimento (PAGNUSSATT et al., 2017).

Além disso, a maioria dos discursos das empresas responsáveis por esses grandes empreendimentos econômicos são embasados em promessas de redução das desigualdades regionais e na propaganda de uma fictícia interiorização do crescimento. Mas nas regiões que são realizadas as implementações há uma desestruturação das atividades preexistentes, além de consequências como o desemprego, a favelização, a marginalização social e a degradação ambiental (VAINER; ARAÚJO, 1992).

A população da região onde é implementado o projeto tende a não ser favorecida pelos empregos gerados pelo empreendimento, visto que a maior parte da mão de obra necessária vem das populações que aceitaram esse projeto de forma espontânea ou acordada. Além do mais, a população local também não é vista como destinatária dos recursos produzidos (VAINER, 1990). Tudo isso, mostra a falsa ideia de crescimento regional, que faz com que seja repensada a abrangência e a complexidade da terminologia atingidos por empreendimentos, sejam esses minerários ou hidrelétricos.

De modo a compreender melhor o termo atingido e sua abrangência, Vainer (2005) destaca que ao estabelecer estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo e, em alguns casos, como legal, seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2005).

Além do mais, a diversidade do cenário brasileiro é grande, principalmente, no que se refere aos conflitos provocados pelas atividades econômicas, que são inúmeros, e atingem populações tradicionais imemoriais, como índios e quilombolas, populações ribeirinhas, população urbana e rural, o que acaba por fortalecer os argumentos dos inúmeros impactos e abrangência dos mesmos, visto que muitas vezes as atividades têm sido, crescentemente, percebidas como invasivas e ameaçadoras à qualidade de vida (ARAÚJO; FERNANDES, 2016). É fortalecido, assim, o argumento da complexidade existente em se distinguir e descrever o termo e a abrangência das pessoas atingidas.

Vainer (2007) reforça essa abrangência e explica como o processo de um empreendimento econômico atinge diversas áreas. Para esse autor, a construção de um grande empreendimento econômico pode ser a causa de mudanças sociais que afetam múltiplas dimensões e escalas, sendo essas espaciais ou temporais. Esse processo desencadeia grandes mudanças patrimoniais, além de novas dinâmicas sociais e econômicas, o que faz com que novos interesses e problemas surjam e se manifestem.

Dessa maneira, como o foco do trabalho são empreendimentos econômicos minerários e hidrelétricos, vale entender um pouco da realidade dos territórios atingidos pelos grandes empreendimentos.

Os grandes empreendimentos minerários devem manter um contato com a população em torno dos locais de extração, cumprindo vários papéis. O primeiro papel é a responsabilidade social corporativa que, minimamente, deve envolver procedimentos transparentes de reclamação e uma abertura em relação ao conteúdo das avaliações de impacto ambiental e social e lucros corporativos. Em segundo lugar, na medida do possível, as corporações devem priorizar as pessoas locais em suas políticas de emprego (GARDNER et al, 2012). Mas esse extrativismo, que constantemente se apropria dos recursos, energias vitais e espaços dos povos, também conhecido como expansão capitalista, é apresentado hoje como um meio crucial para o “desenvolvimento econômico” (ACUÑA, 2015).

Já os grandes projetos hidrelétricos implicam na construção de reservatórios, o que gera uma grande interferência socioambiental que incide, principalmente, sobre as

propriedades rurais, mas em algumas situações até em áreas urbanas, que estão localizadas na área do reservatório e seu entorno (OLIVEIRA; SILVA, 2015).

O processo de licenciamento desses grandes empreendimentos tende a ser complexo e participativo, visto que é necessário um estudo dos impactos ambientais e audiências públicas com a presença das populações impactadas. Além disso, também é necessária a demonstração de interesse por parte da prefeitura, para que seja iniciado o processo mediante solicitação de licenciamento ambiental. Mas, para que isso ocorra, é importante que a população local e a sociedade civil de forma geral tenham um diálogo nas fases iniciais de um novo empreendimento, não apenas nas fases mais tardias, que esse diálogo seja mais transparente e fluido (PAGNUSSATT et al, 2017). O posicionamento intimatório das organizações não governamentais e de movimentos sociais perante os projetos e empreendimentos econômicos, pode influenciar a população local e gerar resistência da comunidade quanto à instalação de projetos (PAGNUSSATT et al, 2017).

As obras advindas desses empreendimentos acarretam mudanças, principalmente, de ordem territorial. Por meio de um discurso em prol da modernidade, essas empresas se apropriam dos lugares e geram diversos impactos ambientais ou sociais. Elas provocam problemas como a desterritorialização e reterritorialização de milhares de pessoas apenas por meio de um discurso modernista, cujo o objetivo é unicamente a geração de lucro (OLIVEIRA; SILVA, 2015; VAINER, 1990).

A maioria dos grandes empreendimentos não levam em consideração os patrimônios imateriais e os atingidos simbolicamente, essas pessoas e nomenclaturas devem ser inseridas nos estudos dos impactos, sejam esses sociais ou ambientais. É evidente a mudança estrutural de um lugar devido à modificação territorial, isso traz implicações para diversos grupos de interesse, dentro e fora da cidade, além da perda de identidade do espaço habitacional e do impacto na vida futura desses grupos. Dessa forma, torna-se relevante que, no processo de implantação dos empreendimentos, sejam consideradas as questões culturais dos atingidos (ENRIQUÉZ, 2011; SILVA, SILVA, 2011; FREITAS, OLIVEIRA, SOUZA, 2013).

Como forma de mostrar a força dos grandes empreendimentos, principalmente, no que se refere às atividades minerárias, pode-se destacar que:

O processo de licenciamento para se instalar, operar e produzir atividades de mineração no Brasil foi concebido para criar uma situação favorável aos empreendedores do setor no que concerne à possibilidade de uma oposição das populações. As duas licenças exigidas, a licença para minerar e a licença ambiental, realizam-se em âmbito administrativo e as populações das localidades afetadas não têm poder de veto. O ordenamento brasileiro é frágil no que concerne à proteção destas populações, pautando-se por

instrumentos mitigatórios e compensatórios e não prevendo sua consideração nos processos de licenciamento (ARAÚJO; FERNANDES, 2016, p.4).

Um ponto importante a ser frisado, é como o Estado se porta perante à construção de grandes empreendimentos e às suas externalidades. O discurso da modernização tem sido utilizado também pelo Estado, em busca de convencer a população da área a ser ocupada pelo empreendimento. Com esse discurso, o Estado compactua com grupos privados e age no sentido de favorecer seus interesses (OLIVEIRA; SILVA, 2015; RODRIGUES; COSTA, 2016). Também é importante lembrar que:

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, caracterizado pelas práticas de exploração dos recursos naturais e instalação de grandes empreendimentos, é extremamente impactante ao meio ambiente e as comunidades tradicionais, o que conseqüentemente cria um campo de conflito entre atingidos e empreendedores (minerários e elétricos) e o próprio Estado. Os impactos a que essas populações estão submetidas (socioculturais, ambientais, econômicas, relativas à saúde humana, etc.) representam as questões que os atingidos esperam ser solucionadas. (OLIVEIRA, 2018, p.24).

Rodrigues e Costa (2016) também salientam que a força que os grandes empreendimentos têm, principalmente, perante o Estado e seus governos, vem cada dia mais fortalecendo a política econômica pautada no modelo de exploração, nutrindo e fortalecendo uma sólida aliança entre o Estado e as grandes corporações.

Além disso, o Estado muitas vezes trata os conflitos socioambientais de forma arbitrária, ou seja, realiza ações coercitivas e até a criminalização e a deslegitimação de movimentos sociais e ativistas ambientais, em prol dos ditos “benefícios” políticos e econômicos (ANDRADE; ALCÂNTRA; PAIVA; 2019).

O comprometimento estatal com os empreendimentos econômicos ocorre de diversas formas como, por exemplo, na forma de financiamentos públicos, flexibilização das leis ambientais em favor da companhia, doações de terrenos, isenções e reduções fiscais, entre outras. Porém, o comprometimento com a população que será ou foi afetada é mínimo, visto que a história mostra a falta de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida das populações atingidas pelas iniciativas com potencial altamente poluidor e predatório. Com isso, percebe-se o poder executivo e suas três esferas como um cenário violador de direitos, que possui raízes na formação econômica e social brasileira, que beneficia as elites locais e internacionais, desde muito antes de isso ser considerado um problema público (PINTO; 2019).

Vale destacar que desde os anos 60, no Brasil, a mineração se tornou um dos

empreendimentos responsáveis por dinamizar o crescimento nacional, entretanto, esse processo não ocorreu de forma sustentável e gerou inúmeros impactos ao meio ambiente e à sociedade de forma geral (ENRIQUÉZ, 2011). Os grandes empreendimentos econômicos estão sempre atrelados aos impactos ambientais, que muitas vezes são irreversíveis e devastadores, tais como, a supressão da vegetação, a morte de animais, além da contaminação de fatores abióticos, como a água e o solo (LANA, 2015).

Nota-se, por meio de todo esse contexto político, que existe uma amarra enorme da dominação do trabalho, além de uma necessidade crescente de consumo e de aumento de padrão de vida, o que gera uma escravidão e dominação sobre uma dada realidade social, de forma que a sociedade perde o controle sobre as decisões que interferem no futuro de sua própria vida. Isso transforma esses fatores em círculos viciosos, muitas vezes, não controlados, mas vistos por muitos como padrão de vida satisfatório, pois a população, em sua maioria constituída por pessoas de baixa renda, não vê outra opção a não ser submeter-se a essas condições precárias de trabalho, em busca de sobrevivência ou do falso crescimento econômico, que não acompanha questões sociais e ambientais, entre outros fatores que deveriam ser considerados (FERREIRA; SARAIVA; 2019).

Mas a conscientização da sociedade de forma geral vem crescendo e mudando nos últimos anos, principalmente no que concerne às questões ambientais, o que anteriormente estava apenas a cargo dos profissionais da área ambiental. Essa conscientização social tem forçado as empresas a investirem em tecnologias “limpas”, ou seja, em busca de impactos menores. Por meio das políticas públicas, as empresas têm sido forçadas a se adequarem aos padrões ambientais exigidos, por medo das sanções administrativas, civis e até penais (LANA, 2015).

Dessa forma, esse tópico buscou trazer uma perspectiva mais macro dos grandes empreendimentos econômicos e dos atingidos por grandes empreendimentos. Os tópicos posteriores irão abordar essa temática de forma mais detalhista, trazendo definições de acordo com o tipo e o foco do empreendimento. Além disso, serão apresentados os dois movimentos, o MAB e o MAM, que têm lutado contra os impactos causados por esses empreendimentos.

2.3.1 Atingidos por barragens e MAB

Os Grande Projetos de Investimento (GPIs), chamados assim desde a década de 1950, era o nome dado as barragens construídas no Brasil, com intuito de atender à necessidade de fornecimento de energia elétrica, por meio de usinas hidrelétricas. Esses empreendimentos

buscavam desde aquela época a apropriação e a reprodução do espaço de acordo com o pensamento economicista, desenvolvimentista e exploratório dos recursos naturais, já não pensavam nas populações que viviam e possuíam vínculos materiais ou imateriais como a localidade e que, muitas vezes, eram pessoas que nunca haviam saído de sua localidade e que apresentavam uma conexão histórica e cultural com o território (SILVA; SILVA, 2011).

A crescente necessidade de energia no Brasil trouxe muitos problemas ambientais e também aos atingidos pelos reservatórios das hidrelétricas, principal fonte energética no Brasil. O principal motivo dessa intensificação na produção de energia era a ideia da elite política e econômica do país de se tornar uma referência na economia mundial. Porém essas mudanças e investimentos causaram impactos, principalmente, nas comunidades que viviam próximas às margens de rios e que mantinham uma relação orgânica de sustento com os canais fluviais (SIEBEN; CLEPS JÚNIOR, 2012). É importante frisar que:

A geração de eletricidade no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 4,2% entre 1980 e 2002, e sempre a energia hidráulica foi dominante. As outras tecnologias geradoras de eletricidade são nuclear, gás e óleo diesel, ainda que nenhuma tenha uma porcentagem maior do que 7%. A introdução da biomassa, energia nuclear e gás natural reduziu a porcentagem da hidroeletricidade de 92% em 1995 para 83% em 2002, mas o crescimento forte e contínuo na demanda por eletricidade exige, em termos absolutos, mais do que o dobro da geração atual de hidroeletricidade, mesmo que a menores taxas de crescimento que as outras opções de geração (GOLDEMBERG; MOREIRA, 2005, p.218).

Nesse contexto, a geração de energia é vista como um mal necessário e que sofre pressão pelas necessidades da sociedade, tendo em vista também os atuais níveis de desenvolvimento da economia nacional. Esses pontos corroboram para a intensificação de inúmeros impactos sociais e ambientais, causados pela construção das usinas hidrelétricas no Brasil. Por ser a principal fonte de energia do país, devido à abundância de rios aproveitáveis que compõem seu território, acarreta diversas problemáticas que podem ser observadas desde a elaboração dos projetos até a operação das hidrelétricas já construídas (FREITAS; OLIVEIRA; SOUZA, 2013). O conflito existente devido à implementação de projetos hidrelétricos alude ao duelo pela justiça ambiental, mostra o quão complexa é a luta pela reapropriação social da natureza (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

As temáticas de produção e instalação de usinas hidrelétricas são levadas, frequentemente, para o debate público, principalmente, o projeto do Estado brasileiro que está explorando e aumentando a geração desse tipo de energia, por meio do aproveitamento do potencial dos rios já existentes. Esse debate traz à tona questões sociais, que são inúmeras,

a começar com o conflito do deslocamento das populações (DERROSO; ICHIKAWA, 2013).

Os problemas sociais advindos das construções de barragens até os anos 60, não eram tratados como relevantes na pauta política. Dessa forma, a única política pública em prol dos atingidos por barragens até 1987 era o decreto-lei 3.356 de 1941, “que permite a desapropriação de terras para implantação de empreendimentos que possuam utilidade pública para o país, como, por exemplo, as usinas hidrelétricas para a geração de energia” (FELIPE, 2016, p.21). Nesse decreto, somente os atingidos que tinham a escritura pública da terra, possuíam direitos jurídicos legais com relação à mitigação dos impactos sociais advindos desses empreendimentos. Já os demais atingidos, como “posseiros, meeiros, pescadores, entre outros, não eram ressarcidos por suas perdas diretas e indiretas decorrentes da barragem” (FELIPE, 2016, p.21).

Por meio da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, torna-se legal o direito a indenização por desapropriação de terras no Brasil. E em 2010, é alcançada uma conquista ao institucionalizar outro direito social, o qual obriga o registro socioeconômico dos atingidos nas áreas que foram requeridas para o enchimento do reservatório e a construção da barragem (FELIPE, 2016). Esses direitos em forma de lei, adquiridos pelos atingidos, podem ser considerados políticas públicas, mas essas, de acordo com o MAB, são insatisfatórias, devido à complexidade existente nesses processos, e que muitas vezes ignora as questões sociais (FELIPE, 2016).

Como visto, é necessário refletir e conceituar quais grupos se enquadram na teorização das pessoas atingidas por barragem, visto que elas representam uma importante parcela da população brasileira. Ademais, discutir esse conceito explicita sobre as diferentes formas de ser um atingido, sem sobrepor um tipo a outro (SILVA, 2011).

De acordo com Silva e Silva (2011), o termo atingido por barragens é definido como aquele que de alguma forma sente os efeitos da construção e operação de uma usina hidrelétrica. Esse pode ou não ser deslocado para lugares distintos daquele que ocupava anteriormente. Os deslocados não são somente aqueles donos de terras que serão alagadas, mas também aqueles que não eram proprietários, mas necessitavam daquela localidade devido às suas relações de trabalho, que foram transformadas pelo empreendimento.

O conceito de atingido aplicado a cada barragem é geralmente cunhado no conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, e no conhecimento/reconhecimento pelos atingidos de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática. Ao se definir quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento, e, ao mesmo tempo,

delimitando-se o território de luta entre os grupos conflitantes. Para os empreendedores, o importante é ter um conceito que limite ao mínimo a área e o número de pessoas atingidas, enquanto que, para o Movimento o objetivo é inverso. (FOSCHIERA, 2010, p.123).

Um conceito também muito evidenciado é o do “atingido pelo preço da energia”, visto que o MAB passa a considerar que os atingidos não são somente os moradores das localidades ribeirinhas alagadas, mas toda a população brasileira que paga valores exorbitantes de energia para sustentar os altos lucros dos empreendedores, que se apropriam dos recursos naturais do país e comprometem a própria soberania nacional. A partir dessa nova concepção de atingido, o MAB cria novas pautas, dentre essas, a busca de isenção tarifária para as famílias que consomem menos que 100 kW mês; igualdade de preços a serem pagos por todos os consumidores; garantia ao acesso à energia elétrica a todas as famílias; bem como a eliminação da exploração do capital sobre o trabalhador (FOSCHIERA, 2009).

Em busca de entender melhor esse contexto, existem inúmeros estudos sobre os impactos causados pelos empreendimentos hidrelétricos em diversas áreas de conhecimento, mas normalmente se limitam a questões de cunho ambiental. Desse modo, é necessária a avaliação dos efeitos que esses Grandes Projetos de Investimento (GPI) geram no território e, principalmente, nas populações que o habitam, e também, da perda de bens simbólicos e imateriais, que muitas vezes, são questões insubstituíveis (SILVA, 2011).

Os projetos hidrelétricos, em sua maioria, são vistos como algo desnecessário pela população regional, uma vez que essa geralmente não utiliza dos recursos gerados por esses grandes empreendimentos, além de exigirem que muitas famílias abandonem suas terras, comunidades, relações cotidianas, casas, cidades, bairros, etc. Tudo isso, imposto por uma exigência em prol de um falso desenvolvimento que, na realidade, é concentrador e politicamente excludente (VAINER, 1990).

Silva e Silva (2011) destacam que são inúmeras as relações de trabalho que podem ser cessadas pela construção de uma barragem, como: comerciantes fornecedores de produtos a moradores das áreas, trabalhadores e artesãos que necessitam dos recursos naturais como matéria-prima para a confecção de seus produtos, etc. É necessário pensar e refletir sobre os atingidos, visto que o Brasil vem investindo na produção de hidrelétricas, incitando assim questionamentos da comunidade, principalmente acadêmica, além de promover e estimular a organização de movimentos socioambientais contra essas obras (SILVA; SILVA, 2011).

Um exemplo prático que reforça pontos já frisados anteriormente, é a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que determinou uma mudança forçada do território e dos meios de vida das famílias diretamente atingidas.

Conforme relatam Freitas, Oliveira e Souza (2013), as famílias que optaram por permanecer próximas ao rio, no que restou de suas propriedades atingidas, tiveram de se adequar ao novo ambiente que foi constituído de acordo com as restrições impostas. Além disso, essas comunidades atingidas possuíam personalidades diferentes no que se refere às relações sociais, culturais, econômicas e territoriais, o que provavelmente não foi reaplicado na outra realidade. Houve, então, o que se pode denominar de reassentamento forçado, cujo novo espaço produzido buscou a homogeneização da diversidade sociocultural das comunidades que foram deslocadas. A dispersão das famílias em diversas propriedades distantes umas das outras inviabilizou inúmeras festividades religiosas e culturais e, por consequência, o significado destas festas está sendo perdido ao longo do tempo na memória das pessoas.

Freitas, Oliveira e Souza (2013) ainda destacam que boa parte dos atingidos revelaram uma profunda saudade das festas religiosas e culturais no local de origem. Além do grande afeto ao Rio Jequitinhonha, pode-se destacar também sua beleza natural, as pescarias tidas como esporte, o lazer às suas margens com piqueniques, banhos e sustento alimentar, bem como o meio de transporte que oferecia. E esses pontos são impossíveis de serem transportados para os reassentamentos. Assim, a mudança de localização dos atingidos causou uma mudança no comportamento dos atingidos, ainda mais por se tratar de uma população ribeirinha e dependente das riquezas materiais e simbólicas que o Rio Jequitinhonha oferecia, o que gerou transformações na postura e na ação homem, o que exige que essas ações sejam repensadas e que essas necessidades sejam supridas.

De fato, existem bens materiais e imateriais que representam valores simbólicos que dinheiro nenhum paga. As festas religiosas e culturais que aconteciam na comunidade de origem, no tempo em que as pequenas propriedades permitiam a proximidade das casas, já não existem mais. Os laços de parentesco, compadrio e amizade foram fragmentados, distanciados e enfraquecidos, pelo processo de reassentamentos em localidades distintas. O exemplo mais forte e lamentado pela maioria dos participantes foi a perda da estreita e cotidiana relação com o Rio Jequitinhonha. O rio fazia parte do quintal da casa, fornecia alimento, era a via de transporte, principal fonte de lazer e de renda sazonal para os garimpeiros da região. Esse bem natural, o rio, não poderia reconstruir em outro lugar por nenhum arquiteto. A memória e as boas lembranças do rio permanecem vivas nas mentes de todos os desalojados (FREITAS; OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p.46).

Outro exemplo é a Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias, localizada no Paraná), cujas obras tiveram início em janeiro de 1995, e em fevereiro de 1999 iniciou o seu funcionamento. De acordo com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), proprietária da Usina, foi realizada uma ação inédita com as famílias atingidas, que

garantiu o poder de escolha aos atingidos sobre a forma de indenização. Em média, 600 famílias foram reassentadas em locais munidos de infraestrutura e recursos financeiros para garantia do bem-estar, o restante (425) recebeu indenizações ou cartas de crédito, em conformidade com a escolha de cada um (DERROSO; ICHIKAWA, 2013).

Uma parte das famílias deslocadas foram realocadas nas cidades de Cascavel e Corbélia, que estão a aproximadamente cem quilômetros de distância da usina, enquanto outro grupo foi realocado em cidades mais próximas à região da Usina. Vale ressaltar que boa parte dessas conquistas se deram devido ao histórico de lutas que foram empreendidas por essa população, juntamente com os movimentos sociais que participaram ativamente de todo o processo de resistência contra a construção da Usina. Os movimentos, junto às populações ribeirinhas, foram imprescindíveis para a garantia das mínimas condições para os atingidos (DERROSO; ICHIKAWA, 2013).

Na visão desses autores, a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), movimento social que procurou ser um mediador entre população ribeirinha e as forças do Estado, foi de extrema importância. O movimento foi formado a partir de lideranças da comunidade, passou a gerir importantes ações de resistência e luta em busca da garantia dos direitos da população e de uma justa recomposição das perdas desses sujeitos. O movimento foi apontado por parte da população como responsável pelos encaminhamentos vistos como satisfatórios nos quesitos transferência da população e instalação da hidrelétrica (DERROSO; ICHIKAWA, 2013).

Vale lembrar que os empreendimentos hidrelétricos no Brasil começaram a ser construídos no final do século XIX, no entanto, as reivindicações e posicionamentos contrários, em forma de resistência, a esses grandes empreendimentos ocorreram de forma mais incisivas a partir da segunda metade da década de 70, no século XX. A partir de então, foram formadas frentes de resistências e questionamentos contra a construção desses empreendimentos hidrelétricos, os quais colaboraram para o surgimento de movimentos sociais locais ou regionais, que criticam a política energética brasileira (FOSCHIERA, 2010).

Dessa forma, os movimentos que tem como pautas reivindicativas os atingidos por barragens, destacam que a instalação e construção de grandes projetos, como as hidrelétricas, causam inúmeros impactos que levam a uma reordenação territorial, com deslocamento das populações locais, que terão suas moradias ocupadas por reservatórios ou lagos artificiais, sem contar a apropriação de seu entorno para diversas atividades necessárias ao funcionamento desses empreendimentos econômicos. E esses impactos podem criar um “campo de conflito” ao reunir atores estruturalmente diferenciados (Estado, atingidos e

empreendedores) em um jogo de mútuas interações e confrontos. Nesse sentido, movimentos sociais de resistência à instalação dessas obras têm sido registrados em diferentes lugares e contextos nacionais e internacionais, formam, assim, uma rede de atores sociais mobilizados em torno dessa problemática (SCHERER-WARREN; REIS, 2006).

Dentre os movimentos, destaca-se o MAB, que tem lutado pelo direito à terra e à água, se opondo à construção de empreendimentos de grande porte que causam o afastamento do trabalhador do seu meio de subsistência (BRAGA, 2016).

O MAB é um movimento nacional que se denomina autônomo, de massa, de luta, popular, reivindicatório e político, que tem sua gênese na década de 1970, visto que nessa época, no Brasil, foi intensificado o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas hidrelétricas foram construídas em todo o país, em especial nas regiões Sul, Norte e Nordeste, como por exemplo, as usinas de Itaipu (PR), Tucuruí (PA), Sobradinho (BA) e outras de menor porte, como as barragens dos municípios de Machadinho e Itá, divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009; ALBERTI, 2016).

Essas obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras, fazendo com que trabalhadores perdessem suas casas, terras e seu trabalho. Muitos desses buscaram força e seus direitos junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), outros acabaram nas periferias das grandes cidades se submetendo às condições desumanas de desemprego. Dessa realidade, surgiu a necessidade de organização e de luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir a atual estrutura social econômica imposta (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009). Essa organização se deu primeiramente pela luta pela garantia de indenizações justas e reassentamentos para a população atingida. Mas logo evoluiu para um pensamento mais crítico ao modelo energético, viu-se a necessidade de lutar pelos direitos dos atingidos e juntamente contrapor-se ao modelo energético nacional e internacional, de forma que se tornou necessária uma melhor organização (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009).

O MAB foi criado em 1988, por meio da unificação das demandas de pequenos agricultores que, em distintas partes do país, perdiam suas terras, ou partes delas, devido ao projeto de expansão do setor elétrico brasileiro (FRAGA, 2013). Esse movimento ganhou visibilidade e legitimidade na década de 1980, em meio ao cenário do regime militar brasileiro, somado aos novos atores que entraram em cena contra o autoritarismo de decisões que favoreceram, sobretudo a ampliação do capital, seja ele nacional ou internacional, devido ao modelo de desenvolvimento. Durante o regime militar, as ações do MAB eram geridas de

maneira mais difusa e em contraposição ao capital privado associado com o poder do Estado, através de manifestações ou mobilizações populares. Mas essas, na maioria das vezes, eram reprimidas por meio de violência policial (BRAGA, 2016).

Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do país. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos. Nesse encontro, os integrantes decidiram constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos. A partir daí, de forma gradual, começou-se a construir e consolidar uma importante ferramenta de luta dos atingidos, de abrangência nacional, que cada dia ganhava mais força e se tornava um impulsionador de lutas e reivindicações para organizações de atingidos em outras localidades (MAB, 2018).

Dois anos depois, em março de 1991, foi realizado o I Congresso com a participação dos atingidos de todo o Brasil, no qual foi deliberado que a abrangência do MAB precisava ser nacional, de forma popular e autônoma, com o objetivo de promover ações contra essas barragens de acordo com as realidades locais. Foi também instituído que 14 de março seria o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país, com o foco de unificar as lutas dos atingidos, visto que existem inúmeras lutas fragmentadas pelo território nacional, essa união ajuda o movimento a se mobilizar (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009). O MAB então se consolidou como “um movimento autodenominado nacional, popular e autônomo, de massa, com direção coletiva, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais” (CLEMENTE, 2016, p.218).

Um novo momento da organização dos atingidos por barragens ocorreu no início de século XXI, devido às transformações trazidas pelo neoliberalismo à economia e à política mundial, o que gerou efeitos nacionais e, principalmente, na política energética brasileira, devido à diminuição da expectativa de mudanças nas políticas para o setor elétrico, no governo Lula. Com isso, se tornou necessário entender e buscar soluções para esses efeitos gerados pelas mudanças advindas da expansão do neoliberalismo, e buscar as melhores rotas a serem seguidas pelo movimento perante a nova realidade (FOSCHIERA; THOMAZ JUNIOR, 2012).

Nesse contexto, as lideranças do MAB notaram que estava ocorrendo uma apropriação de territórios por parte do capital, com apoio do Estado e era necessária uma transformação social. Dessa maneira, para lutar contra essa expansão capitalista, a atuação

das lideranças deveria extrapolar a questão econômica, buscando a inserção de discussões políticas e novos debates teóricos, de modo com que o setor de educação fosse valorizado, além de objetivar a construção de um novo movimento, mais consolidado, por meio da geração de muitos debates e da busca pela solução dos conflitos internos e externos. Além disso, começou também, uma aproximação entre os movimentos, em prol da ampliação de seu discurso e da ação junto aos trabalhadores urbanos, ou seja, iniciou-se a construção de uma rede de cooperação para ter mais força em prol de melhores resultados (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009). Dessa forma:

para viabilizar sua ação, o MAB conta com uma Coordenação Nacional, formada por até 130 pessoas lideranças que atuam nos Estados; uma Direção Nacional, composta por 39 militantes, e um Grupo Operacional de Direção que se reúne, periodicamente, para resolver as questões imediatas. Essas três instâncias se repetem nos Estados, explica Andreoli. Além dos coletivos de Comunicação; Formação; Autossustentação; Articulação Política Nacional e Internacional; Mulheres, e para o próximo período a meta é consolidar o de Educação Infantil (ALBERTI, 2016, p.138).

O MAB foi se desenvolvendo e a participação dos atingidos foi amadurecendo e crescendo, juntamente com o debate e a consciência cidadã, principalmente, no que tange às populações mais vulneráveis. Com isso, o MAB deixou de ter um patamar local e passou para um âmbito regional e nacional, mediante a organização de uma coordenação em prol do desenvolvimento de pautas principais. Dessa forma, esse movimento, ao decorrer dos anos, foi ganhando credibilidade, força, representatividade e legitimidade perante à população e ao poder público. O movimento tem procurado participar da elaboração de leis e exercer interferência nas decisões estatais (BRAGA, 2016).

Ainda segundo Braga (2016), o movimento participa hoje de uma rede internacional, denominada *International Rivers Network*, que possui inúmeras pautas, como a ampliação da participação do movimento, o planejamento dos empreendimentos e a tomada de decisões, a discussão sobre os legados sociais transmitidos por outros empreendimentos hidráulicos, entre inúmeras outras, o que tem propiciado o amadurecimento em diversos pontos, como: as formas de abordagem e negociação e a consciência sobre as causas dos impactos finais. “Muitas conquistas foram alcançadas e, atualmente, o Movimento almeja a criação de uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens, respaldada nas legislações recentes sobre esse assunto, iniciadas no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais” (BRAGA, 2016, p.80).

Vale ressaltar que o MAB vem alcançando seus objetivos e unificando as lutas advindas de diferentes pontos do território brasileiro. Essa luta está carregada de um conteúdo

crítico reivindicatório e propositivo. E a partir das ações dos movimentos sociais, principalmente do MST e do MAB, é mostrado que se pode cultivar uma esperança, mas que essa precisa ser embasada nos enfrentamentos em busca de vitórias, que as derrotas devem ser vistas como aprendizado e a partir delas deve-se buscar um recomeço, para que o povo persista na luta em busca de alternativas de vida e de dignidade (ALVES; NASCIMENTO; MESQUITA, 2009).

Em busca de uma maior igualdade social e da evolução como movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e vem transformando suas pautas de luta com intuito dessas serem mais abrangentes, de modo que inclua os interesses e demandas de vários segmentos da população, principalmente, dos que estão em situações de carência (SCHERER-WARREN; REIS, 2006).

O movimento compreende então três focos principais de ação:

1 – a continuidade ao ativismo de base, isto é, a resistência dos atingidos nas suas comunidades, suas regiões, nas barrancas dos rios ou nos canteiros de obras das hidrelétricas; 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais, para empoderar-se por meio de redes de movimentos, através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a InterRedes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular, a Semana Social Brasileira, a Assembleia Nacional Popular; em articulações transnacionais como o Fórum Consultivo da Comissão Mundial de Barragens e no Committee on Dams, Rivers and People11, dentre outras; 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais, como foi a primeira Marcha nacional, organizada pelo MAB, “Águas pela Vida”, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília de 13 a 28 de maio de 2004, contando com a participação de atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas. Esta terceira forma de ação conjuga as duas primeiras: o protesto público e o processo articulatório (SCHERER-WARREN; REIS, 2006. p.11).

O MAB, durante sua trajetória, percorreu inúmeros lugares e realizou inúmeras ações em prol de várias questões, como: respeito ao meio ambiente, reconhecimento das diversidades culturais, transformação do modelo energético, participação popular nas decisões das coisas públicas, entre outros (SCHERER-WARREN; REIS, 2006).

Dessa forma, devido às suas experiências e sua consolidação e legitimação como movimento nacional, o MAB amadureceu e mudou suas formas de abordagem e negociação, além também de ter adquirido maior consciência das causas e de seus impactos finais. O movimento tem como principal pauta a luta contra as contradições geradas pela lógica desenvolvimentista e desigual, que se apropria, muitas vezes, de bens comuns essenciais para

a vida da população, privilegiando a execução ou a manutenção de atividades econômicas. Portanto, tem-se como meta a concretização de uma legislação que apoie as pessoas atingidas, tente evitar e postergar a execução de obras, ou estimular a alteração dos projetos em busca de um plano de empreendimento mais humanizado e benéfico tanto socialmente, como ambientalmente (BRAGA, 2016).

Em prol dessa concretização da legislação, o MAB escreveu uma cartilha, em 2013, que resume a sua proposta intitulada Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Desde os anos 70, os atingidos estão lutando para defender e garantir seus direitos, mas o Estado desenvolveu um marco regulatório que beneficia e facilita a produção dos grandes empreendimentos hidrelétricos, e não busca sequer um equilíbrio de direitos, pois não existe nenhuma política específica vigente que garanta os direitos das populações atingidas, o que mostra um retrocesso e redução nos direitos já conquistados, além de evidenciar a importância da PNAB para sociedade, principalmente, para a população atingida (MAB,2013).

Essa cartilha escrita pelo MAB, junto ao Ministério Público, é um resumo da proposta do PNAB, que tem como objetivo servir de instrumento de estudo e debate sobre a proposta adotada pelo movimento, por meio do acúmulo de lutas e experiências. O MAB espera que essa política seja aprovada e transformada em um marco legal de caráter nacional. Ademais, o movimento acredita que por meio de sua trajetória, associada à cartilha, ele possa fortalecer as pautas e repertórios em defesa dos direitos dos atingidos (MAB, 2013).

Vale lembrar que a única garantia jurídica que os atingidos possuem é o Decreto-lei nº 3.356 de 1941, mas esse, reconhece como atingidos apenas aqueles proprietários de terra que possuem escrituras que foram desalojados pelas obras, tem como indenização uma única compensação em dinheiro, ou seja, não inclui fatores julgados importantes como negociação coletiva, reassentamento, direito de livre opção, entre outros. Portanto, até o decreto acaba por beneficiar as empresas ao invés dos atingidos, o que mostra o quão complexa é a conjuntura brasileira. Até o próprio Ministério de Minas e Energia reconhece essa ausência de legislação específica, principalmente, no que se refere à temática social (MAB, 2013).

A PNAB surge justamente da necessidade do reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens em forma de lei ou decreto, sendo essa consolidação uma conquista almejada pelo movimento. Mas o MAB tem consciência de que o reconhecimento desses direitos não significa necessariamente a efetivação do mesmo, portanto, é necessário lutar para essa efetivação. Dessa maneira, o MAB está preparado para enfrentar essa realidade de lutas para a efetivação dos direitos, visto que tem consciência de que não poderá se acomodar,

deverá se organizar cada dia mais para alcançar maiores conquistas e manter as que já foram alcançadas (MAB, 2013).

Para o movimento, a instauração de uma Política Nacional, através de um marco regulatório para tratar dos direitos dos atingidos é urgente, pois foi constatado que a luta dos atingidos geraram conquistas, mas que essas não foram transpostas em direitos (MAB, 2013).

O MAB argumenta que a oficialização da PNAB é mais uma ferramenta que ajudará os atingidos e será de extrema relevância para fortalecer a construção de um Projeto Energético Popular, mas ela, por si só, não resolverá todos os problemas da população atingida, por esse motivo, o movimento se preocupa com inúmeros outros fatores, sempre buscando fortalecer a causa dos atingidos (MAB, 2013).

Além disso, em prol dos interesses e direitos dos atingidos, o MAB possui organizações locais em vários estados brasileiros, mas mostra que esse número pode aumentar de acordo com o tempo e as necessidades de cada localidade, principalmente, devido à construção de novas barragens ou à finalização da construção da mesma, e até mesmo por desinteresse e descontinuidade de organização dos atingidos (FOSCHIERA, 2009; CLEMENTE, 2016).

Vale destacar que o MAB também passou por inúmeras dificuldades e sofre interferências de outros atores, visto que, ao longo da sua história, a mídia inicialmente negou espaço para divulgar as suas ações, evitando, assim, o reconhecimento da existência de um movimento de oposição à construção das hidrelétricas. Além de divulgar pouca ou quase nenhuma informação, a imprensa criminalizava o movimento, através da retratação das ocupações dos locais de construção de barragens e escritórios como invasões. A médio e a longo prazo, o MAB passou a apresentar as propostas alternativas para a política, e ganhou uma maior visibilidade na mídia. Embora suas ações sejam minimizadas e seus representantes frequentemente não tenham voz, o MAB tem aparecido atualmente na imprensa como um movimento que organiza, protesta, demonstra, faz apelos e luta por mudança (SILVA; ROTMAN, 2011).

Reforça-se, assim, o argumento de que o MAB passou por momentos muito difíceis, onde o domínio do capital privado era cada vez maior sobre o setor elétrico. Os aumentos exacerbados nas construções de hidrelétricas faziam com que o movimento tivesse menor controle, além disso, as empresas privadas buscavam desmoralizar o MAB junto às comunidades a serem atingidas por novos empreendimentos hidrelétricos. E, em muitas das vezes, após serem indenizadas, as famílias atingidas se distanciavam do movimento,

dificultando a continuidade das ações de resistência e reivindicações do movimento. (FOSCHIERA, 2009).

Como conclusão desse tópico, vale frisar a importância do MAB para sociedade e, principalmente, para os atingidos por barragem, que esse movimento teve uma trajetória cheia de empecilhos e vitórias, que foram conquistadas por meio de trabalho árduo. Em busca de entender um pouco mais sobre o outro movimento foco, será apresentada uma discussão sobre atingidos por mineração e o MAM, que trará os elementos finais para compreensão do contexto da problematização do trabalho.

2.3.2 Atingidos por mineração e MAM

Autores como Jácome e Pereira (2016) e Dantas *et al.* (2015) descrevem a importância da mineração no desenvolvimento e progresso da economia brasileira, por outro lado, reconhecem a necessidade de que a mineração seja conduzida não somente com o foco no progresso socioeconômico, mas que seja uma atividade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Dessa forma, o uso racional dos recursos naturais deve ser realizado na mineração, com intuito de seguir e respeitar os princípios estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que busca a manutenção do equilíbrio ecológico; a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; a recuperação de áreas degradadas; dentre outros (ANNIBELLI, 2007).

Por outro lado, Belleze (2017) chama atenção para o fato de que para a condução de uma atividade minerária, geralmente, outras atividades econômicas locais passam a ser interrompidas, como a agricultura, a pesca e o turismo, por consequência dos fortes impactos da mineração, principalmente, em relação ao uso da água. Além do mais, as populações atingidas tendem a não participar efetivamente das tomadas de decisão em relação à execução da atividade minerária em uma dada localidade. Dessa forma, é preciso repensar esse modelo de desenvolvimento, assim como o modelo de extração mineral, visto que é nítida a inclinação a favor das mineradoras, deve-se, então, criar uma balança equilibrada entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo de mineração e dar voz aos atingidos, de forma a conscientizar a sociedade em geral, sobre a problemática da mineração e demais empreendimentos econômicos.

As empresas minerárias englobam diferentes atores que são diretamente afetados por esse tipo de empreendimento econômico, como por exemplo, os trabalhadores rurais, os

camponeses, os pescadores, os povos indígenas, os artesãos, as cooperativas, os movimentos sociais, as pequenas empresas, entre outros, esses têm sido desconsiderados, tanto historicamente, quanto socialmente, nas trajetórias dos grandes empreendimentos minerários e até nas pesquisas sobre o tema (FONTOURA et al, 2019).

Dentre os impactos que a mineração causa nos territórios, Jácome e Pereira (2016) destacam o desmatamento, a erosão, a poluição atmosférica e a invasão da fauna. Além desses problemas ambientais, também existem os riscos para a saúde do trabalhador, principalmente, quando não se faz uso de técnicas de extração adequadas e não há proteção ao mesmo.

O primeiro efeito visível da mineração ao meio ambiente é a poluição visual. A mineração é causadora de diversos problemas como grandes crateras e lagos, paredões e áreas devastadas, que muitas vezes, ficam com a utilização impedida. Em grandes jazidas, a reconstituição da paisagem é muito difícil. Toda prática de mineração causa supressão de vegetação ou impedimento de sua regeneração. Muitas vezes, a superfície do solo mais fértil é removida, as demais camadas do solo ficam expostas às técnicas erosivas que podem ocasionar assoreamento dos corpos d'água de todo o arredor. A qualidade das águas dos rios e reservatórios da mesma bacia pode ser prejudicada por meio da turbidez ocasionada pelos sedimentos finos em suspensão, ou também pela poluição causada por substâncias, como lixos ou efluentes das áreas de mineração, tais como óleos, graxa e metais pesados, que podem, também, atingir as águas subterrâneas (MECHI; SANCHES, 2010; OLIVEIRA, 2014).

É claro que os impactos exclusivamente ambientais podem e devem ser minimizados por meio de tecnologias de extração mais adequadas. O fato é que não existem só problemas ambientais, mas também os sociais, que são muitas vezes esquecidos, e faz-se necessária a proteção dos dois pontos, ou seja, a proteção do bem socioambiental, que engloba não só aqueles bens essenciais à manutenção da vida, como também os que são fruto da intervenção humana, que incluem a biodiversidade e a sociodiversidade, trazem a ideia da interação homem-natureza, incluindo bens naturais como água, ar, sol, fauna, flora, entre outros, além dos bens que são fruto de intervenções antrópicas ou culturais, como obras artísticas, monumentos, crenças, valores, saberes, formas de criar, entre outros (ANNIBELLI, 2007).

Em busca de entender melhor os diferentes tipos de mineração e os seus impactos, a autora Lana (2015) mostra que a exploração de minérios como brita e calcário, propícios para construção civil, levanta grandes quantidades de poeira, além das vibrações e ruídos advindos do uso de explosivos para extração desses minerais do solo. Já em relação aos minérios como

o ferro, esses são explorados em áreas montanhosas, por esse motivo é preciso construir taludes que trazem problemas devido ao carregamento de sedimentos pela drenagem, que causa assoreamentos, além de dificultar a regeneração natural das minas desativadas (LANA, 2015).

Tudo isso, faz com que seja frisado que apesar da mineração de ferro gerar bilhões de dólares, traz perigo para sociedade, além de mortes e destruição socioambiental, a começar com os próprios trabalhadores que morrem e adoecem, além do meio ambiente onde amplas áreas são desmatadas, os caminhões e trens que circulam atropelando pessoas e animais, as grandes quantidades de rejeitos que são acumuladas em barragens e o rompimento dessas que pode se transformar em grandes tragédias (PORTO, 2016).

Todo esse contexto é advindo da globalização, principalmente a partir dos anos 90, quando houve um aumento do consumo de metais, além do aumento expressivo dos conflitos territoriais relacionados à mineração a céu aberto, sobretudo no continente latino-americano, visto que os empreendimentos minerários vêm crescendo freneticamente em relação a todos os pontos (volume extraído e novas minas). Esses empreendimentos, na maioria das vezes, têm seu aval liberado pelo poder central, sem realizar qualquer tipo de consulta aos moradores locais, o que causa uma grande resistência das populações impactadas, principalmente, na América Latina e na África. Vale ressaltar que essa resistência e esse conflito também se passam em Portugal e na Espanha, que esses têm trabalhado para vetar essa posse de seus territórios, em busca de um modelo unilateral de desenvolvimento, que priorize qualidade de vida (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Os impactos das atividades de mineração podem gerar uma série de tensões, tanto econômicas, quanto socioambientais. No que se refere às tensões econômicas, elas elencam a deterioração dos termos de troca, a elevada volatilidade dos preços dos recursos naturais, a monetização econômica, o que gera impactos sobre o desenvolvimento econômico a longo prazo. Já nas tensões socioambientais, estão a degradação da paisagem, a poluição atmosférica, a contaminação hídrica, o inchaço urbano, a favelização e o comprometimento da qualidade dos serviços públicos nas cidades (MILANEZ; SANTOS, 2013).

Vale ressaltar que esses malefícios, principalmente ao meio ambiente, estão aumentando com a mineração a céu aberto. Isso se deve à nova técnica de extração, que consiste na utilização de milhões de litros de água junto a toneladas de químicos tóxicos, que fazem com que o metal se aproxime da superfície, gerando, assim, vários impactos, como a contaminação dos solos (AGUIAR, 2014).

Outro ponto importante a ser frisado é que muitos dos impactos e problemas estão relacionados à falta ou mau planejamento da gestão das atividades da mineradora, principalmente, da gestão ambiental, além das imperícias humanas como, por exemplo, o rompimento de lagoas de rejeito, o que propicia risco de contaminação de solo e destruição de flora e fauna. Diante dessa situação e de todos esses conflitos, é necessário buscar caminhos estratégicos que consigam aliar o desenvolvimento econômico ao social, em busca de minimizar ao máximo a geração de impactos ao meio ambiente, para trilhar um caminho em busca de um desenvolvimento sustentável (LANA, 2015).

Lembrando que o setor mineral possui um ciclo de vida e que os problemas gerados não são só durante a produção, visto que em determinado momento não há mais como extrair, e nesse momento muitas instalações são abandonadas sem nenhum processo de descomissionamento e de reabilitação das áreas degradadas. E o principal motivo para esse ato são os custos elevadíssimos, além da falta de mecanismos legais que disciplinem a fase de desativação dos empreendimentos do setor (TONIDANDEL, 2011).

Dentre os casos que demonstram os impactos da mineração, destaca-se o município de Mariana. Conforme descreve Lopes (2016), a cidade de Mariana-MG foi construída exclusivamente para servir como depósito dos resíduos gerados durante o processo de mineração de ferro que pertencia à empresa Samarco S/A, tendo a Companhia Vale do Rio Doce e a anglo-australiana BHP Billinton como seus acionistas majoritários. No dia 05 de novembro de 2015, a barragem entrou em colapso e rompeu-se, o que causou um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. “Os efeitos imediatos dessa tragédia, ainda em desenvolvimento, puderam ser observados desde a jusante da barragem destruída, em Minas Gerais, até a foz do rio Doce, no mar do Espírito Santo. Seu legado: um rastro de destruição, contaminação e mortes” (LOPES, 2016, p.3).

O pequeno povoado conhecido com Bento Rodrigues, localizado em Mariana, com população estimada em 612 habitantes, foi o primeiro a receber o impacto da onda de rejeitos. O povoado desapareceu devido à violência da enxurrada, foi soterrado por um mar de lama. As coberturas vegetais, conhecidas como matas de galeria, também foram atingidas de forma agressiva e gravemente impactadas pela onda dos resíduos de minério. Observou-se, desde o primeiro dia, o extermínio dos anfíbios, mamíferos e animais de pequeno porte, visto que os habitats as margens dos rios foram soterradas pelos resíduos. E dessa forma, ficou conhecida como a maior tragédia ambiental da história do Brasil. Essa tragédia, conforme expõe Lopes (2016), ocorreu por conta de diversos pontos falhos, como a legislação opaca e ultrapassada,

a fiscalização deficitária e o absoluto descaso da Samarco com o meio ambiente e as vidas humanas.

Outro crime aconteceu em Brumadinho-MG, no dia 25 de janeiro de 2019, com o rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, pertencente a Vale, o que fortaleceu ainda mais o argumento de que os grandes empreendimentos visam ao lucro a qualquer custo, sem se preocupar com a vida de milhares de pessoas, visto que haviam se passado apenas três anos do caso de Mariana-MG, quando ocorreu esse outro crime contra a vida. A barragem rompida tinha capacidade de um milhão de m³ de rejeitos, que foram derramados sobre o Rio Paraopeba, deixando um rastro de destruição e morte, e colocando em risco o abastecimento de milhares de famílias em mais de 48 municípios da Bacia do Paraopeba. Vale frisar que desde de 2015, várias denúncias estão sendo realizadas sobre o risco de rompimento de barragens desse complexo, mas, mesmo assim, a Mina Córrego do Feijão teve sua ampliação aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental em dezembro de 2018, o que faz com seja reafirmada a irresponsabilidade movida pelos grandes empreendimentos, muitas vezes, apoiada pelo Estado (MAB, 2019).

Esse crime é fruto do desmazelamento da exploração dos bens naturais brasileiros, marcado pela atual estrutura da divisão internacional do trabalho, regida pela crise estrutural do sistema capitalista, que ocasionou a morte de vários moradores e trabalhadores em Brumadinho e região, além de inviabilizar as atividades realizadas no território que dependiam do Rio Paraopeba, devido à negligência e imprudência política e da empresa que, ao tentar maximizar seus lucros, reduz os controles internos e infringe a legislação ambiental e inúmeros outros direitos (MAM, 2019).

É necessário salientar que a mineração sempre foi umas das principais atividades econômicas de Minas Gerais, gerando renda, mas também acarretando inúmeros impactos ambientais e sociais negativos, de acordo com o tipo de empreendimento e exploração realizada. Ouro Preto, cidade localizada no interior de Minas Gerais, é um exemplo, além de ser umas das principais cidades no cenário minerador do país, já que desde a colonização foi sede de implantação de minas de exploração de recursos minerais. Vale ressaltar que o desenvolvimento econômico de Minas Gerais teve e continua tendo grande força advinda da atividade mineradora, “visto que seus solos ricos em minérios como o minério de ferro, de bauxita e manganês, além de ouro e pedra sabão, atraem mineradoras que estabelecem campos de trabalho de extração desses, que muitas vezes são processados no exterior, sendo então alvo de exportação” (LANA, 2015, p.5).

Retomando os exemplos, o estudo de Ghisleni (2011) sobre o Projeto Anitápolis, e o

interesse por esse, se iniciou a partir da década de 1970, devido à geologia de rocha fosfatada existente na região. A primeira tentativa de implementação do empreendimento econômico foi na década de 1990, porém não foi bem-sucedido devido à situação econômica adversa da época. Em 2003, as empresas Bunge e Adubos Trevo, que atualmente é conhecida como Yara, negociaram uma parceria para exploração da jazida de rocha fosfática existente no município de Anitápolis, e por isso, contrataram escritórios para uma reavaliação da viabilidade do projeto baseada em estudos realizados na década de 1980. Depois da realização desse estudo, verificou-se que Anitápolis era um potencial causador de significativa degradação do meio ambiente, apresentava mais de 60% de Unidade Crítica de Magnitude de Impacto Ambiental. Dessa forma, se esse empreendimento for implantado, é necessária uma reformulação no projeto, com o objetivo de minimizar os aspectos impactantes. Mas vale ressaltar, que como contrapeso, o projeto Anitápolis geraria mais de mil empregos, além de aumentar a oferta de fertilizantes fosfatados, o que poderia diminuir o preço de mercado desses insumos e, conseqüentemente, dos alimentos produzidos com a utilização do mesmo.

O caso de Conceição do Mato Dentro, estudado por Becker e Pereira (2011), reflete um padrão nas violações aos direitos ambientais e humanos comuns nas cidades e municípios atingidos por mineradoras. Nesse caso, o não cumprimento das condicionantes determinadas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos SISEMA, justamente com o perdão concedido à empresa pelo descumprimento, causou múltiplos danos, como: a poluição incessante, os danos contínuos aos recursos hídricos e muito outros, que produziram impactos sobre as condições e a qualidade de vida da população, assim como sobre suas plantações, de forma que afetou diretamente na maneira de vida, e causou a precariedade e a pobreza das comunidades afetadas, em violação ao direito de toda pessoa a um nível de vida digno.

Agora, trazendo outro caso, busca-se evidenciar e exemplificar os impactos causados por esses empreendimentos de maneira mais realista. A mineração de carvão na cidade de Criciúma acarretou conseqüências, como por exemplo, a oscilação econômica e política ao longo da história, visto que sempre houve uma dependência dos interesses externos à região e ao município. A situação da região de Criciúma está crítica em termos de poluição ambiental e de condições de vida de uma grande parte da população. Apesar de toda a degradação socioambiental que ainda está presente, as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT), denominadas: (1) diagnóstico de saúde da região carbonífera de Santa Catarina e da região do extremo sul Catarinense e (2) plano de

desenvolvimento econômico-ecológico da região carbonífera de Santa Catarina, mostram que parte da população é a favor da indústria do carvão, destacam a força do slogan “o importante é ter emprego” na região, visto que os problemas que esse emprego pode trazer, aparentemente, não pesam nas decisões individuais ou coletivas da sociedade regional. É evidente a degradação física, natural e social da região de Criciúma e, para solucionar esses déficits, é necessário investir altamente na recuperação ambiental da região, além de uma reorientação econômica da mesma, não se esquecendo de processos de educação ambiental e de formação de consciência crítica. Com essas mudanças, acredita-se que haverá melhoria nas condições econômicas, intensificação da participação política e promoção da educação e cultura, o que acarretará na diminuição dos impactos e dos riscos gerados pela exploração do carvão e reduzirá as condições de alta vulnerabilidade socioambiental (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007).

Porém, existem regiões e casos nos quais as comunidades estão mais preocupadas com os impactos e, por isso, não reproduzem o slogan dito anteriormente que diz que “o importante é ter emprego”. Um exemplo, onde os moradores e as comunidades manifestaram suas preocupações, é Canaã dos Carajás (PA). O cenário é composto por vibrações e ruídos causados pela extração de cobre, que acabam por atingir a todos, tanto pessoas como animais, mas nem a empresa, nem o poder público, estão se mobilizando para a reparação desses problemas e impactos. Muitos moradores do entorno alegaram que, devido aos fortes ruídos e às explosões de dinamite, acabaram por perder suas moradias, visto que essas sofreram rachaduras; parte de seus animais, como gado, morreram estressados, muitas vacas se tornaram improdutivas e até abortaram, as galinhas deixaram de botar seus ovos. Por esses e inúmeros outros motivos, muitos atingidos reconhecem a gravidade da situação e buscam caminhos para alcançar a diminuição desses impactos e a garantia de seus direitos como atingidos por esse empreendimento minerário (ENRIQUÉZ, 2011).

Percebe-se, assim, mudanças no que se refere ao controle da degradação ambiental sobre os empreendimentos econômicos, devido às pressões diversas exercidas em prol de um desenvolvimento mais sustentável, o que faz com que as empresas minerárias estejam sujeitas a normas mais rigorosas e invistam em uma produção mais limpa, e essas estão sendo cada vez mais supervisionadas pela população. Dessa forma, a inserção da questão ambiental tem ocupado cada vez mais o universo dos empreendimentos minerários, em todas as suas fases (LANA, 2015).

Todo esse contexto é advindo da mineração, que é uma atividade eminente na economia brasileira desde o início do século XVIII, período no qual se desenvolveram as

atividades de garimpagem, que ainda são utilizadas. A garimpagem equivale a grande parte da produção dos minerais de maiores valores e convive com as grandes empresas mineradoras. Convivência essa, marcada por momentos ora de cooperação, ora de franca hostilidade, com durações e intensidades variáveis (MARTINS, 2008).

Deve-se levar em consideração que os quase 500 anos de extração de minério no Brasil trouxeram inúmeros impactos, a começar com os grandes passivos ambientais, além dos diversos tipos de conflitos socioambientais no território, que já abrangeram diversas populações e geraram inúmeros conflitos decorrentes da oposição de interesses e das visões divergentes sobre o que é desenvolvimento, especialmente em áreas de grande riqueza natural e com potencial turístico, em áreas de concentração populacional (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Devido a esses inúmeros impactos, tem-se notado uma rejeição social aos projetos minerários, pois a sociedade está tomando conhecimento da gravidade dos impactos gerados por esses, a começar com os riscos à qualidade de vida e saúde, bem como ao meio ambiente. Dessa forma, com intuito de obter a chamada licença social para operar, muitos desses grandes empreendimentos minerários têm buscado estratégias para criar um melhor diálogo com a sociedade, além de uma melhor governança sobre os projetos de mineração (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Porém, os conflitos extrativos com a população são vistos como um problema de governança no que se refere à redistribuição de renda, transparência, gestão de conflitos ou participação política. Dessa forma, a política acaba sendo conflituosa, visto que não há espaço para repensar os conflitos sociais além da estrutura de governança extrativa, o que mostra que esses conflitos socioambientais, entre as indústrias extrativas e os atingidos, não são apenas um problema de planejamento das políticas, mas remontam um profundo problema de ontologia política. Muitas contestações às indústrias extrativas implicam a reconfiguração da organização estatal, de forma a manter uma relação mais saudável entre os atores envolvidos (ACUÑA, 2015).

Em busca de resolver esses conflitos e inúmeros outros existentes, foram criadas legislações sobre a mineração. O marco foi o Código de Minas de 1934, que estabeleceu a separação entre a propriedade territorial e a mineral “para efeito de exploração ou aproveitamento industrial”. A União fez, assim, regras exclusivas para a mineração, de forma que as atividades mineradoras passaram ao regime de autorização ou concessão federal, sendo permitidas apenas para brasileiros ou empresas organizadas no Brasil. O enfoque do

Código de Minas era sobre os grandes projetos de mineração, mas também referenciava o garimpo (MARTINS, 2008).

Entre 1964 e 1985, os governos militares direcionaram a atenção para o setor mineral. Com isso, em janeiro de 1967, entrou em vigor o Código de Mineração, que conservava muitos elementos do Código de Minas de 1934 (MARTINS, 2008).

Outro processo de reorganização da atividade mineradora ocorreu com a Constituição de 1988. Assim, de acordo com o Artigo 176, os preceitos para o setor são:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

Ao se verificar e se conscientizar sobre todos esses pontos citados acima, que ainda não são de todo negativos, vê-se a necessidade de que as comunidades que vivem nas áreas de mineração sejam as primeiras a serem escutadas e pensadas, visto que essas têm o direito de participar ativamente desse debate e que esse direito seja garantido.

Vale ressaltar que “as comunidades atingidas pela mineração, tem se organizado para resistir e enfrentar as tentativas de expulsão das terras, e principalmente intensificado a luta pela preservação e uso de suas águas (RODRIGUES; COSTA, 2016, p.20)”.

Uma forma de participação mais ativa desse debate, em busca dos direitos dos atingidos por mineração, é por meio do movimento social denominado MAM, que é “um movimento popular não conjuntural, mas que incide perenemente no processo político brasileiro, no que tange às destinações e apropriações dos bens naturais desse país (...) junto às massas (MAM, 2018)”, que busca discutir quando e onde, se devem ou não, realizar a atividade de extração, ou seja, busca controlar o ritmo de extração mineral, além de lutar pela soberania popular na mineração. Vale ressaltar que esse movimento também procura

controlar e mediar os conflitos gerados pela mineração, trazer para debate o modelo mineral primário exportador do país, contribuindo na construção do Projeto Popular para o Brasil (MAM, 2018).

O MAM surge de uma acumulação da experiência de expropriação histórica da mineração no país, principalmente, devido às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia, também na região norte. Essas lutas se acirram no final dos anos 90, de forma muito intensa, contra os projetos de exploração e escoamento da mineração, principalmente, nas regiões onde os grandes empreendimentos encontram na natureza (terra, água, minério) uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros (MAM, 2018).

O MAM passou por algumas mudanças a começar pelo nome, a princípio era conhecido como Movimento dos Atingidos pela Mineração no ano de 2012 quando foi criado, mas em 2013 no segundo encontro nacional por meio de um debate profundo sobre o que é ser atingido por mineração, o movimento passou a ser denominado como Movimento pela Soberania Popular na Mineração. O foco desse novo nome é a soberania popular em defesa dos povos tradicionais, sendo esses ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, agricultores familiares, entre outros (GONÇALVES, 2017; MAM, 2019).

Dessa forma, esse movimento tornou-se um ator social de grande relevância, visto que é uma organização que luta por um novo modelo de mineração para o Brasil. O movimento acredita que essas lutas devem ser construídas de forma conjunta pela classe trabalhadora da sociedade brasileira, em busca de se organizar e planejar, a partir da concepção de qual mundo devemos e queremos construir, juntamente com o tão esperado desenvolvimento para a sociedade brasileira (GONÇALVES, 2017).

Há a necessidade de uma mudança profunda no contexto da mineração brasileira e mundial, mas os debates e pesquisas ainda estão incipientes. Por esse motivo, o MAM traz esse debate para a sociedade. Muitas vezes, esses movimentos possuem redes e articulações com universidades, órgãos públicos, centros de pesquisa, entre outros, sempre em busca de maior visibilidade, produção acadêmica técnica/científica e resultados sociais mais significativos (FONTOURA et al, 2019).

Como finalização da discussão do referencial teórico foi apresentado o contexto da mineração, dos atingidos por empreendimentos minerários e do MAM. Dessa forma, segue o próximo tópico da pesquisa, que discutirá e apresentará os procedimentos metodológicos trilhados na pesquisa empírica realizada com os militantes do MAB e do MAM.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação faz parte de uma pesquisa mais ampla, iniciada em 2017, que tem como objetivo compreender a atuação de movimentos sociais em prol dos atingidos por usinas hidrelétricas e mineração.

A metodologia está estruturada com intuito de alcançar o objetivo proposto no projeto, que é analisar as ações que o MAB e o MAM têm adotado para influenciar na formação da agenda pública em prol da população atingida por grandes empreendimentos econômicos. Dessa forma, delimitam-se, nesta seção, as fases e os procedimentos metodológicos utilizados.

Os dados coletados nesta pesquisa, no que se refere à forma de abordagem, são qualitativos e trazem consigo maior complexidade para análise. Partiu-se da perspectiva de que a pesquisa qualitativa tem a capacidade de “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica” (FLICK, 2009, p. 8).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é de natureza descritiva, que de acordo com Gil (2008) é toda pesquisa que busca descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

No que tange aos objetos de estudo, a pesquisa tem como foco dois movimentos sociais, o MAB e o MAM, que por representarem os atingidos por barragem e mineração não têm um horizonte espacial fixo, porém são movimentos de abrangência nacional, ou seja, são movimentos que representam os atingidos por grandes empreendimentos em todo território brasileiro.

Em relação aos tipos de dados utilizados na pesquisa, esses são primários, visto que foram obtidos por meio de entrevistas. De acordo com Fontelles et al. (2009, p.8), os dados primários “são as fontes cuja origem remonta à época que se está pesquisando, ainda não analisadas e que, frequentemente, foram produzidas pelas próprias pessoas estudadas”.

Todas essas características citadas anteriormente são fatores fundamentais para alcançar o objetivo almejado da pesquisa. Já no que se refere à coleta e análise de dados, será melhor especificado nos subtópicos posteriores.

3.1 Coleta e organização dos dados

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas, que segundo Britto Júnior e Feres Júnior (2011, p. 237), “é uma das técnicas mais utilizadas, atualmente, em trabalhos científicos (...) permite ao pesquisador extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico” (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011, p. 237).

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semiestruturado, que foi elaborado previamente, porém de forma mais ampla, para abarcar todo o projeto e não exclusivamente essa dissertação, e tem em sua estrutura cinco focos, que são: história e estrutura do movimento, grandes empreendimentos e comunidade atingida, pautas do movimento e o Estado, movimentos e os grandes empreendimentos e, por fim, movimentos e outros autores. Esses se encontram no apêndice 1 que contém um roteiro específico para cada movimento social estudado.

Após a elaboração do roteiro, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras, por meio da Plataforma Brasil e aprovado pelo Parecer n. 2.676.413, de 25 de março de 2018.

O primeiro contato com os entrevistados se deu por meio das regionais de ambos movimentos sociais no estado de Minas Gerais, foi solicitado, assim, indicações de participantes para realização da pesquisa, e ao contatar os indicados foram solicitadas novas indicações, portanto, foi utilizado o critério de amostragem bola de neve, que de acordo com Vinuto (2014, p.203) é uma amostra “não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados”.

A partir desses contatos foram realizadas oito entrevistas com MAM e sete entrevistas com o MAB, o que totalizou quinze entrevistas que foram referenciadas nos depoimentos como M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8, membros do MAM, e B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7, membros do MAB.

A partir da indicação dos possíveis entrevistados, pelas regionais mineiras do MAB e do MAM, foram realizados os agendamentos das entrevistas. Algumas entrevistas ocorreram de forma presencial e outras foram por Skype ou WhatsApp. A equipe de pesquisadores também realizou uma viagem, em agosto de 2018, para as cidades de Mariana e Ouro Preto, para entrevistar os integrantes do MAB e do MAM, que se encontravam nessa

região devido ao desastre provocado pela Samarco, ocorrido em 2015. As entrevistas ocorreram no período de maio a outubro de 2018.

Todas as entrevistas foram gravadas e os áudios foram minuciosamente transcritos pela equipe de pesquisadores.

Para melhor entendimento dos entrevistados, será apresentado a seguir um quadro que apresenta algumas informações do perfil dos entrevistados que ajudará na compreensão das discussões resultados dessa dissertação.

Quadro 1 - Perfil dos membros entrevistados dentro do MAB e do MAM

PERFIL DOS ENTREVISTADOS			
MAB	Função no MAB	Tempo	Acesso ao MAB
B1	Direitos Humanos	8 anos	Hidrelétrica de ITA
B2	Organização de base	7 anos	Mulheres do MAB
B3	Organização do movimento	9 anos	Movimento Estudantil
B4	Organização do movimento	4 anos	Movimento Estudantil
B5	Coordenação regional	8 anos	Contexto de privatização
B6	Coordenação estadual	6 anos	Universidade
B7	Coordenação regional	11 anos	Universidade
MAM	Função no MAM	Tempo	Acesso ao MAM
M1	Trabalho de base	7 anos	Mineroduto de Viçosa
M2	Coordenação Regional	2 anos	Atingida de Mariana-MG
M3	Coordenação Estadual	7 anos	Mineroduto de Viçosa
M4	Coordenação Estadual	7 anos	Por meio do MST
M5	Trabalho de base	6 anos	Atingida de Mariana-MG
M6	Trabalho de base	2 anos	Atingido de Mariana-MG
M7	Coordenação Nacional	7 anos	Por meio do MST
M8	Coordenador do Comitê	7 anos	Via Campesina

Fonte: elaborado pela autora (2020).

3.2 Análise dos dados coletados

A pesquisa tem como método de interpretação dos dados a análise de conteúdo das entrevistas realizadas, com intuito de mostrar as perspectivas de diferentes pessoas acerca do mesmo assunto. A análise de conteúdo “é uma importante ferramenta na condução da análise dos dados qualitativos, mas deve ser valorizada enquanto meio e não confundido como finalidade em um trabalho científico” (CAMPOS, 2004, p. 614). Essa análise “pode ajudar aqueles pesquisadores que pretendem desenvolver estudos no campo da administração segundo uma abordagem analítica, crítica e reflexiva” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 745). Essa técnica de análise de dados, de acordo com Bardin (2001), consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47).

Após a realização de todas as fases da coleta de dados, a análise de conteúdo foi realizada por meio das transcrições, que foram analisadas de forma minuciosa a partir do foco do trabalho que está abarcado na estrutura das entrevistas, porém, como já explicitado, as entrevistas são semiestruturadas, o que permite que durante as entrevistas apareçam outras informações que não foram inseridas no roteiro, podendo contribuir com a análise dos dados. Frisando que:

A análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas (CAMPOS, 2004, p.613).

Em busca de um melhor esclarecimento sobre como proceder dentro da análise de conteúdo, os autores Silva e Fossa (2015, p.4) sintetizam o método de análise de conteúdo nas seguintes fases:

- 1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos);
- 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;
- 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza);
- 6) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;
- 7) agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais);

Lembrando que “o desenvolvimento deste método passa invariavelmente pela criatividade e pela capacidade do pesquisador qualitativo em lidar com situações que, muitas vezes, não podem ser alcançadas de outra forma” (CAMPOS, 2004, p.614).

Essas etapas foram seguidas com intuito de obter a melhor qualidade e profundidade para apresentar e discutir os objetivos propostos nessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões foram divididos em quatro macro categorias: (1) Impactos dos empreendimentos minerários e hidrelétricos; (2) História e organização do MAM e MAB; (3) Pautas reivindicativas dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública; e por fim (4) Repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública.

A discussão aqui apresentada será com base no fato de que todo empreendimento de infraestrutura gera externalidades, que muitas vezes são indesejadas, sendo preciso traçar saídas e caminhos (políticas públicas) que mitiguem ou eliminem esses impactos negativos. Frequentemente, em Estados democráticos, isso ocorre por meio de grupos de pressão, dentre os quais destacam-se os movimentos sociais, estes que, por intermédio de suas pautas reivindicativas e repertórios de ação buscam alcançar seus objetivos, os quais muitas das vezes estão orientados para atenuar ou superar as externalidades negativas advindas dos grandes empreendimentos (PASE et al, 2016; LANA, 2015; RISSATO, 2011).

Diante dessas colocações, a Figura 1 ilustra por meio de um mapa mental como essas macros categorias remetem os objetivos da pesquisa, sendo eles, o objetivo geral, designado a compreender as ações adotadas pelo MAB e o MAM para influenciar a agenda pública em prol da população atingida por grandes empreendimentos econômicos, a partir da visão de participantes de ambos os movimentos. E os objetivos específicos, que são, primeiramente identificar os principais impactos que a construção e a operação de hidrelétricas e mineradoras acarretam nos territórios atingidos; posteriormente, compreender a formação histórica e a organização do MAB e do MAM; e por fim identificar como ambos os movimentos influenciam no processo de construção da agenda pública com relação aos atingidos por barragens e mineração, a partir de uma análise comparativa de suas pautas reivindicativas e repertórios de ação coletiva.

Posto que os grandes empreendimentos hidrelétricos e minerários causam impactos (externalidades) de diversas naturezas nos territórios atingidos pela sua construção, conseqüentemente, onde também realizarão as suas operações. Há uma necessidade de garantir os direitos dos atingidos por essas hidrelétricas e mineradoras, por meio de políticas públicas, as quais na prática deveriam ser permeadas por um ciclo composto por diversas etapas, resumidas como formulação, implementação e avaliação. A etapa da formulação se inicia com a formação da agenda pública que é fase foco da pesquisa. Dentre os atores capazes de participar e influenciar esse estágio, destacam-se os movimentos sociais, que

elaboram suas pautas reivindicativas, e que muitas vezes procuram mitigar ou sanar os problemas gerados pelos impactos causados por esses empreendimentos, bem como desenvolvem repertórios de ações, em busca de melhores caminhos para elaboração e implementação dessas políticas públicas.

Figura 1 – MAM e MAB e suas influências na agenda pública em prol da população atingida.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

4.1 Impactos dos empreendimentos minerários e hidrelétricos

Esse tópico trará discussões acerca dos impactos gerados pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos, categorizados como ambientais, sociais, culturais, econômicos, entre outros.

A construção desses grandes empreendimentos muitas vezes estão pautadas pela ideia de progresso econômico, necessidade crescente de consumo e de aumento de padrão de vida, o que gera uma dominação sobre uma dada realidade social, fazendo com que os territórios atingidos não tenham controle sobre as decisões que interferem no futuro de sua própria população. Isso torna-se um círculo vicioso e incontrolável, compreendido por muitos como padrão de vida satisfatório, pois a população atingida, em sua maioria constituída por pessoas vulneráveis e de baixa renda, não vê outra opção a não ser submeter-se a essas condições em busca de sobrevivência ou do falso crescimento econômico, que não acompanha questões sociais, ambientais, entre outros fatores que deveriam ser considerados (FERREIRA; SARAIVA; 2019).

As externalidades negativas originadas por esses empreendimentos são acarretadas pela mudança social, que conforme Vainer (2008) é capaz de deflagrar não somente impactos patrimoniais e ambientais, mas também, desencadeia novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais, bem como novos interesses e problemas que se manifestam.

Inicialmente serão apresentadas as externalidades geradas pela mineração seguida das hidrelétricas.

4.1.1 Impactos dos empreendimentos minerários

Os impactos gerados pelos empreendimentos minerários são inúmeros e, dentre esses, Jácome e Pereira (2016) destacam o desmatamento, a erosão, a poluição atmosférica e a invasão da fauna. Além desses problemas ambientais, existem os riscos para a saúde do trabalhador, principalmente, quando não se faz uso de técnicas de extração adequadas e de proteção ao trabalho.

Um entrevistado relatou dados sobre esse tipo de impacto, “dados do Ministério da Previdência Social que 2003 a 2013 ocorreram [...] **33.638**, eu acho, entre mortes, mutilações e acidentes que aconteceram na mineração. Veja, média de quase 300 por ano, 30 por mês se a gente for colocar assim, arredondar” (M8).

Os municípios, que recebem esse tipo de empreendimento, tendem a ter um crescimento populacional desordenado, permeado pelo crescimento de problemas ligados a saúde pública e violência, conforme pode ser observado nos relatos dos entrevistados a seguir.

Parauapebas, que eu sei mais e tenho mais elementos. A cidade, tinha 90 mil pessoas há 15 anos, com o boom da mineração ela chegou agora a 250.000 se eu não me engano, 250.000 pessoas morando. E nisso tu traz a imigração interna, né, que aí vem. Tem inclusive um estudo da Pastoral da Aids dizendo que esses megaempreendimentos tem aumentado a contaminação por HIV no Brasil. Dentro dessas grandes obras, que os trabalhadores vão pra um lugar e como são trabalhadores migratórios, vão pra um lugar pega o vírus, contaminam ali e vão para outros lugares, sai contaminando no curso da obra, né, porque a gente sabe que quando vai se instalar o projeto, vão homens para manusear a máquina, manutenção de máquina, abrir buraco, carregar caixa, tudo isso tem lá, muitos homens, daí aumenta a AIDS, e a introdução do vírus do HIV. (M8).

Impacto negativo, poluição do ar, maior existência de problemas de saúde pública, especialmente problemas respiratórios, maiores níveis de violência né, essas ondas imigratórias. (M4).

Uma pesquisa ano passado com os pesquisadores parceiros nossos [...] pela mapeação de boletim de ocorrência ou seja, dados oficiais né, de 2014, quando inaugura o projeto da anglo que começa a operar até 2017, aumentou em até 270% a violência notificada, a violência contra a mulher, a gente sabe muito bem como é notificado a violência da mulher no Brasil né, com medo e tudo mais que a gente não conhece, sabe, e isso faz com que muitas mulheres tenham medo de fazer as denúncias, né. Então as notificações aumentaram 270%, é assustador isso, não é uma exceção do que a gente tem lidado em termos de cidades que são mineradas. (M4).

O risco de doenças sexualmente transmissíveis nas regiões de construção e operação desses empreendimentos, segundo os entrevistados é crescente, e podem gerar inúmeras outras externalidades além da saúde, como, conflitos nas relações interpessoais, problemas psicológicos (depressão), entre outras, que serão melhores explicitadas posteriormente.

Outro impacto que também engloba a saúde e que vale ser mencionado, é o uso de drogas, que em sua maioria afeta os empregados desses empreendimentos minerários.

A droga, né, que eu esqueci de falar da droga, o uso de crack pelos trabalhadores para conseguir fazer o trabalho pesado. Então, eles utilizam crack e cocaína, porque são drogas psicoativas que deixa o sujeito mais, como é que fala, inibe a fome, deixa mais ativo, né, vamos se dizer assim, mais ativo, mais forte, enfim, sei lá que diabo é, mas são esses tipos de problemas que no processo de instalação é causado, né. (M8).

Além de todos esses impactos já citados, existem inúmeros outros que a sociedade sofre, pois, as externalidades são cumulativas, ou seja, aumentam com o passar do tempo.

Um exemplo prático para entender esse conceito, é o das externalidades advindas do aumento da AIDS, HIV e do consumo de drogas.

Primeiramente, “aumenta a prostituição infantil, aumenta a quantidade de violência contra as mulheres, né, e a violência em geral, a violência na área, nos municípios e isso é muito significativo” (M8).

Depois que termina o seu processo todo de construção do empreendimento, quando vai embora, aí tu vais ter muitas mães, meninas novas e mães, ao qual os pais não sabem quem são seus filhos, né. E como eu já falei, também uma quantidade imensa de pessoas contaminadas com o vírus do HIV e isso é isso tudo da Pastoral da Aids, né. Enfim, a gente tem tentado trabalhar com, principalmente, a questão da violência contra as mulheres, né, violência contra as mulheres no âmbito mais geral da mineração e esse tem sido o ponto que nós temos tentado trabalhar, a gente não tem atuação sobre a questão de doenças sexualmente transmissíveis, de drogas e de violência geral, né, isso aí a gente não tem atuação, mas a gente possui a atuação com as mulheres, né, as mulheres que são impactadas pela mineração, que aí, de certa forma, vai implicar a lei na questão da violência contra mulher e também minimamente na sua transmissão contra doenças sexualmente transmissíveis, e sair e ficar com o bebê nos braços e o pai ir embora pro mundo. (M8).

Outros entrevistados também reforçam esses fatores de violência, principalmente contra a mulher, doenças, além de outros impactos como, abandono paternal, aumento da criminalidade, ou seja, uma desestabilização da região, o que acarreta novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais, podendo gerar novos conflitos que devem ser mediados, posto que os impactos são substanciais.

São inúmeros, aí vai variar de cada projeto, de cada bem mineral, que aí tem uma especificidade do projeto e conseqüentemente dos impactos que ele vai causar, mas na mineração é muito comum a grande desestabilização social da chegada desses grandes empreendimentos. Porque, na maioria das vezes os trabalhadores desses grandes projetos são, em sua grande maioria, homens, de repente chega um contingente de 2 mil trabalhadores em uma determinada comunidade, aí, tem com isso aumento da criminalidade. Não estou dizendo que os trabalhadores que estão ali são pessoas de má fé, são criminosos, mas algum outro ali acaba escorrendo, então, pegando por exemplo ocorrências nas delegacias antes da chegada do empreendimento e após, o número é crescente, aumenta a criminalidade, consumo de drogas, álcool, de violência sexual e de natalidade. Então, por exemplo, o mineiro aí passa percorrendo várias comunidades, vários municípios, quando chega na comunidade, aí chega aquela piazada, vai se divertir, aí é muito comum as violências sexuais, ou o relacionamentos das mineradoras, aí, fica aquele tanto de filho. Então, há uma desestabilização muito grande, vários impactos sociais ocorrem com a chegada desses empreendimentos. (M3).

Onde tem a mineração instada, onde tem obra de mineração, como toda grande obra né. Ao longo das obras foram 12 mil homens pra conceição sinceramente dizendo, em termos bem francos, são 12 mil pintos que

chegaram naquela cidade minúscula, naquele lugarzinho, naqueles vilarejos. O que tem de filho da obra da anglo, é uma coisa absurda, o que tem de mulheres que foram estupradas e violentadas, também, é muito grande, inclusive isso tira a mobilidade. (M4)

Devido aos inúmeros impactos sofridos pelas mulheres, o MAM tem desenvolvido pautas e repertórios exclusivos para elas. Isso, “tem a ver com os impactos diferenciados que nós mulheres, especialmente nas cidades mineradas, [...] que os impactos eles são muito duros pra todo mundo e são ainda mais pra mulheres” (M4).

Dessa forma, a entrevistada M4 discorre mais sobre a temática, exemplificando e esclarecendo o porquê de os impactos serem mais fortes para as mulheres. Pois dita que:

Em termos de saúde pública, que é um problema muito normal, né, a poeira, ou do transporte pela ferrovia, também o vagão aberto, também tem muita poeira, então esses problemas respiratórios e problemas de pele são altíssimos em todos os lugares que tão perto da mineração, né, e, quase sempre quem cuida dos doentes na nossa sociedade machista são as mulheres, né. A dimensão do cuidado naturalizado com as mulheres, né, e quem tá passando a madrugada com filho, um sogro ou uma sogra, geralmente são as mulheres, quem leva pro posto de saúde, para médico, são as mulheres também, então temos uma sobrecarga aí que é naturalizado para as mulheres com os cuidados com as famílias.

A sobrecarga das mulheres é uma questão a ser debatida, e é um impacto gerado por questões cumulativas e culturais, mas estas não englobam apenas sobrecarga no quesito saúde como dito acima.

As mulheres em geral são mais sobrecarregadas, inclusive na limpeza das casas, não sei se vocês já conviveram com algum lugar que é perto da mineração, mas é absurdo assim, você colocar uma roupa no varal de manhã, dali algumas horas você vai pegar a roupa tá encardida de pó de minério, se bater um vento a roupa encarde né. É aquela varrida que não rende, você varre a casa de manhã chega no almoço tá aquele pozinho de minério assim, então é desesperador para as mulheres, é uma sobrecarga, não é pouca coisa, isso sobrecarrega muito as mulheres, muito, nossa experiência aqui de lidar com as mulheres que têm a mineração muito perto da casa, é desesperador a sobrecarga que vem com o acúmulo de limpeza, que também é naturalizado na nossa sociedade machista, que deve ser das mulheres, né. (M4).

Por meio dos depoimentos dos entrevistados, foi possível observar que as externalidades sofridas pelas mulheres é um fator muito presente em territórios que já foram ou estão em processo de construção de empreendimentos minerários, mas a responsabilidade não é exclusivamente das empresas, visto que muitos desses pontos são oriundos de questões culturais enraizadas, decorrentes do machismo que objetifica, sobrecarrega e diminui as mulheres.

Dessa forma, na visão dos entrevistados o MAM, o Estado e a sociedade de forma geral, devem se preocupar com os impactos que os empreendimentos minerários causam às mulheres, gerando e priorizando pautas para que os direitos delas sejam garantidos, trazendo esse debate para a sociedade, posto que a conscientização é o primeiro caminho a ser percorrido.

Até o presente momento foram apresentados os impactos ligados, principalmente, às questões sociais, mas sabe-se também que existem inúmeros impactos culturais, ambientais e econômicos. Essas categorias de impactos em sua maioria estão interligadas, desse modo segue depoimentos acerca das questões culturais e imateriais que acabam por abarcar questões ambientais, sociais e econômicas.

Impactos da mineração, uma vez que a barragem passou assolando aquela cidade, e acabando com a cultura daquele povo e eles não tinham nada a ver com a mineração porque eles estão completamente aquém da mineração, inclusive na economia, porque a economia deles vinha da agropecuária, não tinham absolutamente nada a ver com a mineração, hoje eles são atingidos pela mineração, ao longo do rio doce até lá que é regência, lá no Espírito Santo, esse povo todo é atingido por mineração. (M5).

Primeiramente, antes mesmo da própria empresa começar minerar, eu diria que tem um grande impacto naquilo, se não é verdade entende talvez esses seria um dos maiores impactos né, que é mexer com o emocional dos territórios do povo e etc, né. Inclusive, têm pessoas que sofriam e que sofrem, não só algumas pessoas que sofrem psicologicamente por uma ideia primária de desenvolvimento que achava que era isso e aquilo e foi tratamento ao contrário, por isso entrou em parafusos. (M7).

Na visão dos entrevistados, esses impactos culturais podem ser entendidos pelos vínculos afetivos relacionados a forma em que se vivia na região, estes, que foram sessados ou modificados drasticamente pela chegada dos empreendimentos minerários, principalmente porque os habitantes da área foram induzidos a acreditar em mudanças sociais e econômicas benéficas para a região.

Desse modo, os impactos expostos até aqui vão de encontro com o que foi argumentado por Milanez e Santos (2013) e serão ilustrados posteriormente, posto que eles apontam que a mineração pode gerar uma série de tensões, tanto econômicas quanto socioambientais. No que se refere às tensões econômicas, eles elencam a deterioração dos termos de troca, a elevada volatilidade dos preços dos recursos naturais e a monotonização econômica, o que gera impactos sobre o desenvolvimento econômico a longo prazo. Já nas tensões socioambientais, estão a degradação da paisagem, a poluição atmosférica, a contaminação hídrica, o inchaço urbano e a favelização.

O primeiro exemplo dado pelo entrevistado M8 ilustra o inchaço urbano argumentado por Milanez e Santos, já o segundo exposto pelo M1 abarca questões como contaminação hídrica, degradação de paisagem e novamente o inchaço urbano.

Tem Congonhas, tem Parauapebas, por exemplo. Eu sei que, em Congonhas aumentou duas vezes o número que tinha de habitantes, mas vamos falar de Parauapebas, que eu sei mais e tenho mais elementos. A cidade, ela tinha 90 mil pessoas há 15 anos atrás, com o boom da mineração ela chegou, agora, a 250.000, se eu não me engano, 250.000 pessoas morando. Jarbas inchaço populacional. (M8).

Entre Conceição e Alvorada de Minas, e também de um mineroduto, né, município aqui vizinho que se chama Dom Joaquim. Então, os impactos de secamento de nascentes, né, são causados pela exploração do minério, né, porque pra se retirar o minério é necessário fazer um rebaixamento do lençol freático, né. Então, isso provoca o desaparecimento de nascentes aqui no entorno da mina de forma drástica, né. Então, tem a poluição de córregos devido, né, a poeira, mas também ao rejeito, né, que fica na barragem de rejeitos e o impacto social enorme causado pela grande quantidade de trabalhadores que vem pra região. (M1)

Outro impacto evidenciado pelos autores citados anteriormente, que também está presente nas entrevistas é a favelização. Posto que, de acordo com a entrevistada M1,

Houve uma migração muito grande para as periferias da cidade que antes era quase inexistente, e hoje a gente tem duas regiões de periferia né, com ausência de serviço, né, básicos, enfim, um impacto bem grande tanto na zona urbana mas também na zona rural, né, com êxodo rural e há a perda de terra, né, pra plantio, né. Então, enfraquecimento da agricultura familiar, né, perda da água, em muitas das comunidades.

Como relatado pelos entrevistados e discutido por Milanez e Santos, a favelização é tida como uma externalidade advinda principalmente da desterritorialização e do desemprego gerado pelas mineradoras, afetando toda a lógica socioeconômica da região onde foi instaurado esse tipo de empreendimento.

Além desses, existem vários outros tipos de impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos minerários. Em busca de ilustrar essa colocação, segue alguns depoimentos.

Porque a forma desse modelo mineral, ele acaba com ele perfura muito o lençol freático, e aonde tem minério, há água, e eles acabam com a água da sociedade, então acho que devia rever como que esse minério é assim (M6).

Contaminações que são frutos do processo de exploração mineral, seja a contaminação do solo, da água, do ar e da vida das pessoas mesmo, né. Por exemplo, em Caetité o pessoal, principalmente as mulheres, é altíssimo o índice de mulheres que necessitam tirar o seu sistema reprodutivo inteiro devido à contaminação de urânio que existe lá, né, é a contaminação da população. (M8).

Nota-se assim, que os impactos socioambientais expostos pelos entrevistados perpassam por diversas questões, como favelização, inchaço urbano, degradação da paisagem, contaminação da água e solo e poluição atmosférica, afetando assim a saúde da população atingida por empreendimentos minerários. Além do secamento e desaparecimento de nascentes, enfraquecimento da agricultura familiar, entre outros, a depender do contexto, região e outras variáveis que podem afetar no nível das gravidades dessas externalidades.

Devido a esses e inúmeros outros impactos, tem-se notado uma rejeição social aos projetos minerários, pois a sociedade está tomando conhecimento da gravidade dos impactos gerados por esses, a começar com os riscos à sua qualidade de vida e saúde, bem como ao meio ambiente. Dessa forma, com intuito de obter a chamada licença social para operar, alguns desses grandes empreendimentos minerários têm buscado estratégias para um melhor diálogo com a sociedade, além de uma melhor governança sobre os projetos de mineração (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Porém, ainda tem um grande caminho de mudanças a ser percorrido, pois grande parte desses impactos não deveriam existir e outros deveriam ser minimizados por meio de leis, políticas públicas, entre outras ações.

4.1.2 Impactos dos empreendimentos hidrelétricos

Conforme relatam Siebe e Cleps Júnior (2012), a crescente necessidade de energia no Brasil trouxe muitos problemas ambientais pelos reservatórios das hidrelétricas, que são a base energética no Brasil. O principal motivo dessa intensificação na produção de energia é a ideia da elite política e econômica do país para se tornar uma referência na economia mundial. Porém, essas mudanças e investimentos causaram e causam impactos, principalmente, nas comunidades que vivem próximas às margens dos rios e que mantêm uma relação orgânica de sustento com os canais fluviais.

Segue alguns depoimentos que reafirmam essa relação de sustento como os canais fluviais discutidas por Siebe e Cleps Júnior.

Pra quem estava abaixo da barragem por exemplo, os pescadores, que tiveram todos os peixes mortos na época da construção e foram colocados peixes que não são nativos da região, pois perderam os peixes nativos, com o percurso do rio que perdeu. (B2).

O pescador, ele roda a bacia toda, não existe isso né, aí tem o pessoal que pegava caranguejo né, esses caranguejeiros, então, também foram atingidos (B2).

Então, uma pessoa que era pescadora, a partir do momento que tem uma barragem inviabiliza, ou a pesca vai passar a ser de um jeito totalmente diferente da forma que a família executava antes, ou uma grande comunidade agricultora, que deixa de ser agricultora porque as terras agricultáveis nas proximidades dos territórios, ou porque não tem terra, ou porque a indenização que eles recebem, a forma de reparação inviabiliza que sejam reassentadas novas terras que garantam o modo de vida parecido ou igual ao modo de vida que eles tinham antes, então esse é outro tipo de dano. (B3).

Conforme relatos dos entrevistados esses vínculos de sustento exemplificados anteriormente, geralmente apresentam inviabilidade de reparação, posto que a realidade daquela região foi mudada drasticamente, fazendo com que essas relações orgânicas de trabalho fossem inexigíveis naquele contexto, devido a inúmeras outras externalidades que serão explicadas posteriormente.

Os impactos advindos dos empreendimentos hidrelétricos, “eles não são sempre os mesmos, eles variam muito, mas em geral são impactos sociais, ambientais e econômicos” (B5).

Uma questão que é muito discutida nesse contexto é justamente essa, energia para quem? Visto que, “ao invés do interesse do empreendimento, ele vir para melhorar as vidas das pessoas, ele empobrece, porque quando se é instalado uma [...] barragem ela não é para atender o interesse do povo brasileiro né, que a gente chama de soberania nacional, mas é para atender interesses do mercado”(B2). Por esse motivo,

Vai seguir as regras do mercado, é uma das formas de se ter lucro é violando o direito, porque ao se violar o direito, mais aumenta a taxa de lucro dela, né, em vez de construir uma moradia, um reassentamento digno, né, melhorar a vida das pessoas por conta do impacto, ela nega isso, não reconhece enquanto atingido, ela aumenta a taxa de lucro, né, dela. Então é uma forma dela aumentar o lucro que já teria, mas ela aumenta, isso também já é pensado já estrategicamente, então a violação de direitos dos atingidos faz parte da taxa de lucro das empresas (B2).

A fala exposta reafirma a discussão apresentada por Oliveira e Silva (2015) e Vainer (1990), que mostram que as obras advindas desses empreendimentos acarretam mudanças, principalmente, de ordem territorial. E, por meio de um discurso em prol da modernidade, elas se apropriam dos lugares e geram diversos impactos ambientais e sociais. Essas empresas provocam problemas como a desterritorialização e reterritorialização de milhares de pessoas apenas por meio de um discurso modernista, cujo objetivo é unicamente a geração de lucro.

Essa discussão de Vainer, Oliveira e Silva é reforçada pelos entrevistados, posto que eles argumentam que,

O modelo que está implementado hoje na sociedade visando só o lucro e não se preocupando com o ser humano (B1).

Então, começaram a se construir grandes obras, grandes hidrelétricas para poder gerar energia e fazer com que o país se desenvolvesse de uma forma rápida, e aí esse desenvolvimento ele não estava preocupado com essas pessoas que ficavam a mercê desses projetos, é desses grandes projetos, da construção desses grandes projetos, é dentro disso. Os atingidos começaram a perceber que eles precisavam fazer alguma coisa senão eles seriam engolidos por esses grandes projetos, não seriam indenizados nas suas perdas né, e eles precisavam se organizar (B1).

Ou seja, como argumentado pelos entrevistados, o capitalismo, a ganância e o lucro, se sobrepõem aos direitos humanos e ao meio ambiente. Além do mais, a energia gerada por essas hidrelétricas, muitas das vezes, são para suprir necessidades energéticas da indústria e não da população e, em sua maioria, os impactos gerados são irreversíveis e cumulativos, o que gera uma expansão de atingidos a cada dia.

Outra entrevistada também faz um questionamento bem parecido, pois indaga: “nós somos contra a barragem por quê? Nós somos contra a tecnologia específica de gerar energia pela água, ou nós somos contra porque ela gera impactos de toda natureza?” (B7).

“Os impactos decorrem do fato de que a energia e de que a riqueza produzida por esta obra não vai ficar com os trabalhadores, vai ficar com os capitalistas que depois ainda vão explorar toda a sociedade com o alto preço da tarifa de energia” (B7). Além disso,

Com o tempo, após o término da barragem, após o cessar de todos os discursos em nome do desenvolvimento, onde as empresas vão embora e deixam talvez alguns funcionários para tomar conta, né, das barragens, barragens prontas não geram emprego, o mínimo de emprego, e isso deixa um rastro de pobreza em vários aspectos. Então, no acesso à moradia, no acesso normal ao trabalho, no acesso aos bens essenciais à vida. (B7).

Vale pontuar que do ponto de vista dos entrevistados a sociedade não deveria arcar com os impactos gerados pelas hidrelétricas para produção de energia irresponsável com foco no mercado capitalista, principalmente no que tange o rastro de externalidades acarretadas por esses empreendimentos, como desemprego, desterritorialização, saúde, moradia entre outros fatores essenciais para vida.

Não se pode negar que “a barragem gera muito emprego, de fato gera emprego durante a construção, mas na maioria dos casos essas vagas são preenchidas de fora desses locais, né, em geral as empreiteiras são feitas por esses trabalhadores, não são do povo daquele lugar” (B5). Em contrapartida,

Gera um desemprego muito grande, né, seja meeiros, também trabalhadores parceiros que perdem as terras, também a própria desvalorização das terras que acontece, é até difícil falar do impacto econômico, toda a cadeia é

afetada, você tem o proprietário da terra que também perde a fonte de renda dele, aí esses caras que comercializam as cidades vizinhas, aí acaba também com o comércio, aí o comércio que empregava duas ou três pessoas já desemprega essas pessoas, essas pessoas têm que mudar de município e toda uma cadeia que é desconsiderada (B5).

Pode-se observar por meio dos relatos dos entrevistados, que os impactos tendem a ser cumulativos, ou seja, são acrescidos com o decorrer do tempo e da obra/operação, o que acaba por se transformar em uma “bola de neve” de externalidades. Segue algumas falas que exemplificam esse argumento.

As empreiteiras trazem [...] elemento de violência e de desorganização de uma região atingida por barragem, a vida de milhares de trabalhadores, explorados pelas empreiteiras, que desorganizam toda a vida daquela comunidade (B7).

Todas as regiões que nós acompanhamos empobreceram ao longo das décadas, necessariamente empobreceram, [...] mas é um fato objetivo, porque as pessoas perderam principalmente as condições de trabalho e a forma de autonomia no acesso aos bens naturais e isso notadamente a água (B7).

Com relação aos impactos ambientais, os entrevistados destacam que a construção de hidrelétricas modifica totalmente o bioma do lugar.

Primeiro que você tem um rio que é água corrente, você coloca uma barragem que gera uma água parada, então muda toda a dinâmica da água, do espelho da água, muda tudo, as espécies são extintas, passam a existir problemas ambientais variados, a qualidade da água [...] sempre ruim, lagos atrofiados (B5).

Fora que esses impactos ambientais causam impactos sociais e econômicos, reforçando o efeito cumulativo das externalidades.

Os impactos ambientais implicam na vida do povo que mora ali, no caso da pesca, geralmente a pesca acaba, tanto a pesca profissional, tanto a pesca amadora, pra lazer, acaba ou fica bem prejudicada. Os impactos econômicos são muitos grandes, porque alaga as melhores terras, né, as terras nas beiras dos rios são as mais produtivas, são geralmente onde tem os estabelecimentos que mais empregam pessoas na região, e em geral onde é construída a barragem. Não tem muitas fontes econômicas, né, então imagina, numa cidade pequena, onde a maioria da população trabalha no campo, você constrói uma barragem que tira aquele povo da terra, o impacto é muito grande, né, e em geral o impacto econômico é negativo, é maior que o positivo (B5).

Alguns casos similares dados pelos entrevistados reforçam esses argumentos, como por exemplo:

O comerciante dificilmente é considerado atingido, aí é complicado, o cara areeiro que pegava areia na beirada do rio, o garimpeiro que garimpa ouro

no rio, mas é uma atividade ilegal, ele não é considerado aí, a lavadeira é atingida, o pescador ele não é considerado porque não tem a carteira (B5).

A mas eu tinha um quintal na minha casa onde eu produzia, geralmente mulheres né, então eu também sou atingida, ah naquela comunidade eu era costureira eu vendia pra muita gente, eu vendia doce, várias situações, enormes são variadas situações (B2).

Essas colocações enrijecem a discussão apresentada por Silva e Silva (2011), dado que eles destacam que são inúmeras as relações de trabalho que podem ser cessadas pela construção de uma barragem, como, comerciantes, fornecedores de produtos, moradores das áreas, trabalhadores e artesãos que necessitam dos recursos naturais como matéria-prima para confecção de seus produtos, entre outros. O impacto econômico é muito grande sobretudo na região onde a hidrelétrica é instalada, principalmente devido ao não reconhecimento de inúmeras pessoas atingidas.

Dessa forma, é necessário pensar e refletir sobre os atingidos por barragens, visto que o Brasil vem investindo na produção de hidrelétricas, incitando, assim, questionamentos da comunidade, principalmente acadêmica, além de promover e estimular a organização de movimentos socioambientais contra essas obras (SILVA e SILVA, 2011).

Além de todos esses impactos ditos anteriormente, vale “destacar que as mulheres atingidas por barragens sofrem de maneiras, digamos especial” (B7). Essa característica também está presente em vários outros tipos de empreendimentos, a começar com a mineração, também estudada nessa dissertação. Mas no contexto das hidrelétricas, essa questão se dá,

Porque normalmente esses que chegam para construir as barragens são homens, que vêm de outras regiões, que deixam a marca da violência contra as mulheres, a grande maioria abandonou os filhos que eles fizeram nessas mulheres, seja por romances de todos os tipos, mas principalmente pelo estupro, que é uma realidade forte em regiões que se constroem barragens, além da exploração sexual, que é uma marca em todas as regiões onde nós acompanhamos, e assim, digamos que existe um período de efervescência né, desses acontecimentos (B7).

Constata-se assim, que os impactos advindos dos empreendimentos hidrelétricos são diversos e podem afetar tanto a fauna quanto a flora em diferentes níveis e contextos. Esse pensamento também é percebido pelo autor Vainer (2007), uma vez que, de acordo com o autor, o processo de um empreendimento econômico atinge diversas áreas, e a construção do mesmo pode ser a causa de encadeamentos de mudanças sociais que afetam múltiplas dimensões e escalas, que podem ser espaciais ou temporais. Também pode promover grandes

mudanças patrimoniais, novas dinâmicas sociais e econômicas, fazendo com que novos interesses e problemas surjam e se manifestem.

Conforme os relatos dos entrevistados as mudanças patrimoniais podem ser diversas, a começar com as perdas de casas, trabalhos, que podem se estender a áreas coletivas como creches, escolas, igrejas, quadras e áreas de lazer, que são perdidas ou alagadas pela instalação de mineradoras. Essas mudanças patrimoniais fazem com que surgiam novas dinâmica sociais e econômicas, posto que a população atingida tem sua vida modificada no que tange as relações sociais e econômicas, modificando toda conjuntura socioeconômica da região.

Esse impacto social que muda a vida das pessoas, muda o trabalho, muda a forma como as pessoas se relacionam, tem o impacto cultural também né, que toda a cultura daquela população é mexida, ela é modificada têm cidades inteiras que foram reconstruídas por causa de grandes obras, cidades inteiras que ficaram embaixo da água, então todo o ambiente, junto a cultura, toda a forma que as comunidades viviam, ela é atingida, ela é toda modificada, e aí gera problemas sérios, gera alcoolismo, gera depressão, gera ainda mais usos de drogas, gera machismo, gera prostituição, tudo isso acho que fica dentro do impacto social que a gente trabalha um pouco mais com as famílias (B1).

Tem impactos que são impactos patrimoniais, ou seja, as pessoas perdem suas casas, suas terras, o local de moradia, a sua fonte de renda, seu trabalho, perdem a produção que tinham, e no processo da construção, isso é sistemático. Existem outras perdas que são ainda das que podem ser quantificadas, que tem a valorização econômica, mas que são perdas passíveis de reparação direta, que são perdas de estruturas coletivas. Hoje, por exemplo, perde uma área de lazer, uma cachoeira que era área de lazer do pessoal, muitos rios que muitas vezes são pontos de encontro, uma igreja que inunda, ou várias igrejas que independente da religião, são alagadas, quadras, campos de futebol, ou seja, áreas comuns, creches, postos de saúde e escolas (B3).

Outros depoimentos que se enquadram nesse debate e também podem ser entendidos como impactos culturais, muitas vezes associados a questões imateriais e vínculos afetivos são,

O impacto psicológico também terrível, de não ter mais o rio, geralmente as barragens são construídas onde tem cachoeira, então se perde o espaço de lazer, a cultura, a memória, as pessoas ficam doentes por causa disso. Vários casos de depressão, as pessoas mais antigas do local, também vários casos de morte porque não consegue se adaptar, né, então aí tem perdas também da questão da comunidade, né, a comunidade era de uma forma, aí tem que ser deslocada, aí não é mais como a forma que era, muitos impactos né, tanto sociais, ambientais, na saúde e econômicos, tudo isso é afetado e a maior parte dos casos são desconsiderados, né, desconsiderado como impacto (B5).

Elas viviam, perdiam tudo perdiam cultura, perdiam espaço de lazer, perdiam as casas, perdiam trabalho e se viravam, tentavam se virar da forma como elas conseguiam, nem sempre né, as vezes ficavam mais empobrecidas do que já eram (B1).

Eu tinha vínculos com a comunidade, eu tinha um cemitério que era minha parte religiosa, onde eu ia lá fazer minhas orações, isso tudo foi alagado eu perdi tudo isso (B2).

Começam também as perdas culturais, né? Então a comunidade que por conta da igreja, por conta da distribuição das casas, antes fazia a folia de reis, deixa de fazer a folia de reis. Ou da comunidade indígena que antes tinha seu habitat, as suas instalações, a sua construção, deixa de ter boa parte disso. Ou ainda uma cidade que tinha a construção de um time de futebol e que era importante, que era motivo de orgulho da comunidade, isso deixa de ter. Então, nesse processo são perdas culturais, né? São perdas que dificilmente são reparáveis (B3).

Na visão dos entrevistados esses impactos culturais, assim como para o MAM, podem ser entendidos como vínculos afetivos que foram sessados ou modificados drasticamente pela chegada dos empreendimentos minerários, como por exemplo eventos religiosos, folia de reis, área de lazer, times esportivos, memórias afetivas entre outros. Gerando outros impactos tidos como cumulativos, como depressão, alcoolismo, drogas entre outros, principalmente porque esses vínculos são dificilmente reparáveis.

Além disso, as regiões nas quais são implementados os grandes empreendimentos econômicos, geralmente, são territorialidades por grupos sociais vulneráveis, que dependem dos recursos naturais locais para sua subsistência e para reprodução de seus modos de vida, causando, assim, impactos muitas vezes irreversíveis. Torna-se necessário lutar para que os interesses econômicos não se sobressaiam ao interesse da sociedade civil e, principalmente, aos interesses dos grupos atingidos pelos empreendimentos, ou seja, que nenhum objetivo político se sobreponha a outro, buscando assim um equilíbrio (SANTOSO, 2014; BRESSER-PEREIRA, 2006).

O entrevistado B7 assim como exposto anteriormente também defende que os interesses econômicos não podem sobressair aos interesses sociais. Posto que,

A primeira expressão desses impactos, são resultados de um modelo de sociedade que se organiza a partir da exploração, da exploração do trabalho, de homens e mulheres né, que é um princípio organizador da sociedade, né, da sociedade capitalista, e da exploração dos bens naturais, que os capitalistas chamam de recursos naturais né. Recursos é aquilo que está disponível para ser usado para algum tipo de acumulação, sempre a acumulação de uma minoria né, de um grupo pequeno de empresários e etc, e para nós são bens naturais, são bens que primeiro pertencem à humanidade, e pertencem especialmente, à comunidade onde ele está inserido, então ele deve ser utilizado pelo desenvolvimento da maioria, de toda a sociedade, a começar pela comunidade onde o bem natural está

inserido, e estou falando de tudo, de água, de madeira, de minerais, minérios em geral, etc. Eles são bem coletivos, muito nesse sentido também, porque ele ultrapassa a lógica da compreensão do capitalismo de que aquilo ali é uma mercadoria, a água é uma mercadoria, a madeira, a energia é uma mercadoria, mas principalmente ele é um bem da coletividade e deve evitar desperdício, e eles ultrapassam o significado né que o capitalismo gera né, que é por exemplo, de mercadoria né, pros capitalistas que é um bem simbólico, um bem religioso, ele tem bem significado histórico né para determinada sociedade, que tem o significado é cultural, transcendente né, que é dentro de cada, né assim, é digamos experiência comunitária, quando chega o grande empreendimento, ou pequeno empreendimento relativamente e desorganiza isso tudo para primeiro garantir exploração dos bens naturais que ali estão, para a acumulação de um grupo pequeno e segundo a exploração do trabalho das piores maneiras naquele território (B7).

Na perspectiva dos entrevistados essa discussão é uns dos principais objetivos do movimento, posto que o MAM busca fazer a mediação desses conflitos de interesses para que esses impactos sejam ao menos minimizados.

Como forma de conclusão do tópico, impactos dos empreendimentos minerários e hidrelétricos, segue no Quadro 2, uma sistematização de todos os impactos e subcategorias expostas nessa pesquisa de ambos os movimentos sociais.

Quadro 2- Impactos advindos dos empreendimentos hidrelétricos e minerários.

Impactos		
	Sociais	Ambientais
MAM	Desterritorialização	Contaminação lençol freático
	Mortes e acidentes de trabalho	Poluição atmosférica
	Saúde pública	Inchaço urbano
	Violência (Principalmente as mulheres)	Contaminação hídrica
	Estupro	Degradação de paisagem
	Abandono paterno	Favelização
	Prostituição infantil	Contaminação solo
	Aumento da natalidade	Secamento de nascentes
	Doenças sexualmente transmissíveis	Desaparecimento de nascentes
	Depressão, Alcoolismo, Drogas e etc.	Insalubridade de águas
	Problemas respiratórios	Degradação de vegetações
	Aumento da criminalidade	Extinção de espécies
	Inchaço urbano/ Favelização	
	Sobrecarga das mulheres	
	Econômicos	Culturais
	Desemprego	Extingue vínculos culturais
	Ondas migratórias	Memória afetivas
	Inviabilidade de vínculo fluvial e agropecuário	Vínculos afetivos

	Enfraquecimento da agricultura familiar Rastro de pobreza	Dependência histórica
MAB	Sociais	Ambientais
	Violação dos direitos humanos	Modificação do Bioma
	Desterritorialização	Extinção de espécies
	Alto preço da tarifa de energia	Modificação do fluxo da água
	Desvalorização das terras	Desmatamento
	Violência (principalmente as mulheres)	Exploração de bens naturais
	Desorganização social da região	Lagos atrofiados
	Inviabilidade de acesso a bens naturais	Degradação de vegetações
	Saúde pública	Inchaço urbano
	Estupro	Favelização
Abandono paternal	Inviabilidade de acesso a bens naturais	
Exploração sexual		
Doenças sexualmente transmissíveis		
Depressão, Alcoolismo, Drogas e etc.		
	Econômicos	Culturais
	Desemprego	Extingue vínculos culturais
	Inviabilidade de vínculo fluvial e agropecuário	Memória afetivas
	Enfraquecimento da agricultura familiar	Vínculos afetivos
	Rastro de pobreza	Perdas de áreas de lazer
	Concentração de riqueza	Perdas de eventos culturais
	Alto preço da tarifa de energia	Perdas de vínculos religiosos
	Desvalorização das terras	Dependência histórica
	Cadeia produtiva modificada	
	Inviabilidade de acesso a bens naturais	

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Vale pontuar que a natureza dos impactos está mutuamente interligada, sendo que se iniciaram como problemas econômicos e foram se desdobrando em outras questões, principalmente, sociais, ambientais e culturais. Visto que, muitos desses impactos se enquadram em mais de uma categoria, devido a essa interconectividade dos problemas ocasionados por esse contexto dos empreendimentos econômicos.

Essa categorização sistematizada no Quadro 2 é um tanto que ilustrativa, pois demonstra, de forma clara, que podem ser subdivididas inúmeras vezes, reforçando assim, o conceito do impacto cumulativo apresentado nessa dissertação, ou seja, um problema inicial não solucionado pode e tende a se transformar em inúmeros outros problemas que estão diretamente ligados.

Ademais, essa delimitação dos impactos que os empreendimentos minerários e hidrelétricos desencadeiam nos territórios, que abrigam as suas construções e operações, representam um importante contexto para compreensão da formação histórica e organizacional dos movimentos estudados, os quais serão apresentados seguir.

4.2 Formação Histórica e Organização do MAM e MAB

De um modo geral, observa-se que a formação dos movimentos sociais no Brasil ocorre em momentos específicos da história e que as diversas mudanças políticas, sociais, ambientais e econômicas na conjuntura brasileira podem intensificar as desigualdades e impulsionar as minorias a reivindicar seus direitos. Com relação a formação do MAM e do MAB, pode-se verificar, por meio dos relatos dos entrevistados, que suas origens ocorreram em contextos variados e em momentos distintos, entretanto, existem algumas características semelhantes, por exemplo, ambos são formados pela população atingida, têm com princípio a participação social e são advindas de impactos de grandes empreendimentos econômicos.

Dessa maneira, com intuito de compreender a formação histórica e organizacional desses movimentos, de modo a delimitar as implicações para formação da agenda pública que visam os direitos dos atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos no Brasil, os resultados delimitados serão apresentados em três categorias, momento histórico e os atores colaboradores na fundação, o cerne do conflito social que originou a formação do movimento e a estrutura organizacional, com formas de financiamento.

4.2.1 MAM

De acordo com os entrevistados, o MAM surgiu devido a extensão dos conflitos minerários que estavam presentes a décadas, porém eram aceitos socialmente, principalmente devido à presença histórica desse tipo de empreendimento.

Alguns depoimentos validam esse forma de surgimento, pois argumentam que “o MAM, é criado a partir do aumento de conflitos da mineração do país, né, porque assim, a mineração, ela sempre existiu (M8)”, tanto que o entrevistado M7 argumenta que “o movimento surgiu a partir de uma necessidade histórica, né, que de fato quando a gente fala sobre a questão mineral no Brasil, que tem mais de 400 anos que isso vem se arrastando” (M7).

Araújo e Fernandes (2016), reafirmam esse problema, pois argumentam que durante os quase 500 anos de extração de minério no Brasil, surgiram inúmeros impactos, a começar com os grandes passivos ambientais, além dos diversos tipos de conflitos socioambientais no território, abrangendo diversas populações e gerando inúmeros embates decorrentes da oposição de interesses e da visão divergente sobre o que é desenvolvimento, especialmente, em áreas de grande riqueza natural e com potencial turístico, e áreas de grande concentração populacional.

Esses conflitos se acirram no final dos anos 90, de forma muito intensa contra os projetos de exploração e escoamento da mineração, principalmente, nas regiões onde os grandes empreendimentos encontram na natureza (terra, água, minério), uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros, o que é reflexo dos afrouxamentos em forma de lei, admitidos nos anos 90, que causaram grandes externalidades, principalmente, nos anos 2000 (MAM, 2018). O entrevistado M8 reforça esse argumento apresentado no site do movimento.

A década de 90 [...] foi o começo da flexibilização das leis minerárias para a inserção do capital internacional no território das minas, né [...] todas as minas eram exclusividades da Vale na década de 90, tira esse regime da prioridade da mão da Vale né, privatiza e, algumas minas, [...] algumas reservas minerais, foram para o Estado, não entraram nesse pacote da privatização. E a década de 90, como a gente sabe, por mais que as leis foram flexibilizadas, mas elas começam a apresentar os seus resultados no início dos anos 2000, certo? Porque não é assim, eu flexibilizo hoje e amanhã a mineradora tá aqui, né, porque tem todo o processo e o trâmite burocrático que as empresas atuam a médio e longo prazo. Não é no curto prazo. Então o fruto disso vai ser o “boom” que aconteceu no país no século 21, né, que é a partir daí de onde vem, inicia o processo de diálogo, de construção do MAM, né, que aí nós vamos ter um aprofundamento da extração mineral para exportação, certo, baseado no agronegócio e na mineração principalmente o minério de ferro e aumentou, por exemplo, de 2001 a 2011, a mineração no país, ela aumentou 550%. Isso em 10 anos, é muita coisa aumentar 550% da extração mineral, né. E logicamente aumentou conflito, aumentou os acidentes com os trabalhadores, né, tudo isso aconteceu.

Dentre os atores que reconheceram essa necessidade de se criar um movimento dos atingidos por mineração e apoiaram a sua criação, os entrevistados destacam o Movimento do Sem Terra (MST).

Esse tema da mineração é, na verdade, no Pará, quem começou tudo isso foi os companheiros do MST, e a partir disso eles próprios viram que era uma carga muito grande, assim, porque o tema da mineração estaria naquele momento muito forte, né, e o espírito do movimento, ele passa dessa possibilidade de juntar gente principalmente nessa rachadura histórica nesse, digamos assim, histórico, que de um lado estava o setor da mineração e de outro lado estão os territórios que estão atingidos por grandes projetos

de mineração, né, e como eu disse antes até então ele nunca, no grupo específico, um movimento específico, tinha se preocupado em reparar esses conflitos(M7).

Então a partir de 2012 na via campesina, com um forte apoio do MST do Pará, chama uma reunião no intuito de convocar esses diferentes sujeitos na proposta de construir um movimento nacional popular que debatesse a questão mineral (M3).

2008 até chegar em 2012 foi um percurso que foi puxado pelo MST do Pará de tentar levantar a bola e de dizer que a mineração não é um problema só do Pará, a mineração no Brasil tomou proporções enormes em termos de conflito social e esse é um problema nacional, em 2012 quando a gente faz essa reunião, era na ideia de dizer, olha é um problema nacional (M4).

Reforça-se, assim, o fundamento do autor Warren (2010), pois discorre que os movimentos sociais surgem por meio de ações coletivas em busca de mudanças societárias, culturais ou sistêmicas. Esses existem devido aos conflitos, sejam sociais, econômicos, ambientais, entre outros, os quais vão contra os princípios da modernidade, especialmente, em relação à questão da ordem social.

Ou seja, nesse momento, assim como exposto pelos entrevistados, o MST, junto com trabalhadores da mineração, assentados, atingidos pela mineração e demais atores realiza m atividades coletivas em prol de mudanças de ordem social no âmbito da mineração e seus impactos. Na realidade do MAM, o conflito existente era a mineração, que causa impactos em todas essas vertentes ditas anteriormente, que são sociais, ambientais e econômicas, e que gera uma desordem social presente a muito tempo, mas velada pelo falso princípio da modernidade.

Em busca da construção e consolidação dessa causa, em 2007, o MST, juntamente com demais organizações, “cria uma articulação no estado do Pará com a intenção de ocupar os trilhos da Vale. Ocupam os trilhos por 45 dias, ocupam os trilhos, ocupam a Vale com mais de 5 mil pessoas” (M8).

Os entrevistados defenderam que durante o período que o MST estava como percussor e sustentava a causa minerária, foi realizado várias articulações em busca da garantia dos direitos dos atingidos pela mineração, tendo como foco principal a Vale, que era a maior empresa minerária do Brasil. Nesse momento, houve um reconhecimento que classificava o problema como exclusivo do estado do Pará, e por isso era necessário parcerias que gerassem uma visibilidade maior dos fatos, um exemplo, seria a parceria com organização Via Campesina composta por movimentos sociais de camponeses no mundo todo, e que possui um espaço no campo global. Com isso, em 2010 foi lançado um dossiê da

Vale, que contou com muitos pesquisadores nacionais e internacionais, além de promover um encontro nacional para um debate sobre o assunto.

Começa assim, essa formulação de tentar entender que o problema da mineração tá ligado ao problema da terra no Brasil, mas que esse problema que se vive ali não é um problema só de Parauapebas, [...] então começa a fazer ações conjuntas (M4).

[...] a partir daí as organizações da Via Campesina começaram a perceber que não era uma exclusividade do estado do Pará o conflito minerário, né (M8).

O MAM [...] não tinha uma formulação, ainda não tinha uma organização, mas tinha essa ideia de que tinha que unir tanto os trabalhadores rurais sem-terra, com os assentados, com os trabalhadores da mineração, com a população urbana, que também é afetada por esse projeto. Então essa união de população urbana, estudantes e professores que moram em bairros de periferia, que também são atingidos pela estrada de ferro, se uniram ali e começaram a usar esse nome. Esse percurso de 2007, 2008, até chegar em 2012, foi um percurso que foi puxado pelo MST do Pará, de tentar levantar a bola e de dizer que a mineração não é um problema só do Pará, a mineração no Brasil tomou proporções enormes em termos de conflito social e esse é um problema nacional (M4).

Em 2009 [...] começou um processo de articulação para o que seria o primeiro encontro dos atingidos pela vale que aconteceu no Rio em abril de 2010, e o MST estava começando a participar ajudando também nesse processo, precisava fazer esse encontro, e me indicaram. E esse encontro, foi um encontro muito bonito, muito bom, quase 150 pessoas de vários países muita representatividade no Brasil, porque naquele momento não existia nenhuma outra rede nacional e essa seria a primeira rede que seria construída com o tema da mineração ainda que seja específica da Vale. Mas a Vale é a maior empresa de mineração do Brasil né, e aí em seguida, o encontro aquele clima muito bom, fizemos muitas fontes, fizemos muita coisa, construímos aqui uma incidência para dar visibilidade, que estava muito dramática naquele momento. Em 2010, lançou um dossiê da Vale, juntou pesquisadores do mundo inteiro, fizemos um barulho assim, e essa coisa foi um encontro internacional tinha gente de 11 países e aí criou-se a ideia de um encontro, mas aí a gente avaliou que deveria continuar, aí criou a articulação dos atingidos pela Vale que hoje mudou de nome e que chama de articulação dos atingidos e atingidas pela Vale, encontro internacional de atingidos e atingidas pela Vale, aí eu cumpri essa tarefa da articulação, de fazer essa articulação, de fazer a secretaria da articulação.

Até esse momento o movimento não era entendido como MAM, mas sim como parcerias e atores que buscavam caminhos e articulações em prol da população atingida pela mineração, em contextos e realidades diferentes. No entanto, já havia um reconhecimento da necessidade de pautar questões relacionadas à mineração e realizar uma mudança de ordem social. Essa mudança foi buscada de diversas formas e por vários atores, caminhos e localidades distintas, principalmente, porque houve a constatação de que o problema

minerário não era exclusivo do Pará, mas sim um problema a nível nacional, que deveria ser mudado, tendo como princípios questões sociais, ambientais e não unicamente lucrativas.

O MAM foi fundado a partir de 2012 pelo acúmulo de lutas que estavam ocorrendo, em especial na região da Amazônia, principalmente na região de Carajás, município de Marabá, Parauapebas, onde concentra hoje o maior complexo minerário do mundo, que é o grande projeto Carajás da Vale, que sai de Parauapebas e vai até São Luiz com a ferrovia de mais de 900 quilômetros, que exporta minério (M3).

Por meio dessas lutas, em 2012, a “Via Campesina, com um forte apoio do MST do Pará, chama uma reunião no intuito de convocar esses diferentes sujeitos na proposta de construir um movimento nacional popular que debatesse a questão mineral em 2012, foi um marco” (M3). Na visão do entrevistado M8, essa ação consistiu na “primeira reunião nacional para poder pensar, identificar o que é o conflito minerário, quem são as empresas, qual é o tipo, como é a forma que as empresas atuam e quem são os sujeitos atingidos”. Esse encontro foi realizado “em dezembro de 2012, e de lá então foi uma reunião com cerca de 40 pessoas com 16 estados” (M3).

Então a partir daí que se inicia o processo de construção do MAM, em maio de 2012. Nessa reunião, foi tirado como nome Movimento dos Atingidos pela Mineração, como primeiro momento, enfim, como um acúmulo do que seria o movimento, né, qual seria a pauta (M8).

Os entrevistados relataram que o ano de 2012 foi um ano de reflexão de como se daria, de forma mais efetiva, o movimento, e como experiências isoladas, em contextos e realidades diferentes, iriam se tornar um movimento nacional que conseguisse defender os atingidos por mineração e suas pautas.

Os questionamentos do MAM nesse período foram inúmeros, e muitos deles perduram até hoje, como por exemplo: por que o conflito minerário existe? Quem são os atingidos? Qual é a melhor forma de organização? Quais são as formas de financiamento? Como o movimento deve se aproximar dos territórios? Como o movimento deve se organizar para estar no máximo de territórios possíveis? Como consolidar suas pautas? Entre inúmeras outras inquietações.

A partir de 2013 foi tomando mais corpo essa ideia, essa proposta de construir um movimento popular a nível nacional que organizasse as comunidades, as famílias, os sujeitos atingidos pela mineração, e ao mesmo tempo que se debruçasse para fazer um amplo debate com a sociedade sobre a questão da mineração no Brasil (M3).

“A gente precisava então é colocar o carro do bloco na rua” (M7), ou seja, realizar ações mais concretas em prol dos atingidos, em nome do movimento. Com esse objetivo, em 2013, foi realizada a “segunda reunião, que é um pouco mais ampla e envolveu já 14 estados,

um pouco mais de gente também e de organizações, tinha gente da Caritas, tinha gente do próprio MST, que foi muito importante, tinha várias pessoas” (M7).

A partir de 2013 que a gente começa a organizar os espaços mobilizativos de conseguir definir mais as tarefas, de conseguir ampliar nossa articulação, para conseguir também atuar nas redes que já estavam colocadas naquele momento (M7).

Portanto, como os autores Amenta et al (2010) argumentam, para que o movimento consiga ganhar influência e visibilidade política, é necessário e importante que esses usem de meios de mobilização social, uma vez que essas mobilizações e condições políticas acabam por impulsionar os esforços produzidos pelos movimentos, porém essas mobilizações também podem gerar conflitos com os ditos “adversários”.

Dessa forma, o movimento deve mediar esses conflitos em busca de uma relação equilibrada com os inúmeros atores existentes na sociedade, principalmente, com os tidos como adversários, visto que o principal objetivo do movimento é buscar equiparação entre fatores sociais, econômicos e ambientais, pois nenhum deles pode se sobrepor ao outro.

Em prol da concretização das ações almejadas, “em 2014 a gente fez o primeiro curso de formação de militantes e a partir da construção desses cursos de formação de militantes o grande desafio foi regionalizar e nacionalizar o movimento” (M4).

Além disso, para o movimento funcionar ele precisa de uma organização e de uma estrutura, segundo os entrevistados, o MAM ainda se encontra em processo de estruturação, pois novos acontecimentos ocorreram, como o desastre de Mariana, carecendo de atuação e organização em novas regiões.

Não está estabelecido porque também houve esse marco aí de Mariana, é um marco importante porque deu um gás no trabalho que a gente estava fazendo e do ano passado pra cá existe uma ampliação bem grande das regiões que a gente está trabalhando. (M4).

Ainda um movimento em construção, não é um movimento consolidado e existe em muitos lugares uma base social já com as pautas bem definidas e fazendo enfrentamento no dia a dia, em outros lugares não temos base (M7).

Mas conforme exposto pelos entrevistados, no decorrer do primeiro encontro nacional do MAM que aconteceu nos dias 18, 19, 20 e 21 de maio de 2018, na cidade Parauapebas no Pará, com a participação de cerca de 1000 pessoas em 16 estados, foram tiradas as principais orientações organizativas do movimento, em termos de organização nos territórios, participação social e formação, que serão expostas a seguir.

Em nível nacional o movimento conta com uma secretaria operativa no Pará, que é o estado onde surgiu o movimento, eles contam também com 3 macro regionais que ainda não conseguiram ser divididas, essas são denominadas de regional Norte, Nordeste e Centro Sul. Além disso dispõe de coordenações estaduais que buscam soluções, encaminhamentos, demandas entre outras questões para seus devidos municípios, ou seja, a organização se dá em vários níveis, como municipal, estadual, regional e nacional.

A gente tem a secretaria no Pará e temos uma que a gente chama de secretaria operativa, que é um grupo de militantes de mulheres e homens que, digamos assim, em nível nacional, fazem os encaminhamentos daquilo que vai surgindo ali no estado, daquilo que vai surgindo com demanda de formação de mobilização de recursos” (M7).

E a secretaria operativa nacional, na verdade, ela está nacional nos estados onde está mais acentuado, digamos assim, onde tem mais conflitos, onde o movimento já nasceu, já tá no período aí da adolescência. Tem o núcleo operativo estadual e a secretaria de coordenação estadual também, e nos municípios que é onde tem os núcleos do MAM como a gente chama é também da mesma forma, né, o núcleo que é ali, digamos, que é de 10 a 15 pessoas, 20 pessoas dependendo do tamanho da comunidade e da capacidade de mobilização que já temos, e tem também uma ou duas pessoas que ficam mais como coordenação (M7).

Daí essa coordenação precisa sentar e afinar a viola, né, ajustar as coisas, e dentro das suas regionais, onde cada um está responsável, fazer com que seja implementada essa linha política, né. Por exemplo, a gente dividiu a Regional Norte, que aí é Tocantins, Pará, Amapá e o Maranhão, né, que são os estados que nós estamos nessa Regional e isso aqui é uma Regional, Regional Norte. A Regional Nordeste: Ceará, Bahia, Pernambuco e Piauí, acho que são esses, e a Regional Centro Sul, que aí devido à quantidade de estados a gente não conseguiu ainda desvincular a Regional Sul dessa Centro-Oeste Sul. Então nós que estamos em Minas, no Estado do Goiás e em São Paulo, nós somos responsáveis pelo Centro-Oeste, pelo Sudeste e pelo Sul. Então tudo isso é uma Regional, então nós temos três regionais no movimento: a Norte, a Nordeste e a Centro Sul (M8).

Nós temos as coordenações estaduais, [...] ou seja, a coordenação é um grupo maior que pensam alguns detalhes a partir dos municípios e onde os conflitos estão acontecendo, e esse núcleo operativo é quem, digamos, encaminha, e quem faz a roda girar (M7).

Conforme explicitado pelos entrevistados cada lugar terá uma dinâmica diferente, a depender de inúmeros fatores como demanda, prioridades, contextos e outros fatores que podem influenciar os resultados dos objetivos almejados pelo movimento, além do mais existem localidades onde as atuações estão mais consolidadas, principalmente, onde os conflitos já estão instaurados, devido à urgência de ações nesses territórios.

Ela vai variar muito da dinâmica do empreendimento, então cada território tem sua dinâmica, mas tem um direcionamento nacional, então nós temos

as secretarias operativas que se reúnem constantemente a cada três, quatro meses, e realizam balanço das ações, realizam planejamento, tanto de reunião da coordenação nacional, que é um pouco mais ampliado, que também tira um plano de ações do próximo período. E, logo em seguida, a gente mantém comunicação seja por e-mail, telefone, WhatsApp, e vão se encontrando também pros eventos, pros encontros que acontecem (M3).

Variações inúmeras do estado e dentro de cada estado também né, temos em minas regiões que estão mais organizadas, mais avançadas, e temos outros lugares que o processo tá começando (M4).

Além desses pontos citados a entrevistada M7 complementa que o movimento também conta com linha política para resolução dos conflitos.

A gente tirou como linha política, lá em 2016 para 2017, nós realizaremos o que chamamos de assembleias populares da mineração, né, seria uma linha política para todos os estados e para todos os grupos em conflitos” (M7).

O entrevistado M7 acrescenta que mesmo sendo uma linha política nacional, ela também é praticada em nível estadual e, por conseguinte, o estado está sempre acompanhando as demandas dos municípios, o que faz com que seja abarcada uma quantidade significativa de atingidos.

Os militantes entrevistados alegaram que apesar da estrutura do movimento ainda estar em construção, a participação tem sido fator primordial para a consolidação e evolução como MAM. E por meio disso tem consigo aproximar cada dia mais das pessoas e seguir princípios participativos.

Então, como eu disse né, a gente está em construção, eu até acredito que o movimento ele vive em construção, né, que ele nunca tá pronto e acabado, mas tem crescido muito o número de militantes, e tem crescido muito a participação das pessoas nos locais, posso falar de Minas. Mas não somos só nós também, a gente tem um grupo, né, e que a gente se fala nesse grupo, que a gente mantém contato nesse grupo, né, em todos os estados onde o MAM já está é já está em atividade, e a gente consegue através do grupo, através de uma página também que a gente tem, que é o MAM nacional, através do Facebook, a gente consegue se conectar e saber das coisas que estão acontecendo nos estados e nos territórios. Então, a meu ver, a participação tem sido bastante significativa, a forma como o MAM tem conseguido chegar até as pessoas, a forma como o MAM tem conseguido fazer com que essas pessoas consigam, assim, participar efetivamente de formação, de capacitação, para ir mesmo para as frentes de enfrentamento, nos territórios. É, eu tenho visto isso assim, como algo muito positivo (M5).

Outro ponto frisado pelos entrevistados, dentro da vertente de organização do movimento que tem grande relevância, é o processo de formação dos militantes, que ocorre desde o início do MAM até hoje, pois eles precisam estar sempre cientes da realidade minerária, e, também devem estar preparados para seus enfrentamentos, diálogos,

mobilizações e demais realidades que irão vivenciar, e principalmente devem estar a par de todo contexto minerário.

[...] outra linha política a nível nacional é o processo de formação de base, que foi também embrionário pra essa história da construção do MAM, e daí a formação tem sido uma linha específica né, porque não há um movimento sem ter militantes se formando sempre, daí a gente organizou como é que seria esse processo de formação a nível de estado aí, é assim, tem estado que faz da forma como pode (M7).

[...] aí a gente começou a ter uma formação pra entender mais essa lógica do capital, pra entender mais essa lógica, de como que eles são preparados e porque a gente se torna refém, porque da realidade. Nós não temos preparação nenhuma, e eles têm, eles que eu digo são os representantes das mineradoras nos municípios e, nos distritos (M5).

Diante do exposto, além da questão que concerne à estrutura e à organização do movimento, é necessário também expor as formas de financiamento, ou seja, a maneira em que o movimento se mantém financeiramente. Os entrevistados relatam o conturbado caminho percorrido pelo movimento para se manter financeiramente, perpassando por várias dificuldades, mas aos poucos foram conseguindo se estruturar.

O movimento começou quase sem nada, né, isso a partir de alguns esforços de alguns militantes que já eram de outros movimentos ou já tinha ligação com outras instituições que, por exemplo, seriam parceiras daquele momento. Mas aí, depois que a gente já começou a funcionar e a engrenar um pouquinho, é claro que se tem necessidade de recursos para poder se produzir, imprimir um livro, uma cartilha, um documento, se deslocar para fazer a reunião em outro estado ou em outro município de outro estado, aí a gente tirou como linha política esse grupo da secretaria operativa nacional para buscar algumas fontes de financiamento, né, tanto a nível internacional, como a nível nacional, e daí é claro que entra alguns parceiros que indicaram a gente nessa construção inicial. Como a gente não tinha muitas ligações com alguns apoios nesse campo do financeiro a nível internacional, esses companheiros e companheiras indicaram a gente pra fazer diálogo com algumas operações internacionais, como Canadá, Europa, etc. E daí a gente conseguiu aprovar alguns projetinhos pra poder primeiro liberar algumas pessoas do movimento, que a gente entendia naquele momento, principalmente em 2015 pra cá, que não tinha como a gente nacionalizar o movimento se não tivesse algumas pessoas liberadas para andar no território nacional, para conhecer onde haveria conflitos minerais e do estado né, e isso ocorre até hoje, apesar de não termos pernas pra correr em todos os estados, articular os estados como um todo (M7).

Os entrevistados complementam esse argumento mostrando que os financiamentos se dão de diferentes formas, seja por meio de contribuições de parceiros como sindicatos, igrejas, voluntários, entre outros, ou por associações que repassam recursos, além de projetos, apoio de agências nacionais, editais de fundo nacional e até mesmo parcerias com universidades e projetos de extensão.

Seja com contribuições de parceiros, sindicatos, igrejas ou pessoas físicas, que se voluntariam a contribuir com o movimento e uma política também de auto sustentação. Aí, dentro desses grupos de base, as famílias contribuem mensalmente com o movimento (M3).

Além disso, tem cooperação internacional que a gestão é feita através de uma associação que nós temos, né. É uma associação no estado do Pará, daí a associação recebe recurso e repassa o recurso para garantir a condição de vida da nossa militância (M7).

O Movimento [...] tenta participar de atividades, projetos, procura emendas parlamentares com alguns deputados parceiros, não há uma fonte única, mas há uma busca constante atrás de recursos muito escassos para nós (M3).

Temos apoio de agências nacionais de cooperação, algumas, e também tentamos sempre os editais, do fundo nacional de sobriedade, de projetinho da CESE, da casa, sempre por projetos, né. Em geral, a base do funcionamento das operações, são essas (M4).

Uma associação a partir de projetos com parcerias com universidades, então nós temos associações. E também com os projetos de extensão de universidades, a gente consegue administrar esses recursos (M3).

Segundo relatos dos entrevistados o contexto político pode influir nas parcerias e nas formas de financiamento do movimento, posto que durante os governos de Lula e Dilma essa abertura foi notada, mas foi alterada drasticamente nos governos posteriores. Para ilustração dessa questão a entrevistada M4 argumenta que,

Nos governos Lula e Dilma, existiu maior possibilidade de parcerias ali e aqui né, era muito comum como os movimentos populares como MAB e MST fazer cursos de formação com algum apoio do ministério, dia do manto por exemplo, então os mínimos canais assim que tinha acessibilidade. Isso foi sendo esvaziado, né, e sucateado em uma velocidade impressionante, então tá um momento aí de menos recursos disponíveis mesmo, né, então é um cenário muito diferente de 10 anos, o MAM não existia há 10 anos atrás, mas pra quem era um movimento anos atrás tinha mais canais de financiamento completamente, isso está mingando (M4).

Porém, na perspectiva dos entrevistados mesmo com essas dificuldades, o movimento tem crescido e se consolidado cada vez mais, pois o MAM tem tido “resultados concretos. A gente vê maior participação da militância, da base e de diferentes regiões, hoje, com a demanda do movimento em outras regiões, precisamos dar conta da demanda, especialmente no estado de Minas Gerais, onde a mineração é tão forte” (M3).

Por meio desses relatos, constatou-se que o MAM conta com inúmeras parcerias que são buscadas constantemente, mas essas se dão de diferentes formas, contextos e são atemporais, o que fortalece o argumento exposto anteriormente da necessidade de manter uma relação mediada com os atores. Um dos fatores que influenciam essas parcerias e a

abertura e a conjuntura política, posto que essa era mais facilitada durante o governo Lula e Dilma, contudo, mesmo com essas barreiras, o movimento tem crescido e se consolidado socialmente.

Os entrevistados consideram que o crescimento do MAM tem sido expressivo, “a gente tá saindo de um grupo de 40 pessoas, em 2012, para um encontro de 700 pessoas, em 2018, então isso só existe porque há uma participação muito ativa nas regiões assim, não existe mente brilhante que faria individualmente ali um processo como esse” (M4).

Foram criados 22 grupos de trabalho dentro do encontro nacional, no qual tinha mesa, tinha discussão, né, de debate aberto e tinha discussão no núcleo de base e dessa discussão do núcleo de base tem relatoria e tem coordenação, e nós juntamos todas as relatorias para ver o que saiu de comum ali das discussões do núcleo de base. E nisso, teve uma equipe de sistematização, que está sistematizando, é que vai ser mais ou menos assim, o conteúdo maior, com maior qualidade daquela cartinha, que é o debate que aconteceu nos núcleos de base, e isso vai ser as linhas gerais do movimento (M7).

De acordo com as descrições dos entrevistados, o movimento anda bem motivado com suas propostas e trajetória, “em especial agora, depois do nosso encontro nacional, voltou agora com um gás danado, está todo mundo muito disposto na construção do MAM, disposto a fazer mais atividades na construção do movimento” (M3).

Nota-se, assim, que o MAM passou por uma trajetória cheia de empecilhos, a começar com o reconhecimento da necessidade de criação de um movimento que pautasse os atingidos por mineração, para tal contou com a ajuda de diversos parceiros, principalmente o MST. Obteve-se uma organização territorial, contou com a participação social, formações, reuniões, encontros, debates e diversas formas de financiamento.

4.2.2 MAB

Com base nas narrativas dos entrevistados, pode se observar que se comparada a história do MAM, o MAB tem uma trajetória maior, é um movimento criado há mais tempo, o que faz com que sua estrutura e organização sejam mais abrangentes e consolidadas. O MAB surgiu em 1970, conforme relatos dos entrevistados, foi devido ao aumento exacerbado de empreendimentos hidrelétricos em busca de desenvolvimento, porém, isso gerou desordem e revolta pelos atingidos, que tiveram inúmeros direitos humanos violados, principalmente os que perderam suas terras e trabalhos, por meio desse contexto os atingidos perceberam que teriam que tomar alguma atitude para que assim fossem indenizados.

O movimento [...] surgiu principalmente da revolta dos atingidos por barragens, mais ou menos no ano de 1970, quando o processo industrial do Brasil estava num período muito intenso, logo depois da ditadura o Brasil precisava crescer, a economia precisava circular (B1).

Então começaram a se construir grandes obras, grandes hidrelétricas, para poder gerar energia e fazer com que o país se desenvolvesse de uma forma rápida, e aí esse desenvolvimento, ele não estava é preocupado com essas pessoas que ficavam a mercê desses projetos (B1).

Essa questão da construção das grandes barragens gerou uma série de relações de violação de direitos humanos, de expulsão das pessoas de suas casas, de expulsão da terra, perda do local de trabalho, cidades inteiras ficaram debaixo d'água. Nem sei qual forma de licenciamento naquela época, a gente era meio que limitado o que as pessoas ficavam sabendo, que as barragens chegariam nos seus terrenos, nas suas casas, muitas vezes com a chegada da água (B3).

Dentro disso, os atingidos começaram a perceber que eles precisavam fazer alguma coisa, se não eles seriam engolidos por esses grandes projetos, não seriam indenizados das suas perdas, né, e eles precisavam se organizar (B1).

Nota-se, assim, como exposto pelos entrevistados, que além de ser um período de expansão de construção de barragens, foi um período marcado por um “sistema político que não tinha grande preocupação com os direitos sociais e com os direitos humanos” (B3).

Como argumentado pelos entrevistados esse contexto, gerou um conflito social instaurado pelos empreendimentos hidrelétricos devido a sua forma de gestão, que tem com foco questões lucrativas, ou seja, não se preocupam com as populações atingidas por esses empreendimentos e violam inúmeros direitos. Isso também ocorre por parte dos empreendimentos minerários mencionado no tópico anterior, principalmente, porque as empresas acreditam que gerir suas obras considerando esses impactos modificará todo o resultado financeiro do empreendimento, como eles se preocupam unicamente com o lucro, isso não é uma questão viável economicamente para eles.

Esse contexto motivou algumas reações, a iniciar com a mobilização dos atingidos por barragens, que começaram a se reunir em prol de suas demandas advindas dos impactos causados pelas hidrelétricas, esses se reuniam em grupos pequenos e isolados desde a década 80, mas cada grupo em seu contexto social, realizando suas ações e algumas vezes até congressos, seminários para congregar as distintas comissões, associações e derivados.

Nesse início não é o MAB né que existia, mas os atingidos eles se reuniam por demandas dos impactos das hidrelétricas, por exemplo, hidrelétrica de ITA no sul, aí tinha a comissão de atingidos ou associação de atingidos da hidrelétrica de ITA, (estou dando um exemplo), aí de sobradinho, também a mesma coisa né, então eram várias associações

fragmentadas no país, com pautas justas né, dos atingidos né, por barragem né, então as hidrelétricas iam sendo construídas e os atingidos né, se organizaram dessa forma, então eram feitos vários congressos né, seminários, encontros e num determinado momento, isso aí na década de 80 (B2).

[...] essas famílias atingidas por essas obras, em geral grandes empreendimentos, elas não tinham reconhecimento da sua condição e ficavam sem seus direitos, ou seja, perde suas terras, trabalhos, comunidades e não tinham a devida reparação, por isso. A condição desses empreendimentos naturalmente gerou a reação dessas populações, que vieram lutando às vezes de uma maneira organizada, às vezes de maneira desorganizada, mas vieram lutando fazendo outros enfrentamentos reivindicando esses direitos violados, e a partir dessas lutas foram se criando comissões de atingidos, pequenas organizações locais ou regionais desses atingidos, a partir da percepção que os atingidos tiveram, de que juntos a condição de luta era melhor, né, era mais possível lutar por esses direitos juntos, organizadas do que de forma individual. E isso influenciou atingidos de outras regiões, né, então nesse mesmo período da década de 80 começam a surgir várias organizações de atingidos no Brasil todo, né, principalmente na bacia do Rio Uruguai, no sul do país e também no vale São Francisco, no Nordeste e também no Norte, Amazônia, Tucuruí, então surgem várias comissões, elas eram organizações independentes (B5).

Mas nesse contexto como defendido pelos entrevistados, nem todos os atingidos por esses empreendimentos hidrelétricos se reconheciam como tal, e o não reconhecimento muitas das vezes significava a não reparação dos erros. Em prol de toda a população atingida, em 1989 foi realizado uma reunião nacional para planejar um grande encontro nacional dos atingidos por barragem para criação do MAB, pois perceberam que precisavam consolidar-se nacionalmente para não serem destruídos.

Aí, em 1989, teve uma reunião de caráter nacional, com intuito de fazer um grande encontro dos atingidos por barragens em todo o Brasil, e deu certo (B4).

Criar o movimento e aí ele vai surgir oficialmente, de fato, em 91, no Primeiro Encontro dos Atingidos por Barragens do Brasil (B3).

Os atingidos nesse período chegaram à conclusão que se não tivesse uma organização forte no país, com as características do Brasil, esse movimento iria ser derrotado como foi várias dessas organizações locais, né, ou quando se tinha sucesso, se tinha sucesso contra uma barragem específica (B5).

Na visão dos entrevistados, o movimento precisava abranger toda a população brasileira, com estratégias de unificação e fortalecimento de pautas e demandas, pois era preciso se unir para garantir os direitos ou ao menos parte deles, pois os empreendimentos sempre foram mais influentes, mas deveriam ser “desmascarados”.

A ideia do movimento nacional é que o movimento se perpetuasse e conseguisse não só lutar pelos direitos específicos de uma barragem, mas para o Brasil todo, e assim foi fundado o MAB, com essa estratégia unificada, mas com ócio regional, com características [...] de cada local (B5).

Era preciso se unir para conquistar os direitos, porque cada um, individualmente, não conseguia os seus direitos, né, as empresas não pagavam adequadamente essas pessoas (B6).

A trajetória de constituição do MAB pode ser explicada pelas reflexões de Melucci (1899), que acredita que os movimentos sociais são sistemas de ação que atuam em uma sociedade ordenada por possibilidades e barreiras, sendo que o modo como esses atores se formam e se relacionam, por meio de suas orientações e oportunidades e das coerções sistêmicas, devem ser observados como pontos críticos, pois é a partir desses que os movimentos vão construindo seus legados e se consolidando socialmente.

Em busca da construção de seu legado, o MAB teve consciência de que se não fizesse algo contra a conjuntura econômica de produção de energia, inúmeros direitos iriam ser “massacrados”. Com esse intuito, o movimento se juntou com outros atores para criar força e se estabelecer socialmente, tornando-se uma expressão de autonomia e resistência, como foi exposto pelo entrevistado B7.

Uma expressão de autonomia é uma expressão de resistência contra as injustiças desse modelo de sociedade que nós vivemos, mesmo que não seja uma coisa desenvolvida do ponto de vista da teoria, da compreensão dos atingidos desde sempre, onde houve luta dos atingidos, mas é em primeiro lugar uma luta contra as injustiças, contra a exploração dos trabalhadores nessa sociedade classe. A luta dos atingidos sempre foi uma expressão da luta de classes (B7).

Dessa forma, essa trajetória foi vista pelos entrevistados como forma de expressão e de luta dos atingidos. Fazendo com que eles se tornassem atores que lutam contra essas externalidades advindas dos empreendimentos hidrelétricos, principalmente contra violação de inúmeros direitos humanos. Contudo, o caminho percorrido pelo movimento durante sua trajetória de vida foi cheio de altos e baixos, mas o MAB soube lidar com essas possibilidades e barreiras existentes.

No entanto, para que essas lutas fossem consolidadas, e para realizar novas, foi necessário que o movimento se estruturasse. Para os entrevistados a melhor forma de organização para os 22 estados participantes, deve estar diretamente ligada a participação social, posto que o movimento preocupa fortemente com as organizações de bases compostas pelas famílias atingidas em pequenos grupos, pois permitem que todos opinem e participem. Esses grupos possuem coordenadores que fazem parte de coordenações

regionais, estaduais e nacionais, tudo isso objetivando a garantia dos direitos dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos.

O movimento se organiza em pequenos grupos e aí isso vai se expandindo, né, é a nossa primeira forma de se organizar, e no nosso grupo de base são as famílias que são diretamente atingidas lá nas comunidades, elas formam um núcleo de mais ou menos quinze pessoas (B1).

Esse núcleo ele tem um coordenador e uma coordenadora, que é onde acontece as reflexões dos problemas causados por essas obras (B1).

Esses grupos são pequenos porque possibilitam que todos opinem e participem nas decisões, diferente de uma grande assembleia que não é possível todos eles falarem, todos eles opinarem (B3).

Mas as pessoas do grupo de base fazem parte da coordenação regional, que fazem parte da coordenação estadual, que fazem parte de uma grande coordenação nacional e tem quase todos os estados do Brasil, a gente está organizado, que aí ela é bem ampla, bem maior (B1).

A organização, ela existe, e ela é, então, são os atingidos por barragens organizados em luta, nada mais que isso, então o movimento só existe porque é o povo atingido que se organiza e luta por seus direitos (B3).

O MAB hoje está presente em vinte e dois estados do Brasil, né, então o MAB tem as coordenações nacionais, as coordenações estaduais, as coordenações regionais, né, e as coordenações locais, né, e os grupos de famílias nas comunidades na base, né, que se reúnem também periodicamente. Então essa é a principal organização do movimento né, tem as organizações dos grupos de famílias nas comunidades, e aí desses grupos saem coordenações regionais, cada grupo tem o seu coordenador e esses coordenadores de cada grupo tem a coordenação local, alguns então participam da coordenação regional, outros da coordenação estadual e outros da coordenação nacional (B6).

Observa-se assim por meio das entrevistas, que o MAB está presente em diferentes âmbitos e níveis no Brasil, pois é movimento que possui uma trajetória grande e consolidada, e por isso a estrutura não teria características diferentes, mas o movimento só consegue realizar suas ações se tiver uma estrutura forte e presente, principalmente devido à disputa de poder e ao contexto caótico político, social, econômico e ambiental brasileiro.

Mas, apesar de estar em diferentes âmbitos e níveis, o MAB conta com uma forma diferenciada de gestão, que não possui divisão por setores, o movimento acredita e presa pela capacidade de coordenação em uma totalidade, para que assim todos tenham conhecimento das diversas áreas e responsabilidades, fugindo assim da forma fragmentada imposta pelo capitalismo.

O MAB não atua com setores, não existem setores no MAB, então nós não temos setor de financeiro, nós não temos setor de juventude, setor de mulheres, é, deixa eu ver outro tipo de setor, setor de produção, né, então

nós do MAB, não existe isso no MAB, ele, o movimento, ele tem que ter a capacidade da totalidade, é essa forma que a gente acredita, tem pessoas, sim, que vão ter algumas tarefas, mas o todo tem que se perpassar em todas as instâncias desde a direção nacional, estadual, regional, local, né. Então, a gente não atua com setores, a gente acredita que os setores, eles fragmentam o movimento e trazem uma especificidade de uma técnica colocada, e pra nós essa não é a forma, né. Então hoje, a gente, hoje não né, sempre, a gente nunca atuou com setores, né, mas de uma forma mais na totalidade, algumas pessoas devem ter uma tarefa, mas nunca vai ter uma tarefa específica, pró única, é um desafio, né, é um desafio isso, mas a gente, por enquanto a gente está acreditando que dá certo, né, não da forma fragmentada colocada no capitalismo, né, essas especialidades, essa especialização (B2).

Além disso, o MAB busca, dentro de sua estrutura, caminhos participativos, inclusivos e democráticos, assim como relatados nos depoimentos dos entrevistados abaixo.

O movimento age de forma horizontal, onde há uma participação de todos, e vertical da base até a direção nacional, porque se não, não dá liga né, não adianta ter uma decisão nacional que não esteja em sintonia do que está lá fervilhando na base (B2).

Então, são processos que eles se dão [...] como um caracol, que vai chegando, chegando, até chegar na base, que aí a base assimila e volta, e vamos ver como isso vai repercutindo naquela direção nacional e aí volta, e num processo inclusivo e novo no MAB, posso dizer que essa é uma forma nova (B2).

Essa nova forma, busca ser “mais participativa, inclusive de gênero, de termos homens e mulheres e juventude, para conseguir dar uma maior forma de participação, (...) deve-se ter homem, mulher e juventude, né, par a par, para aí dar uma equilibrada e para as várias visões também chegarem pra dentro do movimento”(B2). Outra fala que certifica esses argumentos de participação, também apresentada pela entrevistada B2, foi que,

Atualmente em Minas, é um dos momentos em que a gente está melhor organizado agora, onde mais têm famílias participando e tal. Hoje o MAB tem uma cara mais Brasil, né, então hoje nós temos mais rostos regionais, que está tendo mais cara do MAB, né, mais cabelos encaracolados, mais preto no MAB, mais LGBT no MAB.

Ou seja, o MAB, assim como o MAM, prioriza caminhos participativos que buscam incluir toda população brasileira tida como “minorias”, ou melhor, dar voz à população, considerando princípios como equidade, inclusão, participação, empatia, entre outros, pois a partir dessas características o movimento terá força e credibilidade, principalmente, perante a população atingida e defendida, que muitas vezes é reconhecida como vulnerável por não ter poder de fala.

Como discutido pelos entrevistados, o movimento só existe porque existem atingidos e outros atores que apoiam a causa, de modo que o MAB não conseguiria realizar suas

atividades sem suporte social, pois é a junção desses atores e de toda essa trajetória que faz com que o movimento lute pelos seus direitos, lute por políticas públicas ou qualquer outra ação que mitigue os impactos gerados pelos empreendimentos hidrelétricos. Dessa forma, o depoimento a seguir fortalece a importância da participação, e mostra como a organização do movimento é diversificada e trata todos como coletivo em prol do mesmo objetivo.

O MAB é um grande pleito coletivo, é um grande corpo coletivo, então nós, militantes do MAB, nós somos o concreto da massa, nós somos pequenininhos, bem pequenininhos, são destacados para estarmos em lugares (...). A nossa tarefa é fazer essa massa inchar, trazer muita gente para o movimento, e o MAB é essa massa que somos nós, fermento misturado junto com o povo, isso é o MAB, né. Então é esse processo, essa mistura, que faz com que a gente consiga qualificar tudo isso que nós falamos, desde os anos oitenta, e aí garantir a existência de direitos e de políticas públicas que façam esses direitos chegarem até a vida das pessoas (B7).

Ademais, dentro da organização do movimento, também é necessário existir formas de provimento de recursos ou financiamento. Sobre essa questão, a entrevistada B1 defende que o movimento é “independente, (...) autônomo, no grupo de base as próprias famílias, elas se organizam, esses coordenadores eles recolhem das famílias, que podem contribuir, uma arrecadação de três reais por mês, pra poder fazer o grupo funcionar”.

A nível estadual, a nível nacional, a gente tem algumas parcerias com ONGs internacionais, que a gente faz projetos também, escreve projetos, faz os trabalhos com os atingidos e depois presta conta pra essas outras ONGs, as vezes de outros países e tal. E também no nosso processo de reivindicação da perda de direitos, a gente tem alguns projetos junto aos governos, governo federal, governos estaduais, em todos os estados do Brasil, então a gente vai lá, cobra dos governos as reivindicações de direitos e a gente consegue alguns projetos de produção de horta, projetos de placa solar, projetos de várias coisas, de artesanatos para mulheres, essas coisas todas, então isso também ajuda a fazer com que o movimento funcione (B1).

Além disso, o movimento também conta com outras formas de provimento, como doações de terceiros, conseguidas principalmente quando a credibilidade do movimento está em alta, por exemplo,, nos casos de Mariana e Brumadinho. Outra forma de financiamento, também discutida pelos entrevistados, são contribuições e ajudas voluntárias dos atingidos e seus familiares, assim como festividades tradicionais e culturais de suas regiões que podem propiciar formas de arrecadação.

Em Mariana mesmo com crime a gente fez campanhas, para ter o encontro nacional a gente fez campanhas também de doações, e existem organizações parceiras que não são doações, né, [...] essas organizações elas acreditam no que estamos construindo e investem em recurso pra isso (B2).

8º Encontro Nacional do MAB, em que toda alimentação do encontro foi os próprios atingidos que organizaram, organizaram a cozinha, trouxeram bujão de gás, trouxeram tudo, e a gente garantiu alimentação para quase 4 mil pessoas durante os cinco dias, né (B3).

Muitas vezes, as famílias trazem festas da comunidade, ou outros mecanismos diversos de arrecadação, e além dessa forma, tem a forma que é de solidariedade, e aí tem a solidariedade do local, então às vezes a igreja, ou pessoas, ou locais que acreditam no propósito do movimento, que não são necessariamente do movimento e que apoiam, sindicatos, organizações locais e estaduais, que fazem essa solidariedade, ou pagam um ônibus, ou pagam estadia, ou pagam alguma coisa diante da atividade que a gente faz, aí temos ajuda de organizações nacionais e também organizações internacionais. Então, tem organizações internacionais que ajudam na construção do movimento porque acreditam e apoiam as organizações que lutam por direitos humanos e fornecem esse tipo de apoio também (B3).

Contribuição direta das famílias (...) que têm condições, fazem uma contribuição direta para a construção do movimento, e aí fica parte pra região, parte pro local, parte estadual e parte pro nacional [...] isso é uma das principais fontes e não só o recurso, mas o que a gente chama de auto sustentação do movimento (B3).

As formas de financiamento do MAB, assim como expostas pelos entrevistados, mostram que realizar parcerias interfere positivamente na consolidação social do movimento, assim como o direcionamento do mesmo. Pois, é por meio dessas que o movimento consegue força política, social, econômica e pessoal. Uma vez que a união pode trazer inúmeros resultados favoráveis, como o exemplo dado anteriormente pela entrevistada B3, que discorreu que toda a alimentação do 8º Encontro Nacional do MAB foi realizada por doações e pessoas atingidas durante todos os 5 dias, mostrando assim que quanto mais pessoas e atores envolvidos com a causa, maiores são as chances de obtenção de bons resultados para o movimento.

Toda essa discussão, apresentada até aqui, faz com que seja notado que o MAB sempre buscou caminhos participativos para a resolução dos conflitos sociais gerados pela construção de barragens e hidrelétricas. Além disso, existem formas diferenciadas de arrecadação de recursos, de gestão das atividades, de estruturação, que a todo momento procuram meios interativos em que haja diálogo, e que todos estejam conscientes de suas atividades em sua totalidade.

Com base nos relatos dos entrevistados dessa pesquisa, foi possível compreender a formação histórica e organizacional dos movimentos estudados. Também, foi observado que os movimentos sociais, MAB e MAM apresentam trajetórias bastante semelhantes apesar de serem criados em momentos distintos. Os resultados apontam que ambos iniciaram suas formações devido aos impactos que os empreendimentos causam para as populações de

territórios atingidos e também pela sobreposição dos interesses econômicos em detrimento aos ambientais e sociais. Além disso, ambos reconhecem a importância de uma ajuda voluntária para a organização de um movimento, sendo amparado por parceiros-chave, como instituições religiosas, movimentos que possuem ideologias próximas, líderes locais e outros atores que possam garantir a legitimidade e atrair mais participantes para o movimento.

Os dois movimentos sociais se estruturam a partir da participação coletiva, e consideram-se como organizações mais orgânicas, que se estruturam com menos hierarquia, centralização e autoritarismo, se orientam mais por valores democráticos. Tanto o MAB quando o MAM almejam a participação da sociedade, a fim de promover o debate, o diálogo e a transformação das questões que consideram relevantes para os atingidos e a sociedade em geral, o que será apresentado, por meio de suas pautas reivindicativas e repertórios de ação, bem como as influências destas na formação da agenda pública.

4.3 Pautas reivindicativas dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública

Caracterizados os impactos que os empreendimentos minerários e hidrelétricos causam nos territórios atingidos, bem como a formação histórica e organizacional do MAM e MAB, torna-se relevante compreender como esses atores sociais atuam em relação a garantia dos direitos dos atingidos, de modo a compreender as suas principais pautas reivindicativas e como essas influenciam na formação da agenda de políticas públicas.

O caminho percorrido pelos movimentos sociais para ganhar visibilidade de suas pautas perante o Estado, segundo Carlos, Dowbor e Albuquerque (2016), pode gerar inúmeras consequências políticas para o Estado, como por exemplo, mudanças ou criação de políticas públicas, sendo iniciado pela formação da agenda pública, bem como na legislação e na implementação das mesmas, nas instituições políticas, na política partidária ou nos regimes políticos. Ou seja, a opinião pública, as atividades dos movimentos sociais e a ação dos legisladores explicam inúmeras mudanças na política e nas políticas públicas.

Como explicitado no referencial teórico o ciclo de políticas públicas é dividido em várias etapas, a fase denominada formação da agenda foco da pesquisa é definida por Capella (2018, p.13) como “conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros”.

Por meio desse argumento, nota-se que qualquer pauta ou repertório de ação coletiva que busque evidenciar e dar maior visibilidade aos problemas públicos defendidos pelos movimentos sociais podem ser considerados caminhos para inserção ou não dos temas na agenda pública.

Ou seja, as formas que os movimentos desenvolvem para fazer com que suas pautas tenham poder e atenção na mídia, na sociedade, no Estado entre outros atores podem ser assumidas como formas de inclusão ou não de seus temas na agenda pública, caso suas pautas já estejam inseridas nesse contexto, é dentro dele que elas se mantêm e futuramente se transformam em políticas públicas.

4.3.1 MAM

O MAM possui diversas pautas e essas são regidas de inúmeras maneiras a depender do contexto, da região, do nível de urgência, da relevância entre outros fatores. Muitas delas são interligadas, ou seja, precisam uma da outra para serem efetivas. Dessa forma, serão apresentadas a seguir as pautas reivindicativas do MAM.

A primeira pauta a ser apresentada, que foi considerada pelos entrevistados, como muito importante para o movimento, para a sociedade e também para as demais pautas do MAM, consiste na definição dos atingidos. Para que o movimento consiga garantir os direitos dos atingidos e outras questões é necessário expandir e entender o que seria a terminologia “atingidos pela mineração”.

Em razão disso, o MAM tem como pauta essa expansão, debate e reconhecimento da terminologia “atingidos pela mineração”. Vários entrevistados abordaram essa pauta como de extrema relevância, difícil delimitação e que inclui várias situações.

Conforme relatos dos entrevistados, a terminologia atingidos por mineração, abarca um grande número de pessoas, pois é desde quem vivia ou vive perto da mineradora, assim como toda população que é afetada com a poluição do solo, do ar, e principalmente da água por contaminação de minério, que acarreta diversas doenças e inviabilidade de consumo ou escassez. Além dos trabalhadores que também são afetados, pois veem esses empregos como uma oportunidade de melhora de vida, mas são submetidas a situações degradantes de trabalho.

Tínhamos como ideia de atingido aquelas pessoas que estavam no entorno da vida, ou seja, pegando a poeira com a água contaminada pelo minério, com as doenças como é o caso de vários territórios no Brasil (M7).

Não é somente quem está na beira da cava da mineradora, mas é quem está no entorno da cava, quem tá na beira da ferrovia do mineroduto, do Porto, e também quem sofre com os impactos causados a partir da extração mineral, que aí vem a poluição do solo, da água e do ar e da falta da água(M8).

São todas aquelas pessoas que são impactadas pelo projeto minerário, e, aí poderia dizer então que Cata Altas não é, porque não está perto da mina, sim Catas Altas é. Porque isso influi no processo minerário, ele influi na qualidade e na quantidade de água que o município recebe, ele influi diretamente também no tipo de ar que as pessoas da sede respiram, porque esse vento que sai daqui com essa poeira ele joga essa poeira até lá faz com que eles respirem esses minérios também, não na mesma proporção que nós, daqui de Morro da Água Quente. Um atingido por mineração é uma pessoa que trabalha na mineração e que vê os seus direitos violados todos os dias, todos os dias, incessantemente, não pode abrir a boca pra reclamar, reclamar não né, não pode abrir a boca nem pra falar, porque se reclamar vai ser mandado embora, e vê sua saúde violada e muita das vezes como a gente vê aqui e isso é muito visível para nós inclusive. Funcionários da Vale que vão trabalhar doentes, que vão trabalhar passando mal, porque esses preferem trabalhar mal da saúde do que entregar no trabalho atestado, um atestado de um funcionário pra Vale, ele pesa muito, ele pesa muito no currículo desse funcionário, ele pesa muito para esse funcionário no momento que ele vai receber uma PL por exemplo, que é a participação no lucro das empresas, então ele prefere trabalhar passando mal, ele prefere trabalhar sentindo dor, do que ir no médico e apresentar atestado que não tá conseguindo trabalhar (M5).

Os entrevistados também acrescentam, que toda sociedade brasileira é atingida pela mineração na vertente econômica, pois a Lei Kandir permite que os empreendimentos minerários transnacionais façam a extrações em terras brasileiras sem o pagamento dos impostos devidos. Além disso, boa parte da população atingida não se reconhece como tal, o que dificulta a garantia dos direitos, mas por meio dos crimes ocorridos esse horizonte de não reconhecimento tem mudado. Em resumo, existem diversas formas de ser um atingido, mas toda população tem seus direitos violados por esses empreendimentos mesmo que em níveis diferentes.

A Lei Kandir né, que as empresas transnacionais chegam no país e podem extrair minério sem pagar imposto naquele estado que ela se insere, onde ela vai se impor no estado. E se indiretamente atinge toda a sociedade nacional são vários milhões de reais deixando de ir para os cofres públicos (M7).

[...] quem não participou, que não teve como participar desse modelo de mineração vigente no país por um simples motivo pôr a sociedade como um todo não conhecer, não ter ideia do que significa de fato o setor da indústria da mineração no país e no mundo (M7).

[...] existem diversas formas de ser atingida por mineração, como é o caso por exemplo, do pessoal lá de Barra Longa, sofreu duramente os impactos da mineração, uma vez que a barragem passou assolando aquela cidade, e

acabando com a cultura daquele povo e eles não tinham nada a ver com a mineração; porque eles estão completamente aquém da mineração, inclusive na economia, porque a economia deles vinha da agropecuária, tinha absolutamente nada a ver com a mineração. Hoje eles são atingidos pela mineração, ao longo do Rio Doce, até lá que é Regência lá no Espírito Santo, esse povo todo é atingido por mineração, então a definição de atingidos por mineração eu acho que ela ficou muito ampla. Principalmente, com o rompimento da barragem, porque quem não tinha absolutamente nada a ver, nem conhecia a mineração ele se viu atingido ele se viu, tendo os seus direitos totalmente violados por causa da mineração que assim, na vida deles nunca ocorreu que fosse acontecer né, essa tragédia/crime e que ele fosse ter a vida assolada por uma lama, daquela forma, lama essa que é contagiosa, que tem metais pesados, que matou, matou tudo, matou rios, matou bicho, matou gente, então assim, é muito difícil definir um atingido, sabe? Porque onde tem mineração corre o risco de cada um ser atingido de uma forma, e ser atingido de várias formas ao mesmo tempo, muito embora, muitas vezes as pessoas não se reconheçam nessa condição de atingido ou de atingida (M5).

Fontoura et al (2019), reforça toda essa complexidade de definir atingidos e argumenta que diferentes atores são afetados por esse tipo de empreendimento econômico, como por exemplo, os trabalhadores rurais, os camponeses, os pescadores, os povos indígenas, os artesãos, as cooperativas, os movimentos sociais, as pequenas empresas entre outros. Muitos desses atingidos têm sido desconsiderados tanto historicamente quanto socialmente das trajetórias dos grandes empreendimentos minerários e até nas pesquisas sobre o tema.

A definição dos atingidos pela mineração representa uma das principais pautas do MAM, foi considerada por alguns entrevistados, e está constantemente nos seus repertórios de ação em termos de articulação e organização dos territórios atingidos.

O MAM só existe porque existe atingido, mas os atingidos só conseguem se entender como atingidos se entender o processo que o MAM já entendeu. Existem pessoas atingidas nos territórios e eles vem trabalhando nisso e faz que os atingidos entendam que eles são atingidos (M2).

Atualmente são pelos próprios sujeitos que se auto definem como atingidos, a gente promove uma articulação nas comunidades e o povo toma consciência das contradições daquele projeto o quanto está impactando as suas vidas, para nós é um pouco maior a percepção dos atingidos (M3).

Os atingidos têm a percepção que todo conjunto da sociedade brasileira é atingida por essa mineração sendo historicamente saqueada pelo mineral, mas é claro que nos territórios você tem impactos dessa e isso motiva o povo a se organizar e a fazer luta (M3).

De acordo com os entrevistados, o entendimento mais amplo da terminologia atingidos é de extrema relevância, visto que o reconhecimento do indivíduo como atingido representa um dos caminhos para garantia de direitos. O MAM, ao debater e trazer para mídia

e para sociedade essa pauta, sobretudo, depois dos crimes de Mariana-MG e Brumadinho-MG, fez com que parte da sociedade reconheça o quão importante é essa demanda. Além disso, essa conscientização e o apoio social podem ser formas de lograr a inserção do problema na agenda pública.

Como argumentado por Capella (2015), se as ideias a respeito dos problemas públicos forem bem formuladas, planejadas e defendidas, poderão ser inseridas na agenda em contextos políticos favoráveis. Alguns momentos tidos como estratégicos para essas inserções, são em situações de alterações da estrutura organizacional governamental, visto que, esses contextos diversos são capazes de intensificar a emergência de certas ideias, que nesse caso seria a conjuntura social advinda dos crimes, mas também podem limitar outras.

Outra pauta do movimento consiste na soberania popular da mineração, que também pode ser entendida como participação popular e factual sendo vista, pelos entrevistados, como um dos principais caminhos para alcançar suas demandas,

Eu estava falando da questão da soberania popular, tudo que as empresas não querem é que a sociedade compreenda o setor que eles trabalham, que eles atuam que é o setor da mineração. Então quando a sociedade não participa, significa dizer quem decide quem dá as cartas são as empresas, e o Estado infelizmente é conivente com isso. Então, não daria pra dizer que é só as empresas, mas o Estado é conivente. A lei do FHC foi uma ação estatal inclusive para contribuir com a privatização da Vale etc, então para a Vale gerar lucro tinha que ser dispensado dela o imposto que é pago antes, e depois da lei Kandir não foi pago. Mas então, resumindo, as empresas são incapazes de construir suas ações da mineração com a participação dos territórios, porque seria de fato encher o calo deles que é essa história das mentiras que eles construíram pra poder chegar nos territórios, com esse lobby da mineração, com o desenvolvimento do país, do território, do emprego etc, então jamais participaremos porque jamais fomos convidados (M7).

A pauta de participação é justamente contrária a dominação dos empreendimentos, pois o movimento acredita que por meio da soberania popular que a sociedade terá maior força, poder e principalmente voz para reivindicar seus direitos.

O povo vai poder ter mais poder na mineração, o povo vai poder trabalhar e ganhar as coisas necessárias. [...] não causando tantos impactos naturais [...] porque a forma desse modelo mineral, ele acaba, com ele perfura muito o lençol freático, e aonde tem minério, há água, e eles acabam com a água (M6).

A gente tá falando em soberania popular na mineração, é essa formulação de que a nossa pauta ela nunca foi, nem em 2012, e não é hoje, é algo na linha em todas as minas do Brasil, essa pauta ela é variada, a pauta é em muitos lugares pela não instalação de projetos, porque nesse modelo nenhum desses projetos têm sido benéficos pro povo do local, do povo brasileiro (M7).

Os entrevistados destacam que as pautas reivindicativas do MAM ultrapassam o olhar ambientalista para o território atingido, incorpora outras pautas, como as dos trabalhadores da mineração e a necessidade de participação social, reforçando os valores preconizados pela soberania popular.

Mas a gente também tem as pautas de governança, de pensar qual o risco de exploração que deveria estar sendo implementado, quais as condições de saúde e segurança dos trabalhadores que deveria existir nesse projeto, sendo que é um trabalho extremamente precarizado, um trabalho que tem mais acidentes fatais hoje no Brasil, mais mutilações é a mineração, então é uma pauta que ela não é uma pauta ambientalista, embora a questão ambiental faça parte das nossas pautas, mas esse ponto é muito importante, um movimento popular com o MST com o MAB. Como agora o MAM, nós todos da Via Campesina temos a formulação das questões ambientais, elas fazem parte das pautas, mas não são movimentos ambientalistas, existem movimentos ambientalistas que defende pelo fechamento de todas as minas, por exemplo, a nossa pauta envolve também os trabalhadores, então ela varia de região pra região de projeto para projeto (M4).

Então essas pautas elas são as pautas de um movimento popular não de ambientalista, isso que é o mais importante por isso que o nome atingido ele foi saindo da nossa formulação, o nome assim, mais levado pro lado do nome, e entra a soberania popular pela mineração (M4).

O reconhecimento da falta de participação social nas decisões que envolvem a construção e a operação das mineradoras nos territórios estão presentes nas entrevistas, portanto, uma das pautas reivindicativas do MAM consiste na necessidade de o Estado desenvolver instituições que garantam o envolvimento e a participação da sociedade.

[...] a participação que não existe do povo nas decisões de como deveria ser o modelo de mineração a nível nacional, isso já é uma inserção direta que todo povo paga, essa conta de não participar do ponto de vista mais geral da sociedade, como o todo da sociedade brasileira (M7).

Não há uma governança em nível de Estado para pensar na mineração, há uma abertura concreta pro mercado pensar quando e como vai ser o ritmo, quando que vai ser explorado ou não (M3).

Por isso a discussão sobre a soberania popular, porque o que nós achamos [...] nós temos o poder, temos que ter aliás o poder de decisão, de dizer se a mineração deve estar ali ou não. Se a mineração estiver ali temos que ter direito de poder dizer como é que ela deve ser extraída, que passos pra serem extraídas, é porque a grande complicação desses territórios é que o pessoal quer tirar tudo em um ano, passivos ambientais para vida inteira né (M7).

A participação social configura-se como uma das pautas que está constantemente presente na trajetória dos movimentos sociais brasileiros, no MAM essa realidade não se

torna diferente. Além disso, a inserção de qualquer pauta na agenda pública pode ser permeada pelas diferentes formas de participação social.

Mas como argumentado por Araújo e Fernandes (2016), o processo de licenciamento para se instalar, operar e produzir atividades de mineração no Brasil foi concebido para criar uma situação favorável aos empreendedores do setor no que concerne à possibilidade da participação social e oposição das populações atingidas.

As duas licenças exigidas, a licença para minerar e a licença ambiental, realizam-se em âmbito administrativo e as populações das localidades afetadas não têm poder de veto. O ordenamento brasileiro é frágil no que concerne à proteção destas populações, pautando-se por instrumentos mitigatórios e compensatórios e não prevendo sua consideração nos processos de licenciamento (ARAÚJO; FERNANDES, 2016, p.4).

Um dos entrevistados também reconhece a deficiência da legislação em termos de garantia da participação social.

Hoje na legislação brasileira não existe direito de atingido, né, existe reparação depois que o dano já aconteceu, né. Então, isso não passa a ser direito para ser uma obrigação do Estado e das mineradoras. A gente tem como pauta que as comunidades, elas possam ser primeiramente consultadas antes de qualquer ampliação ou instalação de empreendimento minerário, as comunidades, elas precisam ser consultadas e além de ser consultadas, elas têm que ter um poder de veto, de dizer não ou sim para a mineradora, para a mineração do território que ela tá colocada, que isso é um direito que eu enquanto atingido posso escolher, sim ou não para o minerador entrar no meu território. Isso a legislação não permite em momento algum, malmente existem umas consultas informadas, e respeitando o estatuto dos povos indígenas, que nunca saíram do papel de verdade, as consultas que fazem com os quilombolas e com os indígenas em relação à mineração e os empreendimentos em geral, são ridículas, né, chamam uma assembleia na comunidade e passam uma ficha de inscrição, daí as pessoas assinam e eles anexam aquilo ali como se tivesse sido uma consulta livre, prévia, informada com a comunidade, sendo que é mentira, né (M8).

Nota-se assim que dentro da pauta de soberania popular e participação social, está o direito de dizer não, que pode ser alcançado por meio da obtenção de áreas livres de mineração, o qual deveria ser visto como parte do relacionamento e do diálogo entre sociedade, Estado e empreendimentos, pois cada realidade é distinta e entender a melhor saída para aquele local ou região deveria ser um dever desses atores, mas como as relações são conflituosas é necessário a criação de leis que garantam esses direitos.

Uma grande pauta que a gente vem travando, que é do direito a dizer não, né? Ou que as comunidades sejam consultadas quando há interesse de minerar no território, né (M1).

Tem muitos lugares que tá lutando por dizer não, tem muitos lugares que tá lutando pra se tentar áreas livres de mineração. Tem muitos lugares onde o

povo quer definir a forma e o ritmo como a mineração deve ser explorada, né (M1).

[...] nós criamos inclusive, a partir do comitê nacional e dos territórios frente a mineração, e também junto como MAM, claro discuto que tem áreas que dependemos alcançar campanhas livres de mineração, por exemplo, esse exemplo que eu te falei agora pouco no município que é acima da serra tem olhos d'água vive com essa água né, destruindo um território como esse destrói toda fonte de água, então um território como esse pode ser um território livre de mineração. A gente fez essa tese agora em outros casos, como por exemplo o caso da Vale lá em Carajás né, lá está num momento tão avançado da extração mineral da maior mineradora de ferro do mundo, de que ali o que a gente pode fazer é tentar garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e os direitos daquele Estado (M7).

Mas esse debate, ele precisa ser mais amplo, né. É, então uma estratégia que a gente tem apostado é de tentar assembleias populares, é de fazer trabalhos de base, enfim, é de tentar influenciar a nível municipal, né. Na implementação de leis, que garantam esses direitos (M1).

Com base nos depoimentos dos entrevistados, pode-se observar que o MAM leva em consideração e busca validar os argumentos dos autores Quiroga e Pagliarone (2014), onde os movimentos sociais são capazes de modificar a dinâmica de participação e de representação política, instaurando um novo modo de fazer políticas públicas, em busca de caminhos em que as soluções aos problemas sociais sejam encontradas coletivamente e que os movimentos sociais e a sociedade civil possam ajudar e participar em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, em prol de políticas públicas mais factuais.

A produção de políticas públicas pode ser iniciada por pequenas ações que fazem com que o assunto ganhe visibilidade e notoriedade pela sociedade ou parcela dela, as quais podem ser capazes de interferir na agenda pública. Caso o tema consiga ser inserido por meio dessas evidências, ele pode se transformar em uma política pública real, além do mais essa força política também pode interferir em outros direitos, projetos, leis, conselhos, entre outros.

O MAM procura a garantia de inúmeros direitos, mas em busca de garantir o direito de dizer não, o MAM tem desenvolvido os seus trabalhos nas comunidades locais, solicitando mediação do Ministério Público.

Então o maior caso que o MAM tem conseguido, é conseguir fazer essa discussão através da comunidade, através das bases, né. É o povo dizer não, né. Ou o povo entender que precisa ser reparado, né. O povo entender os direitos que precisam ser reparados (M1).

A gente tem conseguido barrar alguns processos ligados à mineração em alguns territórios com algumas ações, principalmente do Ministério Público

né, que se observe nos territórios quais são esses grandes desafios que a gente está colocando (M7).

A partir da concepção dos entrevistados e do autor Gonçalves (2017), sabe-se que em prol dessas pautas apresentadas até aqui que abrangem a soberania popular e a participação social, o MAM passou por algumas mudanças a começar pelo nome, a princípio era conhecido como Movimento dos Atingidos pela Mineração, no ano de 2012 quando foi criado, mas em 2013 no segundo encontro nacional, por meio de um debate profundo sobre o que é ser atingido por mineração, o movimento passou a ser denominado como Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

O foco desse novo nome é a soberania popular em defesa dos povos tradicionais, sendo esses ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, agricultores, familiares, entre outros. À medida que estes acreditem que essas lutas devem ser construídas de forma conjunta pela classe trabalhadora da sociedade brasileira, em busca de se organizar e planejar, através da concepção de qual mundo devemos e queremos, construir, juntamente com desenvolvimento desejado para a sociedade brasileira.

Outra pauta defendida pelo MAM consiste na necessidade de criação de uma legislação que seja capaz de intervir e solucionar os conflitos existentes entre os atingidos e os grandes empreendimentos, de modo a garantir os direitos dos atingidos pela mineração.

Conforme pondera os entrevistados, o direito no que tange a mineração é um grande gargalo no Brasil, pois mesmo que o tema tenha ganhado maior visibilidade e sensibilização social principalmente depois dos crimes ocorridos, muita coisa precisa ser mudada e avançada para a garantia dos direitos dos atingidos pela mineração, pois a atual legislação é totalmente conservadora e não se preocupa com as comunidades impactadas e nem considera como atingidos os grupos que claramente são impactados, além disso está a benefício dos empreendimentos minerários que não dão abertura de participação social, mas a sociedade deveria ter direito a voz.

Então em relação a direito nesse país está difícil falar ultimamente né, mas assim tem um grande gargalo que precisamos vencer é nesse próximo período em relação ao setor da mineração no código da mineração (M7).

Um nível maior de sensibilidade na sociedade brasileira, mas precisa avançar muito, principalmente a reparação dos atingidos pela mineração (M8).

Estamos numa legislatura atualmente totalmente conservadora, mas também de algum tempo pra cá nunca tratou de legislar em prol das comunidades impactadas por esses grandes projetos, então você não tem por lei que garanta direitos das comunidades, por exemplo o próprio

processo de licenciamento não há espaço para as comunidades impactadas, o único momento de participação são as audiências públicas, mas nas audiências públicas o empreendedor chega e apresenta o projeto, o povo pode questionar a vontade, mas na ata da audiência não vai contar nenhum questionamento, então não há espaço nesses processos administrativos de implantação dos projetos de mineração ou outros grandes projetos que o povo tem direito de voz. Então há um conjunto de legislações e regulamentos que permitem a anulação e a flexibilização desses povos que vivem nesse território para maximizar a exploração (M3).

O conjunto mais amplo das leis que regem o setor da mineração não atende e não considera as populações que são atingidas, e que também não considera cidades, que não é só quem tá morando perto de uma mina né de uma casa, a gente sempre tentou colocar no sentido mais amplo (M4).

Na perspectiva dos entrevistados, em nenhum momento os empreendimentos minerários, a legislação e as demais instituições estão a favor do povo, especialmente porque essas empresas tem um poder muito grande, principalmente perante o Estado. Posto que, mesmo que os parlamentares ou outros atores do Estado reconheçam os danos causados, esses nunca colocaram isso em prática, pois até o presente momento nenhuma lei, medida provisória ou decreto foi aprovado em benefícios à população atingida.

Não tem lei pro atingido não, não tem lei não, a lei ela é sim pro empreendedor, ela é assim pra mineradora, porque pro atingido não tem não, e se hoje a Vale resolvesse criminalizar por algum ato que fizesse perto de mina ou algo assim, com toda certeza seria criminalizada, um interdito proibitório, com toda certeza veria pra mim, isso com menor sombra de dúvida, mas se a gente vai questionar a empresa por causa do tipo de ar que ela tá lançando sobre a comunidade, adoecendo nosso povo, a gente não tem voz ativa nem no ministério público nem nada (M5).

Eu sou cética, eu não acredito, eu verdadeiramente não acho que, não acredito em momento algum, que qualquer uma dessas instituições em qualquer esfera delas esteja em algum momento se quer a favor do povo (M5).

Os parlamentares reconhecem os danos causados, porém não colocaram nada a respeito dos danos causados, seja ele ambiental ou social em nenhuma [...] das leis que foram aprovadas, nem nas Medidas Provisórias, nem decreto (M8).

Um exemplo simples que ilustra esse fala acima do entrevistado M8, foi a solicitação por parte do movimento de inserir obrigatoriedade um seguro barragem, que foi negada, posto que o parlamento é regido por correlação de força, e nesse contexto os empreendimentos sempre serão beneficiados.

[...] por exemplo, uma pauta nossa era inserir a obrigatoriedade de um seguro de barragem; veja, isso não é nada; um seguro de barragem. As empresas da mineração, elas não aceitaram. A gente propunha dentro do

Congresso Nacional através dos parlamentares parceiros, que as multas deveriam ser de até 100 milhões de reais, né; a multa baixou para 3 milhões no máximo, por hectare, ou seja, isso é ridículo, né, enquanto que no texto anterior era de 1 mil a 100 milhões. Enfim, a legislação, ela foi alterada, ela foi reformulada, porém como toda legislação depende da correlação de forças dentro de um parlamento e de um governo popular ou de direita, claro que a reformulação foi feita a favor de uma pauta neoliberal (M8).

Mas conforme discutido pelos entrevistados, no momento em que o movimento acreditou que iria avançar em relação aos direitos da população atingida pela mineração, por meio de um novo código minerário que já estavam produzindo, o governo Dilma, como caráter de urgência lançou um texto totalmente contrário ao esperado e debatido junto ao Estado, esse era produtivista e ignorava a existência dos impactos, além de ser apresentado de maneira nada democrática. Nesse texto o MAM considerou apenas duas pautas como positivas, mas argumentaram que o código ignorava completamente pontos como a população atingida, o meio ambiente, os trabalhadores, entre outros.

[...] o governo da Dilma ele lança um texto que seria o novo código da mineração, ele estava sendo discutido alguns anos já, mas em pautas fechadas dentro do ministério de minas e energia (M4).

Foi um texto muito ruim, muito produtivista e ignorando a existência dos impactos [...] amplos que causa no ambiente como todo, desconhecendo as questões das comunidades atingidas, as regiões do entorno também não constavam [...] e os trabalhadores idem, eles também não estavam ali (M4).

Tudo era apresentado de uma maneira muito pouco democrática que se chama caráter de urgência, que é uma tramitação que chega a ser mais apressada do que a própria medida provisória, porque o caráter de urgência se ele não é votado ele trava todas as pautas do congresso, então foi assim que o texto foi apresentado, tinha um ou dois pontos que a gente considera até hoje que foram pontos positivos no texto, que implica maior governança do Estado, mais em termos do que somos, na verdade o que são as populações que são impactadas com tudo isso, dos trabalhadores e do meio ambiente, uma ausência total (M4).

A gente foi surpreendido com o lançamento desse texto péssimo do novo código da mineração, [...] então foi uma luta muito dura naquele momento porque o texto estava ruim, no governo Dilma ele foi amplamente piorado (M4).

Mas nem tudo é visto como ponto negativo nesse contexto, esse momento foi percebido pelo movimento e outros atores como uma janela de oportunidades para realizar mudanças e construir a pauta de um código minerário de maneira mais forte, pois o movimento já tinha pautas claras, projetos de leis, cartilhas e muitas questões que poderiam ser usados a seu favor, principalmente, nessa conjuntura onde o tema ganhou força e seria um importante momento para a inserção dessas pautas na agenda pública.

Esse ponto de vista é reafirmado por Oliveira (2018), pois argumenta que os movimentos sociais podem propiciar caminhos para uma janela de oportunidade, fazendo com que as pautas defendidas pelos movimentos ganhem notoriedade e sejam alvos de atenção governamental por intermédio de políticas públicas, promovendo mudanças pautadas pelos movimentos.

Isso foi um marco porque isso foi tão ruim, a maneira que foi apresentado e como foi a tramitação naquele momento, que se obrigou todo mundo ou quase todo mundo que lidava com a mineração do Brasil, seja pesquisadores ou grupos locais e nós do MAM que começamos a nascer, todo mundo se envolveu. Aí a gente criou um comitê nacional que chama comitê nacional em defesa dos territórios frente a mineração, que é como se fosse uma frente ampla para acompanhar as questões ligadas ao código e as questões de causa emblemáticas ligadas a mineração e o comitê existiu até hoje, e a gente achou naquele momento que a gente precisava apoiar fortemente a construção desse comitê se não a gente ia se tratorar pelo processo do código, e ia sair um código ainda pior do que já foi colocado (M4).

Para tal, como exposto pelos entrevistados, essa janela de oportunidade foi buscada pelo movimento, pois viram esse texto desfavorável como impulso para demandar um novo código minerário que pautasse questões realistas, garantissem os direitos dos atingidos e preenchessem a lacuna histórica desses direitos. Dessa forma, em prol dessas questões, foi criado um comitê nacional em defesa dos territórios frente a mineração, como uma forma de tarefa pela causa, para que essa conjuntura atual, onde o MAM não detém de uma legislação para se amparar, se modifique.

Ele foi criado porque estava a discussão no congresso o novo código da mineração né, e a gente fez uma força tarefa de ir pra dentro da câmara para discutir com alguns deputados [...] que estão mais no nosso campo político pra gente colocar lá dentro o novo código (M7).

Uma lacuna na história da necessidade de se aprofundar a mineração no país, esse ponto jurídico, um dos pontos que a gente está aprofundando porque[...] outros movimentos tem algumas leis que asseguram (M7).

Então a gente começou a refletir sobre o MAM e a mineração, não tem uma legislação específica que a gente pode se resguardar, e dizer isso aqui é bom para nós, é claro que pode ter de forma mais geral dos direitos do povo como um todo de ter acesso à água por exemplo, que a mineração pode querer destruir uma fonte do território que tinha acesso e agora não vai ter mais. Isso pode ser mais do ponto de vista mais geral, do ponto de vista mais concreto, é muito complicado, eu particularmente tenho pouco acúmulo nesse setor jurídico, o que posso dizer pra você é que a legislação nesse campo foi a legislação que o estado brasileiro produziu sem gente né, porque como eu disse a legislação vigente em relação ao setor da mineração é o código da mineração, se não me engano, de 1967, e isso significa dizer, já não tão bem de cara, como foi produzido e construído no período da ditadura militar, já tem é uma possibilidade dele não prestar né. A segunda

é que esse código está super ultrapassado, ele necessita de fato de ser revisto (M7).

Nesse contexto, os entrevistados alegaram que o MAM, de forma conjunta com o comitê, discutiu uma nova proposta de código, para tal pontuaram sete temas tidos como artigos para essa nova legislação. Essa proposta pontuava questões que perpassavam por questões como, o direito de dizer não ou o controle sobre o nível de extração, a participação social, os estímulos e as alternativas econômicas, entre outros. Mas devido ao golpe, os artigos não foram introduzidos, e foram substituídos por textos piores aos já vigentes, além do mais, muitas das janelas de comunicação foram fechadas.

O comitê juntamente com o MAM e outras organizações, pontuaram sete questões para que fossem colocadas um adendo, como seria votado o código. Então não seria nem uma emenda, seriam artigos mesmo (M5).

Nesse código, nessa proposta de código na verdade, que foi construída, teve muito dos pontos que a gente refletiu, tanto no comitê tanto no MAM, que poderia, por exemplo, resguardar alguns direitos aos territórios né. Como por exemplo, o direito de dizer não, isso era uma coisa que estava lá dentro né, ou o direito de dizer proporcionalmente como deveria ser extraído por minério, ou seja, no lugar que tem, digamos, um milhão de toneladas de ferro, se pudesse extrair uma por ano, né, extrair uma por ano seriam muitos anos, mas seria proporcional a quantidade que não destruísse o território, então era outra coisa que estava lá dentro dessa proposta que o território poderia demandar como que poderia ser extraído o minério bom. Aí, tinha vários outros pontos que seriam de interesse de participação do povo né, uma outra coisa que eu lembro bem que tinha dentro dessa proposta do novo código, era a história de incentivos a outras demandas de produção econômicas para além da mineração onde está instalada entendeu, ou seja, num município que tem uma mineradora pode também elevar outros caminhos de produção e economia para aquele município que não fosesó pela mineração, como é o caso de alguns municípios que ficam dependentes do setor mineral né, mas infelizmente isso não foi aprovado e passou, teve um golpe e o Michel Temer no governo golpista, infelizmente fez uma manobra, na verdade primeiro ele deixou isso de lado porque viu o código, na verdade tinha algumas coisas que digamos assim seria a nosso favor (M7).

Os artigos não foram introduzidos, e quando a gente entrevistava lá só de emendas eram mais de 170 emendas que tinha o projeto, e aí após nós entrarmos com essa representação ele fez o substitutivo que ficou pior que o projeto original para ser votado (M5).

Dessa forma, na visão dos entrevistados, esse contexto deve ser mudado, principalmente nas questões que concernem a legislação e o modelo minerário, mas enfrentar essa disputa e a correlação de poder especialmente no setor judiciário, é muito complexo, principalmente porque a legislação existente não é favorável aos territórios. Mas os movimentos vêm lutando por essa melhora, mesmo que a passos lento, tendo como primeiro

passo derrubar a lei Kandir que é um desserviço para a sociedade, sendo esse um pequeno passo dos vários que o movimento tem pautado.

Mas é isso, a legislação deve ser mudada para mudar também a realidade do modelo de mineração do país, porque o setor jurídico é quem o acata né, é infelizmente as empresas transnacionais privadas, que saqueia o minério do país e tem um grande parceiro nacional que é o Estado né, então as empresas transnacionais saqueiam o minério e o Estado dá aval para isso e o aval é jurídico, porque através da legislação que existe que não é favorável pros territórios, significa dizer que é favorável pro setor da mineração aí a gente sai perdendo. Por isso que nos próximos períodos, nas lutas do MAM é derrubar pelo mesmo a lei Kandir, que isenta aliás as transnacionais, impede o setor da mineração de chegar no país e não pagar um real de imposto e levar pra China, Coreia do sul, Canadá etc., mas é isso, eu acho que então responder talvez acho que seja uma pequena ajuda (M7).

Nota-se que as pautas expostas até aqui reforçam o argumento de Albuquerque (2012), que no Brasil, os movimentos sociais têm seu destaque pela luta por caminhos participativos e a construção de sistemas descentralizados de políticas sociais, que contam com a participação da sociedade para obtenção do controle público. Dessa forma, os movimentos sociais vêm pautando e reivindicando ambientes mais participativos por meio de propostas mais concretas e planejadas, lutando para não serem “engolidos” por aqueles que estão no poder (Estado, partidos políticos e etc).

Principalmente porque a opinião pública, ou seja, a sociedade em geral pode afetar mais a agenda do que as políticas em si, mas essa participação é limitada quanto aos efeitos do desenho das políticas, visto que muitas esferas importantes são quase invisíveis, o que dificulta um melhor resultado em todas as fases das políticas públicas, tendo assim maior força em duas fases, a agenda e a formulação (LAHERA, 2014).

Como exposto, mesmo com propostas concretas de artigos do código em forma de legislação, o movimento não conseguiu avançar nos direitos dos atingidos, principalmente pela força política, o que mostra que o tema que está em visibilidade em um momento pode perder essa atenção, assim como acontece na agenda pública, além disso ao decorrer desses trâmites ocorreu o crime de Mariana, o que fez com que a atenção fosse voltada para as questões mais emergenciais.

“Foi uma coisa que mexeu demais, abalou demais as estruturas, as nossas estruturas assim, de uma maneira muito pesada muito forte, [...] porque é aqui do nosso lado, pessoas de nosso convívio que moravam lá, pessoas de convívio aqui do morro, o pai da minha afilhada, ele morreu” (M5). Conseqüentemente,

A questão emocional não deixou que a gente participasse mais efetivamente dessa questão do código, sabe? A gente perde como que eu vou dizer assim, a gente perdeu a condição de acompanhar as questões do código, a gente

não acompanhou não, eu estou falando por nós aqui, sabe? A gente não teve condição de acompanhar, na realidade os dois primeiros anos dessa tragédia, a gente fez muita visita, a gente fez muito contato com atingidos a gente conheceu muitos espaços né. Muitas realidades que a gente nunca tinha ouvido falar, então os dois anos que se passaram dessa tragédia a gente ficou muito envolvido nas questões aqui (M5).

Além desses reflexos para com MAM e os impactos sociais, o crime gerou também inúmeros impactos ambientais, reconhecido como o maior crime ambiental sem precedentes do mundo. Essa tragédia, conforme expõe Lopes (2016), ocorreu por diversos pontos falhos, como a legislação opaca e ultrapassada, a fiscalização deficitária e do absoluto descaso da Samarco com o meio ambiente e as vidas humanas, entre outros.

Mas quando essas crises aumentam, as bases de governabilidade tornam-se mais fortes, criando um ambiente pacífico e apto a mudanças de atores e demandas, esse é o momento mais propício para outros atores entrarem em cena, em busca de caminhos plurais e diversos na atuação dos governos. Um exemplo disso é o pós crime de Mariana ainda durante o governo Dilma, que seria um bom momento de inserção das demandas do MAM, pois era um governo que ainda permitia mudanças sociais, mas devido a inúmeros conflitos e o impeachment esse contexto foi mudado, dificultando a inserção de pautas na agenda pública e do suporte/relação dos movimentos com o Estado, não sendo diferente no governo atual de Jair Bolsonaro (BRASIL; CAPELLA, 2019).

Mas diante do contexto de pós crime de Mariana, “o Governo fez até seu lançamento de um Decreto dizendo que agora estava preocupado com a recuperação ambiental, não sei o que, mas quando tu pega a lei e tu vai ver, não tá dizendo se vai ser o Estado ou se vai ser a empresa que vai ter a recuperação ambiental da área degradada” (M8).

Tá lá, tem um ponto só: plano de fechamento de mina, mas não diz quem é que vai pagar, se vai ser o Estado, como é hoje, ou se vai ser a mineradora. E se for a mineradora, era pra ter um provisionamento de recurso, por exemplo, se a mina vai durar 20 anos, a cada ano temos que tirar 5% da minha contribuição da CFEM para garantir o fechamento da mina e a recuperação da área degradada, não tem nada disso lá na lei, e do ponto de vista dos atingidos [...] para reformular só depois que a gente retomar esse Governo aí (M8).

Mas os impactos ambientais gerados pela mineração já existiam muito antes do crime de Mariana-MG e Brumadinho-MG, esses já foram explicitados no subtópico 4.1 de forma mais aprofundada. Como será discutido a seguir pela entrevistada M8, dentro da categoria meio ambiente, o movimento tem buscado concretizar sua pauta que envolve questões de exploração, contaminação e outros pontos que abarcam questões ambientais.

[...] que é combater e denunciar as contaminações como eu já falei aqui, né, contaminações que são frutos do processo de exploração mineral, seja a contaminação do solo, da água, do ar e da vida das pessoas mesmo, né. Por exemplo, em Caitité o pessoal, principalmente as mulheres, é altíssimo o índice de mulheres que necessitam tirar o seu sistema reprodutivo inteiro devido à contaminação de urânio que existe lá, e a contaminação da população de Paracatu, de Barcarena, de Niquelândia é isso aí a gente tem que denunciar. Isso também é uma linha e é uma pauta do movimento, aí em relação à pauta dos trabalhadores, porque o setor da mineração é um dos setores que mais mata, mutila e enlouquece o trabalhador no mundo. Isso são dados da OIT, não somos nós que estamos dizendo não, são dados da OIT e vira e mexe aí, se a gente fica ligado nas notícias que saem nos sites(M8).

A questão da água também é um tema muito polêmico, principalmente em regiões com escassez desse recurso, por esse motivo o movimento busca discutir a questão da mineração no semiárido. Atualmente tem a tecnologia a seco, que é o caso de alguns lugares no Pará que já funciona assim, mas na maioria dos casos não existe essa tecnologia, funciona porque tem água.

Por exemplo, os moradores do Ceará passam por inúmeras secas “não tem água e tem água para mineração então isso é um tema que a gente tem discutido muito, aprofundado mesmo onde há fontes como é que os territórios têm acesso etc” (M7).

Esse contexto ambiental reforça o argumento da autora Lana (2015), que mostra a importância das pautas ambientalistas e pondera que os grandes empreendimentos econômicos estão sempre atrelados aos impactos ambientais, que muitas das vezes são irreversíveis e devastadores, tais como, a supressão da vegetação, a morte de animais, além da contaminação de fatores abióticos, como a água, o solo, entre outros.

Outra pauta reivindicativa destacada na pesquisa consiste no direito da mulher, na visão dos entrevistados, as mulheres sofrem mais com as externalidades causadas pelas operações das minas, como por exemplo, na desigualdade de gênero, que ocorre, a princípio, na contratação de mão-de-obra pelas mineradoras. Nesses impactos às mulheres, as questões culturais enraizadas abarcam outras questões, como saúde, violência, submissão, estupro, abandono paternal, entre outros pontos que fazem com que essa seja uma pauta reforçada pelo MAM, principalmente por fatores de sororidade do movimento que é majoritariamente feminino.

[...]como demonstra algumas pesquisas, elas são mais atingidas pelo setor da mineração, tanto do ponto de vista da relação que se tem o ser humano e os homens dentro de casa que sai pra trabalhar e elas cuidam de tudo, como do ponto de vista também da saúde da mulher (M7).

[...] trabalho no geral, as empresas contratam homens e os homens têm uma crítica aí amenizada porque o emprego tá em risco e as mulheres vão mais pra frente, tem mulheres na mineração, muitas mulheres na mineração, mas em termos assim, é um setor muito masculino né (M4).

A questão da violência né, que acontece enormemente onde tem a mineração instalada, onde tem obra de mineração como toda grande obra né, ao longo das obras foram 12 mil homens para Conceição. Sinceramente dizendo, em termos bem francos são 12 mil pintos que chegaram naquela cidade minúscula, naquele lugarzinho, naqueles vilarejos, o que tem de filho da obra da Anglo é uma coisa absurda. O que tem de mulheres que foram estupradas, violentadas também, é muito grande, inclusive isso tira mobilidade das mulheres na área rural. Por exemplo, as mulheres elas não se sentem mais hoje, elas falam pra gente que vai visitar a mãe que mora na cidade vizinha ia andando sozinha por exemplo, e hoje é tanto carro da empresa, tanto homem, tanto homem que elas não se sentem à vontade. Em Conceição a gente fez uma pesquisa ano passado com os pesquisadores parceiros nossos, o Tales e o Coelho, pela mapeação de boletim de ocorrência, ou seja, dados oficiais né, de 2014 quando inaugura o projeto da Anglo que começa a operar em 2017, aumentou em até 270% a violência notificada, a violência contra a mulher. A gente sabe muito bem como é notificado a violência da mulher no Brasil né, como o medo e tudo mais que a gente conhece sabe, e isso faz com que muitas mulheres tenham medo de fazer as denúncias né então as notificações aumentam em 270%, é assustador, isso não é uma exceção do que a gente tem lidado em termos de cidades que são mineradas e cidades de mineração, ainda tem essa coisa que é cíclica né. Agora tá abrindo uma frente de obra em Conceição que eles estão ampliando a mina lá aí vai aquela leva de homem lá, aí essa obra vai durar até o final do ano, aí dá aquela caída, mineração funciona muito por ciclo né, macro cíclico, mas quando se pensa no micro local também são pequenos micro ali, ondas de contratação, ondas de demissão, e nessa onda de demissão uma das coisas que a gente mapeia também em alguns lugares a gente tem pesquisa. Já com isso em Conceição do Mato Dentro a gente vê que aumenta muito consumo de álcool dos homens, isso tem pressionado a violência doméstica contra as mulheres enormemente, esses ciclos de baixa, que não tá contratando, e isso tudo eu acho que são elementos aí pra gente pensar que é, porque que é assim, porque é uma base formada muito por mulherada (M4).

A gente tem tentado trabalhar, com principalmente, a questão da violência contra as mulheres, né, violência contra as mulheres no âmbito mais geral da mineração e esse tem sido o ponto que nós temos tentado trabalhar (M8).

Constata-se assim que as pautas reivindicativas dos “direitos dos atingidos” deve ser orientada também para as questões da mineração intrínsecas às mulheres, principalmente, devido aos impactos da mineração no território no que diz respeito aos “filhos da mineração” e a violência doméstica.

Os entrevistados relatam que o movimento, junto com outras forças sociais, como as organizações não-governamentais, conselhos entre outros, tem buscado mitigar os

impactos da mineração causados às mulheres, de modo a conscientizar a sociedade e também para buscar a elaboração de leis que resguardem os direitos de proteção das mulheres.

Fundamentados nas pautas e nos conflitos sociais oriundos das atividades minerárias, os entrevistados destacam a necessidade de buscar um novo modelo minerário, que consiga mitigar parte das externalidades advindas dos empreendimentos minerários.

Nós do MAM de certa forma, a gente não nega a mineração pro completo, né. A gente sabe que inclusive pra vida que levamos hoje, é claro que podemos repor um pouco, mas necessitamos da mineração né. Inclusive pra gente conversar aqui agora tem fibra óptica, tem mais de 10 tipos de minerais nos celulares, tem essa coisa toda né, nossa discussão não é negar a mineração como um todo, nós não somos contra a mineração, inclusive isso cria um empecilho de discussão para sociedade [...] Mas nossa ideia tem sido de construir essa discussão sendo com aquele velho provérbio de não ser nem 8 nem 80 né, ou seja, o grande desafio nosso é a mineração e outro modelo de extração mineral para o país, um modelo que seja republicano de fato (M7).

Outra pauta que também ajudará positivamente em todas pautas apresentadas pelo MAM, é a produção de políticas públicas, principalmente, como apoio e voz à população atingida por empreendimentos minerários.

[...] eu tenho certeza que precisam de novas políticas principalmente políticas públicas né (M2).

Essa política, eu penso que seria no sentido de dar voz ao atingido pelo grande empreendimento, sabe? De dar voz, de verdadeiramente das audiências públicas que não passam de mera, é pra comprimir protocolo, que essas audiências públicas elas fossem transformadas em um espaço onde o povo pudesse falar e ser ouvido, para que ele definisse, a política teria que ser nesse sentido, do povo decidir se sim ou se não, se é bom ou se não, se aceita ou se não. Então, eu penso que a gente precisa de uma política voltada para o atingido no sentido de ouvi-lo e defendê-lo porque é a gente que vai nos espaços de audiência pública (M5).

Para a criação de uma política pública mediante aos atingidos por mineração, como dito anteriormente, é necessário que o movimento consiga dar visibilidade para suas pautas, para que elas cheguem até a agenda pública. Conforme exposto por Oliveira (2018, p.151), “diante de um cenário sociopolítico em constante transformação, a atuação dos movimentos sociais ganham novos contornos e a participação de forma articulada com outras forças políticas organizadas têm potencial de alterar a agenda governamental”.

Além da construção de políticas públicas, uma pauta de extrema relevância para a população que vive no entorno da mina, seria a criação de outras alternativas econômicas, para que a população dos territórios atingidos tenham menor dependência das mineradoras, pois essas não possuem constância e podem encerrar suas atividades devido à exaustão dos

recursos naturais ou tragédias como a de Mariana e Brumadinho, deixando muitas vezes um rastro de desemprego.

[...] a gente tem discutido, sabe não tem uma receita pronta pra nós colocar o que a gente vai colocar no local da mineração isso é uma discussão econômica (M7).

[...] mas como vamos viver agora, porque não tem mais o emprego da mineração, isso é uma questão de economia complexa né, porque o setor mineral também legitimou e impôs o setor econômico nos municípios e não criou alternativas econômicas para além da mineração né, e isso está vinculado com os poderes públicos e o prefeito, a câmara dos vereadores, que é elegida da mineradora e etc né, então, o que nós tem só que colocar no setor mineral da forma que está atualmente, é uma das coisas também que a gente está refletindo né, um dos caminhos ninguém tem dúvida de ter alternativa econômica para esse setor (M7).

[...] A alternativa pode ser por essa camponesa, pode ser várias outras coisas que pode ter como potencial dentro dos territórios né, inclusive a gente está referindo, quando digo inclusive estamos refletindo que pode existir novas formas de mineração (M7).

[...] tem exemplo na Alemanha, tem alguns exemplos na Colômbia de cooperativas de pessoas no caso que a gente chama aqui no Brasil de garimpeiros né, que possa estar aí no minério numa velocidade mínima ou adequada dentro de uns territórios que, por exemplo, utilize das ferramentas de preparação de minério como no caso do mercúrio que polui a água e por aí vai. Mas isso são tudo discussão para eliminar o que estamos refletindo e que achamos que poderão ser novos caminhos que podemos trabalhar da questão mineral no Brasil, discutir com a sociedade, discutir formas desse poder mineral que tenha uma relação com os territórios e que tem uma relação de extração que não se sobrepõe a outros minérios, como a água que polui os rios que estrague tudo né (M7).

As pautas elencadas pelos entrevistados demonstram um pouco da trajetória do MAM, e como este tem procurado influenciar a agenda pública, de modo que haja o reconhecimento de suas demandas como problemas públicos, bem como a (re)formulação de políticas de públicas.

Conclui-se assim que, o MAM possui inúmeras pautas que abarcam conflitos distintos, mas em sua maioria são interligadas e necessitam da efetivação das outras para obter melhores resultados ou até mesmo para se manterem. Além disso, as ações do Estado podem ser consideradas como origem de muitas das pautas do movimento, posto que os entrevistados destacam que o Estado, de um modo geral, está do lado dos grandes empreendimentos e não da população atingida, o que dificulta a ação do movimento e a inserção das pautas na agenda pública. O movimento também se preocupa com os grupos sociais afetados ou marginalizados pela sociedade brasileira, tidos muitas vezes como “minorias”, um exemplo claro seria a pauta das mulheres.

As percepções dos entrevistados reforçam a importância e a relevância do movimento e de suas pautas para com a sociedade, visto que é um ator que busca saídas e soluções para problemas que não deveriam existir na mesma, principalmente, se os empreendimentos e o Estado estivessem preocupados com a coletividade e não com questões individualistas de lucro, geração de impostos, poder entre outros.

Como argumentado pelo autor Lobato (1997), a inserção dos movimentos sociais no ciclo de uma política pública é de grande importância, pois muitas demandas sociais podem ser negadas pelo Estado, esses atores são capazes de criar forças para a representação e visibilidade política dessas demandas, principalmente, para inserção de suas pautas na agenda pública. Essas forças podem se dar de diversas formas, mas na maioria das vezes se dão primeiramente pelo reconhecimento do problema como pauta importante do movimento e posteriormente como repertório de ação coletiva.

Com relação a influência das pautas do MAM na agenda pública, pode-se observar que a trajetória do movimento indica que este tem buscado caminhos para que propiciem a visibilidade, o diálogo e o reconhecimento dessas questões como problemas públicos. Dessa forma, foi debatido até o momento as pautas do MAM, em seguida será apresentada as do MAB e por fim os repertórios de ação coletiva de ambos os movimentos.

4.3.2 MAB

O MAB e suas pautas têm grandes similaridades com o movimento estudado anteriormente (MAM), visto que, ambos vêm de uma formação orientada pelos valores da via campesina. Por esse motivo, muitas pautas remetem a mesma problemática, demandam interconectividade e são dependentes do contexto e da região de cada território atingido.

A primeira pauta a ser apresentada é a necessidade de expansão do movimento, de acordo com os entrevistados, o MAB ainda não consegue estar em todos os lugares onde os conflitos já estão instaurados e essa expansão ajudaria positivamente na força e também na obtenção dos resultados almejados pelo movimento, posto que o movimento acredita no seu potencial de crescimento mesmo que essa não seja uma tarefa simples, mas o movimento tem pautado nessa melhora no que tange as limitações territoriais.

[...] ele ainda é um movimento que não está em muitos locais que existem os conflitos por barragens. Então falta um enraizamento do sentido de várias áreas. Onde o MAB está enraizado e existem áreas, existem projetos de atingidos, em alguns locais existe a luta espontânea desses atingidos, mas ainda não MAB né? Não tiveram os aprendizados próprios que o MAB conseguiu elaborar na sua história. Isso cria um limite de territórios que a

gente precisa estar e não está, e a nossa força poderia ser maior porque poderia ter muito mais atingidos né? Se a gente calculou que tinha um milhão, e agora são dois milhões, e a gente tem 10%, 5% desse pessoal, ainda é muito pouco né? A gente tem um potencial de avançar, de construir, de ajudar muito mais nisso. É muito maior, muito mais forte, muito mais relevante, dá pra influenciar muito mais na construção desse Brasil que a gente quer fazer parte de construir (B3).

O movimento precisaria tomar conta do desafio que tem, precisaria ser muito maior, mas a expansão no momento não é uma tarefa simples, é um negócio trabalhoso, precisa de gente de tudo, e luta, condição material, condição física (B5).

Outra questão apresentada pelos entrevistados, é busca pela expansão da terminologia dos atingidos por barragens, que também é uma pauta presente no outro movimento estudado. Essa necessidade se dá, principalmente, porque grande parte dos atingidos não são considerados como tal, principalmente porque o MAB conta com um lei ultrapassada da década de 40 que exclui cerca de 70% da população afetada, pois abarca apenas os proprietários de terras que possuem documentação, excluindo todo restante da população que tiveram vínculos cessados ou foram afetados de alguma forma.

Porque no Brasil, o que dá direito é o proprietário da terra que é uma lei da década de 40 que diz que se sua terra foi desapropriada para fins de interesse social você tem direito a indenização, e isso cobre só o proprietário da terra, então todo mundo que não é proprietário, é excluído pela lei. Os ribeirinhos não têm terra, a estrutura de ocupação fundiária no Brasil é assim, as pessoas não têm documentação e até hoje não têm, então essa lei exclui 70% dos atingidos, então esse conceito foi mudando né, o movimento foi incorporando, isso foi atualizando e acho que foi nos anos 2000, a gente convivendo com parceiros do movimento foi sistematizando esse tempo e hoje nós trabalhamos com a seguinte questão, os atingidos por barragens foi toda população que foi prejudicada e que se sinta prejudicada por aquela obra, não importa se é proprietário, se trabalha ali, se o dano foi material ou psicológico enfim, você se sentiu prejudicado, você se sentiu atingido, você é um atingido. Inclusive um atingido tem o direito da autodefinição de atingidos porque essa é uma luta ferrenha porque as empresas elas tentam estipular quem é atingido, porque dessa forma ela elimina quem é proprietário, elimina quem não tem vínculo econômico com aquela terra, então é sempre uma luta que tem na construção de barragem (B5).

Ou seja, como já exposto por Felipe (2016), nesse decreto da década de 40 somente os atingidos que tinham a escritura pública da terra possuíam direitos jurídicos com relação a mitigação dos impactos sociais advindos desses empreendimentos. Já os demais atingidos como “posseiros, meeiros, pescadores, entre outros, não eram ressarcidos por suas perdas diretas e indiretas decorrentes da barragem” (FELIPE, 2016, p.21).

Essas questões só reforçam o argumento exposto pelos entrevistados, que no início do movimento, a concepção de atingidos era diferente e beneficiava fortemente os

empreendimentos, pois muitas das vezes os próprios atingidos aceitavam o que as empresas impunham. Mas mesmo que não tenha ocorrida a melhora esperada, essa terminologia tem evoluído, principalmente por que os atingidos começaram a se entender como tal e reivindicar seus direitos, por meio disso o movimento foi acompanhando essa evolução.

Ao longo da história ele foi evoluindo, ele foi construído pelos atingidos por barragens [...] e ao longo de 20, 30 anos de lutas porque no início os próprios atingidos aceitavam o que as empresas colocavam, atingido é quem mora em uma terra onde a água bateu, a terra onde a água alagou (B5).

Então no início era isso, os próprios atingidos aceitaram isso, mas eles falaram, opa pera aí, eu não sou dono daquela terra ali, mas eu vivo lá a 40 anos, eu não sou atingido, eu sou atingido, eu sou prejudicado e isso fez o conceito de atingidos mudar, aí o movimento acompanhou isso (B5).

Esse reconhecimento e a reflexão sobre a definição de quem são os atingidos são muito importantes, pois a partir disso a sociedade de forma geral e o movimento perceberam que era necessário realizar mudanças quanto a isso, principalmente, por ter uma lei ultrapassada que exclui grande parte dos atingidos.

O diagnóstico desse tema como um problema público é o primeiro caminho no ciclo da política pública, e a partir desse reconhecimento o movimento tem buscado debater e dar visibilidade a essa pauta em busca de vários caminhos para uma resolução, por meio da inserção do tema na agenda pública, da criação de leis e decretos, da criação de projetos, entre outros, que busquem abranger o máximo de atingidos possíveis e mitigar os impactos.

O entrevistado B2 também reforça os argumentos da evolução da terminologia atingidos por barragens, pois alega que,

Nós acreditávamos no início, que começou assim que as pessoas que perdiam suas terras que eram alagadas né, com o decorrer dos anos isso é muito interessante, que num primeiro momento a empresa às vezes reconhecia quem era o proprietário da terra, se você fosse, trabalhava lá na terra, não você não é proprietário da terra, a terra é de tal pessoa, ele que é o proprietário vai alagar aquela propriedade, aí veio os problemas, uai eu trabalhava naquela terra, eu tinha um trabalho e agora eu não tenho mais esse trabalho, eu perdi o trabalho, e aí vinha o outro, o outro que era o atingido também, e aí as pessoas falavam, mas eu tinha uma associação, essa associação era uma forma de organização, essa associação foi toda desfeita, eu tinha vínculos com a comunidade, eu tinha um cemitério que era minha parte religiosa, onde eu ia lá fazer minhas orações, isso tudo foi alagado eu perdi tudo isso. Olha, então mais um outro que é atingido, a mais eu tinha um quintal na minha casa onde eu produzia, geralmente mulheres né, então eu também sou atingida, ah naquela comunidade eu era costureira eu vendia pra muita gente, eu vendia doce, várias situações, enormes são variadas situações do que é atingido e isso foi se dando com a construção que as barragens vai se dando, então nenhuma empresa tem a capacidade

de dizer quem é atingido ou não, somente aquela pessoa que de alguma forma ela se sentiu prejudicada ela é capaz de dizer (B2).

Em resumo, para o movimento, a terminologia atingidos é ampla, remete ao processo de mudança social e engloba toda população que se sente atingida e busca lutar pelos seus direitos, assim como aquela pessoa que sofreu algum prejuízo no âmbito material, cultura e espiritual, ou seja, pessoas que viram suas vidas sendo mudadas por esses empreendimentos, pois esses empreendimentos modificam toda dinâmica local, afetando pescadores, lavadeiras, agricultores, meeiros entre inúmeros outros. Mas todos esses devem ser indenizados e amparados, pois tiveram seus direitos violados. Por esse motivo essa é uma das principais pautas do movimento.

Quem se sente atingido né, e quer lutar pelos seus direitos,[...] então a pessoa que se sente atingida, que entende que ela foi atingida né por alguns motivos e se coloca [...] em movimento a favor dos seus direitos para nós é bem-vindo né (B7).

Todas as pessoas que de alguma forma foram prejudicadas, que levaram algum tipo de prejuízo tanto no âmbito material, quanto no âmbito social, no âmbito cultural, no âmbito espiritual (B4).

[...] qualquer pessoa que ela sente que a vida dela mudou, a vida dela tá pior, que sente que teve algum impacto na sua vida, é, a partir daquele empreendimento e tal, é um atingido, é uma atingida, e por isso a gente reivindica esses direitos (B4).

[...] todas as pessoas que de alguma forma vão ser afetadas por aquele empreendimento, então às vezes a pessoa não vai perder o seu pedacinho de terra pela construção da obra, mas a vida dela regionalmente, economicamente vai mudar, e tem uma pessoa que vai ser atingida que naquela economia local, naquela pequena economia, ela vende produtos para o comércio por exemplo, pro comércio local, pro comércio da cidade, mas essa pessoa ela não vai conseguir trabalhar com isso, ela não vai mais conseguir gerar esses produtos pra poder vender, então o comércio local vai ser prejudicado também, ou então uma outra família que comprava produtos daquela outra pessoa que é atingida e que não vai conseguir mais trabalhar com aquilo, então essa pessoa ela também é atingida de alguma forma, então elas precisam ser reconhecidas também (B1).

Essa definição relatada pelos entrevistados assemelha-se a apresentada por Silva e Silva (2011), na qual o de atingido por barragens é aquele que de alguma forma sente os efeitos da construção e da operação de uma usina hidrelétrica. Esse pode ou não ser deslocado para lugares distintos daquele que ocupava anteriormente, os deslocados não são somente aqueles donos de terras que serão alagadas, mas também aqueles que não eram proprietários e que necessitavam daquela localidade para as suas relações de trabalho, as quais foram transformadas pelo empreendimento.

No que diz respeito a essa pauta, os entrevistados consideram que o movimento no ano de 2010 teve um avanço, pois nesse ano o governo Lula assinou um decreto que estipulava o cadastro socioeconômico de todos os atingidos por barragem em um conceito bem avançado sobre atingidos, porém no mesmo ano, o Ministério de Minas e Energia mudou o conceito reduzindo ao polígono do empreendimento, o que já limitou novamente a terminologia. Vale pontuar, que esse tramite além de ter relação com a pauta de expansão da terminologia atingidos, pode ser reconhecido como repertório de ação do movimento.

Um passo considerável em 2009, 2010 quando foi feito um decreto, foi o Lula que assinou o decreto presidencial que estipulou o cadastro socioeconômico dos atingidos por barragens (B5).

Foi feita uma lei que onde vai construir barragem teria que ser feito um cadastro dos atingidos e que nesse decreto teve a definição do termo atingido por barragem que foi uma construção nossa, do MAB, a partir da síntese de vários anos de lutas, nós conseguimos dialogar com o governo, conseguimos aprovar esse decreto com um conceito muito avançado do MAB, esse é um ponto bom, mas aí logo no ano seguinte o decreto foi em 2009, em 2010 ele foi regulamentado, o Ministério de Minas e Energia regulamentou e mudou um pouco o conceito: o atingido é quem se definir atingido, mas dentro do polígono do empreendimento, então já limitou novamente o conceito, então essa luta vai ser uma luta eterna, até quando tiver atingido por barragem vai ter esse termo por essa construção, mas o termo atingido por barragem vem sistematizando isso aí (B5).

Nota-se assim a complexidade desta pauta, considerando que essa terminologia abarca um grande número de pessoas e que sua efetivação depende de outras pautas. No entanto, pode-se observar que a pauta reivindicativa sobre a definição dos atingidos pode também ser entendida como uma pequena participação na construção da identidade do movimento, ou seja, o MAB conseguiu dialogar com o Estado e avançar por meio do decreto de uma lei que exige a realização de um cadastro socioeconômico dos atingidos por barragens, o qual já pode ser considerado uma nova política pública, mesmo que não abranja toda a terminologia de atingidos, é um começo significativo para o projeto.

Outra pauta do movimento, que também foi observada nos depoimentos do MAM, consiste na busca de caminhos participativos para os atingidos, com formas de organização e de negociação coletiva. Do mesmo modo, os entrevistados reforçam os valores da soberania popular, no que diz respeito ao acesso de informação e tomada de decisão em relação a construção/operação do empreendimento hidrelétrico. Esses valores devem envolver questões como, direito a negociação, a organização, a informação livre e esclarecida e transparente, assim como o direito ao diálogo como forma legítima de participação, que

perpassem por questões de legitimidade, autonomia e dignidade humana. Melhor dizendo, o principal objetivo da pauta é que tudo seja construído de forma coletiva.

Mas então, geralmente as primeiras coisas que são pautadas é o direito à participação, o direito à negociação coletiva, o direito à organização, ou seja, o direito à informação livre e esclarecida transparente (B3).

Nós temos o direito de construir instrumentos de diálogo a partir da população popular, e que isso é legítimo e é a forma, a forma organizativa que o povo decide, e as premissas que o povo decide para o diálogo, que aqui inclusive nós estamos falando de vítimas, as pessoas que foram atingidas sem se quer ser consultadas, a possibilidade de empreendimento e que agora tem que dialogar entre aspas disso que as empresas dispõe, isso não faz sentido, é uma questão de dignidade, de legitimidade, autonomia, nós fazemos o diálogo a partir do que o povo decide para o diálogo e a partir das suas pautas, e o MAB têm sido reconhecido como um meio [...] no sentido desse aspecto do diálogo da negociação, todos que falam que o MAB não negocia, é porque não negocia a partir das premissas das empresas, isso nós não vamos fazer, não vamos fazer porque as premissas são sempre para aumentar o lucro dessas empresas e aumentar [...] e isso é uma experiência histórica, nós não seríamos um movimento social, nós seríamos outra coisa (B7).

Necessariamente tem que ser formulada com participação, envolvimento e opinião dos atingidos, as propostas que o MAB tem, parte dessa construção coletiva, das organizações que atuam com os atingidos (B3).

Essas discussões solidificam o argumento de Milani (2008), que a participação é uma pauta de reivindicação histórica de inúmeros movimentos sociais, principalmente, os movimentos relacionados aos trabalhadores rurais sem-terra, gestão de políticas urbanas, educação popular, entre outros.

Em prol da consolidação dessa pauta, ambos movimentos sociais estudados têm realizado ações que serão apresentadas no tópico posterior sobre repertórios de ações coletivas. Ao incluir a participação social na trajetória do movimento, acredita-se que essa seja uma importante forma de mostrar para sociedade, principalmente, para o Estado que o MAB presa por caminhos participativos e que as suas propostas de políticas públicas permeiam essa característica, ou seja, as inserções de pautas do movimento na agenda pública sempre devem ter como princípio a participação.

Outra pauta observada nos relatos dos entrevistados do MAB, está associada a soberania popular, e consiste ao direito do território dizer não à barragem. Esse direito deve ter como base vários pontos, a começar com a riqueza produzida pelo empreendimento que não vai ficar com os trabalhadores e nem com a região afetada, além de questões como alto preço da tarifa de energia. Por meio disso a sociedade deve ter o direito de ser contra a

barragem e contra os impactos que elas ocasionam, e para tal deve ter voz e poder para que isso seja validado.

Os impactos decorrem do fato de que a energia e de que a riqueza produzida por esta obra não vai ficar com os trabalhadores, vai ficar com os capitalistas que depois ainda vão explorar toda a sociedade com o alto preço da tarifa de energia. Portanto nós somos contra a barragem porque ela não está a serviço dos trabalhadores, além de todos os impactos que ela gera ela não está a serviço dos trabalhadores, não está a serviço porque é algo para o desenvolvimento da sociedade, está vendo, então existe uma razão política né, porque nós somos contra a barragem, né aí ser contra a barragem é um direito também, é um direito de autodeterminação de cada lugar, construído a partir de argumentos bem claros (B7).

Além do direito de dizer não, os entrevistados destacam que o movimento também preza pelos direitos dos atingidos de forma geral, utilizando de instrumentos legais e pressão popular, que garantam a mitigação das externalidades causadas pela implantação e operação do empreendimento. Para tal, os entrevistados reconhecem a necessidade dos atingidos serem protagonista dessa reparação, para que seus interesses não sejam definidos por terceiros e nem sobreposto a outros interesses, e com isso, gerar poder de escolha perante os empreendimentos.

É esse é o debate, como é que nós vamos conquistar direitos né, fazer a luta em Mariana, dar direitos para conquistar, criar um processo de direitos na luta nacional é muito mais difícil, seja a pressão popular, seja a luta, política pública por lei (B6).

[...] que os atingidos sejam de fato os protagonistas da sua reparação e que essa reparação não seja só definida pelo interesse de terceiros. Ou seja, os atingidos têm que ter opção de escolha e não só escolher entre as opções que a empresa sugere (B3).

Do mesmo modo, os entrevistados reconhecem que a legislação é insuficiente para tratar de todos os impactos causados no território atingido, carecendo de (re)formulação, pois não existe uma lei exclusiva para os atingidos por barragens, existem leis que acabam por abarcar parte dos atingidos, mas é necessário a criação de um lei que consiga abarca todos os atingidos que não são reconhecidos como tal e garantir os direitos dos atingidos por barragem. E as empresas também deveriam se preocupar com esses direitos e apresentar proposta mais consolidas e legítimas para os atingidos.

No Brasil não existe uma lei clara, leis claras que falam sobre o direito dos atingidos por barragens, os atingidos são uma categoria da classe trabalhadora que estão invisíveis, tanto do ponto de vista político da sociedade, quanto do ponto de vista da legalidade, de existir legislações. Por exemplo, existem legislações muito importantes historicamente consolidadas em relação aos indígenas, em relação aos quilombolas, em relação às comunidades, diversas legislações que garantem os direitos, é dessas comunidades historicamente também exploradas pelo capitalismo,

mas os atingidos não têm né, então a luta dos atingidos, todo o direito conquistado pelos atingidos no Brasil é fruto da luta, da luta social, isso é uma coisa muito importante (B7).

Então a gente precisa de uma lei, que sejam incluídos atingidos que não são reconhecidos e que abranja milhões de direitos que são violados e que não são atendidos, só compressão, com meios de negociação que eles são atendidos (B1).

A legislação e a estrutura organizacional não servem, elas não conseguem mensurar corretamente os danos que aquele empreendimento vai provocar, elas não conseguem incluir devidamente a participação das populações atingidas, na verdade elas nem tentam, e na minha opinião o que está errado é a concepção de tudo que o estado cria, essa lei não tem o objetivo de proteger a população que mora naquele lugar, o objetivo do estado é vamos trazer o maior nível de investimentos possíveis, esse é que é o objetivo, então toda a estrutura de organização do estado e toda a legislação foram desenvolvidas para isso (B5).

As empresas devem agir dessa forma, ter uma coisa mais organizada, inclusive para apresentar para os atingidos com a legitimidade de ser uma lei, acho que isso já ajuda bastante né (B6).

Mas como argumentado pelos entrevistados, a consolidação de uma lei para os atingidos por barragem não seria a solução imediata do problema, mas seria um grande passo para a reivindicação das autoridades e das empresas em prol desses direitos. Dessa forma, não seria um debate sem embasamento, porque estar na lei é uma forma de fazer valer aquele direito, mas essa lei não pode ser frouxa e nem ter brechas, pois lidar com leis no Brasil, é algo bem complexo. Contudo, para que essa lei seja consolidada, o movimento precisa se manter forte e mobilizado pela causa, principalmente para que ela aconteça na prática.

As leis, de forma geral, ajudam na reivindicação dos direitos, tem um plano né que deve ser garantido, então não tem que se começar, não é uma pessoa de fora que chega debatendo com os atingidos que ela tem direito disso ou daquilo né, é uma lei que deixa claro que tem esses direitos (B6).

A lei, ela não vai garantir os direitos automaticamente, mas é uma forma da gente conseguir pressionar. Porque se tá na lei, é uma forma de fazer valer e a gente tem a nossa proposta também porque não dá pra construir uma lei que tenha brechas que seja frouxa que os próprios inimigos construam e isso ia ser pior pra nós (B4).

[...] agora aí também, para pressionar as autoridades né, e as próprias empresas, olha isso aqui já está na lei já é uma lei, tem um plano vocês tem que seguir isso aqui, inclusive para monitorar o que as empresas estão fazendo né, dizer que elas não podem fazer essas outras coisas e tal, mas é um grande desafio né que ela seja efetivada também na prática mesmo tendo ela aprovada né, então nós temos que, facilitar um pouco o início da luta talvez né, da reivindicação dos atingidos, mas nós temos que nos manter mobilizados e pressionando para que a lei aconteça na prática (B6).

Como Vainer (2005) argumenta, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é ou foi atingido por um empreendimento, significa reconhecer como legítimo e, em alguns casos, como legal seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária, ou seja, é um caminho para pressionar e garantir os direitos dessa população atingida.

A inserção de temas como, a expansão da terminologia atingidos, o direito a participação e a voz entre outros na agenda pública e a produção de um projeto de lei, tem sido a forma que o MAB tem encontrado para reivindicar e garantir os direitos dos atingidos por barragem. Reforçando assim a concepção de Capella (2018), tanto questões mais abstratas acerca das suas concepções sobre os problemas e seus entendimentos, quanto as características mais fundamentadas, que podem ser corporificadas em projetos de lei, documentos e outros instrumentos.

De acordo com os entrevistados, o MAB junto com o Ministério Público elaboraram em 2010, um projeto de lei denominado de Política Nacional para os Atingidos por Barragens (PNAB), principalmente porque o movimento combate empresas transnacionais que tem muito poder, e a efetivação dessa política além ser uma pauta do movimento seria uma forma de enfrentamento legal desses grandes empreendimentos econômicos. O movimento passou por um momento de expectativa de consolidação dessa pauta durante o governo PT, mas não houve avanço no que tange aos direitos dos atingidos. Esse documento (política) é reconhecido como resultado de luta do movimento, com apoio de universidades e demais atores.

Agora a gente já está lutando com empresas transnacionais que têm poder bem maior, uma das estratégias foi a criação de políticas públicas especificamente uma lei que garantisse os direitos da população atingida por barragens que a gente chama de PNAB (B5).

[...] surgiu expectativa muito grande no governo no PT de fato a condição de vida dos atingidos melhorou, mas do ponto de vista dos direitos a coisa não caminhou que por conta dessa fragilização do processo de luta de não ter, de diminuir o elemento pressão por conta de empresas privadas (B5).

São resultados da elaboração e da luta do MAB, mas em permanente diálogo com outros setores da sociedade, principalmente a universidade nesse caso específico, em todas as barragens que foram avaliadas pelo conselho o MAB está organizado em todas, das mais diferentes maneiras de desenvolvimento né, de diferentes formas de pressão mas está, então esse documento também é resultado da nossa luta, né aí, da nossa elaboração, discussão e etc (B7).

Do mesmo modo, os entrevistados também reconhecem que alguns estados no Brasil também estão desenvolvendo suas políticas estaduais, como por exemplo, Minas Gerais. No

Rio Grande do Sul já existe uma política estadual dos direitos dos atingidos por barragens, que está em vigor desde 2001 e que, “esclarece não só a conceituação dos atingidos mas ela já apresenta direitos garantidos, então o direito a reassentamento, o direito à moradia digna, o direito à negociação coletiva, participação[...] a garantia dos direitos respeitados no processo da construção das barragens” (B3).

Os entrevistados relatam também as dificuldades enfrentadas por essas propostas de política pública, principalmente, no que diz respeito ao poder econômico que os empreendimentos hidrelétricos exercem sobre as instituições do Estado, sejam essas federais, estaduais ou municipais. Porque tudo pode interferir nesse resultado, como relações construídas durante a trajetória do movimento, correlação de força, desmobilização entre outros. A PEAB de Minas ficou tramitando durante 2 anos, mas não foi consolidada, fazendo com que as empresas tidas como “inimigas” continuem gerando externalidade e violando inúmeros direitos humanos, mas a PEAB ainda é tida como pauta e precisa ser consolidada.

[...] a gente vem a muito tempo tentando pressionar para que isso aconteça, mas ele depende também de relações que a gente tem que construir antes, de debates anteriores e de pressão também anterior (B1).

[...] a algum tempo vem tentando pressionar os governos, só que sempre quando chega no Ministério de Minas e Energia ou que as empresas entram nesse debate para poder discutir o projeto não acontece, a pressão do poder econômico ela é muito maior (B1).

Em Minas [...] ela tem que sair, ela tem que acontecer, mas a gente sabe da pressão que existe nessas empresas lá dentro, com esses deputados, senadores. Então lá dentro existe muita pressão também e fazendo pressão pra garantir, mas a correlação de forças é desfavorável, né, é desfavorável porque eles têm um poder muito grande, no caso da Vale, a Samarco. Nós estamos falando das duas maiores mineradoras do mundo, não é qualquer coisa, que financiam candidato eleito no Brasil, e que exploram, tem muitos anos aqui no Brasil. Tem um poder muito grande a gente combate, a gente combate porque se não fosse através do nosso trabalho e não tivesse desmobilização fazia nosso trabalho muito melhor, muito mais forte muito mais avançado só que os inimigos nos combatem diariamente e a gente denuncia, mas não aparece na mídia também (B4).

A PEAB, em Minas, ficou dois anos tramitando dentro da casa. Isso é uma vergonha, é uma vergonha muito grande, e isso acaba que facilita muito pro nosso inimigo, né, para as grandes empresas continuarem fazendo o que fazem, de continuar explorando, continuar violando os direitos e sem garantir os direitos do povo que são os direitos que o MAB é historicamente atingido, são direitos que o povo conseguiu pela luta, pela pressão popular (B4).

Por meio dos relatos dos entrevistados, é possível perceber que a necessidade de uma política pública exclusiva para garantir os direitos dos atingidos, seja a nível federal ou

estadual, como uma pauta reivindicativa do MAB é permeada por disputa de poder. Conforme observado por Lahera (2014), a disputa de poder está presente de diversas formas na formação da agenda pública, que de uma maneira implícita, é capaz de construir a legitimidade e a ilegitimidade do ordenamento de valores, como resultado desse processo, pode-se observar que nem todo problema entra na agenda e nem todos os temas da agenda se transformam em programas ou políticas.

O autor complementa que a estabilidade da agenda está relacionada com sua estrutura, quando existe menor estrutura, a agenda pode mudar de maneira mais rápida, e sua fragmentação também pode afetar a estabilidade. Ou seja, quanto maior força e visibilidade o movimento tem, maior será a estabilidade da pauta que está na agenda e maior será a probabilidade dela se transformar em uma política pública.

Os entrevistados reconhecem que a oficialização da PNAB será mais uma ferramenta que ajudará os atingidos, principalmente, para fortalecer a construção de um Projeto Energético Popular. A PNAB, por si só, não será capaz de resolver todos os problemas da população atingida, por esse motivo o movimento se preocupa com a (re)formulação de outras legislações, bem como a criação de instituições e capacitação de servidores para uma fiscalização.

[...] com certeza é necessário a construção de um marco legal mais avançado, mais aprofundado, e aí não só um marco legal no sentido das letras da legislação, mas estruturas de estado que sejam capazes de fato de dar conta disso (B3).

Hoje o licenciamento desses empreendimentos, até o próprio nome já diz, é licenciamento ambiental, os técnicos que fazem a análise são muito mal estruturados, o sistema de análise é muito sucateado, eles são poucos e insuficientes, a área de formação dos profissionais que atuam nesses órgãos é incapaz de dimensionar, quantificar e qualificar essa dinâmica da violação dos direitos humanos. E existe a necessidade de outras estruturas de Estado, e aí não só outras estruturas de Estado, mas os recursos para garantir que esses direitos sejam garantidos, aplicados, respeitados e fiscalizados no processo de licenciamento, fiscalizados no processo da construção, fiscalizados durante a operação dessas barragens, ou seja, não acontece só durante a construção, mas ela se perdura durante a existência da barragem após ela construída, então existe uma necessidade profunda da restituição da legislação e do Estado como um todo para ser capaz de acompanhar isso de forma profunda e da forma necessária que precisa (B3).

Os entrevistados reconhecem que as dificuldades são diversas, pois “os vários acordos que já foram feitos, em diversas barragens, que o MAB participou não viram lei, não viram jurisprudência, então esse também é um grande desafio né, então esse é uma grande

luta do MAB” (B6). Que “depende muito da pressão, mas normalmente as instituições elas facilitam os processos de instalação das empresas né” (B1).

De acordo com um entrevistado, o poderio econômico que os empreendimentos exercem sobre o Estado, faz com que os processos de licenciamento sejam facilitados.

Na licença ambiental, nos estudos, sempre a legislação brasileira ela facilita muito a entrada dessas empresas e a instalação dessas empresas nos territórios, ela sempre facilita muito, e aí a gente vê bem claro assim na questão da barragem do fundão que rompeu em Mariana né, várias coisas foram facilitadas, para que a barragem ela fosse aumentada ao longo do tempo, e a gente viu o que aconteceu. Se de fato tivesse uma fiscalização eficiente, se de fato tivessem tido estudos nos momentos que a empresa foi lá e pediram licença ambiental para aumentar a barragem de fundão, a gente acredita que não teria acontecido isso, porque uma das causas já até mencionada pelo Ministério Público, pelas instituições, é que foi esse aumento das barragens, que causou o rompimento, essa pressão, então o Estado ele facilita muito e ele não fiscaliza da forma que deveria na grande maioria assim (B1).

Como complemento dessas questões que tangem direitos e legislação dos antigos por barragem, os entrevistados complementam que essa necessidade de direitos pode e deve estar atrelada a produção de políticas públicas que façam com que os direitos cheguem até a vida da pessoas, o que reforça a preocupação do movimento com a população atingida, principalmente, por meio da garantia de seus direitos.

Uma demanda de políticas públicas para o governo de Minas, [...] tem a ver com energia, o que se pode atuar como produção, mas a gente vai discutir saúde, vamos discutir educação, vamos discutir acesso à energia né (B2).

Garantir a existência de direitos e de políticas públicas que façam esses direitos chegar até a vida das pessoas (B7).

Nota-se assim, que as instituições do Estado e a forma de gerir os empreendimentos hidrelétricos devem ser repensados, principalmente, devido às inúmeras externalidades que elas causam para sociedade. Essa forma de geração de energia é utilizada muitas das vezes por ser uma forma barata para empresas, porque a água é um elemento renovável, mas como dito gera inúmeras externalidades, o que torna necessário a criação de um novo modelo energético.

O Brasil tem um grande potencial de produção de energia porque tem muitos rios, é uma energia produzida que não tem grandes gastos, para as empresas é uma energia produzida de uma forma rápida e que as empresas não têm gastos porque a água é um elemento renovável (B1).

[...] no Brasil a principal forma de energia elétrica vir da água né, de debater isso com os atingidos e construir uma outra proposta, então a gente tem que tentar trabalhar a energia solar, a energia ali dos alimentos que são sustentáveis, construir outras propostas, da soberania energética (B6).

Dessa forma, conforme exposto pelos entrevistados, o movimento pauta um novo modelo energético, mas esse deve ter como bases questões que envolvam a participação social e a soberania popular, pois o movimento pressiona por esses valores. Acredita-se que as linhas desse novo modelo devem considerar os usuários da energia, e permitir que haja uma soberania sobre as riquezas produzidas por esses empreendimentos, garantindo assim um controle popular e uma construção coletiva de alternativas e de direitos, levando em consideração todo passivo histórico da população atingida por esses empreendimentos.

A gente acha que o modelo energético tem que ser permeado pelo social, tem que ter conselhos e tem que ter a participação da população, participação dos usuários da energia, participação dos atingidos e participação de toda a sociedade no controle dessas estruturas, nos preços e nos projetos, no que vai ser implantado, no plano do desenvolvimento das ações de fato. É uma pauta de longo prazo, mas é pensando no projeto da sociedade (B3).

[...] precisa ser um processo em que haja soberania sobre essa riqueza produzida, então o país ele precisa dar a linha, eu acho que a nação, o Estado, ele precisa decidir melhor como são aplicados esse lucro que as empresas geram, porque não é simplesmente chegar no Brasil e gerar energia usando nossos recursos naturais, eu falo isso porque grande parte das construtoras de barragens, elas não são nacionais, elas são estrangeiras, e aí geram esse lucro e vai tudo pra fora do país, não fica aqui, ficam o mínimo possível em alguns projetos que o governo consegue né, da empresa ter que fazer alguma coisa pra deixar no país é pra poder trazer algum benefício interno também (B1).

Mas temos uma mensagem muito mais ampla que é a água e a energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular, é isso que nós queremos construir na sociedade né (B6).

[...] todo mundo que se sente atingido pela falta de distribuição de riqueza, pela falta da água e energia com soberania né, ou falta de controle popular sobre a água e energia, nós entendemos que é atingido e que pode estar nos ajudando no MAB (B6).

[...] necessariamente tem que ser formulada com participação, envolvimento e opinião dos atingidos, as propostas que o MAB tem, parte dessa construção coletiva, das organizações que atuam com os atingidos, isso é um elemento fundamental e que deve ser fundamentada e deve ter como princípio ou fundamento a existência da violação dos direitos humanos de resistência e de sofrimento das populações no processo da construção das barragens. Deve levar em consideração o modo de vida, ou seja, a recuperação do modo de vida, nem tudo pode ser transformado em indenização pecuniária, ou seja, em dinheiro, tem coisa que é necessário manter o modo de vida, deve ser avaliado de forma ampla levando em consideração isso das populações que vivem mais próximas das comunidades que estão mais próximas dos empreendimentos, mas deve ser considerado esse aspecto de desenvolvimento regional também ou seja [...]

ela tem que olhar para frente, mas tem que levar em consideração esse passivo e esse histórico das populações que já foram atingidas (B3).

E por fim, a última pauta é sobre formação e produção de materiais. Essa também pode ser entendida como repertório de ação, posto que ao mesmo tempo que o movimento pauta a necessidade de produzir materiais e realizar formações, ele também tem colocado em prática essas questões, mas essas são pautas frequentes, principalmente no que tange produção de cartilhas, de grupos de formações entre outros.

Tem formação de cartilhas e materiais que são estudados nos grupos de base, tem também a da formação regional, ou grandes formações regionais, formação estadual e formação nacional, né? Então a gente tem formação nesses vários âmbitos também, e que a gente tenta sempre entender bem a técnica e não só a técnica da barragem em si a técnica da agronomia, a técnica da energia que é um debate complexo e que é escondido do povo, a formação da técnica no sentido jurídico, dos direitos humanos, quanto a formação neste sentido, das várias formas de organização, as melhores formas de luta, entender as experiências de lutas históricas do movimento, o que o movimento fez, o que deu certo e o que deu errado, tudo isso passa pela formação nesses vários âmbitos (B3).

A gente estuda, por exemplo, a formação dos jovens porque a gente quer que os jovens aprendam aquilo, se organizem num movimento, participe m das lutas, entendam o que é e ajudem a mudar o mundo mesmo, sabe (B4).

Além disso, o movimento “tem o objetivo dos direitos dos atingidos, discutir o modelo no Brasil, discutir a sociedade que estamos vivendo, discutir a conjuntura; todos esses espaços mesmo de formação são baseados nisso, são nossos objetivos através do movimento das lutas que a gente faz (B4).

Os relatos dos entrevistados de ambos os movimentos estão em consonância como a visão de Oliveira (2018), que diz que as pautas e demandas dos movimentos são mutáveis, podem sair e entrar na agenda governamental, a depender da sua influência e alterações do fluxo político. Muitas das pautas dos movimentos estudados já foram reconhecidas como um problema público, algumas já até se encontram na agenda, mas, isso não significa que se tornaram uma política, pois sofrem influências de diversos outros fatores e atores, que podem interferir na materialização ou não da política pública. Além disso, essas podem ser efetivas ou não, mostrando assim a importância dos movimentos sociais acompanharem todo processo de políticas públicas, que inclui também a implementação e a avaliação.

O autor Barcelos (2013), também reforça o argumento que se deve levar em consideração os fatores relacionais, principalmente, quando se refere ao processo de formação de agenda e tomada de decisão, visto que existem inúmeros conflitos de ideias, crenças, estratégias, valores e visões de mundo dos atores envolvidos. .

Como forma de conclusão do tópico, as pautas reivindicativas dos movimentos sociais MAM e MAB seguem no quadro 3, onde uma sistematização de todas as pautas dos movimentos foram organizadas, mostrando primeiramente as pautas distintas, seguidas das similares.

Quadro 3: Pautas reivindicativas do MAM e do MAB.

PAUTAS REIVINDICATIVAS	
MAM	MAB
Controle sobre o nível de extração	Expansão do movimento
Direitos ambientais	Soberania energética
Direito da mulher	Formação
Criação de alternativas econômicas	Direito a informação livre e esclarecida
Soberania popular	Produção de Materiais
Expansão da terminologia atingidos por mineração/barragem	
Direito dos atingidos pela mineração/barragem	
Novo modelo minerário/energético	
Novo código minerário/energético	
Produção de políticas públicas	
Participação social/ popular	
Direito dos trabalhadores	
Direito de dizer não	
Direitos humanos	
Marco legal	

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Foi observado em ambos os movimentos estudados que os temas defendidos em suas pautas não são lineares, ou seja, existe uma relação de dependência entre as pautas, o que denota que a solução de um problema público demanda da integração de elementos de diferentes naturezas. Isso já é um grande passo para essa dita materialização das políticas públicas, pois essa atenção aos temas hidrelétricos é muito importante em cenários políticos conflituosos, assim como aos temas minerários estudados anteriormente.

4.4 Repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais MAM e MAB e suas influências na agenda pública

Conforme relatado por Scherer-Warren (2014), os movimentos sociais organizados possuem um arranjo institucional e buscam a constância temporal, tem como intuito principal a construção pelos militantes de projetos que buscam mudanças sociais, políticas e culturais, e utilizam de certos meios para obtenção de visibilidade política na esfera pública.

Essa visibilidade política é construída principalmente por meio de seus repertórios, que, segundo Tilly (2010), podem ser definidos como um conjunto de formas de ação, que podem apresentar uma longevidade ou serem renovados de pouco em pouco.

4.4.1 MAM

Ao avaliar os relatos dos entrevistados do MAM, pode-se observar que os achados reforçam a ideia de Amenta et al. (2010), que acreditam que os movimentos sociais e suas mobilizações podem interferir nas políticas públicas. Além disso, esses autores destacam que as mudanças provocadas pelos movimentos, seja essa qual for, devem ser graduais, argumentadas e democráticas, ou seja, podem ser permeadas por um processo mais lento, com aceitação da sociedade e, principalmente, apoio da mesma, nem que seja uma parcela dessa.

Com base nos depoimentos dos entrevistados do MAM, pode-se observar que os seus repertórios levam em consideração esses princípios, principalmente, em relação à democracia e participação. O primeiro repertório de ação coletiva do MAM a ser apresentado tem grande relação com os demais que serão retratados, visto que preza pela expansão do diálogo, da participação, do aprendizado e do movimento de forma geral, pois o movimento tem consciência que não logrará seus objetivos sozinho.

Porque sabemos nós que individualmente a gente não pode fazer metade das coisas que a gente pode fazer quando se junta né, que a gente troca ideias, troca experiências, planeja atividades estratégicas conjuntas, porque da mesma forma que a gente se articula o capital também é articulado né. A gente tem certeza que não existe o capital ligado só à mineração, aí tem o outro que é ligado só ao agronegócio, ligado por exemplo à produção de alimentos, o outro que é ligado à questão da água e energia, esse capital ele dialoga de forma conjunta e quando a gente se junta a gente não combate só um lado ou uma perna disso da gente, dialoga com esse capital que está articulado tanto no Brasil como em outros países, nesses saqueios ligados aos bens naturais extrativistas, no caso da água, minério e etc, então é mais ou menos por aí (M7).

Em busca dessa expansão e acesso do movimento em mais territórios, o MAM tem realizado muitos planejamentos, pois ampliar a área de atuação é visto como uma importante componente dentro dos repertórios de ação. Um exemplo do argumento apresentado pelo entrevistado M8, se dá no estado da Bahia, onde presam por sempre planejar suas ações fazendo questionamentos que envolvam, como, o que, quem, onde, quando e tudo mais que for necessário.

A gente fez é um documento assim grande dizendo, a cidade quem vai, quanto tempo vai ficar tudo isso certo? O quê, quem, como, onde e quando, tudo isso aí colocou, né, o objetivo de cada município e isso só no estado da Bahia. A nível nacional a gente não conseguiu fazer isso, mas sabemos que devemos priorizar a nossa sessão nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pará, Ceará e Amapá. Que esses estados juntos correspondem a 99% da mineração do país, então a gente precisa estar consolidado e com inserção na base nesses estados (M8).

Outros prontos que são reconhecidos como repertórios de ação coletiva são suas rotinas, ou seja, como o movimento age e o que ele faz para alcançar seus objetivos. Por exemplo, como eles se aproximam dos territórios, se relacionam, se organizam entre outras formas de rotinas.

Essa reflexão é sustentada pela colocação de Alonso (2012), que esclarece que o repertório de ação também é tido como a soma limitada de rotinas que são assimiladas, partilhadas e aplicadas por meio de processos parcialmente deliberados. Os repertórios podem ser também projetos culturais aprendidos, no entanto, não são advindos da propaganda política ou da filosofia abstrata, uma vez que emergem da luta.

Um repertório, que também pode ser considerado como rotina e se enquadra em duas das microcategorias são, a participação e o diálogo com a população atingida é determinada uma organização como movimento.

Como relatado pelos entrevistados, esses repertórios são ações que o movimento realiza dentro das comunidades onde os mineroduto passam. Essas ações estão diretamente ligadas a criação de grupos de bases compostas em média por 8 famílias, selecionadas por meio de reuniões que também institui condenadores, cada grupo deve preferencialmente ser composto por um homem, uma mulher e um jovem. Eles buscam se reunir ao menos uma vez ao mês para debater atividades e formas de enfrentamento das mineradoras, e também buscam a participação em todas as instâncias do movimento, para que possam demandar problemas de acordo com suas realidades e necessidades.

Dentro dessas comunidades a gente faz reunião de grupos e institui grupos de base do movimento tirando a coordenação desse grupo de base, no momento a gente prioriza um homem, uma mulher e um jovem e cada grupo de base com torno de 7 a 10 famílias, e a partir disso cada comunidade tem um grupo de base do movimento esse grupo de base reunirá pelo menos uma vez no mês para debater as atividades realizadas para enfrentar esse projeto, para debater as vias políticas atuais do movimento e para pensar também no cotidiano da comunidade, e no cotidiano da cidade, pensando que a organização do MAM ela não é somente pra pensar um projeto mais geral na mineração mais principalmente a partir da organização como o povo está reunido organizado, começar a pensar problemas do cotidiano e pensar formas de resolver e só se resolve esses problemas a partir de reunião e participação (M3).

[...] estamos construindo ao longo desse tempo e fazendo que as pessoas do território possam participar de todas as instâncias do movimento, sejam elas diretamente em relação a uma instância que elas compõem digamos assim, mais indiretamente, que sejam elas também a sociedade como um todo (M7).

No geral, as nossas atividades relacionadas ao conflito entre si, ao conflito mineral nos territórios [...] têm sido para todos e todas. Convenceu que isso é importante pra eles e pra elas (M7).

A gente chega num espaço onde as pessoas não falam, onde as pessoas não conversam porque elas são intimidadas, então assim, é mais nesse sentido de fazer luta, que a gente participa, sabe, então assim (M5).

Mas apesar da sensibilização da sociedade e dos atingidos pela mineração, lidar com conflitos minerários é muito complexo, pois mesmo que o movimento realize ações participativas e busque o diálogo, em algum momento surgirá empecilhos que devem ser enfrentados pelo movimento, e essas dificuldades também estão presentes na inserção de suas pautas na agenda pública.

Contudo, como exposto pelos entrevistados, para que esse diálogo e a participação da sociedade perante o movimento se concretize, o movimento precisa realizar diversas ações, a começar com uma aproximação nos territórios, seguida de mobilização e incentivos. A primeira coisa a ser feita quando se aproxima de uma comunidade é escutar o povo, deixar com que eles apresentem seus problemas, dificuldades e demandas, para entender o que eles pensam sobre os empreendimentos e o que está acontecendo naquele território, como o conflito está instaurando naquele lugar entre outros pontos. Mas essa aproximação é sempre camuflada e estudada anteriormente, sempre buscando a confiança da sociedade para que posteriormente o movimento mostre sua bandeira e suas pautas.

Além disso, outra ação que o movimento faz quando chega numa comunidade é escutar o povo né, o que eles estão passando vivenciando qual é o conflito, com quem, como é que estão enfrentando, o que esse conflito está causando em relação a vida cotidiana das pessoas (M7).

Na verdade, o que a gente chega fazendo no território é escutando pra ver de fato o que está pegando ali no conflito com a mineração, mas o processo que a gente faz nos territórios é a formação e não informação específica do setor mineral, mas informação específica pra gente e pro território se reconhecer como uma classe né, aí entra a história da luta de classe que nós do MAM, assim como outros movimentos nacionais refletem, e isso que a gente chama de campo político para o território, e reconhecer como uma classe de trabalhadores e trabalhadoras né aí é claro que isso esbarra no setor da mineração, porque os conflitos que eles enfrentam com as empresas e um conflito de classes (M7).

[...] por isso, para gente chegar pra falar sobre um movimento, a gente vai mostrando o trabalho de base. Tem localidade que isso funciona com porta em porta, você ir na casa e conversar, tem localidade que a gente usa o esporte ou usa o teatro, artes, [...] aí depois a gente apresenta o MAM de verdade (M6).

[...] fazem estudos né tanto em Minas e no Brasil todo [...] geralmente tem alguém lá que já conhece tem contato, conversa e vai se ligando assim aqueles papos de vizinhança de uma pessoa que chegou no momento, é uma aproximação muito camuflada e depois muito bem-aceita assim uma das questões que eu falo é a questão da brigada a gente não chegou lá falando a gente é uma brigada que a gente é do MAM não; a gente já chegou lá já tinha referência e depois as pessoas foram associar quer a gente já carregava a nossa bandeira de luta (M2).

Para minimizar os conflitos e mitigar os impactos ocasionados pela mineração, o MAM após se aproximar do território realiza todo um processo de mobilização do território e desconstrução dos pensamentos preestabelecidos, pois para haver essa mobilização é necessário que esses entendam o porquê e por quem foram afetados, para assim reivindicarem seus direitos. Mas, o principal objetivo dessas ações é fazer com que o território reconheça a história que eles construíram ao longo de suas vidas e que muitas vezes foram mudadas drasticamente, para que assim desconstruam a visão de desenvolvimento propagado pelo empreendimento, e reconheçam que a mineração não trouxe os benefícios prometidos a comunidade e sociedade e sim inúmeras externalidades.

Como relatado pelos entrevistados, essa desconstrução e reconstrução dos pensamentos acerca do empreendimento minerários se dão por meio de diálogo embasado em fatos, fazendo com que a comunidade reflita sobre as mudanças ocorridas em suas vidas assim como na comunidade, mas claro que esse é um processo gradual e lento, e muito importante para o movimento, pois é a partir disso que o movimento consegue força social e formas de enfrentamento factuais.

Os modos de vida os jeitos as fortalezas que as pessoas construíram ao longo do tempo e talvez um dos modos a serem defendidos a qualquer extensão da invasão das mineradoras chegam pra fazer em todos os lugares que estão atuando atualmente né nos vários estados por aí fora (M7).

A primeira coisa que nós do MAM fazemos e acho que não só no setor da mineração, mas no setor capitalista quando os territórios entram em conflitos né é desconstruir essa história do capital preponderância da história, eles chegam causando em relação aos territórios e aí desconstruir isso e tentar reconstruir de fato aquilo que pode ser o mais real possível em relação aos impactos que aquela empresa pode causar naquele espaço naquele território, acho que nosso primeiro grande passo é chegar no território o que a gente encontra de frente é isso (M7).

Desconstruir para construir ou tentar dialeticamente botar uma outra ideia em cima da outra ideia que já está formada né, acho eu, que nós no segundo momento, estrategicamente, nós do MAM tentamos dialogar nos territórios e não ir diretamente com essa temática específica da mineração (M7).

Escuta pra depois a gente construir ideias estratégias de enfrentamento mais coletivas né, e daí a gente monta uma estratégia com os territórios para poder pensar no enfrentamento da mineração[...] é a construção perpassa muito pela pedagogia da escuta em primeiro plano e segundo de como é que a gente se auto-organiza. (M7).

Então a nossa estratégia de mobilizar o território é primeiro de fazer com que ele conheça de fato que história que eles constituíram ao longo da vida deles é uma história construída por eles próprios e que ninguém e nenhuma mineradora ou qualquer ciclano que chegue de fora pode intervir (M7).

Enfatizando assim as discussões apresentadas por Alonso(2012) e Smith(2001), que o repertório não é uma fórmula padronizada que pode ser reproduzida em qualquer situação, na verdade esse conceito envolve todo um conjunto de fatores como o contexto histórico que são particulares por região e situação, visto que a sociedade não é nada regular, advém de inúmeros confrontos históricos. Essas mudanças de atores, situações e formas de interação denotam que os movimentos sociais são parte de um contexto histórico.

Por exemplo, a realidade de aproximação e mobilização da região de Mariana-MG, principalmente devido ao crime, é diferente de outros contextos. O movimento propôs realizar assembleias, mas “nós não conseguimos, as nossas conversas são mais informais, então a gente consegue fazer conversas com um, com outro, e chegamos assim, da forma mais ampla possível para ganhar espaço, porque a gente não consegue esses espaços aqui assim” (M5).

Outro exemplo relatado pelo entrevistado M7 ocorreu em Vicente, no Ceará, que a realidade de aproximação e mobilização se deu por caminhos diferentes, levando como discussão inicial a saúde e os direitos violados pela siderurgia no que tange a essa área.

Lá tem uma siderurgia daí o seguinte o jeito da gente chegar lá pra começar a dialogar sobre a mineração foi dialogando sobre o tema da saúde só um exemplo né aí na conversa, nas visitas, com o povo e tal perguntando alguma coisa nesse complexo também tem uma termelétrica que funciona com carvão mineral que vem da Colômbia, chega do porto pra ir pra termoeletrica tem 200 caminhões, 24 horas passando aos quintais do povo tem uma esteira que solta muita poeira então, é para ontem a saúde, naquele momento as pessoas falavam disso então a gente foi procurar como dialogar com eles que não era a mineração especificamente, mas faz parte é claro né? O tema da saúde e o jeito da gente chegar lá foi refletindo, a partir deles é claro um pouco da saúde que não tinha energia e nem água então fomos dialogando aí foi encaminhado um oficialmente do ministério público federal, estadual dependendo de cada território (M7).

Mas os entrevistados relatam que nos processos de mobilização dos territórios atingidos dificuldades são vivenciadas. As ações dependem de como o território recebe o movimento, posto que existem pessoas que estão do lado da mineradora e são utilizadas muitas vezes pela empresa como ouvintes e repassam informações obtidas durante as reuniões do movimento. O MAM busca estar atendo quanto a isso, fora comunidades que não estão abertas ao diálogo ou ainda acreditam nos benefícios defendidos pelos empreendimentos. Mas mesmo com essas dificuldades o movimento tem conseguido sensibilizar as comunidades atingidas e motiva-las a participar das reivindicações de seus direitos e enfrentamentos.

A gente tem algumas complicações em alguns casos em alguns territórios na verdade de pessoas que está do lado da mineradora, que é em alguns casos participou de nossos movimentos para poder se embasar e passar para empresas né, e nesse sentido temos pedido algumas pessoas para se retirar de algumas reuniões e algumas vezes até de organização de planejamento dentro de alguns territórios e tal. Mas isso é um caso isolado e casos que especificamente pode influir na segurança inclusive das pessoas daquele território que podem tá indo de outro lugar para aquele território específico entendeu, mas no geral como a reflexão tem sido feita dentro dos territórios assim tem sido sensibilizado pela questão e pode participar, mas é isso eu acho é aberto pra todo mundo (M7).

O maior desafio pra gente do ponto de vista da mobilização das pessoas dos territórios como um todo, é esse outro lado que vai repetindo através das redes midiáticas, seja televisão seja outras aí né da internet rádio etc, que vai martelando a cabeça do povo um modelo de desenvolvimento que o país precisa né. Então você desconstruir essa força midiática, inclusive de certa forma, o modelo educacional que temos que não reflete os problemas do povo o desafio principal é vencer isso né, vencer isso de certa forma suar uma metodologia participativa que as pessoas podem ter outros caminhos outra ideia de como construir a vida né, o que tá em pauta na discussão que nós do MAM estamos fazendo em relação aos territórios e de fato a morte dos modos de vida que as pessoas construíram há séculos nos territórios, então aquilo que vem sendo produzido há séculos ele pode ser digamos assim descontraído e matado de uma forma ilegítima por uma ação de mineração em um ano um mês em seis meses (M7).

Esses discursos expostos até aqui comprovam o argumento de Melucci (1989), que os repertórios podem ser originados dos conflitos sociais que saem do padrão do sistema econômico industrial para extensões culturais, os quais podem modificar a identidade pessoal do espaço no dia a dia da população, de modo que sejam repensados os padrões sociais de ações individuais e coletivas. Os conflitos existentes entre empreendimentos minerários e sociedades fazem com que novas contradições surjam, o que afeta a lógica fundamental. Essas novas contradições foram explicitadas no decorrer desses resultados, como por exemplo, a sobreposição de fatores econômicos a fatores sociais, ambientais e culturais que

faz com que pessoas percam suas terras, seus empregos, sua forma e fonte de renda, sua saúde física e mental, entre inúmeros outros sub conflitos que são cumulativos.

Nota-se assim, com os relatos dos entrevistados expostos até aqui, que o movimento em prol da inserção de suas pautas na agenda e também da conscientização da sociedade, tem buscado desconstruir esses conflitos e estabelecer o equilíbrio, por meio de estudos e diálogos com territórios atingidos, os quais utilizam de artefatos locais, temas generalistas (como saúde e educação) e a estratégia de não se identificar como um movimento, para que assim ganhem a confiança do território.

No que tange os repertórios de mobilizações e lutas, os entrevistados ponderaram que o movimento atua de formas distintas a depender do contexto, algumas ações são para a não instalação dos empreendimentos minerários, outras para mitigar os impactos causados e deixados por minerações exauridas, cada ação e luta vai ter sua peculiaridade e vai ser regida de uma forma.

Nós atuamos em diferentes contextos têm caso por exemplo que nós estamos atuando em resistência a chegada de um projeto de mineração, tem uma mineradora que está querendo se implantar no território então a organização e as lutas é de uma forma que meio como que a gente reúne pra fazer lutas para impedir a chegada da mineração, agora você tem regiões que a mineração já está inserida, pôr exemplo, Catas Altas que tem uma dependência, 90% da arrecadação do município grita em torno da mineração você tem regiões onde a mineração já se exauriu as jazidas minerais, mas ficou uma série de impactos, você tem também impactos seja por empreendimentos de logística seja de beneficiamento, barragens de rejeitos, seja de transportes de minerodutos, e de ferrovias e a partir do projeto o município tem uma dinâmica de organização e as lutas elas vão ter suas peculiaridades (M3).

É a partir dos grupos de base conversando com o povo e motivando o povo a determinadas ações seja, gente estamos precisando pra essa pauta aqui, quem vai resolver isso é a prefeitura então como que agora nós temos que fazer a mobilização a prefeitura a atender determinada pauta então é no diálogo, nos grupos de bases nas articulações que a gente articula nos territórios e pensar ações concretas que vão ter a atribuição para atender essa pauta (M3)

Como complemento, os entrevistados reforçam a importância do diálogo entre o movimento e as pessoas atingidas, principalmente para reconhecer a necessidade de cada localidade e realizar ou adaptar seus repertórios de ação a fim de atuações assertivas, pois as realidades são distintas e levar isso em consideração facilitará o alcance das pautas e inserção destas na agenda pública.

Por exemplo, a gente pega a cartinha que saiu, a carta de Carajás; lá tem oito pontos se eu não me engano 8 ou 7 pontos; dali nós temos que ver de acordo com a nossa realidade, como é que a gente implementa aquelas

linhas políticas que saíram, por exemplo, onde não tem mineração fazer de tudo para que a mineração não entre no território, onde já tem mineração, quais são as pautas possíveis que a gente tem que implementar (M8).

as ações não podem ser feitas da mesma forma em todos os lugares, elas são planejadas e são feitas à medida que as demandas vão surgindo e em cada lugar se dá de uma forma (M5).

Essa necessidade de adaptação local é de extrema importância para o processo de formação da agenda pública, pois de acordo com Capella (2015), este pode ser muito competitivo, a forma como o problema é estabelecido e articulando e a atenção dos formuladores podem interferir e motivar o sucesso ou insucesso da questão. Visto que diversas questões são inseridas e aguardam deferências e respostas dos formuladores, o que acarreta conflitos, políticos, ideológicos de poder entre outros.

Outro repertório de ação exposto pelos entrevistados, dentro da categoria de mobilização, consiste em construir frentes de mobilização em territórios que ainda não foram minerados, no sentido, de garantir o direito de dizer não, ou seja, impedir a construção de mineradoras. Essas formas de mobilização muitas vezes ocorrem com o apoio local e também do poder judiciário, alguns exemplos efetivos desses repertórios são os de Viçosa, em Minas Gerais, e o de Quiterianópolis, no Ceará, que fizeram com que os atingidos entendessem e acreditassem mais em seus poderes e em suas forças sociais.

Nós vamos organizar e organizaremos; estamos organizando assim como na Serra do Brigadeiro e em Viçosa, a Serra do Brigadeiro foi agora há uns 20, 30 dias atrás, que o prefeito, um dos três prefeitos, assinou um termo dizendo que não vai ter mineração no território (M8).

Em Viçosa foi a organização dos municípios aí do entorno Viçosa e mais dois que eu não sei o nome, de impedir a construção do mineroduto de Ferro; então nós já temos vitórias em expulsar mineradoras, entendeu? Na verdade, não é nem expulsar, é não deixar que elas implementem (M8).

A única mina aqui no Ceará que a gente conseguiu parar até agora foi uma ação ligada ao território que se articulou, que se organizou, foi no município aqui de Quiterianópolis, mas uma ação também que teve uma interface ligada ao poder do judiciário né, o Ministério Público Estadual notificou os órgãos ambientais que aqui no Ceará é a SEMACE e o fórum local do município de Quiterianópolis condenou a mina né, e o órgão estadual ligado à questão ambiental embargou a obra, multou a empresa e etc né, o que seja de certa forma algumas exceções têm funcionado a história da gente ter dialogado com o setor judiciário né, o poder judiciário na verdade, então na verdade a gente quando está numa luta territorial ligada à história da mineração se busca é, em todos os campos estar ligados ao executivo, judiciário e etc (M7)

O próprio território entendeu que eles tinham força pra fazer isso e claro que caminhos juntos com o território. Mas o território que participou de

reunião com o ministério público federal, com estado, denunciou várias e depois disso eles de fato acham que têm poder, podem ser soberanos (M7).

Os entrevistados ponderam que as formas de ações mobilizativas do MAM ocorrem muito de forma territorialista, devido aos diferentes conflitos minerários e aos vínculos de confiança estabelecidos com os atingidos, mas contar com o território é muito importante para o movimento, principalmente no que tange as lutas e mobilizações. Em alguns territórios consegue-se alcançar essa confiança e fazer com que os atingidos participem de audiências públicas e demais espaços mobilizativos. Mas para realizar mobilizações maiores é exigido maior complexidade e força de cunho nacional.

Isso também é um dos principais pontos acho que o ponto mais forte, talvez, seja esse né que é contar com o território, não só como parte, mas como todo nessa luta contra a indústria da mineração (M7).

A gente consegue fazer com que essas pessoas tenham confiança no que a gente tá fazendo e comecem a fazer também, como por exemplo, participar de audiência pública, questionar as audiências públicas, tirar o espaço do capital na audiência (M7)

De mobilização nacional, a gente ainda não fez uma mobilização nacional, uma mobilização não é assim a gente chama de jornada de luta, a gente não fez ainda nessa jornada de luta (M8).

A gente já fez luta na Bahia, por exemplo, de organizar o povo e ocupar a Vale, já ocupou a Secretaria de Meio Ambiente, né, aqui no Goiás, a gente, durante o período posterior, a gente ocupou os trilhos da mineradora denunciando a falta da água e a contaminação do ar, em Minas Gerais teve esse processo tanto da Serra do Brigadeiro, quanto em Viçosa. Mas a gente ainda não conseguiu ter ocupação do trilho no Pará, mas a gente ainda não conseguiu fazer uma Jornada Nacional de luta, entende (M8).

Nota-se assim, que os repertórios de ação coletivas de mobilização e luta do MAM são distintos a dependem de contexto, da realidade e de inúmeros outros fatores, que podem afetar a realidade. Reconhecer esse território é o primeiro passo para que assim, o movimento possa criar planos de ações mais factuais, realista e claro, efetivos.

Cada movimento está inserido em um contexto histórico e estrutural, geralmente marcado por lutas, reivindicações e formas diferentes de manifestação. Como já argumentado o repertório significa “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22). Além disso, a sociedade é muito atemporal, oscilante e volátil, o que acaba por reforçar a necessidade de ter repertórios de acordo com cada contexto e necessidade (ALONSO, 2012).

Essa volatilidade na maioria das vezes não consegue ser acompanhada integralmente ou inserida na agenda pública, mas o MAM tem realizado ações para que o movimento ao

menos se fortaleça e se estruture para inserção das principais pautas do movimento na agenda pública.

Dando continuidade, os entrevistados relataram também repertórios que o movimento conta, presa por ações participativas em prol de um novo código regulatório da mineração. Em 2013 foi criado o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a Mineração, que contou com a participação do MAM, o qual elaborou importantes encaminhamentos no que tange aos direitos dos atingidos, mas devido ao jogo político não tiveram êxito.

[...] a gente fez um comitê bem amplo assim, tinha de rede até uma coisa meio doida sabe? Tinha vários sindicatos dos trabalhadores de várias correntes, tinha os movimentos mais ambientalistas, tinha os movimentos populares da via campesina o MAM puxava o movimentos da via campesina, mas os movimentos que vinham também, os movimentos chaves, nós fizemos 5 grandes mobilizações dos mineradores em Brasília de ocupar plenárias de código de reunião da comissão, a gente fez muito barulho assim (M4).

No dia 29 de maio de 2013 e ficamos reunidos mais 4 dias e tivemos vários encaminhamentos muitos bons do ponto de vista organizativo e aí duas semanas depois a gente foi surpreendido com o lançamento desse texto péssimo [...] então a gente decidiu colocar na geladeira (M4).

Os entrevistados defendem que para avaliar os repertórios de ação do MAM, não se pode desconsiderar o crime da Samarco ocorrido em 2015 em Mariana– MG. E como Lopes (2016) relata, os efeitos imediatos dessa tragédia, ainda em desenvolvimento, puderam ser observados desde a jusante da barragem destruída, em Minas Gerais, até a foz do rio Doce, no mar do Espírito Santo.

Segundo os entrevistados, esse crime deu visibilidade as externalidades causadas pela mineração, poderia ter sido uma janela de oportunidade para formação de uma agenda pública mais consolidada sobre a temática. O movimento também desenvolveu muitos repertórios de comunicação com a sociedade no período do crime, por meios de materiais, diálogos, campanhas entre outros.

Então todas as maneiras a gente consegue soltar notas, textos, posicionamento também para subsidiar tanto a nossa militância para entender os temas específicos e também para poder dialogar com a sociedade (M4).

Mas temos conseguido lançar muita coisa sobre a formulação do que está acontecendo na mineração pegando um caso específico, um foi sobre Carajás e outro livro foi sobre o rompimento da barragem de fundão (M4).

Foi o rompimento da barragem de Mariana em 2015 e aí é onde o Brasil começa a pensar que existiu esses monstros que chamaram de rejeitos e que são centenas que existe no Brasil (M4).

Se envolveu muito nessas lutas foram muitos mobilizados para Brasília, muita estratégia de comunicação, fizemos vídeos, campanhas de memes e tuitaços (M4).

Esse crime trouxe uma oportunidade de mudanças sociais, assim como a possibilidade de inserções de temas relacionados na agenda pública, visto que houve uma forte cobertura pela mídia. Conforme relatam Amaral e Amaral (2015), a mídia exerce um grande poder no que se refere à formação de opinião, pode ser um importante meio na priorização e divulgação das políticas públicas, além de ser uma forma de publicação do processo de formação da agenda para que a sociedade civil possa participar e intervir na formulação das políticas públicas de seus interesses.

Ao relatar o crime da Samarco, a mídia contribuiu para que sociedade tivesse conhecimento sobre algumas das questões que permeiam a mineração e a formação de barragens de rejeitos, no entanto, em seguida o contexto político é permeado por um Impeachment, que muda todo o fluxo político que se encontrava mais aberto para dialogar sobre os problemas da mineração.

Quando aconteceu o rompimento da barragem de fundão, foram vários substitutivos, foram 6 ou 7 agora eu não lembro. e então, o texto inicial lá do governo foi sendo transformado, a nossas pautas, algumas delas estavam incluídas a gente perde força por conta do golpe, isso foi uma das derrotas que o povo brasileiro teve diante de uma reforma trabalhista, assim vai ter muito menos repercussão né, porque é um tema muito específico da mineração, mas o que mudou foi o golpe e aí não tem mais debate né não teve debate, mas que tem alguns senadores e deputados valorosos lá dentro ainda. O contexto total piorou absolutamente né, mesmo sendo um texto ruim lá atrás no governo Dilma a gente conseguia reunião ali e aqui com cada civil, com secretaria-geral, alguns ministérios, direitos humanos e aí você imagina que são ministérios que não existem mais né a gente conseguiu também assim, a gente conseguiu debate para o governo Dilma ele na pauta do movimento agrário que deixa de existir também, então direitos humanos deixa de existir e isso é uma das materializações do golpe (M4).

Tatagiba, Abers e Silva (2018), reforçam essas discussões, pois defendem que os movimentos devem aproveitar todos os caminhos dados pela conjuntura política atual, que nesse caso seria o crime de Mariana-MG, tentando utilizar de uma tragédia para promover o desenvolvimento e o alcance do projeto, utilizando a presença de seus aliados e do poder dos mesmos, dos canais de participação para o processo decisório, além de buscar mudanças no ambiente institucional.

Esses caminhos foram buscados pelo movimento, mas devido a nova conjuntura resultante do impeachment, as possibilidades de negociações para a formação de uma agenda pública em prol dos atingidos foram reduzidas.

No entanto, conforme destaca Tatagiba, Abers e Silva (2018), a capacidade de movimentos influenciarem as políticas públicas requer o entendimento dos processos de interação entre movimentos sociais e outros atores (estatais e não estatais) que resultam na construção e reconstrução de políticas e instituições. Nesse sentido, destacam-se os depoimentos dos entrevistados do MAM, com relação as suas interações com outros atores, as quais podem ser consideradas também como repertórios de ação coletiva de interação.

A primeira interação do movimento a ser explicitada é um processo cheio de gargalos, que consiste na relação com os empreendimentos minerários, a qual remete a uma situação de resistência, pouco diálogo, tensão e conflito, e que demanda muitas estratégias de segurança por parte do movimento.

Não existe nenhuma empresa com interesse que o povo compreenda e participe e dê os pitacos necessários de como as empresas devem fazer na mineração, então esse é o primeiro conflito, que é de esconder ao máximo como é que vai se dar a mineração em um território (M7).

Quando as empresas estão dialogando com o movimento, com a sociedade ou com os atingidos, pelos empreendimentos minerários, o diálogo existe, mas é um diálogo unilateral, embasado em promessas que em sua maioria não são cumpridas, e não são reconhecidas pelos entrevistados como um diálogo, apenas como forma de extorsão e alienação da sociedade.

A primeira coisa que eles fazem é divulgar [...] que a mineração vai desenvolver aquele território, então vai chegar estrada, vai chegar o posto de saúde, vai chegar água encanada, vai chegar o emprego, vai chegar não sei o que, e as pessoas caíam nesse lobby né, que eu chamo de lobby da mentira (M7).

Essa colocação enfatiza o pensamento dos autores Vainer e Araújo (1992), pois eles defendem que a maioria dos discursos das empresas responsáveis por esses grandes empreendimentos econômicos, são embasados em promessas de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma fictícia interiorização de crescimento. Mas, nas regiões que são realizadas as implementações, há uma desestruturação das atividades preexistentes, além de consequências como o desemprego, a favelização, a marginalização social e a degradação ambiental.

Além desses pontos, os entrevistados expõem que os empreendimentos, se submetem a muitas situações para obtenções de informações sobre o movimento, fora a realização de falsas promessas, para manter sua credibilidade e confiança perante a população atingida. Um exemplo dado, é da Vale, que conta com mais de 300 espões especializados, para que onde tenham empreendimentos da empresa, também tenham pessoas atentas nas pautas e

questões do movimento. Outro ponto, é a própria empresa com seus informantes que buscam formas de desmobilizar o que o movimento vem mobilizando, por exemplo, criando visitas fictícias em dias de eventos e mobilização dos movimento, e até mesmo por meio de pagamento de propinas a lideranças locais para que essas apoiem o movimento, o que acaba por gerar conflitos. Por esse motivo, o movimento vem discutindo as questões de segurança dos movimentos, principalmente no que tange suas pautas e repertórios de ação.

[...] a VALE tem mais de 300 jornalistas especializados, que são espíões digamos assim, que servem de escuta no país todo, né, isso significa dizer que nos vários estados que têm ação da VALE, têm pessoas que estão de olho naquilo que é, é pauta do movimento social (M7).

[...] as próprias empresas com seus informantes locais, por exemplo, criam estratégias de desmobilizar aquilo que a gente está mobilizando, entendeu, por exemplo, teve algumas reuniões aqui nos articulamos com os territórios e que uma outra pessoa informou ou formou, por exemplo, uma outra reunião naquele mesmo dia, mesmo espaço ou no mesmo território, ou simplesmente disse que não ia mais ter aquela reunião que estávamos planejando. Eles criam estratégias e as vezes mandam um ouvinte pra ficar de escuta, pra depois repassar para as empresas (M7).

Então eles vão sempre atrás, por exemplo, das pessoas que são lideranças comunitárias, e tem vários casos, por exemplo, que eles pagam a propina para aquela liderança ficar do lado deles e defender o projeto deles, né, e de certa forma isso causa um tumulto em relação àquilo que a comunidade pode pensar por conta própria, partindo de uma reflexão que a gente faz ou não né, então isso é um mau em relação àquilo que é em dúvida da mineração, como ela chega nos territórios, qual é o discurso que ela utiliza para poder convencer as pessoas que ela é boa, que traz desenvolvimento e etc né (M7).

Por isso a gente tem dialogado muito sobre a história da segurança né, de não espalhar muito as ações diretas que a gente faz nas redes sociais e etc, porque tem gente que é especialista, diariamente só trabalhando com isso, né (M7).

Como defendido por Scherer Warren (2010), os movimentos sociais também sofrem tensões constantemente, devido a inúmeras tentativas de criminalização e as grandes dificuldades que as elites hegemônicas têm em aceitar como legítimos esses atores que geralmente representam as “minorias”, ou seja, os subalternos em países como o Brasil, onde os valores estão invertidos.

Os entrevistados argumentam, que o diálogo do movimento com os empreendimentos minerários, pode ser definido como inexistente, pois só existe quando são realizadas audiência públicas, além do mais existe uma grande resistência por parte dos empreendimentos, porque o interesse desses estão exclusivamente na maximização e na

obtenção dos lucros, o que significa negação dos direitos a comunidade, contrário ao movimento.

Mas eu diria que o diálogo entre a empresa e o movimento não existe, ele só existe quando digamos tem uma audiência pública, né (M7).

Há muita resistência porque o interesse deles é maximizar a obtenção de lucro a partir desses grandes projetos e isso significa negação dos direitos das comunidades e nós somos terminantemente contra essas medidas para maximizar esses grandes empreendimentos (M3).

Como relatado pelos entrevistados, os interesses regidos por essa relação são conflitantes, pois esses empreendimentos realizam suas atividades minerárias sem se preocupar com os interesses do povo brasileiro, o que faz com que o movimento não queira e nem consiga dar credibilidade para o empreendimento, principalmente porque o discurso trazido por eles é embasado em mentiras, gerando assim grandes danos nas várias vertentes estudadas nesse dissertação que são, econômicas, culturais, ambientais e sociais.

Hoje se minera sem pensar o interesse do povo brasileiro, então temos grande dificuldade de diálogo, na verdade, na maioria das vezes, se recusa o espaço para conversa e nos atacam junto da mídia, alguns jornais, sejam por panfletos distribuídos na comunidade (M3).

[...] não tem como a gente escutar a empresa, que o discurso dela já sabemos e pronto, que é comum em todos os lugares, né, que é defender as histórias da economia, das mentiras em relação à conservação ambiental, de que a empresa não vai trazer danos e etc, né. Agora eles fazem por via de regra também, esses tipos de discursos que eu acabei de dizer como exemplos, nos territórios, né, a gente às vezes sai de um território onde as vezes faz esse de trabalho, e depois eles chegam, vai fazendo outro e vice e versa entendeu, ou às vezes, a gente sai e eles também chegam, né, o que é complicado em relação a isso é que eles dividem a comunidade, né (M7).

Nota-se por meio dos relatos, que os conflitos entre os empreendimentos e o MAM, segundo os entrevistados, não são resolvidos através do diálogo, pois as empresas não concedem espaço para isso e também não possuem credibilidade, principalmente perante o MAM, pois, à forma capitalista que regem seus negócios, preocupando somente com a sua margem de lucro e ignorando as questões sociais, ambientais e econômicas da sociedade. Além disso, os empreendimentos desenvolvem estratégias para tentar desmobilizar o movimento perante a população atingida, falsas promessas, entre outros fatores.

Outra microcategoria do repertório de interação argumentada pelos entrevistados é a relação do movimento com o Estado, tendo como divisão os três poderes. A relação do movimento com o Legislativo é a nível federal, essa relação é bem complexa, principalmente porque a eleição de 2018 teve cerca de 120 deputados eleitos por campanhas financiadas por empreendimentos minerários, por isso, sabe-se de qual lado esses estão. Mas, existem

alguns parlamentares por questões de origem popular como os presentes nos partidos do PSOL, do PT e do PV, e também por serem dos estados mais afetados como, Minas Gerais, Pará ou Bahia, estão do lado do MAM.

[...] no nível Federal acho que a gente tem alguns parlamentares, não são muitos, alguns parlamentares que são sensíveis à causa, seja pela sua origem popular, seja por ser do estado de Minas Gerais, do Pará ou Bahia (M8).

Como eu já falei, com o poder legislativo tem alguns parlamentares do PSOL, do PT e do PV, que são parlamentares que estão mais próximos à nossa pauta, né, que são sensíveis aí a relação (M8).

Dialogar mesmo com os parlamentares, seja na câmara, seja com pautas concretas ou audiências, que vão desdobrar em encaminhamento dessas audiências, projetos de lei (M3).

A nível nacional ninguém nem se fala né, porque na verdade, na última eleição pra deputado, que talvez essa agora não vai ser tão diferente, essa de 2018, é a gente tem uma relação que em torno de 120 deputados da câmara federal, foi eleito também com recursos é, com aliás, com campanhas financiadas pela indústria da mineração, né, isso significa dizer que eles, que a gente sabe de que lado eles estão. Se um deputado é eleito porque uma mineradora financiou, a gente já sabe que ele vai defender a mineradora nesses projetos principalmente ligados a leis que flexibilizem a entrada das mineradoras nos territórios e não os territórios né, mas é isso é muito difícil, essa relação e ela ter acontecido pontualmente em alguns lugares (M7).

Os entrevistados também demonstram a relação do movimento com o poder legislativo, o que seria, a nível estadual e municipal. Mas alega que o Estado, de forma geral, não está preocupado com a causa do movimento, mas já as cidades e regiões são regidas por contextos diferentes, posto que tem-se exemplos de prefeitos e vereadores que apoiam o movimento e outros que chegam a desqualificar o movimento, o que mostra a complexidade de lidar com o ator Estado e sua diversidade.

[...] estadual ele não está preocupado, nós temos inúmeras conquistas com prefeituras. No caso, por exemplo, do mineroduto de ferro, nós conseguimos dialogar com a prefeitura, por exemplo. Um diálogo bacana nos municípios de Limeira, a câmara municipal elaborou um mandato de repúdio à chegada da mineração no município, então nós conseguimos dialogar da instância do poder da conquista, com essas instâncias e estados do ministério público. Dialogando com o ministério público ele abre inquérito, elabora pesquisa, realiza ações com outras empresas (M3).

[...] de prefeitos e vereadores que chegam desqualificando nosso trabalho, tudo que a gente faz, mas as mineradoras fazem isso a torto e a direito todo dia (M8).

Ainda sobre a relação com o Estado e seus poderes, mas agora no que tange ao poder executivo, ao questionar os entrevistados sobre como eles avaliavam as ações e relações dos três últimos governos (Lula, Dilma e Temer), foram obtidas inúmeras respostas, que definem um questionamento bem polêmico e incerto. As relações de interação entre movimento e Estado no que tange o poder executivo, serão expostas, primeiramente, as geradas nos governos Lula e Dilma, que como discutido pelos entrevistados, foram regidas por meios mais participativos, que permitiam diálogo, mas mesmo com essa permissão não teve uma evolução dos direitos atingidos, ao contrário teve um crescimento da chegada desses empreendimentos de 550%.

No governo do Lula era uma outra situação, embora ele tinha, né, esses projetos que a gente conseguia participar mais de reuniões, assim de estar mais por dentro, né, da questão de projetos sociais, assim, a Dilma também, mas foi muito pouco porque houve o golpe e existe esse golpe ainda (M7).

Não teve nenhuma formulação sobre direitos dos atingidos por mineração, pelo contrário teve o avanço gigantesco da chegada desses grandes empreendimentos, no governo Lula e Dilma por exemplo houve um crescimento de 550% da mineração (M3).

Mas esse contexto como exposto pelos entrevistados, foi amplamente piorado no Governo Temer, pois ele foi um presidente totalmente individualista, fechando assim o canal de diálogo e participação, e dificultando a interlocução do movimento com o Estado, principalmente nos poderes executivo e legislativo. E, mesmo que todos os governos não tenham avançado nos direitos dos atingidos, o que estava ruim conseguiu ser piorado no governo Temer.

O Temer é um caso que não dá nem pra comentar, porque ele é um tipo de pessoa que não faz para sujeitos, ele é individualista, mas um individualista dentro do capitalismo e não sujeito dentro do povo, que necessita de um povo, que tem um direito de ter as suas terras para plantio, ter seu lugar de sossego. Depois disso, várias terras indígenas já foram demarcadas por mineração (M7).

[...] um fechamento de porta, fechou o canal de diálogo que a gente tinha anteriormente, [...] uma dificuldade de interlocução com o Estado. O Estado quando a gente fala, o Estado da parte de quem legisla e de quem executa as leis federais (M8).

Seja no governo do PT, ou seja, no governo do Temer, de modo geral, ambos não construíram nenhuma política de direitos dos atingidos, [...] mas assim, era ruim, mas ficou pior (M8).

Com base nos depoimentos dos entrevistados, pode-se observar as ideias de Malfita no (2004), que destaca que cada governo tem a sua forma de lidar com os movimentos sociais, dando-lhes, assim, maior ou menor abertura nas decisões acerca de suas pautas em prol de

leis e políticas públicas. Em um governo dito progressista, por exemplo, encontra-se dificuldades na ação conjunta entre movimento popular e poder público para se operacionalizar essas pautas e, principalmente, as políticas públicas.

Os entrevistados trazem outras relações que o movimento lida, mas essas não são conflituosas e maléficas, pois são tidas como parceiras, que influenciam positivamente no desenvolvimento do movimento. O MAM conta com diversas parcerias que serão melhor explicadas e ilustradas a seguir, por meio de microcategorias. Posto que na sociedade existem vários atores com pautas e valores similares, “por exemplo, na região da serra, nós temos uma comissão de enfrentamento da mineração que envolve o CPT, igreja, sindicato dos trabalhadores rurais, então há uma ferramenta de articulação, comunicação das organizações populares” (M3).

A primeira microcategoria de atores parceiros a serem evidenciados nessa discussão serão os movimentos sociais e ONGS, que como exposto pelos entrevistados são importantes parceiros do MAM. Dentre os parceiros do movimento, pode-se citar o MTA, MAB, MST, MPA, entre outros, que permitem trocas de experiências. Sendo que, mesmo que os movimento estejam em brigadas ou vertentes diferentes, esses têm como um projeto comum a realização de mudanças sociais, assim como as ONGS que buscam um novo projeto político e popular para o Brasil.

Troca de experiência. Quando a gente conversa, né, às vezes eu estou numa formação, igual uma brigada que eu participei e tinha diversos movimentos, então é nesse momento que a gente se reúne, troca ideias, experiências, de perguntar como é, como funciona (M2).

Tanto o movimento dos pequenos agricultores, tanto o movimento dos atingidos por barragens como algumas ONGs, que estão diretamente envolvidas com os territórios que combatem esses movimentos predatórios [...] a gente acha que o nosso projeto é um só, apenas estamos em brigadas diferentes e estratégicas né, uma ata mais ligado à história da mineração, o outro está mais ligado à história do agronegócio de grandes projetos de produção, de soja, milho e etc né, tem uma luta grande aí em relação aos transgênicos, é indústria de venenos de agrotóxicos né.t (M7).

Então assim o projeto do MAM, que também é do MST, que também é do MTA, que também é do MAB, que também é de qualquer outra ONG, ou qualquer outro movimento que esteja na mesma caminhada, é um projeto político e popular para o país né.t (M7).

A gente entende que essa relação é uma relação de companheiros e de companheiras né, de trincheiras estrategicamente em horas diferentes, mas que elas se encontram, porque elas se vinculam a esse grande projeto maior que nós batizamos a algum tempo de projeto popular para o país né.t (M7).

A segunda microcategoria de parceiras a ser exposta, é a via campesina nacional e internacional e outros movimentos internacionais, que conforme defendido pelos entrevistados é muito benéfica para o movimento, principalmente porque ela tem uma grande força social e abarca um número grande de movimentos, além dos citados anteriormente pode ser citados os CPT, PJR e CIMI. Além do mais, por meio da Via Campesina o movimento consegue planejar lutas maiores, podendo essas abranger uma plataforma internacional, ou seja, em países como, África do Sul, Colômbia, Equador e Bolívia.

[...]um exemplo disso é, aqui no Brasil nós tem a Via Campesina do Brasil né, que a gente reúne esses movimentos todos, são em torno de quinze movimentos que estão ligados à Via Campesina e que está lá o MAM, o MST, o MAB, o MTA, CPT, PJR, alguns movimentos ligados à academia também, aos indígenas no caso do CIMI e etc, então nesse momento a gente faz essas transações de trocas de experiências, de resistências, de lutas nos territórios e também temos um planejamento daquilo que nós podemos fazer juntos né, tem pautas que é pauta do MAM, que é pauta do MST, que é pauta do CIMI, que é pauta do movimento quilombola também, então a gente estrategicamente planejamos algumas atividades coletivamente e isso a gente faz a partir dessa vinculação que temos a partir da Via Campesina né, isso a nível mais macro digamos assim (M7).

Desde 2016 que a gente tem criado o relacionamento com a Via Campesina [...] em nível de Brasil [...] e logo em seguida a nível internacional então a gente faz parte dessa grande plataforma que é a via campesina internacional que converge aí vários movimentos de esquerda e os movimentos camponeses (M7).

[...] trazemos companheiros da Colômbia, Equador, Argentina da Bolívia para poder participar aqui com a gente, isso dessas relações internacionais porque a gente também já nasce internacionalismo né a gente desde sempre compreendendo que a gente não pode enfrentar o setor da mineração na nossa comunidade, estado e país, mas de forma universal né compreendendo que a mesma empresa que está na África do sul está no Brasil está na Colômbia equador etc. Então esses vínculos internacionais com a Via Campesina eles têm sido muito bons (M7).

Dentre os inúmeros outros atores que são relatados pelos entrevistados existe o CESE, que inclusive já apoiou com recursos financeiros o projeto, e a Rede Internacional dos Atingidos pela Vale que o movimento participa, e também a Rede de Justiça Ambiental que é um pouco mais ampla mas também é considera parceira do MAM.

Isso também ocorre a nível nacional, tem algumas instituições, como por exemplo a CESE, né, que funciona na Bahia, a Rosa Luxemburgo, que está em São Paulo atualmente, que inclusive apoiou a gente com alguns recursos por mínimos que fosse, mas foi de grande importância pro nosso encontro nacional (M7).

A rede internacional dos atingidos e atingidas pela Vale, que a gente acompanha e participa e tem a Rede Brasileira de Justiça Ambiental que

[...] é mais ampla, também trata a questão do agronegócio, de barragem, energia, mineração” (M7).

Essas parcerias são avaliadas como benéficas para o movimento, pois como exposto pelos entrevistados, quanto mais gente reivindicando seus direitos melhor para o tema, porque as lutas de classe precisam de força, principalmente por que essa pode aumentar a credibilidade e a sensibilização social, fazendo com que novos atores reconheçam essas pautas, como por exemplo os pesquisadores e as universidades.

Avalia positivamente que existam movimentos, que existam ONGs, que as igrejas façam o trabalho pastoral que tem que fazer, seja a igreja católica ou a igreja evangélica, então quanto mais gente fazendo, melhor é no conjunto da sociedade (M8).

Porque são lutas de classes né e ele avalia bem até porque assim é um ajudando o outro né por mais que seja diferentes pautas, mas é um ajudando o outro (M2).

Aumentou a sensibilidade da sociedade, dentro da igreja, da igreja católica, da Igreja Evangélica, a quantidade de pesquisadores das Universidades [...] etc (M8).

Mas como exposto pelos entrevistados, mesmo que as parceiras sejam regidas por pontos de grande importância para o movimento existem divergências. Um exemplo disso, são as ONGS ambientalista que são totalmente contra a mineração, mas para o MAB isso é inconcebível pois o movimento defende que a sociedade precisa dessa matéria prima, mas tem consciência que se deve pensar para quem e para que elas devem ser produzidas, e também a que custo social, ambiental entre outros.

[...] mas com alguns nós temos divergências ou as vezes limitações discordâncias da análise do ponto de vista por exemplo da mineração tem ONGS ambientalistas que falam por exemplo “mineração não, mineração tem que acabar”, pra nós do MAM isso é inconcebível é através da mineração que a gente obtém as matérias primas para construção, a nós nos interessa pra que e pra quem nós vamos realizar a mineração, mas nós temos relação com diversas organizações e tentamos cultivar cada vez mais essa relação e ampliar nossos leques de aliado para que a gente consiga alcançar nossos objetivos (M3).

Nota-se assim, por meios dos relatos referentes a parcerias, que essas são regidas de diversas formas, a depender de muitos fatores, ou seja, não são advindas unicamente de pautas semelhantes, podem ser regidas por outras similaridades, como interesses, valores, contextos, realidades, entre outros. Então, para compreender esse relacionamento, é necessário conceber toda uma complexa conjuntura, e esse processo de entendimento é de grande relevância, pois conforme dito, os movimentos sociais precisam de atores, parcerias, para alcançar seus objetivos.

Como argumentado por Tilly (2010), é por meio dos processos de comunicação, acordos e planejamentos com seus parceiros e demais atores, que os movimentos sociais conseguem ter voz em um determinado cenário político. As pautas e os focos podem oscilar, mas esses devem buscar sempre manter o apoio de líderes locais, figuras religiosas, latifundiários, empresários, e até mesmos colaboradores que ultrapassem fronteiras.

Retomando os repertórios, assim como relatado pelos entrevistados, o MAM também desenvolve estratégias de capacitação e formação. A formação principal do movimento tem como duração 45 dias, é tido como o mais completo, e introduz o problema minerário brasileiro, perpassando por temas como teoria das organizações políticas, responsabilidades evolucionárias, questões raciais e das mulheres na mineração, geologia, economia política entre outros.

[...] a principal que nós já temos esse movimento é esse curso de 45 dias de introdução ao problema mineral do país daí [...]o que abrange uma maior diversidade de temas é o curso de introdução ao problema mineral; lá nós vamos estudar teoria da organização política, responsabilidades evolucionárias, a questão racial na mineração, a questão das mulheres na mineração, a geologia, nós vamos estudar a Geologia, é a construção da Vale, da economia política, nós vamos estudar economia, tudo isso aí passa a ser o tema desse curso de introdução ao problema mineral pode-se dizer assim que o mais completo seria esse internamente (M8).

O curso de introdução ao programa mineral que é realizado na escola nacional Florestan Fernandes é um curso de 45 dias então esse ano a gente está prevendo a participação de 100 pessoas ano passado a gente fez um curso com 77 militantes de diversas regiões do país (M3).

Os entrevistados complementam a temática formação, expondo que o movimento realiza um momento de formação em todos os encontros que realizam, mesmo que seja de curta duração, podendo esses ser por meio de debates, leituras, documentários e até mesmo dentro da própria realidade e dinâmica do conflito. Os temas são diversos e podem abranger questões como política, política econômica, cultura, temas sociais, teoria da organização, conjuntura da mineração entre outros. Mas cada formação tem um perfil indicado, a depender do foco dos militantes, e podendo exigir maior grau de conhecimento em discussões teórica, metodológicas, trabalhos de bases, experiência dentro do movimento entre outros.

Essa formação, e que capacita no sentido político e tem uma análise né, com a cultura assim que trata do momento e aí é uma formação mais por vias política mesmo, entende? e de fazer com que essas pessoas o que é estar em um movimento social, o que é participar de uma militância e para além disso é, conhecer também outras lutas, conhecer outros participantes (M5).

A gente vai fazendo também inúmeras atividades de formação seja leituras debates assistir documentários e a própria realidade a dinâmica do conflito com a mineração já é um processo de formação constante (M3).

Quando se trata dos nossos cursos de curta duração né nas regiões, e a gente tem tentado fazer isso também em cada momento de encontro né, do coletivo nacional fosse reunir três dias que os primeiros dias sejam momentos de formação convidamos parceiros pra fazer uns temas ali que seja da necessidade daquele momento e aprofundar ir aprofundando os temas, a formação na verdade como princípio mesmo de uma necessidade aí de formar mesmo novos lutadores né, pra gente dar conta dos problemas de seu outro lugar, e vai formar também os novos quadros né, não só da conta ali da luta local, mas também entender as relações disso tudo com o todo na mineração no Brasil, então não é um curso só sobre mineração, a gente tenta colocar alguns fundamentos de base tanto da teoria da organização como da formação do Brasil que a gente sente que isso nos ajuda muito e ajuda muito os militantes fazer essas ligações do que está acontecendo nos locais como um todo (M4).

Tem curso que exige um maior grau de aprofundamento nas discussões teóricas, metodológicas de trabalho de base uma maior experiência dentro do movimento daí a gente conversa na coordenação para ver qual estado que tem o perfil indicado (M8).

Os temas sociais, política econômica, cultural, teoria da organização e essa conjuntura da mineração, esses três eixos sempre estão seja um curso de curta duração de uma semana pra ir com calma, aprofundando cada coisa, seja pra gente ter uma introdução de cada uma dessas coisas (M4).

Nota-se assim, que os repertórios de ação do movimento são diversos, alguns são tidos com rotinas, outros se adaptam a realidade local e uns têm caráter mais imediatista. Mas todos têm o mesmo intuito, que é procurar o melhor caminho para alcançar suas pautas e objetivos, de modo a influenciar a agenda pública.

Outro ponto notado no que tange os repertórios de ação coletiva, é sua interdependência, visto que muitos repertórios são realizados para organizar outras ações. Por exemplo, o repertório de aproximação nos territórios é uma forma de buscar entender quais ações serão necessárias para resolver esses conflitos, o planejamento e a execução dessas ações para resolução desses conflitos também são tidos com repertório do movimento, o que acaba virando um ciclo de atos coletivos em prol dos atingidos por mineração.

Os repertórios de ação dos movimentos reforçam a ideia de Lemos e Faceira (2015), sobre a importância da formação de redes políticas e a necessidade de criar mecanismos de coordenação de forma integrada e interinstitucional, viabilizando assim, uma gestão de políticas públicas melhor.

4.4.2 MAB

Antes de iniciar as discussões sobre os repertórios de ação coletiva do MAB, vale pontuar que a pesquisa leva em consideração que o conceito de repertório de ação é um importante termo explicativo para compreender os movimentos sociais. Podendo assim, incluir tanto as ações de confronto, como as de interações mais propositivas e colaborativas (ALBUQUERQUE, 2012).

Os primeiros repertórios de ação coletiva do MAB que serão apresentados, são os referentes às rotinas do movimento, ou seja, o que o movimento tem feito para entender onde é necessário ele estar e como se dá a aproximação nos territórios e demais pontos, que também foram expostos no tópico anterior do MAM.

A primeira forma de rotina que será exposta se enquadra na microcategoria, denominada rotina de organização, segundo os entrevistados, essa permite que o movimento realize inúmeras ações em prol de suas pautas, posto que ela mapeia os territórios onde não existe movimento organizado, mas possui conflitos instaurados para que o movimento possa ajudar a encontrar formas de reconstrução das vidas da comunidade.

[...] a coordenação estadual do MAB, ela ajuda a mapear territórios onde não existe movimento organizado, se já tem uma barragem construída, como que a gente pode ajudar a iniciar a organização desses atingidos, se assimilem com o MAB, e desempenhar uma luta melhor, então a gente ajuda tanto no sentido da informação, explicar quais são as formas de atuação e aí as pessoas vão se envolvendo e se empoderando e se organizando com o MAB, e isso ajuda na construção dos grupos de base, dos municípios ou da região e isso vai estruturando (B3).

Ajuda a mapear os projetos de barragem que tem previstos, ou novas situações conflituosas que estão acontecendo, que ou as comunidades demandam ou a gente visualiza um potencial das comunidades alcançarem [...] melhores condições para reconstrução de suas vidas (B3).

Já no âmbito da microcategoria de rotinas de mobilização das famílias, o movimento sempre busca escutar os problemas que as populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos sofrem, a partir desses problemas, eles buscam soluções viáveis, principalmente para demandas emergenciais.

Lá no Vale do Jequitinhonha tem a necessidade de caixa da água para essas famílias, pra poder armazenar a água da chuva, por exemplo, que lá é um lugar que chove pouco. É as famílias criam uma pauta, discutem uma pauta de problemas que tem na região, é alguns deixados pelas hidrelétricas, outros nem tanto, outros são problemas que atingem as regiões independentes das hidrelétricas que eles existem, e essa pauta ela é levada aos governos né, as famílias se mobilizam lotam um ônibus, vão pra Brasília, vem aqui pra Minas Gerais e existe a parte da pressão né, a parte das manifestações, da pressão e dentro disso se cria um grupo que sobe para negociar essas pautas com os governos, aí se conseguem as questões (B1).

Mas como propagado pelos entrevistados, o movimento tem realizado ações que buscam inserção de suas demandas na agenda pública, o que não são repertórios simples, pois tem como princípios a participação do diálogo, da inclusão, do direito, entre inúmeros outros, que prezem pelos reais interesses da sociedade. Para o MAB um tema inserido que não tenha como base os princípios do movimento não tem validade para o mesmo e, dessa forma, para entender melhor esses princípios dos movimentos e o que ele tem feito sobre esses, serão explicitados a seguir.

A primeira questão que reforça essa discussão apresentada pelos entrevistados é que o movimento preza por valores como diálogo, participação e comunicação com a sociedade, pois acredita que todas as atividades dos movimentos devem possuir esses pontos como princípio. Para tal, todas as ações dos movimentos buscam respeitar esses valores, tendo como exemplo as articulações políticas em prol de diálogo e da iniciativa de criar uma plataforma operária de energia que seja gerida com participação da sociedade, assim como vários setores sociais, pois o movimento deve ser construído de forma coletiva.

[...] nós temos que dialogar com a sociedade brasileira, isso é muito importante, nós não podemos ficar apenas discutindo entre nós os atingidos em partes, a sociedade brasileira tanto do campo e da cidade tem que ser envolvida nesse debate e nós vamos construir instrumentos de articulação política que favorece esse diálogo com a sociedade e com setor de trabalhadores específicos, no nosso caso o trabalhador da energia, então uma grande iniciativa nossa é construir e levar para todo o Brasil a plataforma operária e camponesa da energia que debate a água e a energia como direito humano, direito humano básico, bem público que deve ser gerido pelo Estado com intensa participação da sociedade brasileira, e nisso nós temos também diversas iniciativas para construir esse diálogo né, essas são duas frentes gerais né, é de atuação(B7).

Nós temos que fazer o diálogo com os mais variados setores da sociedade, porque todo esse projeto não se faz sozinho né, [...] é impossível, não é como se fosse uma vanguarda, isso não existe, é nós que temos que construir, construir força social nesse projeto e trazer muita gente (B7).

Outra microcategoria de rotina que os entrevistados trazem, são as rotinas de trabalho de base, posto que essas são reconhecidas como aspecto fundamental para movimento. O diálogo com a comunidade atingida tem como objetivo assimilar como eles entendem todo o processo de violação de direitos humanos, que não é uma realidade exclusiva daquela região, assim como entender as injustiças sociais advindas do modelo minerário, além da construção do grupo de bases para reivindicar seus direitos e realizar essas reflexões. Essa construção de grupos de base é feita em várias comunidades por meio de critérios como, proximidade familiar e territorial, e essas são regidas por grupos pequenos para possibilitar que todos

opinem e participem do processo decisório, o que não seria possível em uma grande assembleia.

[...] tem um aspecto básico nosso, que é o de qualquer movimento social de massa né, que é muita gente, é fazer o permanente trabalho de base (B7).

A gente faz a construção de todo processo de construção dos grupos de base, ou seja, dentro de uma comunidade que faz parte de uma série de comunidades, de vários municípios de uma barragem, tem vários grupos, ou por proximidade familiar ou proximidade territorial (B3).

Conviver com as pessoas, as comunidades, fazer diversas iniciativas de diálogo com esse povo atingido, compreender os sentidos né que eles têm, ou como eles entendem esse processo de violação de direitos humanos, é construir com eles formas de organização na base e de pressão com outras empresas e com outro Estado para criar o direito delas, então isso vai basicamente, é isso que está sendo reproduzido no Brasil inteiro, dentro de orientações gerais da militância, pois basicamente é isso que nós fazemos né (B7).

[...] a gente faz a reflexão da sociedade né [...] porque que elas estão vivendo aquele problema, que não é um problema local, que é um problema geral que acontece na sociedade toda pelas diferenças sociais, pelas injustiças sociais, pelo modelo que está implementado hoje na sociedade visando só o lucro e não se preocupando com o ser humano, isso é principalmente debatido, e se faz o debate também do modelo energético como um todo né, porque que o modelo energético ele gera as violações de direito e porque que gera essa população atingida por barragem, então tudo isso vai gerando uma indignação muito grande e vai fazendo com que as pessoas entendam que se organizar é a melhor forma de conseguir (B1).

Esses grupos são pequenos porque possibilita que todos opinem, participem, nas decisões, diferente de uma grande assembleia que não é possível todos eles falarem todos eles opinarem (B3).

Como relatado em alguns depoimentos anteriores os grupos de bases também existem para conscientização da comunidade afetada. Os entrevistado completam esse repertório de ação que pode ser entendido como rotina de conscientização social, e que tem como intuito, fazer com que as famílias entendam como funciona os inúmeros fatores que envolvem a mineração, um exemplo, são as indagações apresentadas sobre o processo de licenciamento, sendo que essas discussões podem estar presentes em capacitações no processo de construção de luta, ou seja, em vários momentos.

Processo de licenciamento, qual é o momento e qual é a luta possível em cada momento desse, e como que isso vai desenrolar, quais são os órgãos do Estado que são responsáveis por isso, quais são as responsabilidades necessárias (B3).

Tem momentos que a gente faz isso com grandes cursos de capacitação, e tem vez que a gente dá no próprio processo da construção da luta (B3).

Outro repertório de ação exposto pelos entrevistados são os espaços de decisão, esses são buscados em diversos momentos e lugares, como por exemplo, em encontros, seja esse nacional, regional, estadual ou municipal, posto que tudo nesses âmbito são considerados como espaço de decisão, mas a profundidade e a importância da decisão vai interferir nesse espaço.

[...] fazemos periodicamente encontros estaduais, encontros regionais, encontros municipais que fazem as comunidades centrarem e também com os outros movimentos, inclusive os que estão nas regiões né, um trabalho concreto, então nosso dia a dia tem sido isso né (B7).

Tudo nesses âmbitos são espaços de decisão. E aí geralmente tem os encontros estaduais, regionais, locais ou assembleias nas comunidades que são basicamente as reuniões nos grupos de base, que é um espaço de decisão também. Dependendo do âmbito da decisão ou do tamanho da decisão, ela passa por espaços diferentes assim, mas é basicamente isso, as questões mais gerais passam por um grupo de base, questões mais gerais de um projeto específico, ou na coordenação ou assembleias desses locais; no âmbito regional é mais profundo esses vários projetos ou da coordenação ou de atividades, estadual é a mesma coisa, então a coordenação toma determinadas decisões e os encontros (B7).

Como argumentado pelos entrevistados as decisões de maior ímpeto devem ser tomadas nos encontros do MAB, pois essas são mais propícias para grandes decisões que envolvem planejamentos nacionais, os quais não são realizados todos os anos. Dessa forma, para que as decisões grandes sejam tomadas elas passam por vários outros níveis até chegarem ao nacional, ou seja, vários encontros estaduais, locais, debates, estudos, para que assim se transformem em uma demanda nacional.

No geral os encontros do MAB são para grandes decisões, para planejar em âmbitos nacionais que não são todo ano, são em períodos mais espaçados, eles são para grandes decisões e para determinar grandes rumos do movimento, né? (B3).

Então quando o movimento pensa uma grande forma de atuação, isso foi uma decisão que passou por vários encontros estaduais, vários encontros locais, vários debates, vários encontros pra gente entender, estudar melhor a questão da energia até no encontro nacional a gente já foi acontecendo, as coisas que deram certo, o que tiveram êxito, as coisas, elas sempre partem de um processo, né? Ou as vezes de uma experiência local ou regional que ela internacionaliza, ou de debates de questões que aparecem a nível nacional e que vai fazendo parte da construção do movimento no dia a dia (B3).

Os entrevistados acrescentam que, além dos pontos expostos até aqui sobre a tomada de decisão, o movimento também busca decisões coletivas, posto que ele acredita que os atingidos precisam ter ciência do que está acontecendo dentro do movimento, pois isso interfere na sua realidade. Por esse motivo, as decisões devem acontecer de forma cíclica,

sendo consideradas pelo movimento como uma forma não autoritária, ou seja, com participação real e sem alienação.

[...] a forma de decisão é boa porque funciona. Movimento tem a participação dos atingidos porque toda informação que o atingido não tenha, ele parte dali, assim, como que são elaboradas, formuladas, pelo coletivo de ação, pelo coletivo de alguma forma específica como é passada, chega lá nas pontas, chega nos atingidos. Então acaba que acontece um movimento cíclico e todas as decisões são tomadas de forma coletiva. Acho que essa é a melhor forma de tomar uma decisão porque é uma forma que não é autoritária, é uma forma que tem participação de fato e que ninguém faz alguma coisa de forma alienada. Todo mundo sabe o que tá fazendo (B4).

Como os movimentos geralmente não estão sob o comando das elites políticas e prezam por formas de organização menos autoritária e mais democrática, eles podem ser considerados como um espaço privilegiado da constituição das classes subalternas (RESTREPO, 1991; SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2011).

Como tal, o MAB vem mostrando, por meio de suas ações, que tem buscado a inserção de pautas na agenda pública e produção de políticas públicas que pensem e sejam discutidas de forma coletiva, fortalecendo os outros princípios apresentados anteriormente como participação, inclusão, diálogo, direito entre outros.

Além disso, o movimento tem procurado, por meio de suas ações, credibilidade perante os atingidos e parcela da sociedade, fazendo com que suas pautas se tornem mais relevantes e visíveis ao Estado e a outros atores que podem interferir nas inserções de temas na agenda pública.

[...] dá pra ver assim sem sombra de dúvidas, que sem a organização, a vida das pessoas estariam muito pior assim, é eu acho que tem o processo da interlocução das pessoas serem ouvidas quando existe a organização, acho que é principalmente isso, dar visibilidade social para o problema, essa é uma das principais coisas que eu avalio positivo (B1).

Outro repertório de ação coletiva do MAB consiste em formas de pressão popular e diálogo com o legislativo, no intuito de dar voz as demandas dos atingidos e garantir a participação social. Os caminhos buscados para essa pressão são através de audiências públicas, acampamentos na assembleia legislativa, entre outros. Mas mesmo que as autoridades e instituições possam contribuir elas não irão resolver os problemas, sendo necessário organizar e pressionar para que assim consiga receber seus direitos.

[...] a gente faz audiências públicas e envolve inclusive os deputados que são da oposição, a gente faz debate sobre temas profundos da situação dos atingidos ou outras questões importantes, a gente é sujeito ativo naquela casa. Por ano, a gente deve fazer uns 3 ou 4 acampamentos na Assembleia Legislativa como forma de pressão e de protesto de realização de atividades

e aprofundar a interlocução, demonstrar a força dos atingidos, bloqueando e avançando com as pautas que os movimentos têm. Mas é sem dúvida um espaço que a gente entende como espaço necessário que a gente sabe que a relação dos poderes ali tem influência nesses grandes empreendimentos (B3).

[...] as instituições, as autoridades elas contribuem, mas elas não vão resolver o problema, porque tem outros papéis a cumprir, então é só o povo organizado pressionando[...] que recebe os direitos, sem esse elemento não se consegue os direitos, as políticas públicas e tudo mais (B6).

O entrevistado B2 relata que o movimento realiza também ações para arrecadação de recursos, um exemplo dado por ele é o caso de Mariana, onde o movimento realizou uma campanha em prol do encontro nacional.

Assim tem doações, às vezes a gente faz campanha né, em Mariana mesmo no com crime a gente fez campanhas, pra ter o encontro nacional a gente fez campanhas também de doações, e existem organizações parceiras que não são doações né, existe uma proposta do movimento que é apresentada de trabalho, e essas organizações elas acreditam no que estamos construindo e investem no recurso pra isso né (B2).

O MAB, segundo os entrevistados, assim como o MAM também prioriza seus processos de formação, que são tidos com uns dos principais repertórios do movimento, pois é através dele que o movimento se prepara para sua trajetória e todas suas relações. O poder da formação está diretamente ligado a aprendizagem, evolução, planejamento, participação, conhecimento, entre outros fatores importantes para a consolidação do movimento.

Os entrevistados relatam que as formações realizadas pelo MAB perpassam por inúmeros temas, a começar com os direitos humanos, formas de organização, experiências históricas do movimento, sejam positivas ou negativas, modelo econômico, lógica de lucro do empreendimento hidrelétrico, violação dos direitos, clássicos da esquerda, energia na sociedade, potenciais políticas públicas, formações técnicas no sentido jurídico, formações políticas, matrizes energéticas, técnicas de barragem, técnicas de energia, técnicas de agronomia, entre outros, que podem ser realizados em vários níveis e ter diferentes durações.

Dos direitos humanos, quanto a formação [...] das várias formas de organização, as melhores formas de luta, entender as experiências de lutas históricas do movimento, o que o movimento fez, o que deu certo e o que deu errado, tudo isso passa pela formação nesses vários âmbitos (B3).

Formação sobre o modelo econômico que a gente vive, a lógica do lucro das empresas e aí porque que estão violando os direitos, ou seja, situar as comunidades e as pessoas atingidas de cada um dos projetos sobre a dinâmica geral que ela está inserida” (B3).

Também [...] temos uma escola de formação, onde a gente estuda os clássicos né, da esquerda do mundo, são pessoas que são indicadas que se

destacam né, a gente fez vários processos e processos variados, por exemplo como ele disse (B2).

Temos também cursos, mais formais, o curso de energia na sociedade, lá no Rio de Janeiro na federal do Rio e que também está fazendo essa disputa pra dentro da institucionalidade pra dentro dos nossos cursos de formação tem formações também para os coordenadores né que a gente chama coordenadores de grupos de base, essas formações elas se dão tanto no âmbito da direção nacional, quanto local (B2).

O que é aquilo que está acontecendo naquele território para ela entender também o tamanho da luta pra se dispor, para se envolver na luta no tamanho que ela realmente é. E inclusive as políticas públicas, o potencial, a necessidade de mais políticas públicas, debater, construir e fazer formação sobre quais políticas públicas são essas, são vários âmbitos e vários aspectos de formação que a gente faz na dinâmica da vida orgânica do movimento (B3).

O MAB [...] tem tanto a formação técnica quanto a formação política, e a formação da organização [...] então no processo das lutas diante dos empreendimentos, isso as vezes acontece como um curso de capacitação, mas às vezes essa capacitação acontece na vida cotidiana (B3).

[...] a questão da energia, os debates relacionados à energia, em todos os âmbitos do que é energia, das matrizes energéticas desde a política de energia, desde o que a gente chama de formação só estudo, desde ações conjuntas com essas organizações, então também é um outro processo de formação, tem formação internacional, estadual e regional e dos municípios também (B2).

Então a gente tem formação nesses vários âmbitos [...] e que a gente tenta sempre entender bem a técnica e não só a técnica da barragem em si a técnica da agronomia, a técnica da energia que é um debate complexo e que é escondido do povo, a formação da técnica no sentido jurídico (B5).

Esses temas buscam ser discutidos por vários grupos, mas de acordo com os entrevistados o movimento tem pautado formações com grupos específicos que são os jovens e as mulheres, pois são grupos tidos como essenciais para o movimento, principalmente por serem reconhecidos como o futuro do movimento e da sociedade. Esse foco se dá porque o movimento almeja que as mulheres e os jovens aprendam sobre a questão energética, se organizem, participem de lutas e entendam a importância do movimento. Mas vale pontuar, que as formações devem se enquadrar ao público que as realiza para que assim sejam efetivas.

Tem formação com os jovens, formação com as crianças, formação com mulheres ou então a gente incentiva porque a gente acredita que tudo que a gente faz, assim, a gente faz com um objetivo (B4).

A gente estuda, por exemplo a formação dos jovens porque a gente quer que os jovens aprendam aquilo, se organizem num movimento, participem das lutas, entendam o que que é e ajude a mudar o mundo mesmo, sabe. A gente tem o objetivo dos direitos dos atingidos, discutir o modelo no Brasil,

discutir a sociedade que estamos vivendo, discutir a conjuntura; todos esses espaços mesmo de formação são baseados nisso; são nossos objetivos através do movimento das lutas que a gente faz (B4).

[...] é criada a formação da juventude, formação com objetivo da produção, formação de mulheres, formação voltada para ciranda infantil, de acordo com a necessidade do movimento não é fixo, mas tem esses processos, mas nós prezamos muito por essa questão da formação e claro também a formação ela tem que ser adequada de acordo com a situação não adianta achar no grupo de base que você vai ficar estudando dois dias, o povo fica meia hora sentado na cadeira então a formação tem que ser adequada para isso, do público (B5).

Fizemos um processo de formação muito legal para encontro nacional, que está se perpassando, foram dois anos de formação com a juventude, estamos assim dando prioridade nesses debates com as mulheres também, foram quatro anos se não me engano de formação com as mulheres (B2).

Outra característica evidenciada pelos entrevistados dentro dos repertórios de formação, é a procura de situações de formação em todos os espaços e instâncias. Ou seja, que sejam realizados momentos de formação em reuniões, encontros entre outros, e que abarquem todas as instâncias como grupos de bases, coordenações, locais, regionais e estaduais. Devendo ser realizadas de acordo com as necessidades de cada instância e espaço.

A concepção do movimento é que tenha formação em todos os espaços dos movimentos então no grupo de base a ideia é que toda reunião de grupo de base tenha um pedaço da reunião, um pedaço da reunião pelo menos, uma reunião de formação né, com esse objetivo de formação (B5).

[...] e assim vai em todas as instâncias nas coordenações também tem, sejam locais, sejam regionais, estaduais todas têm momentos, espaços de formação e de acordo com a necessidade do movimento também são criados outros espaços de formação (B5).

Percebe-se assim, a diversidade das formações, cursos ou capacitações do movimento, tanto em quantidade de atores sociais existentes quanto em assuntos e temáticas abordadas. É notório nos depoimentos, que o movimento é muito preocupado com a questão de aprendizagem, formação e capacitação e que acredita muito no potencial desses repertórios de ação. Outra característica evidente é a priorização da inserção de temas, e a consideração dos atores.

A formação é uma importante característica dentro do MAB, porque é por meio dela que o movimento consegue realizar questões como, debater sobre o contexto hidrelétrico e seus impactos, incluir os atingidos por barragens, aprender a se relacionar com outros atores, principalmente o Estado, treinar jovens e mulheres, que são a maior parte do movimento, entre outros pontos que envolvam questões técnicas, políticas, históricas e organizacionais.

Essas formações fazem com que o movimento aprenda a lidar com os conflitos existentes e esteja preparado para enfrentar os posteriores, o que gera uma maior credibilidade, poder e força para o MAB, podendo lograr mais êxito na inserção de suas pautas na agenda pública.

Outro repertório de ação coletiva relatado pelos entrevistados, são as ações realizadas pelo movimento em prol de leis, projetos, decretos, códigos e derivados, ou seja, caminhos percorridos para que os direitos sejam garantidos. Um projeto criado pelo movimento que foi evidenciado pelos entrevistados é o PNAB, que é uma proposta para a garantia dos direitos das populações atingidas denominada Política Nacional dos Direitos dos Atingidos por Barragens, o movimento criou uma grande expectativa de aprovação dessa política, posto que essa tornou-se uma minuta durante o governo Dilma, porém o MAB não teve correlação de força no parlamento para ser aprovado, o movimento também realizou pressão para que o projeto fosse inserido por meio de decreto, mas não foi realizado e o contexto foi piorado devido ao golpe.

Agora a gente já está lutando com empresas transnacionais que têm poder bem maior, uma das estratégias foi a criação de políticas públicas especificamente uma lei que garantisse os direitos das populações atingidas por barragens que a gente chama de PNAB (B5).

Política Nacional dos Direitos dos Atingidos por Barragens, PNAB, [...] entregamos para o Governo Federal, a Dilma, na época da Dilma, ela chegou a minuta do processo, começamos a dialogar sobre isso e depois teve o golpe aí acabou, eh, parou o andamento ali desse processo (B4).

E a expectativa é que os governos aprovassem essa política, chegamos a dialogar com o governo e foi criado uma mesa de diálogo com os movimentos, foi criado uma minuta com essa lei e aí na época já no governo Dilma a avaliação que o governo fez foi que nós não tínhamos correlação de forças no parlamento pra passar, pra sair no congresso, então a pressão do movimento foi para que fosse feita via decreto presidencial que não foi feito também né, insistimos bastante com a Dilma inclusive na época do golpe, já olha “vai ter golpe, não vai ter como se manter mesmo, assina pelo menos nos últimos dias pra dar uma condição de luta pra nós” o governo seguinte ia revogar, mas criaria esse fato político pro movimento atuar, mas nem assim foi feito (B5).

O cenário sociopolítico também interfere nessa inserção, pois foi constatado durante o governo PT mudanças incrementais e progressista, ou seja, marcadas pelo aumento da capacidade da agenda e dando espaço para a inserção na agenda governamental de temas plurais, novos atores, novas questões e problemas (CAPELLA, 2019).

Porém o cenário sociopolítico está em constante transformação, por esse motivo o MAB tem buscado acompanhar essas mudanças, para que consiga alternativas embasadas

em demandas fatuais e inserção dessas na agenda pública. Um exemplo seria uma política a nível estadual pautada pelo movimento, posto que essa permitiria um enquadramento melhor a realidade de cada estado, assim como maior facilidade de acompanhamento das mudanças sociopolíticas. Mas a princípio como relatado pelos entrevistados, o único estado que possui essa política estadual é o Rio grande do Sul.

Nós também estamos pautando estatualmente é a PEABE que é Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros empreendimentos, então PEABE já vale lá no Rio Grande do Sul que é o único estado brasileiro que existe uma política estadual dos direitos dos atingidos por barragens (B4).

Os entrevistados complementam essa temática, alegando que a política nacional também é buscada por outros estados, principalmente Minas Gerais. Um fator levado em consideração na proposta é que essa não pode ter brechas ou ser frouxa, pois assim o movimento e os atingidos serão derrotados pelos inimigos, por esse motivo, esse documento foi construído de forma coletiva com os atingidos com base nas trajetórias de luta e conquistas da comunidade, considerando um amplo conceito de atingido que abarca todos os tipos de reparação assim como os direitos do povo.

E a gente tem a nossa proposta também porque não dá pra construir uma lei que tenha brechas que seja frouxa que os próprios inimigos construam e isso ia ser pior pra nós. Então os atingidos, coletivamente construíram esse documento (B4).

[...] nosso conceito de atingido é amplo e também deve se considerar as formas de devem ser consideradas e todos os tipos de reparação, todos os tipos de direitos que tenha conquistado esses direitos do povo, são direitos que em algum lugar onde algum atingido do Brasil já conquistou. Então não é uma coisa que a gente tá tirando da nossa cabeça, quem escreveu a primeira PEABE tá tirando da cabeça, mas é um dessas lutas, dessas conquistas do povo (B4).

A PEABE, em Minas, ficou dois anos tramitando dentro da casa. Isso é uma vergonha; é uma vergonha muito grande e isso acaba que facilita muito pro nosso inimigo, né, para as grandes empresas continuarem fazendo o que fazem, de continuar explorando, continuar violando os direitos e sem garantir os direitos do povo que são os direitos que o MAB é historicamente atingido, são direitos que o povo conseguiu pela luta, pela pressão popular. A gente sabe que a lei, ela não vai garantir os direitos automaticamente, mas é uma forma da gente conseguir pressionar. Porque se tá na lei, é uma forma de fazer (B4).

Observa-se assim, que o MAB tem realizado inúmeras ações em busca de consolidar e lutar pelos direitos da população atingida por barragens, principalmente em Minas Gerais, devido ao crime ocorrido em Mariana-MG, ou seja, em virtude das questões emergências.

Além disso, as ações expostas até aqui pelo movimento são regidas pelos relacionamentos do MAB com demais atores, por esse motivo o movimento deve considerar

e entender esses atores, principalmente os que podem influenciar fortemente as pautas do movimento. Em prol de entender esse relacionamento do movimento, o último repertório apresentado nesse tópico são as interações dos movimentos com atores, que de acordo com os entrevistados devem ter como principal foco a resolução dos conflitos e pode se dar por meio de inúmeros atores.

O primeiro ator a ser relatado são os empreendimentos minerários, que na perspectiva dos entrevistados não estão preocupados com os direitos violados, mas sim com a maximização do lucro, o que gera uma relação conflituosa, devido a não existência de consenso entre atingidos e empresas, e também por ser regida por contextos em que o diálogo é inexistente, a não ser se for regida por empresas estatais.

[...] em geral o interesse e a postura é garantir o máximo de lucro, e garantir direitos vai impactar no retorno do investimento que eles fazem nas obras. Por que em geral têm custos, custa reassentar, leva tempo, isso não são processos simples, a reparação dos atingidos (B3).

E aí como são opostos eles sempre tentam enrolar e usam mecanismos para isso. Existem raríssimas exceções, mas existem empresas que têm disposição de diálogo na construção e no reparo para danos que já cometeram no passado, mas são casos realmente escassos. A não ser quando existe um governo progressista e as empresas são estatais. Em geral empresas estatais existe um pouco mais de espaço em algumas situações específicas e alguns coordenadores dessas empresas, presidentes dessas empresas estatais, abre algum espaço de diálogo para os atingidos (B3).

são inconciliáveis nessa luta de classes, de um lado os atingidos com seus interesses, [...] históricos, do outro lado são as empresas também com seus interesses históricos, então essa coisa não existe consenso possível é total entre empresas e atingidos (B7).

Além disso, os empreendimentos dispõem também de meios de desmobilização perante o Estado, pois utilizam sua relação estreita com o estado para inviabilizar conquistas, como a Assembleia Legislativa e os próprios governos e prefeituras, para inviabilizar as conquistas do movimento.

E sem dúvidas esses mecanismos todos de desmobilização, em algumas situações eles realmente agravam e criam uma situação de dificuldade, mas a gente costuma dizer que a realidade é contraditória, então muitas vezes essas ações de criminalização, elas, com o tempo, conforme as empresas não atendem às demandas reais, e a população vai entendendo que o discurso e aquilo que as empresas falavam antes é mentira, isso retorna no futuro como força na organização, identificação e convicção, e as famílias ficam ainda mais convencidas da necessidade e organização da luta, ou seja, da participação do movimento (B3).

A comunicação é um fato complexo em toda sociedade entre diferentes atores, mas nesse contexto esse conflito existe porque os interesses são distintos e reconhecidos por

muitos como inconciliáveis, pois somente em situações atípicas os empreendimentos dão voz ou consideram as demandas do movimento. Por esse motivo o movimento busca ser escutado pelos empreendimentos por meio de mobilizações e pressões que são repertórios já apresentados, mas isso gera em alguns momentos outros conflitos, que também devem ser mediados.

Outro ator que em sua relação com o movimento pode influenciar positivamente e negativamente é o Estado, seus 3 poderes e o Ministério Público. Que foi um tema frisado por inúmeros entrevistados, para melhor clarificação essa interação será dividida em subcategorias do Estado.

A primeira interação com o Estado a ser apresentada é com o poder executivo, que como relatado pelos entrevistados é um espaço sempre hegemonizado pelo capital, porém o MAB vem buscando mudanças no que tange essa relação, pois mesmo que o movimento não tenha o mesmo espaço de diálogo que tinha no governo Dilma, algumas vitórias tem sido alcançadas, um exemplo é o de Ponte Nova, onde o movimento conseguiu junto a prefeitura um empreendimento de construção de barragem no rio Ipiranga, posto que entendia esse como patrimônio cultural da cidade, mesmo que essas não sejam conquistas homogêneas são de grande importância para o movimento, pois fazem com que os atingidos acreditem em sua força.

Em termos o governo federal o que tinha de diálogo com o movimento era até a Dilma né, depois do golpe não se teve mais papo então é isso mesmo o governo não está nem aí pros atingidos (B5).

Esses espaços são sempre hegemonizados pelo capital em seus diferentes interesses interligados, mas o MAB sempre dialoga e dialogou com isso né, eu mesmo estou sempre em Brasília (B7).

Por exemplo, em Ponte Nova que é uma região histórica e inclusive onde surge o MAB aqui na região de Minas Gerais, existe uma legislação que proíbe a construção de barragens no rio Ipiranga, porque entendem o rio Ipiranga como patrimônio do município (B3).

Em alguns locais e municípios pequenos a posição e a ousadia de um prefeito isolado ou com uma equipe ou mesmo com o município, a gente consegue fortalecer e criar situações que são positivas (B3).

Então isso são conquistas importantes né? E que teve envolvimento da Luta dos atingidos e teve envolvimento do poder público e executivo local também. Então é isso né? Não é algo homogêneo, não é algo permanente, mas existem alguns espaços. O estado também está recheado de brechas e fissuras e espaços de gente boa, disposta e determinada a construir (B3).

A segunda interação com Estado que será exposta é o poder legislativo, que de acordo com os entrevistados também possui uma relação complexa e conflituosa com o movimento,

existindo pouca abertura. Mas mesmo com esse espaço restrito dado pelo legislativo, o movimento ainda realiza articulações, pois conta com alguns deputados que por meio do diálogo ou da pressão tem buscado mudanças no que tange aos direitos dos atingidos, a política estadual e a expansão da terminologia atingidos. Um exemplo disso seria o do governo de Minas Gerais que assumiu a responsabilidade de avançar a PEAB e se empenhou para tal, mas não teve comprometimento do legislativo, devido a correlação de força das mineradoras.

Em relação ao governo de minas [...] o governo assumiu os compromissos né de fazer andar essa política estadual dos atingidos a princípio teve um empenho sim, mas não teve um comprometimento do legislativo né muito porque na avaliação do movimento é isso teve uma influência muito grande das empresas principalmente mineradoras aqui em minas na assembleia legislativa que não deixa passar esse tipo de lei que vai onerar as obras deles (B5).

No entanto, ainda tem algum diálogo no legislativo tem alguns diálogos com alguns deputados e através desse diálogo e com a pressão busca-se por exemplo, fazer avançar a política estadual dos atingidos, busca pautar os termos dos atingidos né, desses últimos anos a gente construiu várias audiências públicas ali no legislativo para evidenciar as pautas dos atingidos, para evidenciar as relações dos direitos essas contradições que ajudam né ajudam a sociedade vê os atingidos ajuda a mobilizar ali deputados pela causa tem sim, tem uma interlocução (B5).

Para finalizar o ator Estado no que tange os 3 poderes, será apresentado nesse momento o poder Judiciário, que por meio das entrevistadas foi evidenciado como o poder de menor abertura e diálogo com o movimento, devido a fatores como, ser um setor onde a sociedade não tem controle algum, ter a tomada de decisão lenta, não existir imparcialidade pois cada juiz decidi de uma forma, não poder contar com elementos de pressão, serem influenciados por correlação de poder, ser um poder autoritário, entre outros fatores que influenciam negativamente a interação.

Assim nós entendemos que a pior caminho é judicializar as questões porque o judiciário o povo não tem controle nenhum e em geral a gente pede ou demora muitos anos para as coisas se resolverem e também o judiciário é muito heterogêneo né em geral não está do lado do povo (B5).

Esse que seria um resumo nosso do judiciário, porque cada juiz decidido de um jeito e não tem os mesmos elementos de pressão né porque no legislativo e executivo a gente ainda tem um elemento de pressão considerável e no judiciário a gente não tem e as empresas têm muito mais que nós né, então na nossa opinião na maioria dos casos que vai pra justiça tem um desfecho desfavorável pro povo então de forma geral eu diria que O judiciário não está preocupado com o povo está muito mais engajado com as empresas (B5).

Normalmente as decisões que vem do poder judiciário são contra os atingidos, que a gente menos dialoga no dia a dia porque não é um poder que é democrático né, [...] não permite isso, não que ele é neutro, mas porque ele é autoritário, então ele não é democrático (B7).

Por fim, a última interação no que tange ao Estado que será exposta é com o Ministério Público, por meio das entrevistas foi evidenciado que os o ministério público é um setor heterógeno, ou seja, existem promotores e procuradores que apoiam o movimento, assim como os atingidos, que contribuem para a luta e estimula a organização, mas são poucos. Porém, o MAM os mantém como parceiros importantes, que discutem a violação dos direitos e outras pautas do movimento. No entanto, analisando de forma macro, esse ator defende majoritariamente os interesses dos empreendimentos hidrelétricos.

É eu vou te falar que o Ministério Público por exemplo a gente tem espaços bem interessantes assim, é a maior parte assim se mantém como um parceiro importante do MAB, discutir as violações de direitos e tudo mais (B1).

Ministério público [...] é muito heterogêneo né alguns promotores, procuradores estão do lado do povo e inclusive estimula a organização dos atingidos e contribui para luta, mas são poucos assim eu diria que é muito difícil achar alguns desses que está comprometido e contribui para a luta do povo (B5).

Mantém mais do lado do Estado e do poder econômico mesmo, a gente não acredita que seja uma justiça imparcial que exista no Brasil não, mas com o Ministério Público a gente consegue fazer coisas boas assim (B1).

Averigua-se assim, que a relação entre movimento e Estado é muito complexa, pois depende de muito fatores como localidade, qual poder pertence, influência, posicionamento político, contexto, entre inúmeras outras variáveis que podem afetar todo processo do movimento, ou seja, não existe um padrão de apoio e ação que sempre vai funcionar, mas o movimento tem buscando uma relação equilibrada com o Estado, principalmente em prol dos direitos dos atingidos seja por meio de legislação, políticas públicas, decretos, projetos, dentre outros.

Dessa forma, como defendido por Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) em prol de seus repertórios e seus objetivos, os movimentos sociais, devem reconstruir uma parte do Estado e sua relação com o mesmo, em busca de caminhos para atuação de forma mais dinâmica e facilitada, principalmente, no que refere ao processo participativo de políticas públicas e que mitiguem os problemas das pautas reivindicativas dos movimentos. Uma relação saudável entre o Estado e o movimento social propicia vários benefícios, a começar com a priorização dos repertórios, abertura do canal de participação e tomada de decisão, que

refletem positivamente no processo de políticas públicas e sobretudo na priorização da agenda pública.

Além desses atores citados até aqui existem outros que em sua interação proporcionam parcerias e bases com muitos benefícios para o movimento. Dessa forma, serão apresentadas a seguir as reflexões sobre essas cooperações, a começar com a necessidade e a importância dessa para o movimento, posto que as lutas dos atingidos não são realizadas de forma isolada e sim coletivizada. Para melhor entendimento essas parcerias serão ilustradas e exemplificadas em subcategorias.

Na luta dos atingidos por barragens ou na luta de qualquer categoria de classe trabalhadora não se faz sozinho né, o MAB jamais pode achar que pode fazer a luta sozinho, em nome dos atingidos isso não existe, isso não existe, nós temos que necessariamente criar processos de diálogo, de parceria, nas mais variadas possibilidades com todos esses, todas essas ONGs e movimentos que têm como principal objetivo a garantia dos direitos dos atingidos, então o primeiro aspecto, nós temos movimentos sociais que têm compromisso com os atingidos e que organiza pessoas para os direitos e participa de um campo político e que debate o futuro da sociedade brasileira a partir de seu campo de atuação, o MAM para nós é um movimento muito importante, quanto mais o MAM estiver forte, nas regiões onde tem mineração mais importante é para o MAB, que é um parceiro muito importante, o MST do mesmo jeito que debate a terra, debate a reforma agrária, a geração de alimentos saudáveis e etc, entre outros movimentos nós precisamos dos sindicatos fortes, sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos de trabalhadores da mineração, etc, sindicatos fortes e bem organizados que atuam né na sua região de forma autônoma né dos direitos, né dos trabalhadores, nós precisamos disso, nós precisamos de movimentos de juventude que discutem aí o direito da juventude, que dialogue, por exemplo com mais proximidade é o levante popular da juventude, e nós motivamos e participamos desses movimentos, sempre que possível construindo campos de articulações com todos eles e todos os outros e sempre em diálogo, essa é uma coisa, segundo campo nós temos as ONGs, aí é uma outra análise, ONGs com compromisso com os atingidos que desenvolvem projetos, que captam recursos, que dialogam com os atingidos e com as organizações que estão junto dos atingidos e isso é muito importante porque com ela nós vamos ter sempre uma parceria legítima (B7).

A primeira subcategoria de parcerias a ser apresentada será os movimentos sociais e a Via Campesina. Como exposto pelos entrevistados, esses são atores de extrema relevância para o movimento, e podem ser regidos por relações mais ou menos sólidas. No entanto, existem grandes articulações do MAB com a Via Campesina (MPA, MST, MAM, e etc), que são entendidas como um espaço de troca de experiências e construção de lutas, pautas, repertórios, entre outros.

Existem algumas que são mais sólidas e existem umas que não são sólidas, mas são, duram menos tempo. Então, existem grandes articulações de movimento organizações que o MAB historicamente faz parte. Tem a Via

Campesina, que Via Campesina busca os direitos dos povos do Campo, um debate sobre o projeto para o campo, junto com a gente, movimento sem-terra, pequenos Agricultores, pescadores, indígenas, o MAM, os movimentos que a gente entende eles como espaço fundamental tanto para experiências de luta, pautas, como se constituíram (B3)

O MAM também, até esqueci de falar assim, com certeza o MAM é um movimento bem importante, a gente se estrutura de uma forma bem parecida assim é organicamente né, de construir o debate nos grupos de base e tal então o MAM também é um parceiro bem importante (B1).

A segunda subcategoria de parcerias a ser apresentada será a internacionalização de parcerias. No que tange os atores internacionais, os entrevistados relatam que o movimento conta com vários parceiros da América Latina, como por exemplo o MAR, que é um movimento de afetados por represas no qual abarca países como México, Peru, Venezuela, Guatemala entre outros, o que faz com que MAB entenda que essa não é uma realidade exclusiva do Brasil, mas o movimento brasileiro está organizado a mais tempo, e por isso é tido como portador de maiores conhecimentos sobre a temática.

[...] a gente vem construindo também uma organização principalmente na América Latina que é uma articulação de envolvimento de afetados por represas que chama MAR, [...] que se dá com o Brasil, México, Peru, Venezuela, Guatemala, vários países que também tem grandes obras [...] e atingidos por barragens (B1).

Mas no Brasil a organização ela tem muito mais tempo né, então esses outros países meios que aprendem um pouco conosco né, e também nos ajudam no que for possível para fortalecer a articulação internacional também (B1).

Mas além dessas parcerias que foram apresentadas até aqui, o movimento conta com inúmeras outras que foram expostas pelos entrevistados. Pois o movimento busca parcerias com grupos que tenham propostas similares ou acreditem na sua causa, como por exemplo, as universidades, os sindicatos, os partidos progressistas, entres outros, essas parcerias são regidas por fatores como, troca de experiência, debates, diálogo, articulações, mobilizações, entre outros, tudo em prol de criação de alianças fortes que consigam demandar problemas.

A gente tenta buscar parcerias com grupos que tenham a mesma proposta que o MAB, que não façam relação com as empresas e que não entendam as empresas como parceiras né[...] é necessário organizar os atingidos, que é necessário fazer a pressão popular para garantir os direitos né (B6).

[...] congregar o máximo de pessoas em diferentes lugares dentro da universidade, áreas de conhecimento, têm as políticas diferentes inclusive, mas que estão dispostas a dialogar com o movimento, e não é com o MAB exatamente, mas com os atingidos, e têm muita gente boa nas universidades que vão criando um campo de diálogo, [...] que dialogue também com a esquerda brasileira que está discutindo o futuro da nossa sociedade (B7).

Existem articulações mais amplas que envolvem os sindicatos, Sindicato dos Professores, Sindicato dos eletricitários, Petroleiros, esses inclusive os Petroleiros e os eletricitários nos ajudaram muito a entender o modelo energético, e esse debate que a gente faz hoje, que nos inspiraram. Alguns espaços em universidades, a frente do Brasil popular que hoje o MAB é construtor e participa e se envolve, é uma grande articulação não só de movimentos, mas que envolve também sindicatos, partidos progressistas, e que é um espaço que a gente enxerga para construção de sociedade, grandes lutas da conjuntura, do momento histórico que a gente vive, então todas essas alianças e esses espaços de construção, alguns são mais longos outros mais momentâneos, são sempre trocas de experiências muito ricas na construção e na história do movimento (B3).

Vale destacar que o MAB assim como o MAM possui parcerias muito próximas e como explicitadas durante a dissertação, essas são regidas de diversas formas a depender de muitos fatores, ou seja, não são advindas unicamente de pautas semelhantes, podem ser regidas por outras similaridades como interesses, valores, contextos, realidades, entre outros fatores. Principalmente porque um movimento não se consolida e não tem força sozinho e precisa dessas parcerias para progredir.

A última subcategoria que será apresenta no rol de parcerias, como exposto pelos entrevistados, está presente em inúmeros movimentos sociais e não só no MAB, e é um ator chave na criação dos movimentos sociais de forma geral, que é a igreja. Pois, nos anos 80 vários membros da igreja católica de base, assim como bispos e padres influenciaram e ajudaram na criação do MAB, a partir de uma reflexão que o processo de desenvolvimento brasileiro deveria ter outros princípios.

O MAB ele tem muita ligação com as lideranças da igreja católica, as pequenas comunidades de base dentro da igreja que tinham uma pequena reflexão sobre esse processo de desenvolvimento do Brasil e tal, então foram lideranças dos atingidos por barragem que dentro da igreja (B1).

É muito expressiva a participação da igreja católica de base, o apoio de certos setores da instituição, bispos, padres, que até os anos oitenta eram bem comprometidos né, com uma igreja libertadora e etc, uma igreja comprometida com os trabalhadores de fato, e ela tem uma influência muito grande na criação do movimento e isso inclusive está representado na nossa bandeira né, não sei se você já observou né, é uma pessoa crucificada com um poste de energia, isso tem a ver com essa influência direta do né dos cristãos e assim, todos católicos na maioria, mas também dos luteranos, dos anglicanos e outros espaços né, então o MAB surge desse seio de efervescência da luta do povo nos anos oitenta né (B7).

Vale pontuar, que pela perspectiva dos entrevistados essas parcerias devem ser regidas com cautela e cuidado, pois mesmo que o movimento defenda os direitos de auto-organização e não vê problema algum quanto a isso, argumentam que esses devem ter cuidado com as participações artificiais regidas por algumas organizações que são

manipuladas pelos empreendimentos hidrelétricos, ou até mesmo organizações que transformem essas externalidades em negócio.

[...] inclusive nos defendemos como direitos dos atingidos a auto-organização então ficamos felizes inclusive com os atingidos se organizando seja incluído em outras organizações e entendemos que os atingidos têm essa autonomia [...] então não vemos problema nisso (B5).

Essa forma de participação artificial né que muitas vezes é controlado por empresas às vezes por governos que existe que é muito comum né criação de associação ONGS que naquele período ali a barragem vai sair aí constrói aquela associação que muitas vezes é controlado não vou dizer que isso é sempre, mas que é comum é, também uma outra coisa que o direito dos atingidos virou negócio (B1).

Constata-se assim, que a relação do movimento com os diversos atores é regida por inúmeros fatores e esses podem ser positivos ou negativos. Por esse motivo, o MAB lida diariamente com ambientes e situações diversas e sempre busca mediar esses conflitos em prol de seus objetivos, seja em forma de lei, pautas, repertórios, políticas públicas, entre outros.

Por meio dos relatos apresentados nesse tópico, foi evidenciado que o MAB tem enfrentado barreiras durante sua trajetória, nas quais podemos citar algumas questões como, desmobilização, expectativas frustradas de aprovação de projetos de leis, entre outros, principalmente, devido ao contexto político conturbado que o país está passando. Mas tem buscado por meio de seus repertórios, de aproximação, conscientização, formação, relacionamento entre atores, caminhos para inserção de suas pautas na agenda pública, além de outras soluções aos problemas sociais. Podendo essas ser buscadas por meio do fortalecimento de suas atividades e da consolidação como movimento, dando força, poder e visibilidade aos temas e ao movimento.

Nota-se assim, que apesar desse contexto conflituoso evidenciado nos depoimentos anteriores e pela concepção de Scherer Warren (2014), acredita-se que a relação entre os movimentos sociais, cidadão e a atuação nas manifestações públicas têm mostrado melhorias, principalmente no que tange a participação social. Por meio dessas redes e parcerias relatadas, formam-se articulações políticas mais abrangentes, conseguindo atender demandas, sejam essas regionais, nacionais e até internacionais, tornando as políticas/projetos e suas pautas mais diversificadas devido a cooperação entre atores e os movimentos.

Como forma de conclusão do tópico, repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais MAM e MAB estão sistematizados no Quadro 4, mostrando primeiramente os repertórios distintos, seguido dos similares.

Quadro 4: Repertórios de ação coletiva do MAM e do MAB.

REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	
MAM	MAB
Expansão da aprendizagem	Rotinas de organização
Aproximação nos territórios	Trabalho de base
Mobilização dos territórios	Tomada de decisão
Desconstrução social	Espaços de decisão
Frentes de mobilização	Pressão popular
Realização de campanhas	Formação de jovens e mulheres
Processo de comunicação	Combate a desmobilização
Expansão da participação dos grupos de base	
Expansão do movimento	
Expansão do diálogo	
Mobilizações/Lutas	
Processo de formação	
Criação de políticas públicas	
Reivindicações de direitos	
Interação com os atores	
Busca de parcerias	
Rotinas participativas	
Mediação de Conflitos	

Fonte: elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das premissas teóricas que definem o que são os movimentos sociais, a partir de atores como Scherer Warren (2014) e Mcadam, Tarrow; Tilly (2009), pode-se observar que ambos os movimentos estudados se enquadram nessa descrição. Tanto o MAB quanto o MAM têm buscado permanência temporal, o primeiro já se encontra organizado há quase três décadas, enquanto o segundo é mais recente, com aproximadamente, oito anos de atuação. Ambos movimentos se estruturam em redes de militância e trabalham em prol de objetivos que tem como foco mobilizar e conquistar cidadãos na luta por transformações sociais, garantia de direitos e mitigação dos impactos que grandes empreendimentos econômicos causam nos territórios de construção e operação de suas atividades.

Os resultados dessa pesquisa apontam que ambos movimentos são capazes de influenciar a formação da agenda pública, e visam políticas públicas que preservem a soberania popular e que mitiguem os impactos dos empreendimentos minerários e hidrelétricos nos territórios atingidos. Com intuito de compreender essa influência dos movimentos estudados na formação da agenda pública, a pesquisa procurou traçar, inicialmente, o contexto em que estão inseridos esses movimentos, de modo a apresentar as principais externalidades causadas pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos nos territórios atingidos. Foram identificados impactos que permeiam diversas naturezas, sociais, econômicas, legislação, ambientais, culturais, etc. Acredita-se que esses impactos estão entre a razões que levaram a formação e a organização desses movimentos, as quais também foram caracterizadas.

Com relação a formação histórica e organizacional dos movimentos estudados, observou-se que ambos movimentos surgem por meio do aumento dos conflitos advindos da mineração e das hidrelétricas em contextos e épocas distintas, mas tiveram como percursos os atingidos pelos empreendimentos, os quais buscavam estratégias para externalizar os impactos sofridos e garantia de direitos. Tanto o MAB quanto o MAM se organizaram como uma plataforma nacional, com regionais nos estados da federação, desenvolvendo trabalhos de bases, formação local e respeitando as particularidades de cada território atingido.

Caracterizados os impactos nos territórios atingidos pelos empreendimentos minerários e hidrelétricos, bem com a formação histórica e organizacional dos movimentos estudados, a pesquisa buscou então descrever as pautas e os repertórios de ação dos movimentos estudados.

Como os impactos causados pelos empreendimentos nos territórios atingidos são inúmeros, as pautas reivindicativas também possuem conteúdos amplos, que demandam políticas intersetoriais.

Dentre os impactos elencados pelos entrevistados destacam-se o desmatamento, a invasão da fauna e flora, a saúde do trabalhador, a deterioração dos termos de troca, a degradação da paisagem, o inchaço urbano, a favelização, a sobreposição do interesse do mercado, a perda das condições de trabalho, impactos imateriais, mudanças constantes na cadeia econômica, modificação do bioma, qualidade da água, espécies extintas e relações de trabalhos cessadas. Essas externalidades geram também impactos cumulativos em outros problemas públicos, como, a violência contra as mulheres, as doenças sexualmente transmissíveis, problemas psicológicos, como depressão, alcoolismos, droga, prostituição infantil, violência de forma geral, entre outros.

As pautas destacadas pelos entrevistados dos movimentos estudados estão diretamente ligadas a mitigação dessas externalidades advindas dos empreendimentos econômicos. Foi verificada uma similaridade de pautas entre ambos movimentos e que muitas demandas possuem problemas correlatos e dependentes entre si. As pautas reivindicativas destacam a necessidade de que as políticas públicas definam de forma mais ampla a categoria de atingidos por mineração e hidrelétricas, incorporando toda a lógica da ruptura não só econômica, como também social, ambiental e cultural que esses empreendimentos causam nos territórios. Foi observada a necessidade de (re)elaborar os marcos legais de regulamentação das atividades minerárias e econômicas, visto que a legislação atual só contempla as necessidades do mercado e estão distantes dos direitos dos atingidos. Foi apontada a necessidade de criação e aperfeiçoamento das instituições responsáveis pelo licenciamento e funcionamento desses empreendimentos. Foram destacadas pautas orientadas por valores democráticos, que garantam a participação de soberania popular, o direito de a população dizer não a esse tipo de atividade econômica. Considerando os efeitos cumulativos dos impactos causados nos territórios, foram citadas pautas para as mulheres e jovens.

Pode-se observar que há uma coerência nessas pautas no que diz respeito a problemática dos atingidos, que ao delimitar as suas demandas, por meio dessas reivindicações, ambos os movimentos já estão construindo repertórios de ação, que podem influenciar na formação da agenda pública. Visto que, a junção dessas pautas deve ser estendida como uma participação na construção da identidade dos movimentos, pois é a partir delas que eles são desenvolvidos.

Embora nesse estudo, as pautas sejam apresentadas em um formato separado, para fins didáticos, vale destacar que elas precisam ser reconhecidas como repertórios de ação, pois são por elas e por meio delas, que os outros repertórios de ação são desenvolvidos. As pautas reivindicativas são ao mesmo tempo os meios e os fins para consecução dos repertórios de ação pelos os movimentos, com os quais esses esperam influenciar a formação da agenda pública.

Com relação ao MAM e ao MAB, observou-se que os seus repertórios de ação estão relacionados com as suas rotinas organizacionais, trabalhos de base nas comunidades, mobilização dos atingidos, encontros nacionais e estaduais, aproximação com os territórios atingidos, formação e capacitação das comunidades e seus integrantes, comunicação, interação com os empreendimentos, relações com o Estado e parcerias com outros atores sociais.

Fundamentando-se na identificação das pautas reivindicativas e nos repertórios de ação dos movimentos estudados, pode-se notar que esses atores são capazes de influenciar a formação da agenda pública, entretanto, suas trajetórias ainda estão aquém da materialização das políticas públicas que visam solucionar a problemática dos atingidos e a garantia da soberania popular. Dentre os principais alcances do MAB quanto ao MAM na agenda pública, destacam-se a visibilidade dos problemas dos atingidos, reconhecimento desses atores em muitos territórios como agentes de negociação com os empreendimentos e a reformulação de algumas legislações, como por exemplo, o cadastro socioeconômico dos atingidos por hidrelétricas.

A formação da agenda de uma política pública não é um movimento unilateral, atores com diversos interesses sociais, políticos e econômicos dialogam, negociam, entram em conflito ou buscam consenso sobre os problemas públicos. Além disso, a influência de atores sociais na formação da agenda pública depende também do contexto político, o que esclarece e reforça um conceito que entende que haverá pequenas e grandes dificuldades na inserção das pautas dos movimentos estudados anteriormente. Conceito de confluências e janelas de oportunidade, no qual entende que existirá contextos mais e menos propícios para inserção de suas pautas na agenda, para tal o movimento tem buscando entender esses fluxos para saber o momento certo de agir.

O contexto político que permeia o Estado brasileiro e o poderio econômico dos empreendimentos hidrelétricos e minerários foi reconhecido em inúmeros depoimentos dos entrevistados como fator que limita seus repertórios de ação e o alcance de suas pautas reivindicativas. Ou seja, há uma grande desigualdade exposta pelo Estado, de um modo geral,

há um maior apoio do mesmo para com os grandes empreendimentos, acima dos atingidos pelas tragédias geradas pelos mesmos. O que reforça a questão da seletividade estrutural, posto que o Estado de um modo geral, está do lado dos grandes empreendimentos e não da população atingida, o que dificulta a ação do movimento e a inserção das pautas na agenda pública.

Dessa forma, como resposta a problemática, conclui-se que o maior resultado no que tange a agenda pública perante os movimentos sociais é a visibilidade dada para o assunto e problemas dos movimentos, pois mesmo que as pautas estejam inseridas na agenda do movimento e até mesmo do governo, existe uma grande lacuna entre entrar na agenda e ser realmente implementada, posto que as políticas públicas de forma geral no Brasil ficam muitas das vezes no campo das ideias. E mesmo que os movimentos busquem um diálogo com os três poderes ainda existe um grande bloqueio por inúmeras partes, sendo mais facilitado em níveis menores de governo, como municipais, regionais e até estaduais, tendo como exemplos as conquistas de Viçosa- MG, Quiterianópolis -CE e a PEAB- RSj, já explicitadas nessa dissertação.

O projeto demonstrou que existe uma necessidade muito grande dos movimentos adquirirem visibilidade, não da organização social que eles representam, mas dos problemas que eles defendem, pois, a teoria em pautas é irrelevante sem o apoio e a aplicação da sociedade. A agenda pública terá resultados positivos mediante aos problemas estudados, quando o trabalho perdurar na conscientização social das consequências que as grandes empresas hidrelétricas acarretam diante de uma determinada região, pois as políticas públicas do Brasil são extremamente lentas em sua aplicação, as burocracias existentes para que projetos sejam aprovados e aplicados são extensas e não são eficazes em seu contexto. Atualmente existe uma facilidade na atuação governamental em menores níveis de governo, como municipais, regionais e até estaduais, como as conquistas de Viçosa, em Minas Gerais, Quiterianópolis, no Ceará e a PEAB, no Rio Grande do Sul, relatadas anteriormente. Dessa forma é válido dizer, que uma ação nesses níveis é o começo para a atuação desses movimentos e pode ser um grande passo para conquistas futuras.

Ao elucidar os repertórios de ação e as pautas reivindicativas do MAB e MAM, a partir dos relatos de seus integrantes, acredita-se que esse estudo contribui com o campo das políticas públicas, mostrando as ações que esses atores desempenham para a formação de agenda pública, que priorize a participação, o diálogo e a inclusão.

Vale destacar que a pesquisa possui uma limitação, visto que o estudo foi construído a partir da percepção dos integrantes dos movimentos. Novos estudos deverão ser

desenvolvidos, buscando compreender a percepção que as comunidades atingidas, os atores representantes dos três poderes que constituem o Estado e até mesmo dos empreendimentos possuem em relação aos movimentos estudados. Acredita-se que do ponto de vista teórico, os repertórios de ação e as pautas reivindicativas possam ter suas análises ampliadas a partir de recortes de teorias institucionais que reconhecem a as mudanças na agenda pública como algo gradual e endógeno.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.

ACUÑA, R. **The politics of indigenous self-determination**: extractive industries, state policies and territorial rights in the Peruvian Amazon. 2015. 239 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Bath, 2015.

AGUIAR, J. D. N.; CARVALHO, S. Extravismo mineiro, estado e governos na Bolívia e Equador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 20-31, 2014.

ALBERTI, A. A. F. V. A comunicação desde as barrancas do rio: movimento dos atingidos por barragens. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.133-148, jan./jul. 2016.

ALBUQUERQUE, M. do C. A. de. A relação do movimento social com atores estatais no controle social sobre a política socioeducativa. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 252-273, jun. 2015.

ALBUQUERQUE, M. do C. Novos atores e repertórios de ação no movimento pelos direitos do adolescente: repensando a institucionalização. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 166-189, jul./dez. 2012.

ALONSO, A. As teorias de movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

AMENTA, E., et al. The political consequences of social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 287-307, 2010.

ANDRADE, L. F. S.; ALCÂNTARA, V. de C.; PAIVA, A. L. de. Contradições do espaço social: estudo das representações produzidas pelos atingidos pela mineração do ouro em Paracatu, MG. **Farol**: revista de estudos organizacionais e sociedade, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 79-114, abr. 2019.

ANNIBELLI, M. B. Mineração de areia e seus impactos socioeconômico-ambientais. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 15., 2006, Manaus. **Anais...** Manaus, 2006, p. 4205-4217.

ARAÚJO, E. R.; FERNANDES, F. R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. (Ed.). **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica**: o passo e o presente. Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016, p.65-88.

ARAÚJO, E. R.; OLIVIERI, R. D.; FERNANDES, F. R. C. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F.

- R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAÚJO, E. R. (Ed.). **Recursos minerais e sociedade: impactos humanos - socioambientais - econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.
- BARCELOS, M. A formação na área de análise de políticas públicas: do modelo “racional compreensivo” às abordagens “sintéticas” do processo da política pública. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 145-162, jan./abr. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAVA, S. C. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 8, n. 31, p. 1-33, ago. 2003.
- BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro (MG). In: FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUÉZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Ed.). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial: v. 1, grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 229-258.
- BELLEZE, G. **Comunidades rurais tradicionais atingidas pelo projeto de mineração Minas-Rio: afinal, desenvolvimento para quem**. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017.
- BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001
- BRAGA, F. S. "Terra sim, barragem não!": o Movimento dos Atingidos por Barragens e seu papel na construção da waterscape durante a ditadura civil-militar no Brasil: aproximações. **História Unicap**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2016, p. 71-84.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 24, n. 78, maio 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 33-60, Dec. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, 2006.
- BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p.611-614, 2004.
- CAPELLA, A. C. N. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu-MG. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2005.

CAPELLA, A. C. N. A política de acesso à agenda governamental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado-RS. **Anais...** Rio de Janeiro: ABCP, 2012.

CAPELLA, A. C. N. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Idéias**, v. 6, n. 2, p. 13-34, 21 jan. 2016.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo. 2015.

CAPELLA, A. C.; BRASIL, F. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. **Compolítica**, v. 8, n. 1, p. 123-146, 12 ago. 2018.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; SUDANO, A. di C. G. P. O estudo da agenda governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu-MG. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2015.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. do C. A. Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? respostas (não) encontradas nas principais abordagens. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ABCP, 2016.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. do C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, 360-378, maio-ago. 2017.

CLEMENTE, L. R. G. Movimento dos Atingidos por Barragens: sujeitos e formações discursivas na abordagem sobre a Usina Hidrelétrica Estreito no site do MAB. **Revista Eptic**, v. 18, n. 3, p. 214-231, set.-dez. 2016.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DANTAS, H. F. S. de A. et al. Análise da exploração minerária e seus impactos, visando a recuperação de áreas degradadas: estudo de caso no município de Pedra Lavrada-PB. **Geoambiente On-line**, n. 25, dez. 2015.

DE PONTES, et al. Mineração e seus reflexos socioambientais: estudo de impactos de vizinhança (eiv) causados pelo desmonte de rochas com uso de explosivos. **Polêmica**, v. 12, n. 1, p. 77-90, mar. 2013.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

ENRIQUÉZ, M. A. R. S.; FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUÉZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Ed.). **Recursos minerais e**

sustentabilidade territorial: v. 1, grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FELIPE, M. R. **Atingidos por barragens e as lutas pela regulamentação de direitos.** 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FERREIRA, P. M.; SARAIVA, C. M. A catástrofe como perpetuadora da sociedade unidimensional. **Farol:** revista de estudos organizacionais e sociedade, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 42-78, abr. 2019.

FIABANE, D. F. **Controle social:** um novo frame nos movimentos sociais. 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** São Paulo: Artmed, 2009. 196 p.
FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 402-418, nov. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 nov. 2018.

FONTELLES, M.J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. Para. Med.**, v. 23, n. 3, jul.-set. 2009.

FONTOURA, Y. *et al.* “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade. **Farol:** revista de estudos organizacionais e sociedade, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 17-41, abr. 2019.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

FOSCHIERA, A. A. Conhecendo a trajetória de Organização dos Atingidos por Barragens. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-128, dez. 2010.

FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JÚNIO, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Revista Casa da Geografia**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 17-26, jul./dez. 2012.

FREITAS, G. F. de; OLIVEIRA, M. L. R. de; SOUSA, D. R. N. As transformações sócio-culturais acarretadas pelo reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 48, mar. 2013.

GARDNER, K. et al. Elusive partnerships: gas extraction and CSR in Bangladesh. **Resources policy**, v. 37, n. 2, p. 168-174, 2012.

GHISHELENI, J. L. A. **Impactos ambientais na mineração e beneficiamento de fosfato, no município de Anitápolis/SC.** 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)

– Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIUGNI, M.; YAMASAKI, S. The policy impact of social movements: a replication through qualitative comparative analysis. **Mobilization**, v. 14, n. 4, p.467-484, 2009.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011.

GOHN, M. da G. Desafios dos movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Revista Política e Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 301-211, 2013.

GOLDEMBERG, J.; MOREIRA, J. R. Energy policies in Brazil. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 215-228, dez. 2005.

GONÇALVES, D. M. Análise e descrição do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM): conceitos e perspectivas do movimento. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 8., Curitiba; SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, MINERAÇÃO, AGROENERGIA E CONFLITOS TERRITORIAIS, 9., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2017.

GONÇALVES, E. D. A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação no campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 135, p.371-389, abr./jun., 2016.

GONÇALVES, T. M.; MENDONÇA, F. de A. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC (Brasil). **Raega: O Espaço Geográfico em Análise**, v. 14, dez. 2007.

JÁCOME, P. S.; PEREIRA, M. das G. de O. A extração mineral na cidade de Tenente Ananias (RN), os impactos ambientais e o risco a saúde humana. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, v. 10, n. 3, p. 620-630, 2016.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and public policies*. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan; Boston: Longman, 2011.

LAHERA, E. **Política y políticas públicas**. United Nations Publications, 2004.

LANA, Z. M. de O. A atividade mineradora em Minas Gerais e em Ouro Preto: impactos socioambientais e intervenções para a sustentabilidade. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 45-59, jul./dez. 2015.

- LASSWELL, H. The measurement of public opinion. **The American Political Science Review**, v. 25, n. 2, p. 311-326, may 1931.
- LASSWELL, H. Communications research and public policy. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 301-310, 1972.
- LEMOS, S. da A; FACEIRA, L. da S. Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, v. 5, n. 1, p.171-196, jan/jun 2015.
- LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in the public service**. New York: Russel Sage Foundation, 1980.
- LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: Enap, 2006. p. 289-313.
- LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1., jun. 2016.
- LOTTA, G. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 26, n. 66, p. 145-173, jun. 2018.
- MALFITANO, A. P. S. **Políticas públicas e movimentos sociais: atenção à infância e o Programa de Saúde da Família**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.
- MARTINS, M. L. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. In: ENCONTRO REGIONAL GESTÃO & TECNOLOGIA, 8., 2008, Pedro Leopoldo. **Anais...** Pedro Leopoldo: Faculdade Pedro Leopoldo, 2008.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M.N. **The trend of social movements in America: professionalization and resource mobilization**. Morristown: General Learning Press, 1973.
- MCCURDY, P.; FEIGENBAUM, A.; FRENZEL, F. Protest camps and repertoires of contention. **Social Movement Studies**, v. 15, n. 1, p. 97-104, jul. 2015.
- MECHI, A.; SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no estado de São Paulo. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 209-220, 2010.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, p. 49-66, jun. 1989.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil?: uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 19, p. 118-148, jan./jun. 2013.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, jun. 2008.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **PNAB**: Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. São Paulo: MAB, 2013. 48 p.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Organização**. Brasília, DF: Secretaria Nacional, 2014. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/organizacao>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Brumadinho**: mais uma tragédia anunciada. 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/brumadinho-mais-uma-trag-dia-anunciada>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Histórico**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/mam/historico/>>. Acesso em: 15 abr. 2018

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Quem somos**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Nota de pesquisadores/as sobre o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho – MG**. 29 jan. 2019. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2019/01/29/nota-de-esquisadoresas-sobre-o-rompimento-da-barragem-de-rejeitos-em-brumadinho-mg/>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Rev. adm. contemp.**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

NEUHOLD, R. dos R. Movimentos sociais e políticas públicas: um panorama das lutas por habitação social na área central da cidade de São Paulo. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, p. 19-43, jan. 2016.

OLIVEIRA, C. J. da R. **O papel dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas para população atingida por barragens e mineradoras**: um estudo fundamentado no modelo de múltiplos fluxos. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

OLIVEIRA, L. F. da S.; SILVA, V. de P. da. Grandes empreendimentos hidrelétricos e efeitos socioespaciais: a usina hidrelétrica de Miranda, no município de Indianópolis - MG. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças-MT, v. 5, n. 1, p. 70-85, jan./jul. 2015.

OLIVEIRA, M. L. R. Mineração e conflito ambiental: o caso do mineroduto da Ferrous na zona da mata do estado de Minas Gerais-Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE, v. 31, p. 113-129, 2014.

- PAGNUSSATT, D. et al. Quem são, o que fazem e como interagem: compreendendo os stakeholders em pequenas centrais hidrelétricas. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 888-900, dez. 2018.
- PARAMIO, L. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.1, nov. 2009.
- PASE, H. L. et al. The sociopolitical conflict in hydroelectric enterprises. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 45-66, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000200045&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- PASE, H. L. et al. Crise, políticas públicas e agenda ambiental. **O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 23-34, jan./abr. 2018.
- PENNA, C.; ROSA, M. C. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 57-86, ago. 2015.
- PERISSINOTTO, R.; SZWAKO, J. Movimentos sociais como teóricos políticos: Wolin, ideias e políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 231-263, dez. 2017.
- PINTO, I. C. M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2015.
- PINTO, J. Reflexões sobre o papel da RSE em cenários de conflito socioambiental: o caso da siderúrgica CSA na periferia carioca de Santa Cruz. **Farol: revista de estudos organizacionais e sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 163-175, abr. 2019.
- PORTO, M. F. S. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, 2016.
- PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, dez. 2009.
- QUEIROZ, A. R. S. de; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1387-1398, jun. 2012.
- QUIROGA, M. V.; PAGLIARONE, M. F. Populismo, Estado y movimientos sociales. Posibles articulaciones en los contextos recientes de Argentina y Bolivia. **Colombia Internacional**, v. 82, sep.-dic. 2014, p 191-219.
- RESTREPO, L. A. Movimientos sociales y democracia en América Latina. **Boletín Americanista: Publicaciones Universidad de Barcelona**, n. 41, p. 79-92, 1991.
- RISSATO, D.; MARTINS, F. J.; ALMEIDA, J. A. de M. Políticas públicas compensatórias: uma discussão preliminar. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5., 2011, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2011.

- RODRIGUES, F. O.; COSTA, W. B. A chegada do estranho: mineração e conflitos por água nas comunidades camponesas de Caeté e Pindaí-Bahia, Brasil. **PEGADA: a revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2016.
- RUA, M.G.; ROMANINI, R. A. **Implementação de políticas públicas**. IGEPP, 2014. 74 p.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. Cap. 1, p. 21-42.
- SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciência Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.
- SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.
- SCHERER-WARREN, I.; PASSOS, J. C. dos (Org.). **Relações étnico-raciais nas universalidades: os controversos caminhos da inclusão**. Florianópolis: Atilênde, 2014.
- SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e sua articulação em redes. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2006, Salvador; ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SIEBEN, A.; CLEPS JÚNIOR, J. Política energética na Amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO). **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 183-196, ago. 2012.
- SILVA, A. G. F. et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017
- SILVA, A. H.; FOSSA, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p.1-14, 2015.
- SILVA, I. G. Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. especial, p. 189-194, jul. 2014.
- SILVA, P. da ; ROTHMAN, F. Press representation of social movements: brazilian resistance to the candonga hydroelectric dam. **Journal of Latin American Studies**, v. 43, n. 4, p. 725-754. 2011.
- SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 2, p. 397-408, 2011.

SMITH, J. Globalizing resistance: the battle of Seattle and the future of social movements. **Mobilization**: an international quarterly, v. 6, n. 1, p. 1-19, mar. 2001.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2018.

TALOR, V. Reviewed work: repertoires and cycles of collective action, by Mark Traugott. **Contemporary Sociology**, v. 25, n. 4, p. 485-487, jul. 1996.

TATAGIBA, L.; ABERS R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de. (Org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018. Cap. 4, p. 107-138.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, 2010.

TONIDANDEL, R. P. et al. Aspectos legais e ambientais sobre fechamento de mina, com ênfase no estado de Minas Gerais. **Geonomos**, v. 20, n. 1, p. 32-40, 2012.

VAINER, C. B. A. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VAINER, C. B. Implantación de grandes represas hidroelectricas, movimientos forzados y conflictos sociales: notas sobre la experiencia brasileña. In: CANALES, J. L. (Ed.). **Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo**. San José, Costa Rica: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Centro Latinoamericano de Demografía, 1990. p.103-22.

VAINER, C. B. **O conceito de atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ. p. 01-23. Jul. 2005.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VALENCIA AGUDELO, G. D.; ALEXIS ALVAREZ, Y. La ciencia política y las políticas públicas: notas para una reconstrucción histórica de su relación. **Estud. Polit.**, Medellín, n. 33, p. 93-121, jul. 2008.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

ZEN, E. L. **Movimentos sociais e a questão de classe**: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília/DF.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambient. Soc.**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, Dec. 2007.

APÊNDICES A - ROTEIRO MAB

História e Estrutura do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Como foi criado o movimento dos atingidos por barragens? Fale um pouco da trajetória do movimento e de sua inserção no MAB.

Como está organizado o MAB? Como é a gestão do movimento?

Quais são as fontes de recursos do movimento dos atingidos por barragens? Como são financiadas as ações do MAB? Como é feita a gestão dos recursos financeiros do movimento?

Como é realizado as atividades de planejamento do MAB?

Como são os canais de participação nesse movimento? Existem canais de participação para todo o tipo de decisão? Como você avalia esses canais de participação e a forma como são tomadas as decisões do MAB?

Como você avalia a participação dos integrantes do movimento dos atingidos por barragens na tomada de decisões? Há alguma sugestão

Existem formas de capacitação dos participantes do MAB? Que temas são discutidos nessas capacitações? Quem participa? Como elas são organizadas?

Quais são os pontos fortes e fracos do MAB enquanto representantes dos atingidos por grandes empreendimentos?

Que localidades o MAB atua? Como é feita a escolha dos locais de atuação pelo MAB? Como articula as ações nacionalmente? Como organiza nos territórios em termos de tomada de decisões?

O MAB possui estrutura diferenciada ou desenvolve ações diversificadas em termos da localidade territorial?

Grande empreendimento econômico e comunidade atingida pelas barragens

Como o MAB define um atingido por grande empreendimento? Essa visão de atingidos por barragens foi construída coletivamente com os atingidos ou só pelo movimento?

Quais são os direitos de um atingido por um grande empreendimento? Esses direitos estão garantidos em alguma legislação?

Como o MAB se aproxima de um território atingido pela construção de barragens? Quais são as estratégias adotadas? Há uma procura por parte dos atores do território atingido por barragens?

Como ocorre a elaboração de um projeto de um grande empreendimento econômico para ocupar determinada territorialidade? Qual é participação do MAB nessa fase de projeto?

Quais os impactos que esses grandes empreendimentos trazem para determinada territorialidade (chegada no território, construção da obra, operação e término)? Como o MAB trabalha em relação a esses impactos?

Como você avalia a legislação e a estrutura organizacional (instituições legais) que tratam dos grandes empreendimentos econômicos e os territórios atingidos por eles? Essa legislação e a estrutura organizacional são suficientes? Essa legislação e estrutura organizacional reconhecem os impactos causados pelos empreendimentos? Há a necessidade de rever essa legislação e esta estrutura organizacional?

Há necessidade de uma nova política para os atingidos por grandes empreendimentos econômicos? Como poderia ser formulada essa política?

Pautas e Ações do Movimento dos Atingidos por Barragens e o Estado

Quais são as pautas reivindicativas do MAB (micro, meso e macro)? Quais as estratégias de mobilização e ação (formais e informais) que o movimento utiliza para tentar influenciar na agenda governamental?

Como o MAB trabalha suas ações de mobilização em prol de alcançar resultados para as suas pautas reivindicativas?

O que já foi elaborado pelo MAB em termos de políticas públicas (propostas, legislações, programas, etc) para os atingidos por grandes empreendimentos?

O movimento dos atingidos por barragens já enfrentou desmobilização? Como foi? Isso teve impacto na elaboração de alguma política e relacionamento com o Estado?

Faça uma avaliação dos resultados das pautas reivindicativas do MAB ao longo trajetória institucional.

O governo (federal ou estadual ou municipal e os poderes Executivo e/ou Legislativo) está preocupado com as pautas reivindicativas do MAB? Que ações ele tem feito? O governo tem preocupado com as especificidades locais de um dado território atingido pela construção de barragens?

Como você avalia as ações dos três últimos governos (Lula, Dilma e Temer) no que diz respeito formulação de ações que garantam os direitos de atingidos por barragem?

O Judiciário está preocupado com as pautas reivindicativas do MAB? Que ações ele tem feito?

O que mudou nas ações do MAB, do Estado e dos grandes empreendimentos econômicos após o desastre de Mariana? Quais eram as expectativas do movimento após o desastre? Como estão as expectativas?

Há alguma interlocução do MAB no Legislativo?

Existem mecanismos, atores ou ações contra o movimento dos atingidos por barragens por parte do Estado? Quais são?

Movimento dos Atingidos por Barragens e os grandes empreendimentos

Como você avalia as relações do MAB com os representantes dos grandes empreendimentos? Há espaços para diálogo? Há muita resistência por parte dos grandes empreendimentos em relação as estratégias do MAB?

MAB e outros atores

Como o MAB avalia os outros movimentos ou organizações não governamentais que trabalham com os atingidos por grandes empreendimentos econômicos?

Há uma troca de experiência entre os movimentos que possuem pautas reivindicativas próximas? Há uma rede de movimentos em relação aos atingidos por grandes empreendimentos? Como são construídas essas redes e parcerias?

Há algum outro ator (local, regional, estadual, nacional ou global) que o MAB se relaciona que colabora na construção das pautas reivindicativas, ações de mobilização e formulação de políticas públicas em prol dos atingidos pelas barragens?

APÊNDICE B - ROTEIRO MAM

História e Estrutura do Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM)

Como foi criado o movimento dos atingidos por mineração? Fale um pouco da trajetória do movimento e de sua inserção no MAM.

Como está organizado o MAM? Como é a gestão do seu movimento?

Quais são as fontes de recursos do movimento dos atingidos por mineração? Como são financiadas as ações do MAM? Como é feita a gestão dos recursos financeiros do movimento?

Como é realizado as atividades de planejamento do MAM?

Como são os canais de participação nesse movimento? Existem canais de participação para todo o tipo de decisão? Como você avalia esses canais de participação e a forma como são tomadas as decisões do MAM?

Como você avalia a participação dos integrantes do movimento dos atingidos por mineração na tomada de decisões? Há alguma sugestão

Existem formas de capacitação dos participantes do MAM? Que temas são discutidos nessas capacitações? Quem participa? Como elas são organizadas?

Quais são os pontos fortes e fracos do movimento enquanto representantes dos atingidos por grandes empreendimentos da mineração?

Que localidades o MAM atua? Como é feita a escolha dos locais de atuação pelo MAM? Como articula as ações nacionalmente? Como organiza nos territórios em termos de tomada de decisões?

O MAM possui estrutura diferenciada ou desenvolve ações diversificadas em termos da localidade territorial?

Grande empreendimento econômico e comunidade atingida pela mineração

Como o MAM define um atingido por grande empreendimento de mineração? Essa visão de atingidos por mineração foi construída coletivamente com os atingidos ou só pelo movimento?

Quais são os direitos de um atingido por um grande empreendimento da mineração? Esses direitos estão garantidos em alguma legislação?

Como o MAM se aproxima de um território atingido pela mineração? Quais são as estratégias adotadas? Há uma procura por parte dos atores do território atingido pela mineração?

Como ocorre a elaboração de um projeto de um grande empreendimento econômico da mineração para ocupar determinada territorialidade? Qual é participação do MAM nessa fase de projeto?

Quais os impactos que esses grandes empreendimentos da mineração trazem para determinada territorialidade (chegada no território, construção da obra, operação e término)? Como o MAM trabalha em relação a esses impactos?

Como você avalia a legislação e a estrutura organizacional (instituições legais) que tratam dos grandes empreendimentos econômicos e os territórios atingidos por eles? Essa legislação e a estrutura organizacional são suficientes? Essa legislação e estrutura organizacional reconhecem os impactos causados pelos empreendimentos da mineração? Há a necessidade de rever essa legislação e esta estrutura organizacional?

Há necessidade de uma nova política para os atingidos por grandes empreendimentos econômicos de mineração? Como poderia ser formulada essa política?

Pautas e Ações do MAM e o Estado

Quais são as pautas reivindicativas do MAM (micro, meso e macro)? Quais as estratégias de mobilização e ação (formais e informais) que o movimento utiliza para tentar influenciar na agenda governamental?

Como o MAM trabalha suas ações de mobilização em prol de alcançar resultados para as suas pautas reivindicativas?

O que já foi elaborado pelo MAM em termos de políticas públicas (propostas, legislações, programas, etc) para os atingidos por grandes empreendimentos?

O movimento dos atingidos por mineração já enfrentou desmobilização? Como foi? Isso teve impacto na elaboração de alguma política e relacionamento com o Estado?

Faça uma avaliação dos resultados das pautas reivindicativas do MAM ao longo trajetória institucional.

O governo (federal ou estadual ou municipal e os poderes Executivo e/ou Legislativo) está preocupado com as pautas reivindicativas do MAM? Que ações ele tem feito? O governo tem preocupado com as especificidades locais de um dado território atingido pela mineração?

Como você avalia as ações dos três últimos governos (Lula, Dilma e Temer) no que diz respeito formulação de ações que garantam os direitos de atingidos por mineração?

O Judiciário está preocupado com as pautas reivindicativas do MAM? Que ações ele tem feito?

O que mudou nas ações do MAM, do Estado e dos grandes empreendimentos econômicos após o desastre de Mariana? Quais eram as expectativas do movimento após o desastre? Como estão as expectativas?

Há alguma interlocução do MAM no Legislativo?

Existem mecanismos, atores ou ações contra o movimento dos atingidos por mineração por parte do Estado? Quais são?

MAM e os grandes empreendimentos

Como você avalia as relações do MAM com os representantes dos grandes empreendimentos? Há espaços para diálogo? Há muita resistência por parte dos grandes empreendimentos em relação as estratégias do MAM?

MAM e outros atores

Como o MAM avalia os outros movimentos ou organizações não governamentais que trabalham com os atingidos por grandes empreendimentos econômicos?

Há uma troca de experiência entre os movimentos que possuem pautas reivindicativas próximas? Há uma rede de movimentos em relação aos atingidos por grandes empreendimentos? Como são construídas essas redes e parcerias?

Há algum outro ator (local, regional, estadual, nacional ou global) que o MAM se relaciona que colabora na construção das pautas reivindicativas, ações de mobilização e formulação de políticas públicas em prol dos atingidos pela mineração?